



# Mnemosine Revista

Volume 2, n.1, jan/jun 2011

ISSN:2237.3217

# República

Dossiê



# Mnemosine Revista

Volume 2, n.1, jan/jun 2011

MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCG  
Vol. 2 – nº 1 jan/jun 2011.  
Campina Grande: PPGH, 2011.  
Semestral.  
ISSN: 2237-3217.  
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-graduação em História.

Programa de Pós-graduação em História  
Endereço: Rua Aprígio Veloso, nº 882, Sala 107 – Bodocongó –  
Campina Grande – Paraíba  
BRASIL – CEP:58.429-140  
Telefone: 2101-1495  
E-mail: mnemosinerevista@gmail.com  
Site: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/>

**Equipe de Realização:**

Edição de Texto: Alisson Pereira Silva  
Arte: Lays Anorina Barbosa de Carvalho

## **MNEMOSINE REVISTA**

Número 1 - Volume 2 - Jan/Jun 2011

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

Reitor: Prof. Thompson Fernandes Mariz

## **DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Coordenadora Administrativa: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marinalva Vilar de Lima

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juciene Ricarte Apolinário

## **COMITÊ EDITORIAL**

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos - Editor

Prof<sup>a</sup>. Michelly Pereira de Sousa Cordão

## **CONSELHO EDITORIAL**

Alarcon Agra do Ó (UFCG)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Gervácio Batista Aranha (UFCG)

Iranilson Buritide Oliveria (UFCG)

João Marcos Leitão Santos - Editor Chefe (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Keila Queirós (UFCG)

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Maria Lucinete Fortunato (UFCG)

Marilda Aparecida de Menezes (UFCG)

Marinalva Vilar de Lima (UFCG)

Osmar Luiz da Silva Filho (UFCG)

Regina Coelli (UFCG)

Roberval da Silva Santiago (UFCG)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Severino Cabral Filho (UFCG)

## Sumário

<b>Apresentação: República, Repúblicas</b> <i>Iranilson Buriti de Oliveira</i> _____	05
<b>DOSSIÊ BRASIL REPÚBLICA</b>	
<b>O Mangue como República: um caso de polícia no Rio de Janeiro</b> <i>Juçara LuziaLeite</i> _____	08
<b>Compondo Histórias (re) inventando espaços: História, Memória e Identidade no Memorial Jackson do Pandeiro</b> <i>Lucilvana Ferreira Barros / Roberg Januário dos Santos / Iranilson Buriti de Oliveira</i> _____	22
<b>Lima Barreto e os subúrbios traçados em linhas afetivas</b> <i>Joachin de Melo Azevedo Neto</i> _____	38
<b>Higiene Escolar, Higiene da República: Inspeção Médica, Ciência e Infância – São Paulo (1917)</b> <i>Paloma Porto Silva</i> _____	53
<b>Do Passado ao Monumento: Proposta de Arqueologia Histórica do Cemitério dos Naufragos – SE</b> <i>Janaina Cardoso de Mello / Rafael Santa Rosa Cerqueira</i> _____	75
<b>“As Peripécias do Pavoroso Drama do Golgotha”: A Procissão do Encontro em Aracaju</b> <i>Magno Francisco de Jesus Santos</i> _____	87
<b>Militância Negra e Expressão Estética no Recife (1980 - 2003)</b> <i>Vanessa Marinho</i> _____	101
<b>O Integralismo em Limoeiro: memórias de sonho e de frustração</b> <i>João Rameres Regis</i> _____	115
<b>ARTIGOS DE FLUXO</b>	
<b>O uso do ciberespaço na reconstrução do Qollasuyu</b> <i>Celso Gestemeier do Nascimento</i> _____	123
<b>Requerimentos indígenas: Ceará (1812 a 1820)</b> <i>João Paulo Peixoto Costa</i> _____	136

**Vida urbana e Marginalia na escrita de Lima Barreto**

*José Benjamim Montenegro* \_\_\_\_\_ 148

**RESENHAS**

**CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena***

*Joabe Barbosa Aguiar* \_\_\_\_\_ 160

**ESTREVISTA**

**Marta Maria de Araújo** \_\_\_\_\_ 164

## Apresentação

### República, Repúblicas

Iranilson Buriti de Oliveira

Este dossiê objetiva colocar em discussão temas diversos sobre a República Brasileira. Para tanto, um conjunto de autores brasileiros debruçaram-se sobre este contexto histórico, lançando seus olhares, suas leituras, pondo em problematizações seus objetos de pesquisa. Com esta tônica, a historiadora Juçara Luzia Leite, da Universidade Federal do Espírito Santo, fez uma atenciosa leitura sobre a “república dos mangues”, estudando a situação do cotidiano das prostitutas que trabalharam na *República do Manguê de 1954 a 1974*, bem como a atuação policial no referido período e local. No artigo, “Manguê como República: Um Caso de Polícia no Rio de Janeiro”, a autora partiu das fichas policiais das prostitutas e tomou a questão das relações de poder como relações culturais, lendo essa área destinada exclusivamente à prática da prostituição que funcionava sob a orientação médica periódica.

O artigo seguinte - comendo histórias (re) inventando espaços: história, memória e identidade no memorial Jackson do Pandeiro -

escrito por Lucivalna Ferreira Barros, Roberg Januário dos Santos e Iranilson Buriti, faz uma leitura de Jackson do Pandeiro a partir do seu memorial. Os autores partem de uma perspectiva historiográfica ancorada nos estudos da História Cultural, para analisarem a configuração imagético-discursiva da identidade Jacksoniana em Alagoa Grande/ PB. Assim, buscam problematizar de que forma vem sendo gestado no município, em especial após a inauguração do Memorial Jackson do Pandeiro, em dezembro de 2008, a noção de identidade/pertencimento nos Alagoa-grandenses a partir de uma memória musical.

Joaquim de Melo, doutorando da UFSC, põe em discussão suas escritas sobre “Lima Barreto e os Subúrbios Traçados em Linhas Afetivas”, artigo no qual analisa a figura de Lima Barreto, uma intrigante personagem quixotesca da literatura, na Primeira República, considerado como “santo padroeiro” dos escritores rebeldes contemporâneos. Em seguida, Paloma Porto Silva, da UFMG, discute a “Higiene escolar, higiene da República: inspeção médica, ciência e infância - São Paulo (1917)”, colocando em suspeição as

tecnologias e conhecimentos médicos sobre o corpo infantil a partir dos escritos do Dr. Vieira de Mello.

Janaina Cardoso de Mello e Rafael Santa Rosa Cerqueira escrevem o artigo intitulado "Do Passado ao Monumento: Proposta de Arqueologia Histórica do Cemitério dos Naufragos - SE", elaborando um minucioso estudo acerca da relação entre passado, memória e esquecimento através de um trabalho de Arqueologia Histórica do Cemitério dos Naufragos em Aracaju, Sergipe. Os autores fizeram uma análise da cultura material oriunda de um momento trágico - os torpedeamentos aos navios brasileiros por um submarino alemão na costa sergipana vitimando 551 pessoas em 1942.

Intitulado "As Peripécias do Pavoroso Drama do Golgotha": A procissão do encontro em Aracaju", o artigo escrito por Magno Francisco de Jesus Santos, tem o objetivo de compreender a procissão do encontro na cidade de Aracaju nos primeiros decênios do século XX. Trata-se de uma leitura acerca das tradições atinentes ao período da Semana Santa na capital dos sergipanos. O autor analisa a referida procissão inserida no contexto do catolicismo da cidade, conspurcado por

proeminentes transformações. A leitura desse catolicismo que se metamorfoseava diante dos olhos de novos atores do clero local teve como fonte programações, anúncios, notas e crônicas publicadas nos principais jornais de Aracaju, no período em foco. São textos que ilustram o cenário vivenciado pela população católica aracajuana em princípios do século XX.

Vanessa Marinho dar a ler, em seu artigo "Militância Negra e Expressão Estética no Recife (1980 - 2003)", a relação entre a estética, enquanto forma de expressão do belo, e a expressão das identidades em militantes negros no Recife, a fim de demonstrar que a forma de utilização de imagens associadas a uma herança africana se configura como um instrumento de valorização das características do indivíduo afrodescendente - até hoje consideradas depreciativas por alguns. Neste sentido, Vanessa Marinho destaca que a cor da pele, as formas de usar o cabelo e o uso de indumentárias e acessórios associados a uma idéia de beleza negra se configuram como catalisadores deste processo de resignificação da cultura negra.

O historiador da Universidade Estadual do Ceará, João Rameres

Regis, brinda o leitor com o texto "O Integralismo em Limoeiro: memórias de sonho e de frustração", no qual discute o papel da memória para a construção de representações do passado com base nas lembranças de ex-militantes do núcleo da Ação Integralista Brasileira, de Limoeiro do Norte, Ceará, e nos escritos dos

memorialistas locais. Nesse sentido, a noção de cultura histórica permite compreender a interface entre o vivido e o lembrado, bem como os elementos que conferem certa representação do passado.

Campina Grande, Março de 2011.



## MANGUE COMO REPÚBLICA: UM CASO DE POLÍCIA NO RIO DE JANEIRO

Juçara Luzia Leite<sup>1</sup>

### Resumo

Estudamos a situação do cotidiano das prostitutas que trabalharam na *República do Manguê* de 1954 a 1974, e a atuação policial no referido período e local. Partimos das fichas policiais das prostitutas e tomamos a questão das relações de poder como relações culturais. Tratou-se de projeto de criação de uma área destinada exclusivamente à prática da prostituição que funcionava sob a orientação médica periódica, ministrada pelo hospital da então Fundação Gaffrée e Guinle, e com a supervisão e controle da polícia, no caso, o 13º Distrito Policial. Inserimos nosso estudo na fronteira da História Cultural e da História das Cidades.

**Palavras chave:** História da Mulher – História do Rio de Janeiro – Controle Policial

### Abstract

Starting from the police files of prostitutes and taking the issue of power relations as cultural relations, we study the situation of the daily lives of prostitutes who worked in the *República do Manguê* from 1954 to 1974, and police activity in that time and place. This was the accomplishment of project to create an area dedicated exclusively to the practice of prostitution which operated under periodic medical supervision was given by the GaffréeGuinle Foundation, and control of the police in case the 13<sup>th</sup> District Police. We insert our study on the border of Cultural History and History of Cities.

**Keywords:** Women's History - History of

Rio de Janeiro - Police Control

### A República do Manguê

Estudos sobre a história das cidades têm recebido especial atenção ultimamente, incremento perceptível por meio da produção dos Programas de Pós-Graduação em História e em eventos na área. Conjugada às reflexões do campo da História Cultural, a temática urbana renova-se junto aos estudos sobre patrimônio cultural, festas, religiosidade, violência, gênero, apenas para citarmos algumas fronteiras. No presente trabalho, nosso olhar investiga uma experiência do controle policial sobre a prostituição no Rio de Janeiro da segunda metade do século XX que influenciou o recorte urbano de parte da região central da cidade. A chamada *República do Manguê* existiu comprobativamente entre os anos de 1954 a 1974 e tratou-se da efetivação de projeto de criação de uma área destinada exclusivamente à prática da prostituição: a *zona* do Manguê. Essa área funcionava sob a orientação médica periódica que era ministrada pelo hospital da então Fundação Gaffrée e Guinle, e com a supervisão e controle da polícia, no caso, o 13º Distrito Policial.

A existência de uma área especificamente destinada à prostituição não era uma ideia nova. Desde meados do século XIX, a exemplo do que acontecia na Europa, o saber médico e as instituições policiais defendiam a construção de áreas destinadas à existência de bordéis higienizados, isto é, áreas onde a prostituição pudesse ser

<sup>1</sup> Doutora em História Social – UFES – PPGHis/PPGE.

exercida sob o controle médico-policial. Tais propostas relacionavam a prostituição com a necessidade de higienização da cidade, além de normatizar as atividades da prostituta em relação aos espaços públicos frequentados pelas chamadas mulheres honestas. Em 1845, por exemplo, o Dr. Lassance Cunha, em sua tese, propunha que, para a criação de bordéis, fosse convocada a colaboração policial com a finalidade de que esta se encarregasse do controle, da vigilância e das punições em caso de desordem (SOARES, 1986). Estavam lançadas as bases para a defesa da efetivação de áreas destinadas aos bordéis higienizados, mas, apenas em 1875, o chefe de polícia da cidade o Rio de Janeiro, Ludgero Gonçalves da Silva, passou a exigir informações das autoridades policiais a respeito da prática da prostituição na cidade, procurando estabelecer estatísticas. Médicos e policiais, por meio de argumentos de fundo moral, justificavam suas estratégias de controle da prostituição na cidade e concordavam, assim, que a prostituição era um "mal necessário", pois, apesar de contribuir para a desmoralização social, ajudava a estabilizar a tranquilidade das famílias.

Note-se que a instituição policial terminou por incorporar e defender o discurso da ordem vigente no início do século XX. Nesse sentido, o caráter de "exemplaridade" do qual se revestiam as atividades policiais inseria-se na concepção de civilização em voga, legitimando atividades chamadas "modernizadoras" como no caso do fichamento das prostitutas e,

mais tarde, a criação da *República do Manguê*.

A região do Manguê, no contexto aqui estudado, passou a delinear-se com as obras da atual Avenida Presidente Vargas. A ideia era demolir as habitações consideradas insalubres (inclusive diversos bordéis) a fim de dar lugar a uma moderna avenida que, cruzando todo o centro da cidade, ligasse o porto à zona norte da cidade. A demolição de habitações consideradas impróprias à modernidade já havia ocorrido em outros momentos da história da cidade, como, por exemplo, no caso da construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), durante a administração Pereira Passos. Todavia, apesar dos esforços na tentativa de "civilizar" a cidade, a região mais próxima do canal do Manguê, mesmo após o Estado Novo, abrigava casas de baixo meretrício. Para lá se dirigiram as mulheres oriundas do contingente de imigrantes do período da 2ª Guerra que iam conviver com migrantes de diferentes regiões do país que, seja por falta de qualificação para a obtenção de um emprego urbano, seja por terem sido abandonadas pelo companheiro, ou mesmo por identificarem no meretrício uma forma livre de exercício da sexualidade, viam na prostituição uma alternativa de sobrevivência. No final dos anos 40, o Manguê era conhecido como uma importante área de prostituição da cidade, de modo que, mais tarde, com a criação da *República do Manguê*, ao corpo feminino prostituído acenava-se a possibilidade das paredes dos bordéis que substituiriam as vitrines das

calçadas. Bordéis policiados e medicados.

É importante lembrar que o Rio de Janeiro, mesmo após a transferência da capital para o Planalto Central, em 1960, conservou diversas tradições e instituições. Dessa forma, a cidade continuava a ser vista como uma espécie de síntese nacional e exemplo para as demais regiões do país. Manifestações de “desordem” eram, portanto, encaradas como um alerta para o resto da nação, por isso, a criação da *República do Manguê* obteve o revestimento de medida exemplar. Entretanto, o fichamento das prostitutas na polícia data de época um pouco anterior: nos anos 30, a Delegacia de Costumes e Diversões Públicas (DCD) passara a se encarregar desse fichamento, preocupando-se basicamente com as prostitutas que trabalhavam diretamente nas ruas da cidade<sup>2</sup>. A partir de 1954, a DCD passou a encaminhar as prostitutas fichadas ao 13º Distrito Policial, localizado à Rua Julio do Carmo, nº 17, em plena “zona” do Manguê. O objetivo de tal providência era o de efetivar a criação de uma área destinada à existência de bordéis higienizados, controlada pela polícia (o 13º DP) e pelas autoridades médicas (a Fundação Gaffrée e Guinle). Era a criação da *República do Manguê*. (LEITE, 2005)

O termo *República do Manguê* teve sua origem na própria instituição policial, tendo como objetivo caracterizar a área pela especificidade do gerenciamento direto dos bordéis por meio da figura de *gerentes* eleitas pelas prostitutas (isto é, a “República” caracterizava-

se por um regime de representatividade). O período de sua existência comprovada corresponde ao início do fichamento das prostitutas pelo 13º DP (mais tarde 6ª DP) – 1954 - até 1974, vésperas da fusão do Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro, alterando a configuração da estrutura da administração policial do antigo Distrito Federal.

Partindo das fichas policiais das prostitutas e tomando a questão das relações de poder (polícia/sociedade/prostituta/cliente), propomos estudar, neste artigo, a situação do cotidiano das prostitutas que trabalharam na *República do Manguê de 1954 a 1974*, e as relações com a ação policial no referido período e local. O fichamento das prostitutas pelo 13º DP pode ser dividido em dois períodos básicos: de aproximadamente 1954 a 1970, quando eram utilizadas as fichas de “modelo azul”; e de 1970 a 1974, quando eram utilizadas as fichas de “modelo amarelo”. Encontramos também fichas de um modelo não específico que denominamos “modelo branco”, que eram utilizadas bem no início da operação de cadastramento (LEITE, 2005). Para o diálogo com as fontes, nosso recorte girou em torno de questões basilares sobre as diferentes relações possíveis entre a polícia e as prostitutas.

Dividimos nossa abordagem em três dimensões. Primeiramente, expusemos sobre a convivência entre atitudes possíveis, na segunda metade do século XX, do Estado em relação à prostituição, e sobre o papel da ação policial diante dessas possibilidades. Seguimos abordando

<sup>2</sup>Mesmo que os dispositivos legais não se encontrem voltados contra a prostituta, a lei permitia à polícia registrar meretrizes desde o decreto 4405 de 17 de abril de 1928 (regulamento policial), em seus artigos 408 e 410. Sobre esses aspectos jurídicos e a ordem repressiva, ver ANJOS JÚNIOR, Carlos S. V. dos (1989).

a criação da República do Manguê nesse contexto, e concluímos analisando, em seu cotidiano, as relações entre polícia e prostitutas considerando as diferentes intencionalidades da ação policial, o controle médico, e as relações entre as prostitutas. Para tanto, a instituição policial foi considerada em sua dimensão societal tendo como referência os estudos de Jean Jacques Gleizal. (GLEIZAL, 1985; GLEIZAL e BOISMENU, 1988).

Essas dimensões nos ajudaram a refletir sobre casos como o de Angelina, vulgo Jurema, natural de Ponta Grossa (RJ), nascida aos 02/08/1927, bailarina, branca, cujo primeiro registro na *República do Manguê* é de 08/11/1954. Em sua ficha consta que "*Criada por seu avô. Aos 15 anos foi deflorada por um namorado cujo nome não mais se lembra [...]*". Ou como o de Marina, nascida aos 22/09/1927, doméstica, casada, de instrução primária, branca, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 13/09/1966, que: "*Separou-se de seu marido acerca de 14 anos, indo residir com outro homem [...]*". Ou ainda o histórico de Jovelina, natural de Macaé (RJ), nascida em 15/02/1923, doméstica, casada, analfabeta, branca, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 08/11/1954, onde consta que: "*[...] Deixando o meretrício e alegando maus tratos, passou a trabalhar em casas de família, em café em pé. Trabalhou como bailarina no Novo México[...]*".

Mulheres que fugiam de categorias supostamente universais e naturais, mas que assumiram um não enquadramento, seja por

possuírem um temperamento extrovertido, seja por condições socioeconômicas adversas. Assim, foi estudada, no cotidiano da *República do Manguê*, uma demonstração de resistência a uma ordem estabelecida através de uma disciplina organizada pela instituição policial com supervisão médica.

### **Polícia e Prostituição: uma relação possível**

Na dinâmica da redefinição dos papéis e valores femininos que ocorreu no século XX, também houve um movimento entorno da figura da prostituta. Na França do início do século, por exemplo, uma lei havia incorporado os reclames abolicionistas e proibido os cadastramentos policiais, bem como as visitas médicas. Durante a ocupação alemã, no entanto, permitiu-se o retorno da grande exploração das "maisons closes". Em 1945, com a lei Marthe-Richard, desmantelou-se juridicamente toda a engrenagem que sustentava a existência dessas "casas de tolerância" (ADLER, 1990). A Assembléia Nacional Constituinte Italiana, em 1946, por sua vez, votou um projeto de lei que permitia a interdição das casas de tolerância; no entanto, daí em diante, vivendo na clandestinidade, as prostitutas passaram a sofrer forte perseguição policial e, mesmo assim, foi inevitável o ressurgimento das casas especializadas. Não obstante a lei, em diversos países a instituição policial passou a administrar a necessidade de estabelecer outros limites de tolerância para a prostituição (PEREIRA, 1976). Um rápido olhar sobre essa trajetória nos

leva a verificar a convivência de três diferentes atitudes possíveis, na segunda metade do século XX, em relação à prostituição (PEREIRA, 1976):

1. O Proibicionismo: atitude radical porque considerava a prostituição por si só um delito.
2. O Regulamentarismo: atitude que defendia a intervenção do Estado na prostituição a fim de normatizá-la. Baseia-se em argumentos como a possibilidade da defesa sanitária com o objetivo de reduzir as doenças venéreas; a inevitabilidade da prostituição enquanto "mal necessário"; a salvaguarda das famílias; etc.
3. O Abolicionismo: atitude que não admitia qualquer forma de intervenção do Estado. Considerava a prostituição imoral, mas não ilícita. Baseava-se em argumentos como a não eficácia da defesa sanitária que fiscalizava apenas a prostituta e não seus clientes; a impossibilidade de se converter o Estado em proxeneta; ser a prostituição um flagelo social como outros que são ignorados; o respeito pela pessoa humana, etc.

Em 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU), durante a convenção de Lake Success, declarou-se contrária às medidas que discriminavam prostitutas. Como decorrência da posição da ONU, o Brasil, em 1958, terminou por aprovar um decreto legislativo determinando a ilegalidade de

qualquer forma de discriminação em relação às prostitutas. Em face dessa situação, o comportamento da polícia em relação à prostituição tornou-se paradoxal, e passou a ampliar atitudes já experimentadas que tentavam conciliar os anseios da moral vigente, aquilo determinado pela lei, e as convenções internacionais.

A posição da polícia era, dessa forma, peculiar. No presente estudo, compreendemos, baseando-nos em Gleizal (1985), que a relação entre a polícia e a sociedade está contida dentro de certos limites: os da função, da instituição, e da administração policial, por um lado, e os das regras da legalidade, por outro. Função, instituição e administração policial estão, todavia, submetidas à ação policial, praticada com base na necessidade imediata dos fatos para os quais a sociedade demanda o controle policial. Nesse contexto, as regras são constantemente ultrapassadas pela prática, pois "[...] *A polícia deve agir na legalidade, ela não pode fazê-lo, no entanto, ela deve fazer como se o pudesse. É falso afirmar que a polícia seja uma instituição de direito, também não é correto sustentar o contrário. A polícia está ao mesmo tempo dentro e fora do direito.*" (GLEIZAL, 1985: 15). Concluimos, portanto, que a ação policial se transforma à medida que uma nova relação com a sociedade se impõe. E é à ação policial que nos referimos quando refletimos sobre a relação entre polícia e prostituta no cotidiano da *República do Manguê*. Mas, afinal, por que o Manguê? Desde a virada do século, esta vinha sendo uma área de grande

concentração de casas de prostituição. Todavia

"[...] nos idos 1950 as coisas eram diferentes. O Manguê dessorado, depois que o general Alcides Etchgoyen expulsou as mulheres das ruas quentes da cidade nova, começava a cobrar novo alento. As prostituídas de 1930, quando a velha zona alcançava o máximo esplendor, com uma quantidade enorme de francesas, polonesas, estonianas, russas, romenas, uruguaias e também muitas brasileiras, haviam envelhecido no serviço ativo. Houve as que voltaram às suas terras, algumas mudaram de profissão, outras amigaram-se ou mesmo casaram, não poucas sucumbiram ao peso da tragédia, e, finalmente, umas tantas ficaram fiéis aos prostíbulos e se converteram, em empresárias...". (PEREIRA, 1976: 99).

O aspecto urbano da área também havia mudado, visto que a Avenida Presidente Vargas cruzava, então, todo o centro da cidade. Como as tarifas cobradas eram baixas, os clientes eram muitos, o que caracterizava o baixo meretrício. A polícia não atuava energicamente, pois, se, por um lado, o Brasil se posicionava favorável ao "abolicionismo" após as resoluções da ONU (o que não significava concordar com a manutenção dos bordéis), por outro, havia o suborno e a alegação da falta de diretrizes de ação. Alguns policiais, no entanto, tinham interesse em tentar novas medidas, experimentar algo além do que se vinha fazendo na Europa, onde toda uma rua com vitrines onde as mulheres eram exibidas vestidas (Herbertstrasse) fora isolada. No caso do Manguê, pensava-se em algo mais arrojado:

"Dirigia, nessa época, a Seção de Meretrício da Delegacia de Costumes o então comissário Carlos Navarro de Andrade. Decidiu ele, com aquiescência de seus superiores, realizar uma audaciosa guinada na condução do assunto. Constatara que nos velhos pardieiros das ruas Julio do Carmo, Benedito Hipólito, e adjacências, aboletavam-se mais de duas mil mulheres que trabalhavam sob a batuta de um grupo de estrangeiros. Os lucros das empresárias eram realmente fabulosos, não obstante o alto preço do suborno inevitável". (PEREIRA, 1976: 137).

O primeiro passo dado pela polícia foi proibir a permanência das antigas administradoras nos bordéis. A menor tentativa de reação era respondida com a prisão e utilizou-se o policiamento ostensivo para impedir a volta das cafetinas. Em segundo lugar, os antigos estabelecimentos foram entregues às prostitutas para que elas próprias os gerenciassem. A polícia local (o 13º DP) reuniu-as para que tomassem ciência da nova situação e de seus direitos e deveres. Era uma atitude paternalista.

"Estava proclamada a república do Manguê, como pitorescamente se chamou a operação. Em cada lupanar, sob a vigilância policial, realizou-se uma eleição. As mulheres escolhiam livremente uma gerente, por maioria de votos. Por um período de tempo variável, administravam elas a casa, sendo, após, substituídas, por outra, na direção do negócio. O cargo possuía caráter rotativo cabendo a todas, teoricamente, o direito de exercê-lo". (PEREIRA, 1976: 138).

Enquanto isso, nem todos se conformavam com a atuação da

polícia. As antigas exploradoras dos bordéis chegaram mesmo a tentar uma ação judicial contra o 13º DP, mas fracassaram. Em alguns casos, conseguiram subornar as novas gerentes para que estas trabalhassem apenas como intermediárias. Por baixo dos braços protetores da polícia, algumas brechas apareciam. De qualquer modo, mesmo que a polícia não interferisse na economia dos bordéis, sabemos, através das fichas das prostitutas, que a participação das autoridades na *República do Manguê* não foi apenas inicial.

Polícia e prostitutas relacionavam-se desde o recrutamento para o trabalho na *República*. O trabalho era simples: às prostitutas já fichadas na Delegacia de Costumes e Diversões Públicas (DCD) era comunicada a existência de uma nova área na cidade onde poderiam exercer o seu trabalho "livremente" mediante controle médico e policial. Para aquelas que recém chegavam à cidade, pesava a orientação de porteiros de hotéis ou de alguma amiga mais experiente. Havia ainda situações de mulheres já residentes na cidade, mas que, geralmente por desemprego repentino ou abandono do companheiro, resolviam procurar outra forma de se sustentarem sem que necessitassem enfrentar um mercado para o qual não estavam qualificadas, já que a maioria era analfabeta. Citamos o caso de, Ana, natural de Juiz de Fora - MG, parda doméstica, solteira, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 26/01/1955. Já sendo prostituta há algum tempo e fichada na DCD, optou pela

"legalidade" do Manguê, consta em sua ficha:

"[...] Aos 18 anos veio para esta Capital, passando a trabalhar em casa de família o que fez durante treis(sic) anos, passando em seguida a exercer o meretrício "trottoir" pelas ruas da cidade. Presa pela Delegacia de Costumes por treis(sic) vezes, onde declara ter sido fichada. em 26 de janeiro de 1955, após ouvida pelo Dr. Delegado, foi pelo mesmo concedido o registro da fichada para frequentar a zona do Manguê"

Por sua vez, Arlete, vulgo Odete, natural de Campos - RJ, branca, doméstica, casada, sem residência determinada, e cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 12/07/1958, teve iniciativa própria: "[...] como ganhava pouco, não dando mesmo para as despesas, resolveu a vir a este DP pedir para ser fichada como meretriz"

Já Francisca, natural de São Fidelis - RJ, branca, doméstica, solteira, nascida aos 09/03/1937, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 23/01/62, era prostituta no centro da cidade e: "[...] Para evitar detenções, resolveu fazer ficha para o Manguê". Dentre os mais diversos exemplos sobre as orientações e motivações para o "cadastramento espontâneo", destacamos ainda Lia, natural de Minas Gerais, morena, doméstica, solteira, analfabeta, nascida aos 10/05/34, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 24/03/1955, "[...] Em 24 de março de 1955, após anuência do Dr. Delegado foi registrada para retornar ao Manguê".

Casos mais graves eram os daquelas que se tornavam amantes de policiais e por eles eram levadas à zona. Assim, Nilcea, natural do Rio de Janeiro, branca, doméstica, solteira, de instrução primária, nascida aos 27/05/1937, cujo primeiro registro na *República do Mangue* data de 16/05/1955,

"Foi deflorada com a idade de 14 anos, pelo seu namorado quando ainda se encontrava em companhia de seus pais. O evento se verificou quando a mesma resolveu fugir de casa com esse rapaz que é Polícia Especial e ficou residindo com o mesmo um ano. Quando quis voltar à companhia de seus pais foi recusada pelos mesmos. Na ocasião em que vivia com esse rapaz, o mesmo levou-a para trabalhar na zona [...]"

Entretanto, era na negociação de rotinas que se podia perceber o alcance da ação policial, inclusive interditando a prostituta atestada doente pela Fundação Gaffrée e Guinle. Tanto *gerentes* quanto policiais eram de opinião que os bordéis deveriam constituir-se em ambientes "sadios". Assim, compreende-se a necessidade da atuação policial e do controle médico sobre a *República do Mangue*, visto que o "recrutamento" para os bordéis relacionava-se à manutenção da saúde nos ambientes. Assim, em relação à questão sanitária, verificamos que o "neutralismo" não difere em muito das propostas regulamentaristas. Além disso, a prosperidade de um bordel dependia da fama de seus atributos, entre eles a limpeza, a organização e a segurança. Por isso, as prostitutas aceitavam a disciplinarização policial e aquelas que ficavam conhecidas

como "ladras", "bagunceiras", "bêbadas", ou "doentes", possuíam o registro de suas "falhas" em suas fichas, o que tornava o acesso ao trabalho nos estabelecimentos dificultado, e até mesmo proibido.

Assim, por exemplo, Carmelia, natural de Serra Negra - SP, branca, solteira, doméstica, com instrução "rudimentar", nascida aos 10/02/1926, cujo primeiro registro na *República do Mangue* data de 30/10/1954, teve anotado em sua ficha: "[...] *Está na zona há 3 anos[...]. 22/06/61 - Suspensa por 5 dias, por falta de disciplina*". Sendo que aos "26/06/61. *Voltou a trabalhar no mesmo endereço*". Com Iracyas autoridades responsáveis foram inclementes. Parda, solteira, doméstica, nascida aos 14/01/1933, sem a informação da data de sua entrada na *República do Mangue*, teve registrada no alto de sua ficha a palavra "expulsa". No verso, no espaço reservado para "observações", consta apenas o endereço do bordel: Pinto de Azevedo, nº 35, e, novamente, a palavra "expulsa" manuscrita. Não consta a data da expulsão em seu histórico.

A repressão e a disciplina se estendiam para fora dos bordéis, visto que era terminantemente proibido exercer a prostituição fora dos limites estabelecidos para o funcionamento da *República do Mangue*. Por isso, Adélia, cujo primeiro registro na *República do Mangue* data de 19/09/1956, mesmo sendo a primeira vez que trabalhava no Mangue e não tendo ficha na DCD, foi punida: "24-1-62. *Foi autuada no Art. 59 da L.C.P. por ter sido encontrada perambulando fora*



do Manguê, fazendo baderna com companheiras. [...]28-2-62. Voltou a trab. Pinto de Azevedo, 21. - B. 6-11-64". Nesse caso, há a data do dia em que Adélia deixou a *República do Manguê* marcada com um "B" de "baixa". Tal cuidado foi verificado em um número muito pequeno de fichas.

Também Eva, natural do Rio de Janeiro, branca, solteira, balconista, com instrução "rudimentar", nascida aos 29/08/1942, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 29/06/1964, foi punida por romper as normas: "Exerce o meretrício há quatro anos, já tendo sido detida várias vezes por esse motivo pela 3ª DP, pois exercia o meretrício volante na Cinelândia.[...].17-7-1964- [...] foi detida por estar no interior de um bar na zona do meretrício." No caso de Augusta, natural do Estado de Minas, morena, solteira, doméstica, com instrução primária, nascida aos 25/08/1934, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 23/11/1954, o controle policial exigiu-lhe a identificação obrigatória (crachá), registrando em seu histórico: "29.4.1955. Encontrada pela turma da fiscalização à rua Pinto de Azevedo, 29, sem a devida comunicação". A "turma da fiscalização" tampouco ignorou o caso de Anita, natural de Ilhéus - BA, parda, casada, doméstica, analfabeta, nascida aos 31/08/1931, cujo primeiro registro da *República do Manguê* data de 12/11/1954, e que foi aos "25.4.1955. Encontrada no bordel da rua Pinto de Azevedo, 21, sem o devido registro".

O controle policial não se restringia apenas às questões de desobediência. Agiam com igual

firmeza nos casos de doenças detectadas durante os exames periódicos efetuados na Fundação Gaffrée e Guinle. É o caso, por exemplo, de Celma, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 02/06/1961. Nas observações contidas em sua ficha, há os seguintes dizeres: "Nesta data foi suspensa da zona por motivo de doença e conforme comunicação do serviço médico da Fundação Gaffrée e Guinle".

Alternides, natural do Espírito Santo, branca, casada, doméstica, nascida aos 10/10/1932, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 01/08/1957, também teve problemas médicos, conforme se verifica através das anotações em sua ficha: "11/05/1961. Nesta data foi suspensa da zona, por motivo de doença, conforme comunicação feita do serviço médico da fundação Gaffrée e Guinle". Ou ainda o caso de Neuza, natural de Minas Gerais, preta, solteira, doméstica, analfabeta, nascida aos 05/02/1929, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 27/10/1954, e que foi aos "11/07/56. afastada do manguê durante 2 anos. internada no Manicômio débil mental, proibida de trabalhar".

Em estudos anteriores (LEITE, 2005), refletimos sobre como negociando uma ordem disciplinar no interior da *República do Manguê*, a prostituta poderia retribuir à amenização de uma punição através de informações sobre o paradeiro de pessoas procuradas pela polícia. Considerando tais contextos de negociações, observa-se que, na atividade de prostituta, a mulher

interage com o policial, com outras prostitutas, e com os clientes. Prostituta e policial negociam os meios que legitimam o seu convívio, implicando a admissão recíproca de compromissos tácitos. Prostituta e prostituta negociam um espaço físico, um espaço moral e um espaço afetivo. Prostituta e cliente negociam uma realidade comum a ambos através de comunicações ritualizadas que pressupõem um determinado compromisso. O cotidiano na *República do Manguê* era um palco de negociações.

## Cotidiano de Negociações

Dentro das paredes dos bordéis da *República do Manguê*, as prostitutas desenvolviam seus próprios códigos e relações, unidas pela segregação. O limite era duplo, visto que além das paredes dos bordéis existiam as fronteiras estabelecidas para a existência da *República do Manguê*. Apesar de partilharem uma situação em comum, as prostitutas necessitavam criar uma hierarquia a fim de estabelecer laços sólidos de mútuo respeito entre si. Tal hierarquia fundia-se com a disciplinarização imposta pela polícia. As gerentes eram encarregadas de administrar o bordel para o qual eram eleitas por maioria dos votos. O cargo possuía caráter rotativo, de forma que, teoricamente, todas poderiam exercê-lo. Na prática, o cargo ficava limitado àquelas alfabetizadas que dominassem as operações matemáticas básicas. As zeladoras também eram eleitas, mas sua função era a de "arrumadeira" do

bordeel. Apesar de toda a experiência funcionar sob as vistas da polícia, algumas gerentes terminaram por explorar as prostitutas, segundo registra Armando Pereira (1976). Assim, na ficha de Ana, vulgo "Paquita", parda, solteira, doméstica, nascida aos 20/01/1945, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 11/07/1967, consta que "Em 26 de junho, de 1967 foi eleita pela maioria para ser 'ZELADORA' do bordel mencionado".

Diversas formas de afirmação eram utilizadas como estabelecimento de uma hierarquia da força, sendo as mais comuns ligadas à violência existente entre as prostitutas. É interessante percebermos que tais atitudes violentas, por vezes, eram decorrentes da simples convivência cotidiana em um mesmo espaço profundamente delimitado, no qual se operavam desde a partilha de objetos pessoais até a disputa pelos clientes. Dessa forma, não raros eram os casos de agressão entre as prostitutas de um mesmo bordel, o que era usado para justificar mais uma vez a ação disciplinadora da polícia. Assim, no histórico da ficha de Cléa, natural do Estado do Rio, preta, solteira, doméstica, analfabeta, nascida aos 28/03/1935, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de setembro de 1959, consta que "[...] Já foi presa pela Costumes. [...] 16.10.60 Suspensa por três dias por estar envolvida em caso de agressão no interior da rua Afonso Cavalcante 68. Suspensa por três dias".

Também Dalva, natural da Guanabara, parda, solteira, costureira, de instrução

"rudimentar", nascida aos 02/11/1943, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 01/10/1964, teve registrada em sua ficha uma atitude de violência contra outra prostituta: "24.7.65. *Acusada de agressão a lâmina Gillette na pessoa de outra mundana. Inquérito 356/65*". Da mesma forma, Edinea, natural de Petrópolis - RJ, parda, solteira, doméstica, com instrução primária, nascida aos 10/10/1935, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 13/11/1959, foi aos "13.2.60. *Susp. (sic) 3 dias por discutir e provocar desordem na casa (13.14. e 15)*".

Foi possível, também, verificar alguns casos de furto no interior dos bordéis, como o de Nair, natural do Rio de Janeiro, preta, casada, doméstica, analfabeta, nascida aos 01/04/1933, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 08/11/1954, que foi aos "14/7/1954. *processada por furto*".

Se a polícia agia punindo aquelas que eram violentas com outras prostitutas dentro dos bordéis, por outro lado, também sabia ser condescendente e quase paternalista nos casos de tragédia. Anita, apesar de ter sido duramente punida com a expulsão, pôde voltar à *República do Manguê*. Segundo consta no histórico de sua ficha:

"10.7.58. *Suspensa (sic) 30 dias por desacato, desordem, embriagues, por determinação do Dr. Delegado. [...] Por determinação do Dr. Delegado, fica espulsa (sic) do baixo meretrício 'ANITA [...]' por continuar a fazer desordens desacatando os policiais em serviço. [...] Rio - 10-7-58.30.1.959. retornou ao meretrício por determinação do Dr. Delegado, em vista da mesma ter apresentado*

ao Dr. Delegado, ter sido vítima das enchentes em Caxias tendo perdido [...]".

Destaca-se ainda a vigilância policial no que diz respeito à violência da prostituta consigo mesma. Isto pode ser verificado nos casos de punição envolvendo o artigo 129 do Código Penal (aborto terapêutico), e os registros de suicídio.

Por sua vez, no caso da prostituta em relação ao cliente, encontramos constantes referências a roubos. Na ficha de Cléa, por exemplo, encontramos a seguinte observação manuscrita: "*Tira dinheiro dos fregueses e esconde até na vagina. Inf. da subgerente*". Na ficha de Odete, vulgo "Sonia", natural de Miracema - RJ, parda, solteira, doméstica, analfabeta, nascida aos 13/05/1931, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 12/11/1954, consta que aos "6-10-958. *Rua Afonso Cavalcante 61. Suspeita de furto, quando estava com freguês*".

Observamos, assim, que, apesar da intencionalidade e da funcionalidade da ação policial que envolvia a criação e manutenção da República do Manguê, a prostituição não chegou a ser de fato normatizada, nem extinta, nem assistida. As resistências eram frequentes e diversas.

## **Rotina de resistências e outras considerações**

Mesmo "negociando" com a polícia, a prostituta via nas formas de resistência às normas de disciplina maneiras de romper com o contexto de negociações. Para além dos roubos, brigas com colegas e uso de

bebidas, a prostituta assumia atitudes que evidenciavam as contradições em tal processo de interação. As normas eram ditadas pela polícia, portanto, quem rompia o processo de negociações eram as prostitutas. Muitas mulheres desejavam fugir do controle policial, sentiam vergonha com o registro das fichas, com a proximidade dos limites da lei, com sua própria condição de prostituta, etc. Caso comum era o de mulheres que se recusavam a usar suas carteirinhas de identificação. Ora, se todo o processo de fichamento da prostituta na polícia já despertava um sentimento de humilhação, o que dizer do porte da carteirinha de identificação que evidenciava sua profissão?

Foi o caso de Leontina, natural de Rio Bonito - RJ, parda, solteira, doméstica, analfabeta, nascida aos 15/01/1921, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 12/11/1954, que foi aos "24.4.1955. *Encontrada no bordel da rua Pinto de Azevedo, 21, sem o devido registro*". Caso semelhante foi o de Julieta, natural do Distrito Federal, branca, viúva, doméstica, nascida aos 02/02/1915, e cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 27/11/1954, que foi "*Encontrada sem registro no PA - 29 - Em 27.2.60. Carnaval, quando foi determinado o fechamento das casas*".

Outra forma de expressar a não concordância com o cadastramento era a relutância em apresentar fotografias à polícia. Germaine, por exemplo, francesa, possui registrado em sua ficha que aos "10.12.1954. *sahiu (sic) por não querer dar 1 fotografia na casa, dizendo que não voltaria mais*".

Outro caso interessante é o de Maria, vulgo "Aidée", de Buenos Aires - Argentina, branca, solteira, doméstica, nascida aos 27/09/1907, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 25/10/1954, que aos "2.2.62. *Foi advertida porque entregou a carteirinha nas mãos de uma mulher (Ilca[...])*".

A frequência com que as prostitutas mudavam de bordel, bem como a sua característica em usar um pseudônimo, também são expressões da tendência de não criar raízes, de construir novas identidades, de resistir aos limites impostos. Algumas sequer se incomodavam em ir ao 13º DP para comunicar a mudança de local de trabalho, agiam por conta própria ignorando a autoridade policial. Foi o caso de Olga, natural do Distrito Federal, morena, solteira, costureira, de instrução primária, nascida aos 16/08/1930, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 26/10/1954, que foi aos "27.1.1955. *Localizada á rua Pereira Franco, 27. Advertida por não ter feito a transferência*".

Muitas não se adaptavam à estrutura do trabalho regulado e desistiam, não mais aparecendo para o serviço. Assim, Maria, natural de Juiz de Fora - MG, preta, solteira, doméstica, de instrução rudimentar, nascida aos 14/08/1932, cujo primeiro registro na *República do Manguê* data de 17/05/1957, terminou por desistir do trabalho na área, e consta em sua ficha que aos "6.12.959. *foi dada baixa por não aparecer para trabalhar*".

Também Marly, vulgo "Ciganinha", natural de Porto Alegre - RS, branca, casada, doméstica, de

instrução "rudimentar", nascida aos 06/04/1932, cujo primeiro registro na *República do Mangue* data de 16/12/1954, pensou em abandonar o Mangue, mas desistiu da ideia, conforme consta em sua ficha: "29.12.1954. *Baixada da casa acima. Alegou que iria deixar a zona*" e "3.1.1955. *Voltou a freqüentar o 17 do Pinto de Azevedo*".

Outro caso é o de Natalia, branca, viúva, doméstica, nascida aos 04/09/1916, cujo primeiro registro na *República do Mangue* data de 28/07/1964, que fez o registro no 13º DP, mas não se apresentou em bordel algum: "*Não solicitou reg. em nenhuma casa*". Alguns casos, além de contrariar as regras impostas pela polícia para a *República do Mangue*, também iam de encontro à lei. Na ficha de Maria, cujo primeiro registro na *República do Mangue* data de 18/10/1954, está escrito que aos "\_\_\_/4.60. *Foi feito um flagrante de maconha, na r. Pereira Franco, 72, onde residia, nada sendo apurado contra a fichada*". Também Dalva, demonstrou estar bem próxima dos interesses policiais, pois "*Colaborou na captura do amigo de seu amante, que é ladrão procurado pela Polícia, tendo seu amante fugido*".

Ao concordar com o trabalho no *Mangue*, diferentes mulheres

buscavam fazer sobreviver também sua dignidade, sua sexualidade e sua afetividade. Observamos, em outra investigação sobre o tema (LEITE, 2005), que a mulher da *República do Mangue* buscava a prostituição basicamente alegando três principais razões: dinheiro (para seu próprio sustento ou de seus filhos), prazer (intimamente ligado à afirmação de sua sexualidade), e vergonha de sua situação de "mulher não virgem" e, portanto, "impura". Considerando mais uma vez essa compreensão, concluímos que a ideia de liberdade, principalmente a liberdade sexual, estava presente no imaginário acerca da prostituição no período em questão, uma época de transição dos valores culturais e de grande transformação no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade. A cidade do Rio de Janeiro, reformada e reformando-se, apesar de confinar a *República do Mangue* atrás de tapumes, por meio de crachás, fichas policiais e prontuários médicos, dava um novo sentido àquelas ruas da chamada Cidade Nova, região da cidade maravilhosa onde conviveram escolas de samba, prostíbulos e um hospital de alienados.

## Referências:

- ADLER, Laure. **La vie quotidienne dans les maisons closes (1890 - 1930)**. Paris: Hachette, 1990.
- ANJOS JÚNIOR, Carlos Silveira Versiani dos. **A serpente domada** (um estudo sobre a prostituta de baixo meretrício). 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UNB, Brasília, 1989.

GLEIZAL, Jean-Jacques. **Le désordre policier.** Paris: Presses Universitaires, 1985.

GLEIZAL, Jean-Jacques e BOISMENU, Gérard (Org.). **Les mécanismes de régulation sociale:** la justice, l'administration, la police. Montreal: Boréal/Presses Universitaires de Lyon, 1988.

LEITE, Juçara Luzia. **A República do Mangue:** controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954 a 1974). Rio de Janeiro: Yendis Ed. 2005

PEREIRA, Armando. **Prostituição:** uma visão global. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas...** a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Ática, 1992.

## COMPONDO HISTÓRIAS (RE) INVENTANDO ESPAÇOS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE NO MEMORIAL JACKSON DO PANDEIRO

Lucilvana Ferreira Barros<sup>1</sup>  
Roberg Januário dos Santos<sup>2</sup>  
Iranilson Buriti de Oliveira<sup>3</sup>

### Resumo

O presente trabalho se constitui em uma proposta de reflexão acerca da relação entre História, Memória e Identidade. Partindo de uma perspectiva historiográfica recente ancorada nos estudos de História Cultural, buscamos neste artigo analisar a configuração imagético-discursiva da identidade Jacksoniana em Alagoa Grande/ PB. Buscamos compreender de que forma vem sendo gestado no município, em especial após a inauguração do Memorial Jackson do Pandeiro, em dezembro de 2008, a noção de identidade/pertencimento nos Alagoa-grandenses a partir de uma memória musical; Que condições de possibilidade impulsionaram a administração municipal desenhar no coração da cidade um memorial, inscrevendo-lhe a face de um espaço da saudade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999. pg.51), lugar de memória (NORA, 1993), e de pertencimento (FÉLIX, 1998). A partir de que circunstâncias, motivações e desejos ocorreu a necessidade no município de implantação do Memorial Jackson do Pandeiro ajudando a inscrever na memória de seus moradores um passado musical?

**Palavras-Chave:** Alagoa Grande, Identidade, Jackson do Pandeiro

### Abstract

This article constitutes has proposal to reflect about the relationship between

History, Memory and Identity. This study begins from a recently historiographical perspective anchored in the studies of Cultural History, in this article we seek to analyze the configuration of the image-discursive identity Jacksonian Alagoa Grande / PB. We seek to understand how it has been conceived in the city, especially after the inauguration of the Memorial Jackson do Pandeiro in December 2008, the notion of identity / belonging in Alagoa Grande from a musical memory; That conditions of possibility boosted the municipal administration to draw a memorial in the city heart, inscribing a nostalgic' space face (ALBUQUERQUE JR, 1999: 51), place of memory (Nora: 1993) and belonging (Felix: 1998). From what circumstances motivations and desires in the city was the need for implementing the Memorial helping to enroll in the memory of its residents a musical past?

**Keywords:** Alagoa Grande, Identity, Jackson do Pandeiro.

### Introdução

*"O ato de lembrar é, sobretudo, o trabalho de localizar lembranças no tempo e no espaço"*  
(SPERCE, 2002)

De acordo com Clerton Martins (2004: 40), "o que dá sentido a um lugar, é o conjunto de significados, os símbolos que um determinado povo atribui a este espaço". E os significados, os símbolos, são construídos a partir das múltiplas experiências que os indivíduos mantêm ou mantiveram com o mesmo.

<sup>1</sup> Mestranda e Bolsista REUNI/PPGH/UFCG.

<sup>2</sup> Mestrando e Bolsista REUNI/PPGH/UFCG.

<sup>3</sup> Professor Doutor/PPGH/UFCG

Nesse sentido, os espaços são por excelência tecidos a partir dos tempos acumulados, que imprimem nos lugares suas marcas e significados, estes ao serem revistos ou reelaborados ganham nova apresentação, mas ainda guardam em seu bojo resquícius dos fios tecidos por distintas temporalidades. No rastro dessas observações, é profícuo afirmar que o desenho de um lugar registra muito mais que sua construção material. A arquitetura diz mais que sua aparência, revela: arte, beleza, significados, medos, sonhos, símbolos, memória e afetividade e sensibilidades.

Os lugares também podem ser construídos como guardiões de memórias, detentores de histórias, de (res) sentimentos, e servirem como produtores de identidades, imagens, discursos e práticas em torno de um sujeito ou objeto, atribuindo-lhes por vezes o estereótipo da eternidade. No ritmo dessas considerações, buscamos neste artigo analisar a configuração imagético-discursiva da identidade Jacksoniana em Alagoa Grande/ PB. Buscamos compreender de que forma vem sendo gestada no município, em especial após a inauguração do Memorial Jackson do Pandeiro, em dezembro de 2008, a noção de identidade/ pertencimento nos Alagoa-grandenses a partir de uma memória musical; Que condições de possibilidade impulsionaram a administração municipal desenhar no coração da cidade um memorial, inscrevendo-lhe a face de um espaço da saudade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999. pg.51), lugar de memória (NORA, 1993), e de pertencimento (FÉLIX,

1998). A partir de que circunstâncias, motivações e desejos ocorreu a necessidade no município de implantação do Memorial Jackson do Pandeiro ajudando a inscrever na memória de seus moradores um passado musical?

## **História, Memória e identidade no Memorial Jackson do Pandeiro/ Alagoa Grande- PB**

Ao entrarmos na cidade de Alagoa Grande/PB a primeira imagem que contemplamos é um imenso pandeiro suspenso no ar, um pórtico em forma de instrumento musical circundado por uma placa proporcional ao monumento, com os dizeres: "Alagoa Grande - Terra de Jackson do Pandeiro". A imagem instaura uma memória musical para a cidade: é a terra da música, dos cocos e sambas, de um Rei. A imagem fabrica o visitante, fazendo-o ler/ouvir os sons de uma espacialidade (de) marcada pela música. Mas este jogo de imagens não existiu desde sempre. Os arquivos que vão desde as imagens e discursos veiculados pela mídia a construção de um memorial no centro da cidade, faz parte de um projeto mais amplo: territorializar na memória dos cidadãos o sentimento de pertença ao lugar, (de) marcar em suas subjetividades os signos de reconhecimento, identificação com uma espacialidade arquitetadamente imersa em uma cultura musical, bem como legitimar perante os visitantes do município e seus habitantes o valor, respeito, e admiração que a cidade possui pela produção musical de um de seus filhos mais ilustre: Jackson do Pandeiro. É mais uma forma de (re) afirmação da



identidade do lugar, que já vinha sendo trabalhada através das celebrações das datas, festividades e rituais cívicos.

Foi no interior desta rede de preocupações que se assistiu em dezembro de 2008 a inauguração do Memorial Jackson do Pandeiro, localizado na cidade de Alagoa Grande/ PB<sup>4</sup>. Organizado e financiado pela Prefeitura municipal, em parceria com o Ministério do Turismo, e com o apoio do jornalista e escritor Fernando Moura<sup>5</sup> o local foi idealizado como arquivo de memória, devendo eternizar em seu interior os fragmentos (discos, objetos, documentos, fotografias, vestuários, instrumentos musicais, entre outros elementos) de um "passado glorioso" tecido pela trajetória do cantor e compositor Jackson do Pandeiro.

Marco da ilusão de eternidade, o memorial foi idealizado a partir de uma missão, "*Disseminar o legado do rei do ritmo, para as gerações futuras*"<sup>6</sup>, buscando através da tessitura de uma memória musical legitimar uma identidade e um passado para o lugar (im) mortalizando frestas de um passado, cujo tempo não retornaria mais.

A aceleração do mundo contemporâneo, atrelado a instantaneidade das pertencas culturais, impulsiona os sujeitos a habitarem o não-lugar, e vivenciarem forasteiramente uma ou outra forma de cultura, reafirmando a tese de que a mesma não pode ser compreendida como um elemento natural, autêntica e essencializada, de populações espacialmente circunscritas, visto que a contemporaneidade se configura como um mundo de cultura em movimento, de hibridizações, em

que os sujeitos e objetos se desvincularam de suas localidades particulares para se reconfigurarem num em espaço e tempo globais.

De acordo com a antropóloga Marta Anico (2005: 72):

Observamos no mundo contemporâneo um crescente distanciamento e alheamento dos indivíduos em relação ao seu passado histórico, às suas raízes, origens, e especificidades culturais locais, produzindo sujeitos descentrados em busca de mecanismos e instrumentos de identificação e vinculações locais em contexto mundial. Esses elementos reforçam a sensação de ausência dos referentes identitários, estabilidade e continuidade, em face de uma ameaça de ruptura e de desaparecimento de recursos culturais, reais ou imaginários, produzindo um sentimento nostálgico em relação ao passado, abrindo o caminho ao desenvolvimento de uma indústria da nostalgia em que o passado é (re) inscrito, idealizado, romantizado, e não raras vezes, inventado, mediante processos que incluem, a exemplo de Alagoa Grande, a patrimonialização da cultura.

Outros fios também vieram fazer parte desta trama de projeção de uma identidade local. Em 17 de junho de 2004, assistimos a mídia noticiar o rompimento de uma barragem na cidade Alagoa Grande, há 100 km de João Pessoa, o incidente mexeu com todo Estado. Primeiro pelo impacto do acontecido, no qual morreram cinco pessoas e milhares ficaram desabrigadas. "*Eles perderam casas, roupas, objetos pessoais, documentos, prédios, escolas, bibliotecas, áreas de lazer etc. Tudo que foi construído em uma vida inteira foi levado pelas águas*"

24

<sup>4</sup> Este se localiza atualmente na Rua Apolônio Zenaide, 687, Alagoa Grande, PB.

<sup>5</sup> Fernando Moura, jornalista, escritor e biógrafo de Jackson do Pandeiro foi o autor em parceria com Antônio Vicente da obra "**Jackson do Pandeiro**: o rei do ritmo". São Paulo: Ed. 34, 2001.

<sup>6</sup> Dados institucionais do Memorial Jackson do Pandeiro. Memorial Jackson do Pandeiro, Alagoa Grande, PB. 2010.

(BRAGA, 2005: 5). Um sentimento de vazio e perda pairou sobre a cidade após o acidente. As imagens das casas destruídas, dos animais mortos, dos destroços nas ruas. Além das perdas materiais, a população em geral, sofreu um abalo psicológico, em decorrência da perda de parentes, amigos e de objetos importantes para a segurança e manutenção, tais como: veículos, móveis e utensílios domésticos, roupas, alimentos, medicamentos, recordações como fotos e fitas VHS, entre outros objetos (SILVA, 2006: 24).

Foram atingidas cerca de 900 casas, onde 168 ficaram completamente destruídas, 345 parcialmente destruídas e, o restante foi apenas danificado (SILVA, 2006: 25). No que se refere ao patrimônio público, foi necessário (re) desenhar a infra-estrutura do município, pois foram destruídas galerias pluviais, esgotos, pavimentação, praças, postos de saúde, muros de contenção, pontes, a prefeitura, bibliotecas, e algumas escolas municipais, prejuízos incalculáveis para o lugar. Esta talvez tenha sido a maior tragédia do município de Alagoa Grande / PB, foi um verdadeiro choque humano, econômico e social gerado pelo rompimento da barragem de Camará.

A administração municipal na época do acidente pode contar com a ajuda dos governos estadual e federal, organizando abrigos para a população, levando alimentos, colchões, assistência social, medicamentos e cadastrando as famílias desabrigadas. O Governo Estadual prestou grande assistência através das Secretarias de

Infraestrutura, de Ação Social, da Agricultura e da Saúde. Estiveram presentes o Corpo de Bombeiros e a polícia Militar, a população também participou ativamente na realização da limpeza da cidade e remoção das famílias para os abrigos.

Assistiu-se após a tragédia uma verdadeira guerra de narrativas nos jornais "*Correio da Paraíba*" e "*Jornal da Paraíba*", "*a caça por encontrar as causas do acidente, os culpados, colocar o dedo em riste em nome da ajuda, da cidadania, em nome de milhares de pessoas, que em poucos segundos perderam tudo*" (BRAGA, 2005: 6). O Jornal Correio da Paraíba ligado ao grupo político do ex- governador do Estado na época e Senador da República, José Targino Maranhão lançava culpa no grupo do governador da Paraíba da época, Cássio da Cunha Lima, este por sua vez alcançava a defesa por parte do Jornal da Paraíba ligada ao partido do governador de então. Estas posturas nunca foram colocadas abertamente nos jornais, mas para muita gente estavam evidentes por causa dos acordos de bastidores, de algumas posturas adotadas e principalmente por aquilo que era materializado nos jornais ao longo dos anos (BRAGA, 2005: 6). Mas tudo que a população necessitava neste momento era reconstruir suas vidas, suas histórias, suas memórias levadas pelas águas.

A prefeitura municipal inicia um trabalho de (re) elaboração da cidade, consertando praças, ruas, construindo novas casas, novos prédios públicos. Aos poucos ia surgindo um novo cenário urbano, atrelado a um sentimento de perda, de vazio, restava agora juntar os fragmentos, pedaços de pessoas e de

coisas, das múltiplas vivências e guardá-las em novos espaços, lugares de recordação/ lugares de memória. Nas palavras de Pierre Nora (1993: 14):

Menos a memória é vivida do interior, mas ela tem a necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta ao mesmo tempo a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se a preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza de futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável.

Arquivar memórias, guardá-las para que as águas da história não as disperse, mas a leitura desses indícios, não poderia servir mais que imagens instantâneas da eternidade. Apesar do desejo de (re) inscrição do que se foi, os signos do passado não lhes permitiria mais que abertura de uma brecha no tempo, como afirma (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 201):

Provocando a evocação, fazendo chegar à consciência sensações ou imagens já vividas que aparecem como rasgões num tecido negro. Passando através destes rasgões, figuras indecisas, imagens fugidas, aparições irrepetíveis que traziam até o indivíduo o passado em estado puro, ou seja, não uma simples semelhança entre o passado e presente, uma repetição de sensações passadas e presentes que faz com que o que foi invocado surja de uma forma nova. O passado ressoa no presente, surge no presente com força viva e

violenta, de uma violência tão grande que só poderiam suportar por momentos, pois se vivessem verdadeiramente suas lembranças deixariam de compreender sua saudade e os lugares de memória perderiam seus significados.

A impossibilidade de vivê-las em sua presença impulsiona o arquivamento de seus escombros, boa parte dos signos do passado de Alagoa Grande e das vivências de seus moradores havia sido levadas pelas águas, seus referenciais identitários (familiares, casas, roupas, objetos pessoais, documentos, prédios, escolas, bibliotecas, praças, etc) os signos memorialísticos de uma vida inteira não restavam senão por meio de fragmentos materiais e de lembranças. Segundo Peter Stallybrass (2000: 58) "*as coisas não são indiferentes para seus usuários, elas possuem nomes, personalidades, passados, guardam resquícios de vivências, de histórias, de conquistas, de decepções, desejos, travessias, etc.* O apagamento de seus patrimônios simbolizava o apagamento de suas histórias, as vidas daquelas pessoas podiam ser contadas através de seus objetos. "*Às vezes é preciso perder a memória, ainda que parcialmente, para se dar conta que é ela que constitui a nossa vida*" (CANDAU, 2001: 15).

Após a enchente a cidade apressa-se em (re) criar os espaços destruídos pelas águas, buscando lembrar suas histórias, memórias gloriosas, personagens importantes, acontecimentos marcantes, era a tentativa de (re) inscrever na memória de seus moradores o

sentimento de que a cidade, mesmo em meio a escombros, ainda possuía um passado, referenciais identitários. A elaboração do Memorial Jackson do Pandeiro situou-se também a partir deste propósito, de reafirmar a identificação e vinculação local, engendrando a configuração de um referente simbólico de filiação coletiva através da valorização de uma produção artística do lugar, a cultura musical. É nesse sentido que vem sendo gestada no município a imagem de Jackson do Pandeiro como representante da cultura Alagoa-Grandense, atribuindo-lhe um espaço de valorização, e patrimonialização de seus objetos, produção musical, etc. Não obstante, este foi o filho de Alagoa Grande que menos viveu em sua terra natal, alcançando seu sucesso inclusive fora das fronteiras paraibanas.

Saindo de Alagoa Grande aos 11 anos de idade com sua família fugidos da situação de miséria em que viviam no lugar, Jackson do Pandeiro, inicia sua carreira de músico no município de Campina Grande, na segunda metade dos anos 1930. Na nova cidade ele teria encontrado terreno propício para germinar as sementes musicais plantadas ainda em sua cidade, e semear outras, advindas dos mais diversos terrenos. A zona urbana campinense neste período era um misto de cartografia rural e modernidade em ascensão, uma espécie de "ponto de convergência de retirantes, comerciantes, tropeiros, aventureiros, meretrizes, traficantes, jogadores e tangerinos de boiadas. Uma fauna que atraía, na sequência, cantadores, repentistas, poetas e

músicos de todas as vertentes". (MOURA, 2001: 45)

Vivenciava-se os signos de uma outra contemporaneidade. O medo e (des) encantamento do mundo em plena Segunda Guerra mundial parecendo acelerar o ritmo das mudanças nos lugares onde a modernização, como face mais apreensível da Modernidade, instalava-se como uma determinação irrefreável e irrecusável. Era a configuração de projetos modernistas, existentes em várias cidades e capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro Florianópolis, Santos, Recife) "Campina grande encontraria formas singulares de apreendê-las". (SOUSA: 2003).

As reformas não se davam apenas no plano arquitetônico, com a construção de praças, ruas, avenidas, bares, comércios, hotéis, assistia-se o desenvolvimento dos meios de comunicação, dos meios de transporte, da imprensa, a emergência da Indústria Fonográfica, o rádio, o cinema, a aglomeração e fluxo de automóveis, pessoas e mercadorias. Assistia-se especialmente a configuração de novos comportamentos, novos sistemas de valores, novas formas de sobrevivência, atreladas e em constantes disputas a antigas práticas. A cidade desenhava-se como afirma Maria Stella Bresciani, a partir de "*novas formas de conceber e perceber o mundo, apontando para o surgimento de um novo olhar ou de novas sensibilidades*" (BRESCIANI: 1987).

Jackson acompanhou todas essas mudanças, (des) territorializando-se em meio às diversas novidades estando mais

próximo de uma das delas: o rádio. As primeiras emissoras de rádio chegaram a Campina Grande em finais dos anos 1940. Ganhando ampla aceitação por parte de seus ouvintes, passando a fazer parte "*do imaginário, do cotidiano, da vida de seus receptores. As práticas cotidianas, os costumes, os festejos populares, as datas cívicas, a religiosidade, as formas de lazer, as notícias, a política*" e especialmente a música. (SOUZA, 2003: 9) Esta em suas múltiplas formas, ritmos, tendências e nacionalidades, ajudando a configurar novas formas de percepção da realidade e do mundo, junto aos mais diversos ouvintes. Mesmo antes da presença das emissoras, seja Cariri, Borborema ou Caturité, já se podia acompanhar as notícias do Brasil e do mundo. A rádio Clube de Pernambuco, criada em 1919, era uma clube de ouvintes de rádios em uma das salas do Diário de Pernambuco. Esta foi uma das primeiras emissoras de Rádio do Brasil, seus sócios participavam de uma espécie de escuta coletiva, reunindo-se todas as noites ao redor de uma mesa cheia de objetos eletrônicos captando tudo que acontecia. (SOUZA, 2003: 25).

A Rádio Borborema, segunda emissora de Campina Grande, foi inaugurada em 1949, pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, quando Jackson já não morava mais na cidade. Chegou a conhecer seus estúdios, auditórios, fez shows e gravou músicas anos depois, quando já era famoso. "*Suas primeiras audições para um público mais amplo, e fora das zonas de meretrício, aconteceram através dos*

*serviços de alto-falantes espalhados pelo centro e pelos bairros*". (MOURA, 2001: 66)

As difusoras eram o centro da movimentação artística local. Informavam, divertiam, integravam. Antes da consolidação do rádio, eram famosas em todo o país. Tinham um formato semelhante às futuras emissoras radiofônicas, restritas, porém, a um determinado raio de ação. Mantinham "postais sonoros", com as audições dos sucessos vindos da capital, em discos de 78 rpm, inseriam propagandas da época, anunciavam eventos locais e promoviam concursos de calouros. Serviam especialmente como antenas que captavam os novos valores que emergiam no cenário musical da região, e se tornavam conhecidos através de seus microfones. "*O próprio Jackson do Pandeiro, a pernambucana Marinês, Antônio Barros, o campinense Genival Lacerda, são alguns exemplos de músicos que iniciaram suas carreiras através do sistema de auto-falantes instaladas nos bairros campinenses*". (MOURA, 2001: 67).

Vivenciava-se o que a Historiografia contemporânea denominou de Era de Ouro do rádio no Brasil, e a "Música Popular Brasileira" a partir dos nomes de Noel Rosa, Araci de Almeida, Carmem Miranda, Dalva de Oliveira, Francisco Alves, Orlando Silva, Lamartine Barbo, Ary Barroso, Wilson Batista, e mais tardiamente Dorival Caymmi, Lupicínio Rodrigues, Luiz Gonzaga, Nelson Gonçalves, Cauby Peixoto, entre tantos outros aqueciam as noites brasileiras. Ao lado e em íntimo diálogo com os ritmos estrangeiros, um dos maiores

exemplos é a cantora Carmem Miranda acusada de americanizar-se. (TROTA, 2000: 16).

No interior dos ritmos latino-americanos, destacavam-se os boleros, rumbas, mambos, Fox - trotes, blues, jazzes, cantores (as) a exemplo de Frank Sinatra, Johnny Ray, Dorys Day, entre outros (as). A presença da música Européia era marcada pela escuta dos ritmos italianos e franceses, nas vozes de Teddy Reno, Renato Carrozone e Domenico Modugno. (SOUZA, 2006: 23). Era, portanto um momento de efervescência cultural, e muitas dessas vozes já podiam ser ouvidas através do sistema de alto-falantes presentes na cidade, no entanto só ganhariam maior alcance no início dos anos 1950, quando as rádios Cariri, com o prefixo PRF-5 e Borborema, ZYO-7 foram instaladas de forma efetiva levando Campina Grande a entrar finalmente na Era de Ouro do Rádio.

Dentre a ampla produção musical do período algumas delas encantariam o futuro pandeirista, subjetivando-o em sua carreira de músico. O cantor Francisco de Moraes Alves (Chico Alves), o sambista Mário Reis, Ary Barroso, Lamartine Barbo, Vicente Celestino, Noel Rosa, Jararaca e Ratinho, Alvarenga e Ranchinho, Sílvio Caldas, Moreira da Silva, Carmem Miranda dentre outros. No entanto, alguns ritmos já vinham lapidando o percussionista desde 1939 quando este integra a orquestra do Cassino Eldorado em Campina Grande. Inaugurado em julho de 1937, o Eldorado marcou a vida de Jackson do Pandeiro até 1944. Foi lá, que o músico teve acesso contínuo a sonoridades de

âmbito nacional e internacional, (des) territorializando-se em meio aos vários sons, a exemplo do blues, o jazz, o chorinho, o maxixe, a rumba, tango, o samba, entre inúmeros outros, disponibilizados pela orquestra exclusiva da casa, comandada pelo pianista Hermann. Zé Jack, como ainda era conhecido, *"integrou a orquestra do Eldorado no seu apogeu. Ao lado de músicos famosos da época, como o violinista Abílio, o saxofonista Raul Dinoá, os pianistas Zé Bochechinha e Joca Leão, o pianista Jaime Seixas e o baterista Zé Almeida"*. (MOURA, 2001: 73). Seria, no entanto, a partir dos transmissores da Rádio Tabajara da Paraíba localizada em João Pessoa/ PB, que o pandeirista encontraria chances para o sucesso, permanecendo quatro anos na estação quando em 1948 é convidado para participar como pandeirista da Jazz Paraguay, orquestra pernambucana pertencente a Rádio Jornal do Comércio, inaugurada no mesmo ano.

Na Rádio Jornal do Comércio, localizada em Recife, o músico lançou a canção que se tornaria a porta para o seu vôo artístico. Cantando o coco Sebastiana de composição do pernambucano Rosil Cavalcanti na Revista "A Pisada é Essa" em pleno o carnaval recifense, transforma a canção na marcha de 1953. No mesmo ano lança seu primeiro disco 78 rpm, pela Copacabana, gravando no lado A "Forró em Limoeiro" e no lado B "Sebastiana". Nos anos seguintes o músico realiza apresentações em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mudando-se de vez para o Rio em 1955. Neste ano suas canções passam a ser

conhecidas em novos espaços, a Rádio Nacional, sendo contratado pela empresa, e a TV Tupi, estreando um programa intitulado "No Forró do Jackson", comandado por Jackson e Almira Castilho, uma de suas esposas.

Ainda na década de 1950 a gravadora Copacabana lança o histórico "Jackson do Pandeiro: Sua majestade o Rei do Ritmo", ajudando a configurar a imagem do músico como celebridade do ritmo. Jackson participa de vários filmes até 1962, e lança o disco "O Fino da Roça", pela gravadora Philips. A década de 70 se tornou um marco na sua carreira, concedendo várias entrevistas, fazendo parte dos programas de rádio e TV, além de vários shows, e participa, ao lado de Alceu Valença, do Projeto Pixinguinha, percorrendo Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília. Pela gravadora Polygram lança o LP "Isso é que é Forró" em 1981 conquistando elogios do musicólogo e jornalista Zuza Homem de Mello e do crítico musical José Ramos Tinhorão. Após a sua morte em Brasília no ano de 1982, o músico teve a sua imagem veiculada em vários espaços midiáticos, recebendo elogios e homenagens, bem como tendo muitas de suas canções gravadas por vários músicos brasileiros.

Como podemos observar Jackson foi um sujeito nômade, em todos os aspectos, e tomá-lo como referência identitária para o lugar é esquecer-se dos diferentes rostos e diversos espaços que este músico ocupou ao longo de sua carreira. As constantes viagens, os diversos shows, o contato com as diferentes

produções musicais ao longo da vida, tudo isso ajudou a inscrevê-lo enquanto sujeito do não lugar. Um corpo, uma subjetividade em constante diáspora (vale lembrar as diferentes cidades em viveu, os diferentes nomes por qual foi identificado, as diferentes formas de se vestir que utilizou ao longo da vida). Boa parte dos objetos presentes no memorial inclusive são fragmentos de vivências do músico fora de Alagoa Grande, premiações, fotografias, medalhas, LPs, são signos de um indivíduo que conheceu e viveu em muitos lugares, que conviveu e subjetivou/ foi subjetivado por muitas pessoas, muitos enunciados e práticas. É nesse sentido que o músico não deve ser tomado como elemento legitimador da identidade cultural do lugar, pois ao assumir tal prática apaga-se sua singularidade, suas diferenças, sua estranheza, sua face de sujeito itinerante. Sua identidade inscreve-se no pertencimento a nenhum lugar, mas no devir, no deslocamento, na desterritorialização, a sua condição é a de ser estrangeiro em sua própria terra.

O máximo que podemos construir são as cartografias de suas rotas, dos tráfegos identitários que este músico compôs ao longo de sua carreira, investigando a historicidade que tornou possível a emergência deste músico enquanto representante cultural da cidade, tomando sua imagem a partir de seu caráter construído, inventivo, plural, a maneira como esta foi gestada histórica e culturalmente conforme foi sendo tomado pelos diferentes discursos, e perceber o sujeito

Jackson como ponto de cruzamento de diferentes redes enunciativas que falam de experiências as mais diferenciadas. O texto Jackson do Pandeiro não é, portanto, uma unidade e totalidade em torno de si mesmo, um apriori que existiu desde sempre, mas se constitui a partir de diferentes redes, objetos conforme foi sendo consumido, recortado, construído por experiências também distintas. O discurso da mídia, da imprensa, da administração municipal, entre vários outros que ajudaram a inscrevê-lo não apenas como um dos representantes da música nordestina, "O Rei do Ritmo"<sup>7</sup>, mas também como representante cultural de um lugar, Alagoa Grande.

## **Memória, Identidade e Turismo no Memorial**

Fazer o passado existir no presente, territorializar vivências, experiências, sensibilidades de um outro tempo, inscrevendo uma temporalidade já escoada em uma espacialidade memorialística, onde frestas de vidas, podem ser acessadas, (re) criadas, lidas, eternizadas em lugares de memórias. Museus, memoriais, monumentos, arquivos, entre outros espaços de celebração da memória, surgem como formas de patrimonialização de referentes culturais, com o propósito de evitar o esquecimento e contrapor uma noção de tempo estável, contínuo, eterno a instantaneidade do contexto atual.

A ameaça de ruptura, de desaparecimento dos referentes culturais impulsiona a crescente valorização das identidades locais, as quais têm sido acompanhadas, por

um sentimento nostálgico em relação ao passado, que é em função das circunstâncias e necessidades do presente, (re) construído, (re) interpretado, (re) criado, (re) inventado e processado através da mitologia, das ideologias, dos nacionalismos, dos localismos, etc. Esse fenômeno do interesse pela memória e a patrimonialização surge com maior ênfase na década de 1980 e início dos anos 1990 do século XX conhecidos como a *era do patrimônio*, em resposta as transformações emergentes em âmbito sócio- econômico e cultural, e caracterizou-se especialmente pela emergência dos lugares de memória. (NORA: 1993).

No tempo presente assistimos a ampliação desse movimento, e a supervalorização dos lugares de memória, em que múltiplas ações no sentido de "preservação" e ativação patrimonial geram o alargamento do próprio conceito "*reinvenção do patrimônio, paixão patrimonial, indústria do patrimônio ou histeria patrimonial*" (ANICO, 2005: 75), associada ao desenvolvimento de uma estratégia de proteção centrada na conservação das identidades e de referentes culturais de estabilidade, mediante a produção de um discurso patrimonial que se destina não só a responder os desafios colocados pelo presente, mas a ser igualmente utilizado no futuro. Esse foi inclusive um dos objetivos idealizados para o Memorial em Alagoa Grande, fazer com que as memórias de Jackson do Pandeiro, sua produção musical seus objetos tornem-se elementos legitimadores de um passado do lugar, inscrevendo na memória dos cidadãos um sentimento de

<sup>7</sup> Jackson do Pandeiro é o Rei do Ritmo. *A União*, João Pessoa/ PB. p. 19. 30 de agosto de 2009



coletividade, de união e de coerência identitária.

Outra característica do movimento de patrimonialização contemporânea é a comercialização das memórias, em que museus e outros espaços não se limitam apenas em conservar os vestígios do passado, mas também os apresentam ao público, simulando seus contextos históricos numa evocação nostálgica de um passado saneado, redimido de quaisquer vestígios de conflito, friccionado e oferecido ao público como verdadeiro e autêntico. É o "*uso cultural da cultura*" (MENESES, 2006: 17) em que se busca geralmente monumentalizar eventos e musealizar existências humanas oferecendo-as a população como atrativos do lugar, o que por vezes tem transformado o status desses espaços, de lugares de memória em lugares de turismo: "*parques são transformados em reservas de usos restritos, mercados viram centros culturais, igrejas são monumentalizadas como expressão artística, praças deixam de ser espaços de convivência. Tudo isso é seguido de uma comercialização desses espaços como produtos para turistas*". (MENESES, 2006: 26).

Os lugares de memória assumem neste sentido o caráter de construção permanente, podendo serem tomados no tempo presente a partir dos mais variados interesses. No caso de Alagoa Grande o Memorial inscreve-se a partir de um duplo jogo de poder: um guardião das memórias, demarcando nas subjetividades dos moradores do lugar e de seus visitantes os signos de um passado que deve ser (re)

lembrado, eternizado, respeitado, admirado e espaço de turismo, atraindo visitantes, turistas e curiosos legitimando a profícua relação contemporânea existente entre cultura e lazer. Esse "uso cultural da cultura", ou consumismo cultural, como afirma Marta Anico (2005: 81), inscreve-se "enquanto força econômica e cultural motriz nas sociedades contemporâneas. No que se refere aos parques, museus, memoriais, entre outros lugares, "*a soberania do consumidor e as tendências do gosto popular contribuem para a transformação do papel social dos mesmos*" (URRI, 1999: 230) que em um contexto de mudança marcado por questões sociais relacionadas com a democratização e democracia cultural, procura ser cada vez mais acessível a todos os tipos de visitantes, procurando proporcionar meios necessários para a aquisição de um certo capital cultural, verificando-se uma mudança de um ethos desses lugares centrado nos objetos para um centrado nos visitantes.

Essa preocupação excessiva com o visitante demarca mais uma vez o caráter de mutabilidade dos espaços de memória. Não apenas devido às múltiplas leituras que o observador poderá realizar dos elementos contidos nesses espaços, mas o próprio estatuto de fabricação que esses signos do passado possuem. Sendo, portanto reelaborados a cada leitura realizada dos mesmos. O que preservamos nesse sentido, é a sua possibilidade de existir e, portanto, de diferir e de divergir. "*Preservar não é congelar numa pose uma certa*

*temporalidade*”, quando se tenta preservar congelando o tempo, a exemplo do que se tentou fazer com as memórias de Jackson do Pandeiro no memorial, o que se tem é a sua progressiva corrosão, porque a mudança no tempo continua a fazer o seu trabalho de transformação, de reelaboração, de inscrição de diferenças de sentido. Nas palavras de ALBUQUERQUE JUNIOR (2006: 04):

Aquele elemento de patrimônio que não foi reinvestido de significado para a sociedade a que pertence, que não foi (re) apropriado e (re) significado pelas novas gerações tornam-se ruínas físicas ou, pior, ruínas de sentido. Se queremos preservar alguma manifestação cultural, no sentido de que se mantenha fazendo sentido coletivamente, temos que preservar sua capacidade de diferir, de não ser idêntica a si mesma, não a sua identidade. Porque, afinal de que identidade estamos falando, as identidades também são fabricações sociais e históricas, as identidades não são originais, não vêm da origem, porque também teríamos que nomear e datar esta origem e descobri-la como invenção sócio-cultural.

Observamos, dessa forma, que o visitante ao entrar no Memorial em Alagoa Grande para além de se inscrever enquanto consumidor esfinge (CERTEAU, 1994: 94), elabora-se a partir de leituras plurais empreendidas no lugar. Os espaços de memórias são, portanto, espaços de fabricação de sentidos, onde o leitor/ visitante enquanto um consumidor ordinário (CERTEAU, 1994) (re) inscreve em sua subjetividade o texto cultural impresso no lugar, subvertendo a

ordem pensada/ elaborada para este espaço. Esse leitor ordinário da cultura Alagoa grandense observa as memórias de Jackson do Pandeiro, seus textos musicais, os signos de seu “passado glorioso”, como elementos pertencentes a uma outra temporalidade com a qual este muitas vezes pode não identificar-se, (re) conhecer-se, sua face, suas sensibilidades musicais, sua subjetividade elabora-se no presente, a partir dos signos culturais de seu tempo, não encontrando muitas vezes elos de identificação com os elementos presentes no lugar. Como afirma (FELIX, 1998: 42):

A memória liga-se a lembrança das vivências, e esta só existe quando laços afetivos criam o pertencimento ao grupo, e ainda os mantém no presente. Portanto, não é o físico ou o territorial que permite a existência do grupo, e sim, a dimensão do pertencimento social, criado por laços afetivos que mantém a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social.

Para que ocorra o sentimento de identificação com o lugar seria necessária a vivência de forma efetiva com as práticas culturais de determinada época, seu reconhecimento, sua ligação com estes elementos culturais. O desejo de rememoração de tais práticas inscreve-se a partir das experiências realizadas com as mesmas. É a memória, como afirma Joel Candau, que “*alimenta o sentimento de identidade*” (CANDAU, 2011: 16). De acordo com Willi Bulli essa aliança entre as lembranças e o sentimento de identidade explica-se ainda pelo nível afetivo da memória individual,

*"esta liga-se a forma de sensibilidade social a que está preso o indivíduo, surgindo das emoções que depositamos em cada recordação, é como o gosto que provém da sensação evocada ou lembrada. Para Walter Benjamim, é deste nível das memórias que depende a preservação da "identidade" ou personalidade de um grupo".* ( WILLI BULLI, 1984: 14 apud ALBUQUERQUE JUNIOR 2007: 203). A escolha, portanto, de um marco, um elemento do passado como referência cultural e identitária para o lugar situa-se enquanto desejo de elaboração de uma "Memória coletiva" para a cidade, e denota a invisibilidade para o caráter ambíguo e plural que um mesmo elemento patrimonial pode conter.

Observamos neste sentido a impossibilidade de uma memória compartilhada (CANDAU, 2011: 34), e mesmo que alguns dos sujeitos guardem em si fragmentos de tais vivências, que nutrindo suas lembranças da mesma fonte/ o acontecido, a singularidade de cada cérebro humano faz com que cada mente não siga necessariamente o mesmo caminho. Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir. Alguns trajetos são objetos de adesão majoritária, mas memórias dissidentes preferirão caminhos transversais ou seguirão outros mal traçados. Inscrevendo o compartilhamento memorial de forma fraca ou quase insistente. Dessa forma, mesmo que exista na cidade alguns grupos que compartilhem memórias, opiniões, visões em torno

da produção musical de Jackson, os movimentos de evocação dessas lembranças serão sempre diferenciados, e produzirão sempre imagens múltiplas sobre o cantor e suas músicas (CANDAU, 2011: 35-36).

### **Considerações Finais**

Após buscarmos compreender o movimento de tessitura da identidade musical Jacksoniana em Alagoa Grande/PB, tomando como referência a construção do Memorial Jackson do Pandeiro no lugar, observamos a trama memorialística e identitária que a cidade vem tecendo ao longo dos anos, buscando a partir dos signos memorialísticos do músico Jackson do Pandeiro projetar a imagem da cidade, "A terra do ritmo, do Rei do Ritmo", é a fabricação de uma cultura musical para o lugar, projeção de uma escuta do passado no tempo presente, tentativa de legitimar a cidade enquanto espacialidade do som, do ritmo, da música. Observo, entretanto, que tal movimento, característico do tempo presente, em especial em espacialidades regionais e locais, não levam em consideração os movimentos de identificações culturais contemporâneos, estes marcadamente inscritos na instantaneidade/ efemeridade, as identidades, são cada vez mais plurais, desvinculando-se cada vez mais de seus contextos locais e regionais, não havendo a possibilidade de inventar uma memória coletiva para o lugar, pois os sujeitos contemporâneos, como afirma Mathews Gordon (2002, p. 16), desenham-se a partir de uma cultura mundial, buscando seus

elementos de identificação no "supermercado cultural global", podendo vivenciar suas identidades, identificações culturais, como afirma Stuart Hall (2001, p. 105), de forma instantânea, passageiras, plurais.

Compreendemos, portanto a impossibilidade de constituição de uma memória compartilhada para o lugar (CANDAU, 2011: 34), pelo menos no que se refere à identificação coletiva de uma cultura musical, pois as identidades na contemporaneidade se constituem por meio das diferenças, das singularidades, do constante fazer-se, utilizando mais uma vez as palavras de Stuart Hall (2000: 108).

As identidades não são nunca unificadas, elas são cada vez mais fragmentadas e fraturadas, elas não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se entrelaçarem ou serem antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Nesse sentido, torna-se preferível observar a as práticas de identificação cultural Alagoa-grandense não enquanto elementos inscritos na natureza, dentro de uma cultura imóvel e uniformemente estanque, mas enquanto práticas de identificação constantes, passíveis de novas rotas, novas inscricuras, novas subjetivações ao logo de múltiplos trajetos, sem mapas pré-estabelecidos, definidos por políticas públicas, ou discursos instituidores de posições culturais. O que chamamos de cultura, que por seu uso no singular já demonstra sua

prisão à lógica da identidade, é, como afirma ALBUQUERQUE JÚNIOR (2006: 3-4):

Na verdade um conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentido, de matérias e formas de expressão que circulam permanentemente, que nunca respeitaram fronteiras, que sempre carregam em si a potência do diferente, do criativo, do inventivo, da irrupção, do acasalamento. Na verdade nunca temos cultura, temos trajetórias culturais, fluxos culturais, relações culturais, redes culturais, conexões culturais, conflitos, lutas culturais. As classes ou grupos sociais hegemônicos, "a exemplo da administração municipal de Alagoa Grande, atrelada ao Ministério de Turismo"(grifos nossos), é que, muitas vezes, querem fazer de suas manifestações culturais, a cultura.

Vale mencionar ainda, o próprio sujeito escolhido para representar a cultura do lugar, o sujeito Jackson do Pandeiro. Corpo e identidades nômades, o indivíduo Jackson do Pandeiro, cujo nome artístico já o denuncia enquanto identidade itinerante, muito pouco viveu em Alagoa Grande, tecendo suas subjetividades muito mais a partir dos diversos signos culturais presentes nos variados espaços por onde passou, a exemplo de Campina Grande, João Pessoa, Rio de Janeiro, etc. Sua produção cultural se deu em grande parte fora da Paraíba, fora de Alagoa Grande, foi composta/construída em lugares outros, momentos diversos, múltiplos espaços e lugares, não podendo ser aprisionada/ asfixiada em um único lugar, pois se desenhou em lugares variados. Para que se possa compreender a produção musical deste artista, seria necessário visitar/

viajar nos/ pelos diversos espaços  
por onde este músico passou/ viveu  
tecendo os fios de suas sensibilidades

musicais, os fragmentos de  
subjetividade nômade.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil.** In. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Fragmentos de um Discurso Cultural: por uma análise crítica das categorias e conceitos que embasam o discurso sobre a cultura no Brasil.** In: II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - II ENECULT- II ENECULT. 2006, Salvador. p. 1- 8.

ANICO, Marta. **A Pós- Modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade.** *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, jan/ jun 2005.

ANSART, Pierre. **História e memória dos ressentimentos.** in BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.) *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 15-36.

BRAGA, A. B.; CERQUEIRA, Laerte. **Desastre de Camará: o discurso jornalístico e várias verdades do Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba.** In: *II Seminário de Estudos em Análise do Discurso - O campo da Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. 2005, Porto Alegre. Anais do evento - II Seminário de Estudos em Análise do Discurso - O campo da Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. Porto Alegre, 2005.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** Tradução: Maria Letícia Ferreira. – São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: Artes de Fazer.** Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

FELIX, Loiva Otero. II Memória e Memória Histórica. In.\_\_\_\_\_. *História e Memória*. Passo Fundo: Editora Universitária, 1998. p. 35-104.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 7-22.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. II vol. Memória. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 9-59.
- MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In. \_\_\_\_\_. Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.
- MATHEWS, Gordon. **Cultura global e identidade individual**. Bauru: EDUSC, 2002.
- MOURA, Fernando.; VICENTE, A. **Jackson do Pandeiro: o rei do ritmo**. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, Michel. **Memória e Identidade social**. in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Edições Vértice, v. 5. n. 10., p. 200-215.
- SILVA, M. M. A. ; Medeiros, M. J. L. ; Silva, P. K. ; Silva, M. M. P . **Impactos ambientais causados em decorrência do rompimento da Barragem de Camará no município de Alagoa Grande, PB**. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 6, p. 20-34, 2006.
- SOUSA, F. G. R. B. **Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 61-92, 2003.
- SOUZA, Antônio Clarindo B. **História da mídia regional: o rádio em Campina Grande**. EDUFCG/EDUEPB; Campina Grande, 2006.
- TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

## LIMA BARRETO E OS SUBÚRBIOS TRAÇADOS EM LINHAS AFETIVAS

Joachin de Melo Azevedo Neto<sup>1</sup>  
Maria de Fátima Fontes Piazza

### Resumo

Lima Barreto, enquanto uma intrigante figura quixotesca da literatura, na Primeira República, é considerado como santo padroeiro dos escritores rebeldes contemporâneos. Este ensaio pretende problematizar as imagens literárias que o escritor elaborou no intuito de capturar a luminosidade, as sombras e os contornos da vida nos subúrbios cariocas durante o advento das reformas urbanas engendradas pelo prefeito Pereira Passos.

**Palavras-chave:** Cotidiano, Primeira República, Lima Barreto.

### Abstract

Lima Barreto as quixotic an intriguing figure in literature, the First Republic, is considered the patron saint of contemporary writers rebels. This essay aims to question the literary images that the writer has developed in order to capture the light, shadows and contours of life in the suburbs of Rio during the advent of urban reforms engendered by mayor Pereira Passos.

**Keywords:** Everyday Life, First Republic, Lima Barreto

Lima Barreto, enquanto uma intrigante figura quixotesca da literatura nacional é meio que celebrado como santo padroeiro dos escritores bêbados e marginais contemporâneos. O autor construiu

um conjunto de obras pelo viés de uma sensibilidade histórica ácida, que está diluída ao longo da sua vasta produção intelectual que engloba desde romances, sátiras, artigos, cartas, contos até, finalmente, crônicas jornalísticas. Sua relação com os subúrbios e com os protagonistas anônimos da história não era apenas uma forma de obter inspiração para escritos sensacionalistas – como o foi para João do Rio – mas era pautada por um grande senso de pertencimento e de dívida moral para com aquela gente e seu *lócus*<sup>2</sup>.

Ao prefaciar o volume II, de *Toda a crônica* (2004), de Lima Barreto, Beatriz Resende constata que ao longo da produção jornalística do literato está impressa uma verdadeira história dos vencidos; uma história construída pela:

(...) voz de alguém à margem, de um membro da *marginália*, fora do eixo do poder, do centro hegemônico das decisões políticas, *bagatelas* que formam esta história, testemunhos do cotidiano no Rio de Janeiro, dos primeiros anos da república e ainda dados e referências a uma vida literária que não constam das "histórias da literatura brasileira". (RESENDE, In: BARRETO, vol. 2, 2004: 11)

Além das crônicas, romances como *Triste fim de Policarpo Quaresma* publicado, inicialmente, em folhetins no *Jornal do Comércio*, em 1911, *Clara dos Anjos* e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* pode ser tomado como exemplos de quanto o senso de vida e da realidade circundante<sup>3</sup> que Lima tanto se gabava de possuir estiveram

<sup>1</sup> Doutorando em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Bolsista pela CAPES.

<sup>2</sup> Como coloca Carlos Fantinati (1978: 29), na obra *O profeta e o escritor*, é seguindo essa diretriz ética que Lima Barreto irá priorizar, em sua arte militante, a representação das "camadas sociais desprivilegiadas, em sua miséria física, moral e social, promovendo a inclusão delas na literatura (...)".

<sup>3</sup> Em um artigo de 1919, intitulado *Uma fita acadêmica*, Lima Barreto, ao responder as críticas de João Ribeiro sobre o romance *Numa e a ninfa*, destaca o quanto acha vazia a escrita de uma literatura respaldada apenas na livre abstração e sem maiores implicações sociais, afirmando justamente que, quando escreve, sempre procura deixar aflorar, em seu estilo, suas percepções da vida e da realidade que o circunda enquanto ator social. (Cf. BARBOSA, 1959, p. 243-7)

em sintonia, também, com um desejo de trazer para a literatura imagens das zonas periféricas do Rio de Janeiro, pelas quais o escritor transitava diariamente.

*Triste fim de Policarpo Quaresma* narra à vida de um homem solitário, abastado e de vida regrada, que era ingênuo, sonhador, respeitador das hierarquias sociais, patriota convicto e nacionalista fanático. Quaresma dedica a vida a um projeto cultural embasado no amor a pátria: busca preservar a memória nacional, implantar o idioma tupi como língua oficial e cultiva as tradições brasileiras. Depois se dedica a um projeto agrário, através do qual sonha em ver realizado uma reforma agrária. Por último, sonha com uma reforma administrativa, em prol de uma melhor organização política, que o leva a lutar por Floriano Peixoto nos episódios da Revolta da Armada.

O fim de Policarpo Quaresma é triste porque, considerado como um visionário perigoso, pelo próprio Floriano, é encarcerado e executado pelo regime político que lutou para defender, ao protestar contra a violência com a qual eram tratados os soldados da marinha capturados pelo exército florianista. Nesse sentido, tal qual Dom Quixote, Policarpo encarna a parte mais pura dos ideais humanos, através de sonhos impossíveis de serem realizados, tendo de enfrentar, próximo ao seu fuzilamento, a constatação de sua impotência diante das forças maiores da corrupção, do egoísmo, da ambição pelo poder e da injustiça.

Segundo Alfredo Bosi, o romance *Policarpo Quaresma* apresenta um:

(...) um forte empenho ideológico, (...) mostra o quanto Lima Barreto podia e sabia transcender as próprias frustrações e se encaminhar para uma crítica objetiva das estruturas que definiam a sociedade brasileira de seu tempo. (BOSI, 2006: 323)

Guillaume Saes, em uma dissertação nada ousada, defendida na Usp, intitulada *A república e a espada: a primeira década republicana e o florianismo*, sustenta que o autoritarismo e os episódios violentos que envolvem a manutenção de Floriano Peixoto, e seus seguidores, a frente da Primeira República foram necessários para que o Brasil pudesse se tornar essa enorme nação democrática que é hoje. Se a ironia parece inevitável, torna-se necessária quando Saes fala que o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* se resume a uma "crítica aberta e até mesmo desrespeitosa de (...) Lima Barreto" (SAES, 2005: 10) a Floriano Peixoto, sujeito que denominou como responsável pelo "progresso da ordem" (SAES, 2005: 15).

Não irei me ater aos jargões conservadores que Guillaume Saes lança mão com freqüência ao longo de toda dissertação, nem tampouco as implicações obscuras que essa historiografia comprometida com a apologia do militarismo possui. Interessa aqui perceber a enorme falta de conhecimento do autor e a superficialidade de sua citação sobre a gestação desse polêmico romance de Lima Barreto. Quando jovem, o escritor acompanhou de perto os



desfechos da Revolta da Armada e a invasão da Ilha do Governador pelas tropas dos antiflorianistas Custódio e Saldanha. Com a tomada da ilha pelas tropas florianistas, começaram as execuções sumárias de prisioneiros, as prisões e práticas de saque junto à população, que em nada condiziam com as máximas positivistas que eram pregadas pelos seguidores de Floriano Peixoto<sup>4</sup>.

O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, mais que uma crítica "desrespeitosa" a ditadura e a própria pessoa do Floriano, é um importante testemunho das conseqüências e contradições em que estava imersa uma democracia alicerçada no uso da força militar. Na segunda parte da obra, o escritor constrói uma imagem bastante detalhada das peculiaridades que enxergava na arquitetura espontânea dos subúrbios cariocas:

Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa coisa em matéria de edificação de cidade. A topografia do local, caprichosamente montuosa, influiu decerto para tal aspecto, mais influíram, porém, os azares das construções. (...) As casas surgiram como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam a largar como *boulevards* e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado. (...) Vai-se por uma rua a ver um correr de *chalets*, de porta e janela, parede de frontal, humildes e acanhados, de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compoteiras na cimada rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com uma choupana de pau-a-pique, coberta

de zinco ou mesmo palha, em torno da qual formiga uma população (...). Não há nos nossos subúrbios coisa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades européias, com suas vilas de ar repousado e satisfeito, as suas estradas e ruas macadamizadas e cuidadas, nem mesmo se encontram aqueles jardins, cuidadinhos, aparadinhos, penteados, porque os nossos, se os há, são em geral pobres, feios e desleixados. (BARRETO, 1991: 89-90)

Há na passagem muito de romantismo na idealização feita por Lima Barreto. Os subúrbios europeus, na transição do século XIX para o XX, sobretudo os das maiores metrópoles da época, que seriam Londres e Paris, também possuíam condições insalubres e seus habitantes eram, freqüentemente, representados pelos literatos como bárbaros que viviam em uma selva caracterizada como hostil ou como território propício para a manifestação de várias torpezas e maldades desumanas. Conforme coloca Stella Bresciani (1994, p. 26), ao analisar o espetáculo da pobreza em Londres e Paris, no século XIX, o maior bairro operário londrino, o *East End*, foi descrito por Arthur Morrison como um local diabólico. Na França, Buret afirmava que a miséria vivenciada nos bairros pobres era um fator desencadeante da barbárie. Os habitantes desses lugares eram tratados pelas políticas oficiais como dejetos; como resíduos sociais.

Porém, é importante perceber que nas representações de Lima Barreto em torno dos bairros periféricos e suburbanos cariocas não prevalece essa tradição literária que encara a pobreza e os pobres como coisas abomináveis. O cronista carioca invertia essa perspectiva,

<sup>4</sup> Parte das impressões negativas de Lima Barreto sobre o militarismo, já figuravam, quase como esboços do romance, em seu *Diário Intímo*, sejam em anotações relativas ao convívio com seus chefes e colegas na Secretaria de Guerra. Como o próprio Lima registra, chegou a deixar seu *Diário Intímo*: "(...) prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil. Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil". (BARRETO, 1956: 49).

atribuindo ares grotescos ou ridicularizando a formalidade das construções planejadas para europeizar o Rio, ao passo que atribuía aos espaços urbanos destinados ao morar e conviver das pessoas mais simples uma cartografia acolhedora. Longe dos protocolos e da atmosfera gélida que as elites impunham em seus ambientes de socialização, Lima Barreto destaca nos subúrbios o fato de que, apesar das adversidades, a vida fervilhava.

As elaborações narrativas de Lima Barreto sobre os desfechos da implantação da república são sempre marcadas por esse tom crítico. Conforme observou Beatriz Resende, na obra *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos* (1993), o escritor carioca refletiu, ao longo dos diversos temas que envolvem suas crônicas, sobre as consequências negativas que os abusos de poder cometidos pelas novas elites dirigentes acarretavam para a realidade das classes populares. Assim, é interessante perceber que as descrições, quase fotográficas, que Lima traçou da periferia do Rio também fazem parte de sua contestação gigantesca da modernidade brasileira, pois o subúrbio "(...) é antes o espaço da constatação" (RESENDE, 1993: 101) da dimensão segregadora desse processo.

Ainda segundo Beatriz Resende (1993: 106), ao longo das crônicas de Lima prevalece uma "atitude sentimental" por parte do literato, sempre marcada por uma grande simpatia "pelo subúrbio com suas tradições do século passado". Como bem ressalta a autora, os subúrbios

cariocas dessa época eram – antes de tudo – um espaço esquecido pelas autoridades. Longe de oferecer o perigo dos morros localizados próximos ao centro da cidade e ocupado pelas camadas sociais mais miseráveis do Rio, os subúrbios possuíam uma conotação quase que rural por estarem afastados da zona elegante e afrancesados da urbe. Lima Barreto transformou frequentemente, os subúrbios em fonte de inspiração para seus escritos.

Enquanto a maior parte das crônicas do escritor sobre o centro do Rio de Janeiro enfocava o caráter autoritário que as reformas urbanas possuíam e criticava a futilidade das elites que desfilavam nesse cenário a lá "Buenos Aires de tostão", suas impressões sobre as fisionomias dos subúrbios possuíam uma riqueza de detalhes impressionante. Se Lima foi um cronista apaixonado pela sua cidade, inclusive pela área nobre, com suas praias e jardins projetados, preservou nas suas descrições sobre as áreas destinadas ao morar dos populares cariocas uma espécie de afetividade que demonstrava o que de mais humano poderia se encontrar nesses lugares.

Em um trecho do romance autobiográfico *O cemitério dos vivos*, espécie de livro de memórias que narram o percurso do escritor até os episódios que remetem as suas passagens pelo hospício, Lima Barreto tece uma profunda alusão a certo aspecto campesino que os subúrbios possuíam:

Uma tarde, tomei o trem dos subúrbios (...). Viajei despreocupado (...). O meu pensamento ia vagabundo para

todos os lados, sem se deterem em coisa alguma. A observação mais demorada que fiz, foi a da grotesca e imprópria edificação dos subúrbios, com as suas casas pretensiosas e palermas, ao jeito das dos bairros *chics*, a falta de jardins e árvores, realçadas pelos morros pelados, pedroucentos, que, de um lado, correm quase paralelamente ao leito da estrada e quase nele vem tocar. Não parecia aquilo subúrbios de uma grande e rica cidade; mas uma série de vilarejos pedantes, a querer imitar as grandes cidades do país. Totalmente lhes fazia falta de gracilidade e de frescor de meia roça.

(...) Por toda parte, jaqueiras, mangueiras, sebes de maricás, além das essências silvestres de que falei, enfim, muita árvore e muita sombra doce e amiga. Se os arredores da estação tinham um ar pretensioso, de pretender-se um pequeno Rio de Janeiro, aquela rua longínqua, simplesmente esboçada, ensombrada de grande árvores, atapetada de capim e arbustos, tinha a aparência de uma estrada, ou antes, de um trilho de roça. (BARRETO, 2004: 141-2)

A imagem que temos ao realizar a leitura desse fragmento do *Cemitério dos vivos* é a de que realmente o Rio de Janeiro estava dividido em duas partes: de um lado, pode-se pensar em uma área enobrecida, submetida a constantes intervenções municipais em sua paisagem, porém cercada por morros habitados pelos que as autoridades denominavam "classes perigosas". Em outra extremidade, estavam os subúrbios com seus cenários bucólicos e marcados por reminiscências coloniais. Porém, essa dicotomia elaborada por Lima Barreto entre Centro e subúrbios, para Aureliano Portugal não possuía esse caráter extremo. Segundo Aureliano,

em um artigo publicado no *Jornal do Commercio* – em 1904 – era:

(...) impossível estabelecer limites entre as paróquias urbanas e as chamadas suburbanas (...). Estes subúrbios não tem existência própria, independente do Centro da cidade, pelo contrário a sua vida é comum, as suas relações íntimas e freqüentes; é a mesma população que moureja, no centro comercial da cidade (...). (PORTUGAL, 1904)

De fato, a implantação dos trilhos de ferro; a construção das estações ferroviárias e a chegada do trem, enquanto um dos grandes signos da modernidade, da tecnologia e do progresso no Rio de Janeiro fazem parte de um rol de ações oficiais que buscavam integrar, pelo menos minimamente, esses espaços populares a parte *chic* da cidade. Embora, como coloca Celi Freitas (2002, p. 72), em um recenseamento datado de 1890, o Rio de Janeiro estava dividido entre "Freguesias Urbanas" e "Freguesias Rurais". Segundo a autora, somente em um recenseamento de 1920 é que a cidade passa a ser dividida em "Freguesias Urbanas" e "Freguesias Suburbanas".

O escritor carioca também se torna partidário das viagens proporcionadas pela locomotiva a vapor, que já eram celebradas e decantadas em verso e prosa por vários literatos do século XIX. O uso que fazia das viagens proporcionadas pelos trens era uma exigência de seu próprio emprego, que o obrigava a se deslocar cotidianamente do subúrbio de Todos os Santos para a Secretaria de Guerra no centro. Em um momento que parece ser bem posterior em relação às impressões

que deixou no trecho citado d'O *cemitério dos vivos*, na crônica *A estação*, publicada primeiramente em 1921, Lima Barreto ressalta a importância das estações das estradas de ferro para os subúrbios cariocas chegando a taxá-las, inclusive, de eixos da vida nos subúrbios.

O escritor fala sobre as quatro principais estações que se situavam nas periferias urbanas do Rio, dando destaque para a estação do Méier e a intensa atividade comercial que se desenvolvia em torno desse local, já entusiasmado, a sua maneira, com a ideia de que "a modernidade não estava de todo ausente daquele espaço" (FREITAS, 2002: 75):

(...) é em torno da "estação" que se aglomera as principais casas de comércio do respectivo subúrbio.

(...)

Em certas, como as do Méier e de Cascadura, devido a serem elas ponto inicial de linhas secundárias de bondes, há uma vida e um movimento positivamente urbano.

É o Méier o orgulho dos subúrbios e dos suburbanos. Tem confeitarias decentes, botequins freqüentados; tem padarias que fabricam pães, estimados e procurados, tem dois cinemas, um dos quais funciona em casa edificada adrede; tem um circo-teatro, tosco, mas tem; tem casas de jogo patenteados e garantidas pela virtude, nunca posta em dúvida, do Estado, e tem boêmios, um tanto de segunda mão; e outras perfeições urbanas, quer honestas, quer desonestas. (BARRETO, vol. 2, 2004: 439)

Como adverti antes da citação, Lima Barreto esboçou um elogio às transformações econômicas causadas nos subúrbios pelo advento da implantação dos trilhos, da construção das estações de trem e

pela chegada da eletricidade, necessária para o funcionamento dos cinemas. Porém, o lugar de intelectual militante que escolheu para falar não o permitiria se limitar a um tenro deslumbramento diante desses símbolos da modernidade que se insinuava naqueles lugares. Logo adiante, na mesma crônica, o autor inicia uma série de críticas aos comportamentos dos suburbanos, que reafirmavam as "*distinções entre o subúrbio e a belle époque tropical*" (FREITAS, 2002: 75), ao procurarem reproduzir nos *lócus* suburbanos códigos de posturas adotados pelas elites. A continuação da crônica será analisada no próximo capítulo, por estar bastante ligada com a visão que o escritor tinha dos diversos tipos sociais que habitavam os subúrbios.

Outro elemento simbólico da modernidade que serve como ponto de partida para uma reflexão maior, por parte do escritor, sobre as transformações infligidas pela Municipalidade – aliada com os interesses de empresas multinacionais – na paisagem suburbana é o bonde elétrico. Na crônica *De Cascadura ao Garnier*, publicada na *Careta* – em julho de 1922 – Lima Barreto busca decifrar de que forma os mecanismos e as máquinas estavam modificando os aspectos coloniais da urbe carioca, traçando um diálogo entre suas impressões a partir do momento em que sobe no bonde, para se deslocar do subúrbio de Cascadura ao Centro, e as memórias que possuía de um passado recente, mas agonizante, que estava perdendo, simbolicamente, a disputa com os emblemas do progresso em torno dos

quais a *Belle Époque* tropical se arvorava:

Embarco em Cascadura. É de manhã. O bonde se enche de moças de todas as cores com os vestuários de todas as cores. Vou ocupar o banco da frente, junto ao motorneiro. (...)

(...) Ele percorre uma parte da cidade que até agora era completamente desconhecida. Em grande trecho, perluastra a velha Estrada Real de Santa Cruz que até bem pouco vivia esquecida. Entretanto, essa trilha lamacenta que, preguiçosamente, a Prefeitura Municipal vai melhorando, viu carruagens de reis, de príncipes e imperadores. Veio a estrada de ferro e matou-a, como diz o povo. Assim aconteceu com Inhomirim, Estrela e outros "portos" do fundo da baía. A Light, porém, com seu bonde de "Cascadura" descobriu-se de novo e hoje, por ela toda, há um sopro de renascimento, uma palpitação de vida urbana (...). (BARRETO, vol. 2, 2004: 540)

No começo do século XX, vários mecanismos modernos são dotados de uma carga simbólica considerável. A tecnologia se adapta a lógica industrial para ser "massificada", pois seu potencial econômico é imenso. Como coloca Amara Silva Rocha, em "A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque" (1996), invenções como o:

(...) automóvel, eletricidade, avião, cinematógrafo, telégrafo, etc. integram um cenário de modificações em que o capitalismo se expande tornando-se um sistema de dimensões mundiais, tendo como função primordial a busca da eficácia e do aperfeiçoamento progressivo. (ROCHA, 1996: 55)

Para a citada autora, compreender como ocorreu a

implantação da energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro no contexto da *Belle Époque* é um dos meios de, no presente, termos uma noção de como a modernidade se instaura por meio de disparidades e interesses sociais. Como sugere Amara Rocha (1996: 52), é uma forma de perceber como, desde o começo, "a extrema riqueza e miséria" convivem bem próximas, "numa pseudo-harmonia moderna". A autora lança também seu recorte em torno da dimensão simbólica da modernidade, que pode ser apreendida em torno de estudos sobre o imaginário gestado na época analisada. Nesse sentido, "o início da eletrificação da cidade, ocorrido neste contexto, foi emblemático, revelando um imaginário rico em representações simbólicas".

No caso do Rio de Janeiro, a eletricidade é uma das meninas dos olhos dos projetos de reformas urbanas. No tocante ao processo de eletrificação, Percival Farquhar expôs seus projetos ao presidente Rodrigues Alves e ao prefeito Pereira Passos, que, prontamente, apadrinharam a iniciativa, apoiando o grupo comercial que o capitalista norte-americano representava. A Light e a Guinle eram as duas empresas que disputavam o mercado da eletricidade no Rio da *Belle Époque*. Nessa atmosfera de competição que envolvia grandes interesses políticos e econômicos, a imprensa irá tomar partido, descaradamente, pelo grupo que mais investisse ou financiasse os grandes jornais da época. As campanhas publicitárias da Light firmaram a parceria com o empresário Assis Chateaubriand e buscavam manipular a opinião

pública favoravelmente aos interesses dos empresários. Ainda explorando essa relação entre imprensa e eletrificação, Amara Rocha destaca a recepção desse processo nas crônicas que eram veiculadas nos jornais. Os cronistas dos grandes jornais decantavam o advento da eletrificação como um grande marco civilizador na trajetória da então capital brasileira. Construiu-se, assim, nas crônicas jornalísticas, da imprensa oficial, uma cidade que gozava de todas as vantagens da modernidade, do progresso e da civilidade. No seu livro de memórias, intitulado *O Rio de Janeiro de meu tempo* – publicado inicialmente em trechos no *Correio da Manhã*, entre 1936 a 1937, o historiador Luiz Edmundo demonstra a empolgação que o advento do bonde elétrico causou, enquanto membro da elite letrada da Belle Époque:

O bonde elétrico que é novo na terra, tem-se como estupenda conquista, um melhoramento capaz de colocar o Rio ao lado de Londres, de Paris ou de Nova Iorque e de Berlim. Os jornais publicam: *Porque os nossos excelentes bondes...* Ou: *Os nossos elétricos, que, sem o menor favor, são os melhores do mundo...* (EDMUNDO, 2003: 29)

Ainda acompanhando o pensamento de Amara Rocha e traçando um paralelo entre o depoimento de Luiz Edmundo e a crônica de Lima Barreto, pode-se notar que o escrito de Lima traduz uma sensação de que o contato das classes populares com a eletricidade não foi tão cercado de espetacularizações. Apesar de nutrirem grande respeito por esse novo dispositivo moderno, os

populares sentiram os impactos da eletricidade negativamente, principalmente nos bondes elétricos que, apesar de confortáveis, eram palco de inúmeros acidentes cotidianos. A Light era responsabilizada pelos acidentes e por maus serviços associados ao atraso dos transportes ou a alta velocidade com que trafegavam, propiciando um risco maior aos acidentes que, muitas vezes, terminavam em mutilações de braços e pernas dos usuários, quando não em mortes.

É interessante perceber como Lima Barreto, que dedicou quase toda sua breve vida a colaborar com o que hoje entenderíamos por imprensa alternativa<sup>5</sup>, evoca a todo instante uma outra cidade: a dos excluídos desse processo que sucumbiam na pobreza ou na mediania. Fazendo uso das suas memórias e de alusões a um passado que estava sendo tido apenas como motivo de esquecimento, o escritor carioca remete sempre aos aspectos rurais que ainda eram possíveis de serem notados nos subúrbios, seja carregando nas tintas ou não, como se estivesse atirando pedras no intuito de estilhaçar a frágil redoma de vidro moderna em que as elites cariocas queriam se entrincheirar – como é possível perceber na continuação da crônica *De Cascadura ao Garnier*:

Mas... O bonde de Cascadura corre; "titio Arrelia" [o motorneiro do bonde], manejando o controle, vai deitando pilhérias, para a direita e para a esquerda; ele já não se contenta com o tímpano; assovia como os cocheiros dos tempos dos bondes de burro; (...) e penso no passado.

<sup>5</sup> Dentre os jornais de pequena circulação que Lima Barreto colaborou estão os periódicos anarquistas *Não mataras* e *A voz do trabalhador*. Porém, conforme sugere Anoar Aiex, em *As idéias sócio-literárias em Lima Barreto*: "Atraído pela promessa do anarquismo, Lima Barreto não participou dele como membro de sindicato nem como militante político. Seu proselitismo restringiu-se aos seus artigos, crônicas e ensaios". (AIEX, 1990: 14)

No passado! Mas... O passado é um veneno. Fujo dele, de pensar nele e o bonde entra com toda força na embocadura do Mangue. A usina de gás fica ali e olho aquelas chaminés, aqueles guindastes, aquele amontoado de carvão de pedra. Mais adiante, meus olhos rompem com medas de manganês... E o bonde corre, mas "titio Arrelia" não diz mais pilhérias, nem assovia. Limita-se muito civilizadamente a tanger o tímpano regulamentar. (...) Estamos no Largo de São Francisco. Desço. Penetro na Rua do Ouvidor. Onde ficou a Estrada Real, com seus bácoros, as suas cabras, os seus galos e os seus campizais? Não sei ou esqueci-me. (BARRETO, vol. 2, 2004: 540-1).

Lima Barreto consegue amalgamar rastros de um passado colonial a um presente já repleto de referências modernas. No entanto, o comportamento do operador do bonde, que é descrito pelo cronista, se torna uma espécie de termômetro que indica os lugares nos quais as reminiscências da colônia ainda resistiam longe dos olhares policiadores e das intervenções dos poderes oficiais, e as fronteiras urbanas nas quais imperava o discurso civilizador das elites, que terminava por afetar, não apenas a postura do motorneiro – que já não poderia mais "deitar pilhérias" aos pedestres na rua, conforme se aproximava do centro da cidade – mas também a do próprio Lima que envolvo pela atmosfera afrancesada da Rua do Ouvidor, ironicamente, alega que assim que entrou no território nobre do Rio esqueceu-se dos traços bucólicos que tinham contemplado a pouco pela estrada, durante a trajetória que fez no bonde.

Da íntima relação entre Lima Barreto e o Rio de Janeiro, em toda a sua extensão, brotam suas crônicas. Escritos dotados de uma alta sensibilidade e uma forte carga imagética, que representam a cidade desde as áreas mais opulentas até suas partes mais afastadas e rústicas. Em *A pátria que quisera ter era um mito* (2002), Denílson Botelho tece algumas reflexões interessantes em torno dessa relação de Lima com os subúrbios:

O carioca Afonso bem que podia gabar-se de conhecer como poucos a cidade em que vivia. Por vezes saía do subúrbio de Todos os Santos, onde morava, tomava o trem até a Estação D. Pedro II, no centro, e dali embarcava num bonde rumo a zona sul, cruzando, assim, o Rio de Janeiro de um extremo a outro. Entretanto, a intimidade com a geografia e as ruas da cidade foi paulatinamente conquistada nas várias ocasiões em que cumpria este e outros percursos, não sobre os trilhos dos trens ou bondes, mas sim a pé. Sem pressa, muitas vezes vagando pela noite adentro, suas caminhadas eram interrompidas para uma ou algumas doses de parati, tomadas nos bares ou numa vendinha suburbana qualquer. O subúrbio, aliás, ele conhecia como a palma da mão. Desde 1902, quando a família se transferiu da Ilha do Governador para a Rua Vinte e Quatro de Maio, no Engenho Novo, Afonso foi ganhando mais e mais intimidade com aquelas bandas da cidade. Já no ano seguinte tinha um novo endereço: Todos os Santos. Primeiro a Rua Boa Vista, e de 1913 em diante, a Rua Major Mascarenhas (...). (BOTELHO, 2002: 47-8)

Francisco de Assis Barbosa também já havia detectado, em *A vida de Lima Barreto* (1952), esse gosto por longas caminhadas na urbe

enquanto um traço peculiar do comportamento do escritor carioca. O biógrafo mais consagrado de Lima cita, inclusive, episódios curiosos ligados a essa mania do cronista, como uma vez em que saiu para um desses passeios com o então jovem escritor Luís da Câmara Cascudo. Segundo Barbosa, após horas e horas andando a pé sob o sol a pino em uma verdadeira travessia pela cidade, Câmara Cascudo desistiu da excursão por sentir-se fatigado, com sede, aborrecido e muito suado, enquanto Lima prosseguiu. O autor também relata outra ocorrência curiosa, na qual, sob os efeitos da parati, Lima Barreto chega à casa do leal amigo Noronha Santos, tarde da noite, com o terno todo rasgado. O escritor havia percorrido, praticamente, todo um quarteirão pulando as cercas dos quintais das casas até chegar à residência do amigo que, diante do estado inusitado das roupas de Lima Barreto, lhe deu um caro terno comprado em Paris<sup>6</sup>.

É através das suas próprias experiências cotidianas que Lima Barreto, como coloca Maria Cristina Machado (2002: 154), "faz do tema do subúrbio uma constante em sua literatura". A representação que tece das paisagens suburbanas é marcada por uma retórica que, exageros a parte, sempre fere a tecla da denúncia social. Nesse caso, o autor delimita as territorialidades cariocas através de fronteiras discursivas que servem para diferenciar a zona nobre das áreas populares. Por exemplo, Botafogo e Copacabana são representados por Lima como lugares habitados pelos novos ricos; pela burguesia urbana; doutores e das

mulheres *chics*, ao passo que o Méier, Todos os Santos e o Cascadura são os *lócus* por onde desfilam e moram tipos como o boêmio Ricardo Coração dos Outros ou o ingênuo Policarpo, do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* e mais ainda toda uma sorte de pequenos comerciantes; funcionários públicos de baixa patente; malandros; bêbados e trabalhadores. Os subúrbios, através das crônicas de Lima Barreto, são figurados como espaços repletos de formas de sociabilidades singulares que estão sendo ameaçadas pelas transformações vertiginosas proporcionadas pelo advento da modernidade.

Na dissertação *O dândi e o boêmio: João do Rio e Lima Barreto no mundo literário da Primeira República*, Fábio José da Silva reforça a pecha de boêmio para denominar a situação intelectual do escritor Lima Barreto. É importante frisar que esse adjetivo esteve sempre presente nos discursos dos membros da Academia Brasileira de Letras e dos afrancesados frequentadores do salão da Livraria Garnier quando se referiam a Lima Barreto no intuito de desqualificar sua escrita por meio da estigmatização pessoal do autor. Por mais que alguns partidários da oficialidade literária reconhecessem os méritos da produção intelectual de Lima Barreto, as alusões ao seu estilo desleixado de se vestir e as menções ao consumo exagerado de álcool, que protagonizava, serviam para legitimar o silêncio da instituição em relação a suas obras e suas candidaturas para entrar na ABL<sup>7</sup>.

A questão é que chamar de boêmio um escritor que, apesar de

<sup>6</sup> Segundo Francisco de Assis Barbosa (1959: 216), "Lima Barreto desnortheastava quase sempre os companheiros de farra. Não raro, desaparecia do grupo e ia beber sozinho. (...) É que sentia necessidade de andar, bebericando, aqui, ali, acolá, mais adiante, vencendo enormes distâncias a pé, até não mais poder". Sobre o episódio que remete a chegada de Lima Barreto com o terno em frangalhos na casa de Noronha Santos, em 1910, assim descreve: "Vendo-o naquele estado, Santos deu-lhe um terno verde, novo, que trouxera da sua última viagem a Paris. Lima Barreto vestiu-o. Mirou-se por todos os lados. E despediu-se com o seguinte comentário: - Fica muito melhor em mim do que em você". O fato ligado a caminhada de Câmara Cascudo ao lado de Lima Barreto, da Avenida Rio Branco a Gávea, foi narrado por Cascudo em um artigo publicado no Diário de Notícias, em 1938 (Cf. BARBOSA, 1959: 306-7).

<sup>7</sup> Em uma publicação recente, intitulada *Uma outra face da Belle Époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto*, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, em 2010, pude trabalhar com a *Acta da vigésima quinta sessão* - de 7 de julho de 1921 - da ABL, quando Lima Barreto se candidata para ocupar a vaga que surgiu na instituição devido a



falecer aos 40 anos de idade, só de crônicas publicou mais de mil páginas; escreveu centenas de contos e sete romances é reproduzir a fala dominante, preconceituosa e excludente, que negava o valor literário da obra barretiana associando-a a imagem pessoal do literato em questão. Lima Barreto, pelos números de sua produção e a diversidade de temas que abordou, em sua escrita, indo desde a vida nos subúrbios até os impactos da Primeira Guerra no Brasil, está mais para uma antítese do que concebemos como boêmio. Quando passou a ingerir aguardente de forma descomedida, o fez no intuito de buscar anular-se e não como uma opção pândega.

No terceiro capítulo de seu trabalho, "Impressões sociais e literárias", Fábio Silva continua a explanar sobre as diferenças que marcaram a escrita de Lima Barreto e João do Rio enquanto cronistas do Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Embora afirme que no *Diário Íntimo* e nas crônicas de Lima Barreto impera uma "metafísica da melancolia" (SILVA, 2008: 110), na qual a angústia pessoal do escritor e a sua rejeição nos meios letrados oficiais da época se misturam aos temas e ao estilo do escritor, acaba, de forma bem confusa, sugerindo que "o sentido estético da obra de Lima Barreto vem sendo analisado há anos, muitas vezes misturado com a vida do escritor sem muito discernimento (...)" (SILVA, 2008: 111).

Essas afirmações, que visam desmerecer toda uma gama de estudos importantes sobre o escritor Lima Barreto, feitas por um iniciante

no universo da pesquisa acadêmica, acaba prejudicando bastante a coesão da sua dissertação. Por mais que critique o que seria falta de discernimento em autores como Francisco de Assis Barbosa, Maria Cristina Machado e Nicolau Sevckenko, Fábio Silva não consegue enfatizar qual seria, então, o melhor caminho para se problematizar historicamente a escrita barretiana e acaba confluindo, frequentemente, em direção a afirmações já realizadas por esses pesquisadores que tanto contesta.

É preciso frisar também que em *O dândi e o boêmio* não existe uma abordagem historiográfica de estudos que foram feitos sobre a chamada *Belle Époque*. A ideia é que um trabalho, feito por um historiador, contextualize seu objeto de estudo em um dado recorte temporal. Seria muito mais profícuo, em termos metodológicos, se Fábio Silva cortejasse um diálogo entre os escritos jornalísticos e memorialísticos de Lima Barreto e João do Rio com documentos sobre a urbanização da então Capital Federal e com os principais estudos que foram publicados sobre o Rio de Janeiro do começo do século XX. Embora deva prezar por uma abordagem interdisciplinar, é importante destacar que o historiador que usa a literatura como fonte não é um crítico literário.

Em *A hélade e o subúrbio: confrontos literários na Belle Époque carioca* (2006), de Maurício Silva, temos uma discussão muito mais profícuo e sofisticada que aborda como a produção literária realizada por Lima Barreto em torno do cotidiano nos subúrbios, longe de ser

morte precoce de João do Rio. No citado documento, os literatos da ABL citam o dispositivo criado por Mário de Alencar para coibir o que chamam de Candidaturas indesejáveis. Também no jornal *O imparcial*, em 1919, o acadêmico João Ribeiro, em uma crônica, menciona que, embora mereça Lima Barreto não pode entrar na ABL porque esta não é um lugar adequado para boêmios. (Cf. AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. *Uma outra face da Belle Époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: UFCG, 2010: 51-2)

despropositada, é para a crítica uma das grandes características de uma escrita que antecipou vários temas e preocupações estéticas defendidas pelos modernistas paulistas em 1922. Segundo o autor:

Na medida em que Lima Barreto eleva o subúrbio à categoria de cenário distinto (...), acaba promovendo um verdadeiro deslocamento estético na literatura brasileira produzida até então, em que todo um universo esquecido pela arte é colocado em primeiro plano. Além disso, com Lima Barreto assiste-se ao que um crítico definiu como o "triunfo do meio ambiente como personagem", destacando a importância da ambientação suburbana para sua produção ficcional. (SILVA, 2006: 70)

Maurício Silva envereda para o campo da análise discursiva e traça um paralelo entre a linguagem presente nos romances de Lima Barreto e a que está presente na obra de Coelho Neto. Sendo assim, é bastante típica da narrativa barretiana a construção de ambientações e personagens dotadas de grande profundidade psicológica, enquanto que nos escritos de Coelho Neto, encarado como um autor pertencente aos círculos literários oficiais, as descrições dos cenários urbanos, nos quais insere suas tramas, possuem uma dimensão bastante otimista que termina por conferir a seus romances uma densidade narrativa rala e superficial<sup>8</sup>.

Maurício Silva foca a sua análise em torno de romances como *Clara dos Anjos* e *Numa e a Ninfa*, para conseguir detectar o diferencial estilístico que possibilita ao leitor atual distinguir Lima Barreto dos

literatos que lhe foram contemporâneos, mas que estavam imersos nas diretrizes de uma modalidade de literatura que deveria ser "o sorriso da sociedade". A perspectiva de M. Silva ecoa nesse estudo porque, sem dúvida, pode ser direcionada também para auxiliar a compreensão da literatura jornalística de Lima Barreto que aborda a temática da vida e paisagem suburbana.

Régis de Moraes, em *Lima Barreto: o elogio da subversão* (1983), inspirado pelo mito de Sísifo, também traça algumas interessantes reflexões sobre a relação entre Lima Barreto e os subúrbios. O autor evoca a história de Sísifo, condenado pela eternidade, por Zeus, por ludibriar várias vezes a morte, a carregar um pesado rochedo de mármore nas costas até o alto de uma montanha, sendo que sempre que estava próximo de cumprir a árdua tarefa, através de uma força inexpugnável, o rochedo soltava-se de suas mãos e rolava montanha abaixo obrigando Sísifo a recomeçar seu trabalho. A expressão "trabalho de Sísifo" passou a significar trabalho inútil. Qual a possível analogia entre o mito de Sísifo e a vida suburbana de Lima Barreto? Bom, antes de tudo, é preciso levar em conta as agruras biográficas que fazem parte da trajetória do escritor. Essas agruras correspondem a fatos que vão desde o enlouquecimento gradativo do seu pai; até a negação do valor literário de suas obras pelos medalhões das letras, bem como aos motivos que o levaram ao alcoolismo e as internações forçadas no hospício.

Para Régis de Moraes:

<sup>8</sup> Para efeito de ilustração dessas premissas, Maurício Silva, em *A Hélade e o subúrbio* (2006), cita o seguinte trecho do romance *Numa e a Ninfa*, de Lima Barreto: "Lucrécio morava na Cidade Nova, naquela triste parte da cidade, de longas ruas quase retas, com uma edificação muito igual de velhas casas de rótula, portas e janela, antigo charco, aterrado com detritos e sedimentos dos morros que a comprimem, bairro quase no coração da cidade (...). A Cidade Nova não teve tempo de acabar de levantar-se do charco que era (...)" (BARRETO apud SILVA, 2006: 71). Em seguida traz à tona a descrição de Coelho Neto da paisagem urbana em que se ambienta o romance *Turbilhão*: "(...) o parque era uma extensa massa de verdura onde o luar punha reflexos de prata. As casas abertas recebiam a brisa e exalavam [sic] bafios quentes de forno (...). Os rapazes refugiavam-se no mirante e, sob a doçura do céu azul, onde a luz esmaecia, fumavam, conversavam, dilatando os olhos por aqueles [sic] telhados vermelhos (...)" (COELHO NETO apud SILVA, 2006: 71).

Lima Barreto é de uma curiosa estirpe que passa a vida sentido-se ralar em sucessivas derrotas e, no fim, triunfa. Ele não foi o herói que resultou de um chilique nervoso interpretado como ato de coragem. Nada de cenas muito teatrais. Lima é o puro exemplo do herói do cotidiano. Eis porque não há razão para chorarmos o coitadinho do romancista infeliz. Cumpre-nos tentar mostrar tudo que há de épico, que há de verdadeiramente grandioso no drama aparentemente lento de uma vida parda de subúrbio. (MORAIS, 1983: 31)

A determinação com a qual o literato resolveu atacar os tentáculos invisíveis dos poderes oficiais remete mesmo a um tipo de heroísmo errante, daqueles que parece saltar diretamente das páginas de uma obra de Cervantes. Porém, como bem ressalta Régis de Moraes, a ironia e a grandiloquência com a qual Lima Barreto tratou todas as opressões que sofreu nos impede de enxergá-lo como um coitado. O mito de Sísifo nos ajuda nesse exercício, pois a firmeza humana com a qual ele carrega a pedra montanha acima para depois vê-la rolar novamente para baixo e depois recomeçar sua tarefa o torna mais forte que o rochedo. A atualidade da vasta obra de Lima Barreto, na qual está

inserida sua produção cronística, foi o fator determinante que fez com que essa produção sobrevivesse às inúmeras tentativas de silenciamento impostas por uma crítica literária obcecada pelo preciosismo linguístico e partidária dos ditames de uma ordem política intolerante e segregadora.

As paisagens suburbanas que são representadas nas crônicas de Lima Barreto são o palco para a manifestação de diversos fenômenos sociais, desde os mais nobres, como a questão da solidariedade, que irmanava os pobres e os excluídos do processo de modernização do Rio, até os mais escusos, como o racismo e a discriminação de classe social.

Ambiente urbano no qual, para o escritor, a vida aflorava por todos os lados, o subúrbio é descrito por Lima Barreto como um local dotado de personalidade própria e de uma complexidade enigmática. Essa peculiaridade do subúrbio enquanto tema literário urge da sua localização fronteira entre o centro da cidade, civilizado; cenário por onde desfilam as elites e o universo rural, com suas tradições ligadas ao passado do Brasil colonial, nas quais imperavam as relações interpessoais que, para Lima Barreto, a modernidade estava suprimindo.

## Referências:

- BARRETO, Lima. **Toda crônica**. Vol. 1 (1890 – 1919). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Toda crônica**. Vol. 2 (1919 – 1922). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O cemitério dos vivos**: memórias. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

- \_\_\_\_\_. **Os bruzundangas**. Porto Alegre: LP&M, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Prefácio de Beth Brait. São Paulo: FTD, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Diário Intímo**: memórias. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOTELHO, Denílson. **A pátria que quisera ter era um mito**: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.
- BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto (1881-1922)**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.
- EDMUNDO, Luís (1880-1961). **O Rio de Janeiro de meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- FREITAS, Celi Silva. **Entre a Vila Quilombo e a Avenida Central**: a dupla exterioridade em Lima Barreto. Dissertação (Mestrado em História Política), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- FANTINATI, Carlos Erivany. **O profeta e o escrivão**: estudo sobre Lima Barreto. São Paulo: Ilpha-Hicitec, 1978.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto**: um pensador social na Primeira República. Goiânia: Ed. da UFG; São Paulo: EDUSP, 2002.
- MORAIS, Régis de. **Lima Barreto**: o elogio da subversão. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- PORTUGAL, Aureliano. *Jornal do Commercio*, 20/06/1904.
- SILVA, Fábio José da. **O dândi e o boêmio**: João do Rio e Lima Barreto no mundo literário da Primeira República. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SILVA, Maurício. **A hélade e o subúrbio**: confrontos literários na *Belle Époque* carioca. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SAES, Guillaume. **A República e a espada:** a primeira década republicana e o florianismo. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

## HIGIENE ESCOLAR, HIGIENE DA REPÚBLICA: INSPEÇÃO MÉDICA, CIÊNCIA E INFÂNCIA – SÃO PAULO (1917)

Paloma Porto Silva<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo pretende apreender o modelo de educação higiênica da infância emergida nos discursos científicos da modernidade, em particular no discurso médico-higienista no início do século XX, configurando uma nova prática escolar e trabalhos pedagógicos. Buscamos escuritar sobre as representações do corpo infantil e os ditames de condutas e comportamentos, em nome da saúde, pensadas pelos princípios moralizantes engendrados pelos saberes/poderes. Escuritamos, assim, uma possível versão das ideias que normatizaram e classificaram as crianças como objetos a serem inspecionados. Para tanto, elencamos como fonte o livro de autoria do Dr. Balthazar Vieira de Mello, intitulado: *Hygiene Escolar e Pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimento de ensino* (1917). Trata-se, então, de perceber como o médico desenvolve uma estratégia cívico-pedagógica articulando educação formal à profilaxia social.

**Palavras-chave:** corpo, inspeção médica escolar, educação.

### Abstract

The present article intends to understand the pattern of hygienic education of childhood emerged on the scientific discourses of modernity, in specific on the medical-hygienist discourse of the beginning of the twentieth century, configuring a new scholar practice and new pedagogic kind of work. We seek to elaborate writings about the

representations of the infantile body and the precepts of conducts and behaviors, on behalf of health, that were thought by the moralizing principles elaborated by knowledges/powers. We compose, in this manner, a possible version of the ideas that patterned and classified the children as objects that should be inspected. To do so, we choose as source a book written by the Dr. Balthazar Vieira de Mello, titled: *Hygiene Escolar e Pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimento de ensino* (1917). It deals about, so, of having knowledge how the doctor develops a civic-pedagogic strategy, linking formal education to social prophylaxis.

**Keywords:** body, scholar medical inspection, education.

O final do século XIX e início do XX assistiram bem a “vertigem” abissal de um jogo de vida e de morte entre a possibilidade de autodesenvolvimento e a ameaça de destruição dos valores humanos. As transformações dos conhecimentos científicos em tecnologia, influenciados pela industrialização da produção, constrói novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo da vida. Transformações sócio-culturais foram legadas (e ainda são) da crescente modernização da dita *Belle Époque*, mas que gerou incertezas e angustias nas pessoas. Valores são desmanchados no ar, o mundo capitalista impõe modelos de verdade absoluta, verdade que causa dúvida, estar por vir *o império do efêmero*. Paradigmas tradicionais confrontam-se com modelos modernos de se ditar o ritmo da sociedade, a

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Agência Financiadora: CAPES.

contemporaneidade caracteriza-se pelas disputas entre o "novo" e o "velho".

Mudanças de sociabilidades e sensibilidades no interior do tecido social inferiram as várias categorias sociais do ser mãe, do ser pai, do ser filho, do ser trabalhador e etc. As relações sociais ganham novos direcionamentos, pois a velocidade dos acontecimentos acelera a adaptação aos novos costumes. A infância por muito tempo ficou silenciada pela sua significante "inutilidade política". O seu valor social foi construído ao mesmo em que se vivia em uma época de grande efervescência das "certezas solapadas" e da desconfiguração no núcleo familiar. Neste ínterim, a infância é construída. Com efeito, ao falarmos em infância não remeteremos a uma abstração, mas a uma construção discursiva que institui determinadas posições, não só das crianças, mas também da população adulta e das instituições escolares, instituindo determinados modos de ser, ver e dizer a infância.

A partir deste pensamento, objetivamos, ao longo deste trabalho, perceber como o discurso médico do início do século XX, constrói espaços de "adestramento" e "disciplinarização" para o corpo infantil. Escolher São Paulo como espaço desta pesquisa, é tentar encontrar subsídios para compreender como um modelo de "instituição de seqüestro" foi (re) elaborado pelos médico-higienistas nas primeiras décadas da República brasileira. Assim, tentaremos responder como a escola foi eleita como um espaço de higienização pelo discurso médico, principalmente no

ano de 1917. Como recorte elegemos o ano de 1917 por ter sido o ano da publicação do segundo e último livro do Vieira de Mello intitulado *Hygiene Escolar e Pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino*.

A narrativa que tomo como fonte nesta pesquisa compõe um "manual de receitas" discursivas e não-discursivas expresso no livro publicado pelo o médico-pedagogo Dr. Vieira de Mello, fazendo uma análise dos discursos pelo livro disseminados, esquadrinhando a infância e as práticas educacionais em torno dela, percebendo como um sistema de códigos, condutas e hábitos higiênicos contribuíram para "quebrar" o silêncio a cerca da infância configurando uma nova (re) significação para as crianças, inserindo-as em um novo contexto. Os discursos do Dr. Vieira de Mello postulavam métodos e formas adequadas de como a criança deveria de comportar e se higienizar.

A metodologia utilizada neste trabalho é a análise dos discursos<sup>2</sup>. Discursos esses inventa(ria)dos e que desempenharam papel importantíssimo no recorte temporal referido, pois os discursos científicos emergidos no período *Iluminista* ecoaram séculos adiante, configurando-se em dispositivos de poder como um imperativo nas sociedades modernas, que vigia, pune e corrige os que não se inserem às normas.

Pode-se perceber que nesse lugar próprio de poder e saber, que as práticas para com as crianças eram ali construídas em aproximação a figuras de disciplina e saúde, apresentada sob a forma de um ato

<sup>2</sup> Neste contexto, entendo o conceito de discurso a partir da acepção de Helena H. Brandão, como o espaço em que saber e poder se articulam se entrecruzam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional) é gerador de poder. "Um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva". Esta, por sua vez, é entendida como a regularidade de uma dispersão de elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Cf. BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução a análise do discurso*. 6<sup>o</sup> ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p: 28, 29, 30 e 31. A categoria discurso pode ser também entendida segundo a concepção de Foucault, o qual defende como o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que aí se podem observar o domínio em que certas figuras, no caso, a infância, em que certos encruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito e podem receber o nome de um autor. "Não importa quem fala, mas o que ele diz, ele não o diz de um lugar qualquer". Cf. ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. UFRN, 2001, pp: 96-97.

cujo objetivo era satisfazer as necessidades do Estado. Está posto nas páginas dos livros do Dr. Vieira de Mello um legado discursivo que institui a criança a aprender a motivar a saúde, a norma e a motivar a Pátria de maneira positiva.

O médico-pedagogo nos lega discursivamente interesses singulares sobre a infância e que articula uma "trama" de visibilidade e de dizibilidade, a qual se pode vislumbrar a partir de análises do livro *Hygiene Escolar e Pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino* (1917). A imagem da criança é construída pelo médico-pedagogo a partir de um enquadramento corporal e estético singular, o qual exige tanto um bom desempenho social quanto educacional.

A partir dos discursos do Dr. Vieira de Mello, posso inferir que a forma de vigilância foi, talvez, um dos dispositivos de formação discursiva presentes nas relações sócio-culturais que mais conduziu a criança a ser "policiada" e a se "autopolicar" em suas condutas.

As primeiras décadas do século XX, indubitavelmente assistiram grandes aventuras sociais, políticas e culturais: o país vivia sob grande influência das oligarquias rurais e o desafio que se instaurava era o de passar de uma economia basicamente agrária para uma urbana. O contexto abrigava diferentes realidades sociais: de um lado, havia um grande número de trabalhadores analfabetos, convivendo com uma classe média urbana crescente; de outro, uma elite aristocrática de origem rural.

O Brasil, com o advento da República, que demonstrou ser um catalisador dos ideais de modernidade, progresso e civilização, estava conhecendo novas práticas de sanitização e higienização, tendo em vista o crescimento das cidades e a remodelação dos espaços urbanos, sendo influenciado pelas correntes científicas bastante em evidência na época como, por exemplo, "positivismo francês, evolucionismo inglês e antropologia italiana, além de outras correntes, como o monismo alemão de Haeckel" (AGRA, 2006: 44). Mesmo antes de o período imperial terminar, tais correntes chegaram ao Brasil através dos intelectuais brasileiros que iam para o estrangeiro, para estudos ou para lazer<sup>3</sup> - bem como a elaboração de uma imagem saudável da nação.

Ora, no Brasil, não foi senão a partir da segunda metade do século XIX, e nas cidades, que se deu o movimento histórico de construção e de experimentação de uma certa modernidade. E, entre as agências mais importantes neste quadro, sem dúvidas a escola foi uma das mais destacadas<sup>4</sup>.

Não por outro motivo, por exemplo, os republicanos teceram tantos projetos para a escola brasileira, como também se deu com quase todos os letrados do fim do império e do começo da república. Naqueles anos em que o Brasil estava sendo reinventado era crucial para os letrados, que se viam como os legítimos sujeitos da história, refundar o país, o povo, a nação.

Segundo Nicolau Sevcenko, o projeto de reinvenção do país tem na idealização de suas elites o esquecimento do passado colonial e

<sup>3</sup> José Murilo de Carvalho nos mostra como os ideais europeus foram utilizados no Brasil de maneira estratégica por determinado setor da sociedade. Segundo o autor, o grupo social representado pelos militares se sentiu atraído pela visão positivista da sociedade e da república, configurando-se em uma controvérsia, já que para os positivistas, um governo militar não era bem visto. Entretanto ocorre uma adaptação das idéias positivistas, os militares apropriam-se do viés cientificista. (Cf. CARVALHO, 1987: 27-8)

<sup>4</sup> Cf. SEVCENKO, Nicolau "O prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso" In.: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cf. SEVCENKO, Nicolau "O prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso" In.: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



imperial como condição para construção de uma nação que se pretendia a todo custo ser moderna. Era necessário eliminar o atraso e edificar o futuro da nação. Daí, então, atuação fervorosa contra tudo que continuasse arraigado ao passado do país, bem como a adoção de modelos de civilidade europeus e norte-americanos. Importavam – se daqueles países não só os produtos de suas indústrias, como seus modelos de comportamento, seus projetos de embelezamento das cidades, sua moda, seus modos de conduta, etc.

A partir dessa concepção de novo, modelar as crianças em soldados da saúde era um investimento em longo prazo para os governantes, preocupados com a limpeza moral e corporal de todo o país. Os intelectuais, que assumem posição hegemônica desde o início do século XX, são aqueles portadores de conhecimentos especializados: os cientistas, médicos, psicólogos, jornalistas e educadores que conhecem a “realidade” brasileira deveriam, para isso, atuar no sentido de uma intervenção racional na construção de um projeto nacional, cuja condição lhe competira. Na Mensagem Presidencial de Estado apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de Julho de 1917, pelo Dr. Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo<sup>5</sup>, o intento do ensino cívico é bem enfatizando:

O ensino cívico deve ser intensificado em todas ellas [escolas] e, para esse fim, a Secretaria do Interior já se tem com as diversas associações patrióticas existentes no Estado, que tão eficazmente vão concorrendo para o

ressurgimento da nossa nacionalidade<sup>6</sup>.

Nesse contexto, fazia-se primordial atribuir ao sujeito as condições necessárias para que sua capacidade individual se sobressaísse, independentemente da sua condição social e econômica. Dentre os intelectuais que atuaram neste período, destacamos o discurso do Dr. Balthazar Vieira de Mello<sup>7</sup>, um desses médicos-higienistas que procurou trazer a lume uma infância que por muito tempo permaneceu silenciada.

Ao reconhecer e divulgar as contribuições da higiene, no sentido de aperfeiçoar e fazer a sociedade “progredir”, os médicos-pedagogos vão construindo argumentações que legitimam os discursos sobre a padronização através de testes de quociente intelectual. Trata-se de uma visão empirista de ciência, na qual é preciso medir e precisar ações. “A criança, ser da natureza, não portadora da razão adulta, marcada pelos atributos da sensibilidade, emoção e imaginação submete-se à direção do adulto que moldá-la”. (CORRÊA, 2001, p: 124).

De maneira semelhante ao que vinha acontecendo na Europa do século XVIII, o surgimento de ideais republicanos nacionais, no Brasil, constrói consigo um lugar para uma espécie de “movimento” médico-higienista que teve como principal meta a normatização do corpo familiar. Nesse sentido, apreende-se o quanto foi peculiar a chegada de meios de comunicação e informação às cidades brasileiras de fins do século XIX e início do XX, meios de comunicação esses que noticiavam

<sup>5</sup> Referimo-nos às Mensagens Presidenciais de estado, que eram emitidas anualmente durante o Império e as primeiras décadas da República. As mensagens eram proferidas pelos Presidentes de Estados à Assembléia Legislativa sintetizando as atividades desenvolvidas pelo seu governo durante determinado ano. O

<sup>6</sup> Mensagem Presidencial de Altino Arantes, 1917, p: 10.

<sup>7</sup> Em razão do significado que se atribui ao texto escrito, considerando o contexto de sua produção, consideramos a visão de linguagem proposta pelo filósofo Paul Ricoeur, que diz que o discurso não pode deixar de se referir a alguma coisa. Esse hermeneuta vê a instância do diálogo com objetividade: “só o discurso tem, não apenas o mundo, mas o outro, um interlocutor a quem se dirige”. (s/d, p: 186). Dessa forma, a efetividade do discurso poderá atribuir um caráter profícuo à dimensão histórica da relação entre texto e mundo.

mazelas gerais de caráter público, como falta de higienização e esgotamento sanitário, falta de políticas de coleta de lixo, entre outros; esses meios de comunicação também abriram espaço à cultura e ao lazer em suas formas mais dinâmicas, trazendo notícias sobre as tendências da época (geralmente vindas da Europa), sem, no entanto, deixar de veicular suas idéias às questões de saúde, alimentação, moradia, vestimenta e modernidade. O "chique" e o "moderno" estavam, geralmente, associados às idéias propostas pelos discursos médico-higienistas.

De acordo com Silva, um sujeito inserido na proposta de construção de uma pátria "auto-suficiente", "poderosa" e, portanto, "sadia" não poderia se permitir o direito livre de se entregar aos prazeres do excesso. A auto-disciplinarização deveria estar em primeiro lugar para tal sujeito; ele deveria evitar, de qualquer forma, um encontro de sua personalidade como o ócio. Além disso, e cada vez mais, deveria buscar o aumento de produtividade pessoal e profissional, contribuindo dessa forma com o progresso da nação.

Na primazia desse contexto histórico, o Brasil se via mergulhado em altas taxas de analfabetismo e a escola seria o instrumento ideal para o combate a tal situação. Por isso, divulgar uma "doutrina higienista" significava, antes de tudo, a concretização de um triunfo do progresso nacional e o ensino era sua maior arma; o ensino primário poderia atingir diretamente suas metas de disciplinarizar as crianças.

## Medicalização do corpo e da mente: o "typo" ideal da infância

Examinar cuidadosamente os alumnos das varias classes de ensino, colligindo todos os dados que tiver obtido em vista do exame geral e orgânico de cada um, de modo a construir as respectivas fichas; e, em razão dellas, classificar-os entre os alumnos normaes ou anormaes, especificando neste caso em que consistem as deficiências observadas e qual o remem especial que reclamam. (MELLO, 1917:172).

Rastreando como o Dr. Vieira de Mello constrói a imagem da infância encontramos o cruzamento do poder médico-pedagogo com efeitos de discurso bastante incisivos. Isto é, prescrições de exames médicos nos educandos que constroem e dão sentido a uma unidade. Tais prescrições se constituem em conceitos que estão em torno de uma personagem: a figura da criança (a)normal. Este conceito se configura como uma ferramenta da formulação de um "tipo" de criança, em especial a da criança paulista. O texto acima<sup>8</sup> que nos serve de epígrafe, encontrado na obra *Hygiene Escolar e Pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino*, a segunda do Dr. Vieira de Mello, não é o único, mas apenas mais um dos vários que tratam da formulação de fichas para examinar e classificar os educandos:

Este exame visa indistinctamente os alumnos sãoes e normaes, ou supposto tal e os doentes e anormaes, outr'ora considerados como indolentes ou pouco applicados, quando às mais vezes, são myopes ou surdos escolares,

<sup>8</sup> O trecho citado faz parte da legislação, cabendo registrar que, dentre as atribuições que competiam aos médicos inspetores em relação aos estabelecimentos de ensino sob a sua responsabilidade, figura em primeiro plano, na lei n. 1.541, artigo 6º.

que não podem acompanhar as explicações do professor, ou instáveis, cuja mobilidade de espírito não se subordina às exigências da pedagogia. (MELLO, 1917: 57)

É perceptível como a figurada criança é construída em torno de um conjunto de padrões que a classificam em normais ou anormais. Trata-se aqui de uma antologia de escrituras que investe em (re)formar os pressupostos que consistem na idéia do “typo paulista” de criança, reforçando seus desdobramentos discursivos, o qual constitui os vários sentidos de um tipo infantil universal necessária à categoria.

Ao obedecer à lei que remodelou a Inspeção Médica Escolar, o Dr. Vieira de Mello prescreve o exame dos educandos, compilando todos os dados obtidos pelo exame físico, formulando um modelo de ficha sanitária individual, de fichas de exames anuais, além de esquemas para a classificação dos escolares, esquema para o exame clínico dos anormais e quadro do desenvolvimento físico dos educandos da cidade de São Paulo. Tais anormais compõem todo um conjunto de dispositivos preparados pelo Dr. Vieira de Mello para sistematizar e guiar o trabalho dos médicos e inspetores junto às escolas<sup>9</sup>.

Os dados produzidos pela análise minuciosa de todas as fichas se configuravam como um dispositivo de produção de conhecimento sobre a infância. A autoridade dos médicos e dos professores deveria produzir registros dos exames físicos que indicassem, sobre os mais variados aspectos, desde a vacinação e

revacinação, a aparência geral, o funcionamento dos órgãos até as ocorrências mórbidas verificadas desde o nascimento da criança, sem deixar de lado, também, as mensurações antropométricas de estatura e peso, capacidade respiratória e força muscular. Tais mensurações deveriam compor a rotina dos profissionais da Inspeção Médica Escolar. Para tanto, o Dr. Vieira de Mello apresenta detalhados procedimentos para os exames dos educandos:

Para se medir a estatura e tomar o peso de um escolar, deve este estar descalço e despojado das peças de vestuário mais pesadas, bastando para isso uma toêsa e uma balança, reunidas ou separadas, com a condição, porém que sejam aferidas. (...) Qualquer que seja o aparelho adoptado, o essencial é que essas medidas sejam exactas, devendo o alumno cuja estatura se tem de tomar, collocar-se em posição de perfilar, (1ª. posição escolar), com os calcanhares unidos e as pontas dos pés afastadas, os braços pendidos ao longo do corpo e o olhar horizontal, de modo que a haste transversal da toêsa repouse no vertex. (MELLO, 1917: 63-64).

Tais registros se punham de modo concomitante às observações pedagógicas que levavam em consideração a capacidade de memória e concentração, inteligência e comportamento das crianças.

O livro publicado pelo Dr. Vieira de Mello é rico em detalhes ao expor os procedimentos de exame, elencando vários aspectos que o professor e o médico devem observar. Partindo da máxima “mentalidade sadia em organismo sadio”, o Dr. Vieira de Mello formula a *ficha individual* em consonância

<sup>9</sup> Aos médicos inspetores lhes foram atribuídas novas funções, mesmo àqueles que não pertenciam aos quadros de funcionários da IME, mas que engrossavam a lista dos que compartilhavam do mesmo intento do inspetor sanitário no trabalho de inspeção em escolas públicas e particulares, ensino primário, normal, secundário e profissional com a coordenação do médico chefe, o livro serviria como um manual, uma cartilha de consulta dos mais variados tópicos. O roteiro da obra foi baseado na literatura internacional e nos regulamentos estrangeiros para uma eficaz organização do trabalho desse corpo profissional. A escola, segundo Dr. Vieira de Mello no prefácio, era concebida como um “centro de irradiação de homens aptos a defendê-la [a Pátria] e de mães compenetradas dos seus deveres sociais” (MELLO, 1917: 8), e deveria ser inspecionada por seus agentes com orgulho e amor patriótico no peito.

com as observações pedagógicas feitas, tanto pelo professor, quanto pelo educando, fomentando em uma ficha *anthropopedagogica*. É o esquadramento da criança por excelência. Ganha destaque nos estudos e descrições do médico-pedagogo a grande ênfase nos aspectos pulmonares, ou melhor, na perimetria torácica. O método de avaliação da capacidade respiratória é descrito técnica e objetivamente para não causar dúvida alguma no leitor. As medidas, números e comparações atestavam o positivismo triunfante, em que a visibilidade e a dizibilidade mensurável dos corpos infantis eram indubitáveis.

O exame dos sentidos do corpo humano também foi estudado e descrito na obra do Dr. Vieira de Mello. Sobre o sentido da visão era importante detectar as infecções que os olhos poderiam estar acometidos e, também, perceber os efeitos da iluminação e seus efeitos diretos no sentido da visão. Os alunos eram classificados como *normais* se a leitura em relação ao quadro pudesse ser feita na distância de cinco metros e de *insuficientes* se não conseguissem ler. Entretanto, é importante destacar o ofício do médico-inspetor, pois este não estava preocupado em curar os alunos que possuíssem algum tipo de problema visual, mas sim em diagnosticar apenas:

Ao contrario do especialista, que faz exames completos, o medico-inspetor escolar só procura conhecer os resultados *sufficientes*. A sua tarefa é assignalar os alumnos cujo estado de saúde reclame cuidados hygienicos ou médicos, para que os paes, tutores ou

responsáveis os levem à consulta do especialista da sua escolha (MELLO, 1917: 69).

As preocupações higiênicas do Dr. Vieira De Mello se estendem aos órgãos de outro sentido, os da audição. As secreções sebáceas produzidas pelos órgãos da audição podem obstruir este sentido. A anatomia dos órgãos são os primeiros alvos da inspeção, "*antes do exame propriamente da audição, o médico escolar procurará verificar a conformação das orelhas, (...) a ver si há anomalias*" (MELLO, 1917: 71).

Contudo, também é nosso objetivo mostrar, a partir de alguns termos no discurso do Dr. Vieira de Mello, como algumas crianças são classificadas ou mesmo rejeitadas no ambiente escolar. Trata-se de lances de estereótipos que envolvem, por exemplo, algumas crianças com problemas auditivos: "*não sendo admitidos surdos nas escolas, o medico só terá de investigar a si a audição é normal ou insuficiente, constituindo esta a surdez escolar, muita vez ignorada dos paes dos alumnos e dos professores*" (MELLO, 1917: 72).

É através da exclusão, como mostra Foucault, que o indivíduo entra na morte em virtude das "práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de marginalização". Efeitos e mecanismos de poder que exercem sobre "os loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os desviantes"<sup>10</sup>.

Assim, como nos sentidos de visão e audição, o órgão destinado ao sentido do olfato é examinado primeiramente no aspecto estético: "*depois de verificar o aspecto exterior do nariz, isto é, a sua*

<sup>10</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. OP. Cit., p: 54.

conformação e posição relativa ao eixo da face, o medico examinará o estado das fossas nasales" (Mello, 1917: 75). Mas o exame também possui o objetivo de evitar doenças que acabem comprometendo as vias respiratórias:

As epistaxis não traumáticas devem merecer especial atenção do medico, porquanto ellas podem ser indício de varizes da pituitária, freqüentes nos adenoidianos, cuja circulação de retorno é entravada, de ulcerações syphiliticas ou tuberculosas, de molestias chronicas do fígado e dos rins, ou o prenuncio de certas infcções agudas, como sejam a febre typhoide e as febres eruptivas. (MELLO, 1917: 75-76)

No que diz respeito à garganta e à voz, o Dr. Vieira de Mello elabora um esquadramento bem mais detalhado, partindo da percepção de que "*as lesões ahi assentadas podem dificultar a palavra, como ainda o desenvolvimento intellectual e physico do escolar*" (MELLO, 1917: 77). As deformações no esqueleto da caixa torácica e aspectos que passam uma fisionomia expressando *estupidez* causada, principalmente, pelas amidalites e adenóides.

No que se refere à garganta, percebe-se um deslocamento da função da inspetoria médica. Devido à gravidade e ao elevado número de escolares afetados pelas amidalites e adenóides, a inspetoria instalou uma sala de assistência operatória dentro da própria instituição escolar, para tentar facilitar o acesso a um tratamento adequado.

A boca, juntamente com a garganta, também era constantemente examinada, começando pelos lábios em suas

configurações e em seguida se verificando a habitação de germes causadores do herpes, muito freqüentes devido ao uso comum de canecas e lápis (muito levados à boca) entre as crianças. A língua e as gengivas também não passam despercebidas pelos inspetores. Entretanto, no constituinte da face do ser humano, a dentição e os maxilares também ganham grande destaque.

Para os inspetores, a primeira dentição não ganha muita importância. Apenas a partir dos cinco ou seis anos é que a segunda dentição começa a surgir e, a partir disso, se possibilita uma avaliação dos maxilares. Preocupações com as erupções dos dentes são descritas minuciosamente, mas as cáries dentárias, as *complicações sépticas*<sup>11</sup> e *dystrophias dentarias* fomentam preocupações e cuidados maiores, levando-se ao pé da letra a legislação no tocante ao objetivo da inspeção médica<sup>12</sup>:

As caries dentarias, dizem Méry e Génévrier, devem preoccupar o medico esclar; a sua extrema freqüência, os seus inconvenientes e perigos, por demais consideráveis, reclamam todos os cuidados necessários para entravar o seu desenvolvimento, pois além de construírem focos permanentes de infecção pelo accumulo nas cavidades dentarias de resíduos alimentares, que são os melhores meios de cultura de todos os micróbios existentes na cavidade buccal, as dores provocadas pela carie exercem perniciosa influencia sobre a mastigação, acarretando dyspepsias, cujas origem todos os médicos são acordes em attribuir á má dentição (MELLO, 1917: 88).

<sup>11</sup> Dentre as *complicações sépticas* "destacam-se a inflamação e suppuração dos gânglios submaxilares, ao abcessos dentarios, as osteíte, seguidas algumas vezes de necrose parcial dos maxilares e, mais que tudo, a infecção tuberculosa".

<sup>12</sup> Artigo 3º, número III da lei nº. 1541 de 30 de dezembro de 1916: "A inspeção dentaria dos alumnos, quer por meio dos médicos-inspetores, quer por meio das clinicas dentarias escolares a que poderá o medico-chefe confiar, gratuitamente, a tarefa". (MELLO, 1917: 170).

O inspetor médico escolar deveria estudar as enfermidades do sistema cárdio-vascular e do sistema respiratório, neste último, levando em consideração o alto índice de casos de tuberculose no início do século XX, principalmente a tuberculose infantil, "cujo estudo reclama o conhecimento de algumas particularidades anatômicas e fisiológicas peculiares a essa phase da vida" (MELLO, 1917: 93).

A partir do que foi esquadrihado sobre o corpo infantil, o Dr. Vieira de Mello tem a preocupação de induzir os profissionais da educação e os próprios educandos, trazendo um jogo de circunstâncias que coloca a infância como principal alvo do conhecimento científico (médico e pedagogo). Trata-se, ao que se percebe, do "olhar do poder e o estrépito de sua cólera"<sup>13</sup> que, possivelmente, suprime qualquer pensamento ou sentimento de "paparicação" que se tenha para com a criança. A partir da maneira como investe na descrição, esquadrihamento e classificação é possível perceber como o discurso do Dr. Vieira de Mello demonstra frieza e tecnicidade com relação ao corpo infantil.

O esquadrihamento (de órgãos) e a educação dos sentidos (visão, olfato, e etc.), têm por efeito colocar as crianças em contato com os objetos exteriores, além de lhes dar noções a cerca da natureza, da realidade social e material, o que atribui ao julgamento dos educandos as qualidades essenciais de ponderações, polindo o mundo fantasioso das crianças através de uma razão sadia<sup>14</sup>.

A narrativa apresentada pelo Dr. Vieira de Mello, além de demonstrar tais objetivos, desempenha investigações que não se restringiam aos aspectos visíveis tentando responder às interrogações mais peculiares das características humanas. Sendo assim, as crianças eram classificadas como (a)normais, tendo por referencial os dados de desenvolvimento físico, intelectual e moral comuns à suas respectivas idades. A classificação pedagógica dos alunos era calcada no critério de inteligência, dividindo as crianças em "supernormais ou precoces, normais, subnormais e tardias", sendo que o último grupo compreendia: a) astênicos, indiferentes, apáticos; b) os instáveis, inquietos, impulsivos, indisciplinados; c) os ciclotímicos (que apresentavam características das duas categorias anteriores).

Mantém-se, na abordagem dessas questões, a preocupação em formular um esquema, uma espécie de catálogo das deformidades específicas dos anormais. O capítulo intitulado *Classificação dos anormaes* é marcado pelas orientações em relação à classificação dos educandos mentalmente anormais, traçando uma descrição e identificação do "anormal" intelectual, moral e pedagógico, assim descritos: "*estygmas de degenerescência, ou anomalias físicas de caracter permanente*" (MELLO, 1917:105). O esquema proposto para classificar os alunos anormais divergia das fichas sanitárias individuais, pois não deixava margens para o registro das características das crianças. Visando orientar a identificação das deformidades e o trabalho de classificação, o esquema se constitui

<sup>13</sup> Cf. Michel Foucault. "Ávida dos homens infames". Op. Cit., p: 101.

<sup>14</sup> Demeny apud SOARES, Carmem Lúcia. *Imagens da educação do corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. 3º ed. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

numa espécie de fichário das deformidades que poderia ser encontrado quando o exame fosse feito em uma criança tida como "anormal".

Em linhas gerais, podemos dizer que o exame de um indivíduo, na modernidade, substituiu a exclusão recíproca entre o discurso médico e o discurso pedagógico por um jogo que poderíamos chamar de jogo de "dupla qualificação"<sup>15</sup> médica e pedagógica. Tal prática, a junção de saberes, a técnica da "dupla qualificação", organiza o que podemos chamar de controle da classificação do (a)normal. Controle esse que vai engendrar todo o campo da dupla determinação, além de autorizar o aparecimento, no discurso de pedagogos e médicos-higienistas, de toda uma série de termos ou de elementos estigmatizantes.

Ao percorrer os exames, o esquadrinhamento e a classificação feitos pelo Dr. Vieira de Mello, o que mais chama a atenção são os termos utilizados como "insuficientes", "retardadas", "fraca", "preguiçosa", "iniciativa rudimentar", "laboriosas", "crueldade", "débeis", "degenerados", "perniciosos"; o que nos é relatado são elementos diagnosticados como uma espécie de "redução anunciadora"<sup>16</sup>, de quadros da infância (a)normal paulista. Uma espécie de redução para crianças à normalidade.

Estudando os "anormas intellectuales", o médico-pedagogo tipifica as crianças como "violentas", ou seja, nem exatamente doentes nem propriamente "asnos", a qual junção de saberes está voltada. No *exame clínico dos anormas*, o que o médico-inspetor tem a diagnosticar

em sua análise é a criança "violenta", "instável", "impulsiva". Desse modo temos duas noções muito próximas de "diagnose": a noção de "impulso" que percorre dentro de conceitos médicos e pedagógicos; e a noção de "violência" que permite justificar a categoria da correção e da punição.

Todavia, não estamos querendo enfatizar o lugar de "normal" dessas crianças, buscamos problematizar a intervenção dos saberes pedagógicos entrecruzando com o discurso médico, mostrando estereótipos inferidos à figura infantil. Buscamos, assim, mostrar como tais estereótipos partem mais de circunstâncias histórico-culturais construídas através dos saberes/poderes e menos de condutas propriamente *perniciosas* aludidas pelo discurso do Dr. Vieira de Mello.

As nomenclaturas que acabamos de observar sobre as crianças podem nos remeter a uma espécie de dossiê de "desaprovação". A criança é desaprovada diante do discurso que celebra a normalidade, a obediência e o comedimento.

Contudo, a junção do discurso médico e do discurso pedagógico realizado pelo Dr. Vieira de Mello fomenta arquétipos de linguagem para a criança, uma linguagem do medo, elaborada por ele, por ser um inspetor, que está protegido, legitimado pela instituição médica. A linguagem materializada no exame funciona como aquilo que vai transmitir um novo saber normativo da instituição médica à instituição escolar, os efeitos de poder.

É a partir da junção dos saberes médicos e pedagógicos, prescrevendo inspeções e exames

<sup>15</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. 2001.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*.

médicos dentro dos estabelecimentos educacionais e nos próprios alunos, construindo conceitos como o de crianças (a)normais, que o Dr. Vieira de Mello dedica quinze páginas de sua obra sobre uma preocupação latente: aos *desvios da columna vertebral*.

Os problemas de coluna que interessam ao médico-inspetor são as *molestias*, que por mais que também possuam um caráter hereditário, sejam adquiridas no meio escolar, tanto por vícios de atitudes e comportamentos, quanto pela deficiência "logística" oferecida pela escola. A mobília escolar poderia ser um grande contribuidor para o desencadeamento de várias *molestias*, principalmente os relativos à coluna, como enfatiza o médico-pedagogo:

Os moveis que guarnecem as salas de aula devem ser individuais e adaptáveis á estatura dos alumnos. Os moveis duplos ou múltiplos, para dois ou mais alumnos, e de alturas fixas, devem ser abolidos das escolas, por serem causa eficiente de molestias da visão, do aparelho digestivo, respiratório e circulatório, além das deformidades do esqueleto, taes como escolioses e cyphoses (MELLO, 1917: 30)

As diferenças de altura e distância entre a mesa e o banco do aluno, a posição do livro ou do papel,

são consideradas pelo Dr. Vieira de Mello como de grande importância para a prevenção de *molestias* da coluna. Em sua narrativa, o autor aponta como o móvel escolar deveria ser e como, também, não deveria ser:

Tem-se a considerar a *distancia*, ou a relação horizontal entre o banco e a carteira, devendo ser collocados em *distancia nulla*, isto é, de modo que o bordo anterior do banco ou cadeira fique no mesmo plano vertical que o bordo da mesa ou carteira. (...) A *distancia positiva* [imagem 01], ou aquella que o banco fica afastado da carteira, tem o grave inconveniente de obrigar o alumno a curvar o dorso, predispondo-o a desvios da columna vertical. Essa distancia é conveniente para a leitura, porém inconveniente para os exercícios de escripta. (...) Finalmente a *distancia negativa* [imagem 02], em que o bordo anterior do banco fica por baixo da carteira, seria a melhor para a escripta, porém impede os movimentos do alumno, principalmente quando este tem de conservar-se de pé, sair ou entrar para o seu logar. (...) Para que este se sente correctamente, quando escreve, deve manter o busto aprumado e afastado do encosto do banco, a cabeça erguida, os hombros na mesma altura, os braços approximados do corpo, os cotovelos quase hrizontaes, os punhos e as mãos repousando sobre a mesa, as pernas verticaes e os pés apoiados no solo [imagem 03]. (MELLO, 1917: 31, 32, 33)<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Todas as imagens apresentadas neste texto podem ser encontradas no do livro *Hygiene Escolar e Pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino* do Dr. Viera de Mello. O médico-pedagogo utiliza tais imagens para explicar como a mobília escolar influi na saúde e no desenvolvimento intelectual dos educandos.





Imagem 01 - Banco e distancia positiva.



Imagem 02 - Banco e distancia negativa.



Imagem 03 - Attitude correcta na escripta.

Problemas de curvatura como a *antero-posteriores*, *cyphose*, *lordose* e *cypholordose* se encontram na lista de *molestias* de coluna encontradas nos educandos. Entretanto, a *escoliose* é, sem dúvida, o problema de coluna mais comum entre a população e entre os escolares, "estatísticas mostram que o numero de escolioses excede a quarta parte da população"<sup>18</sup> (MELLO, 1917: 114). É a mais freqüente e a mais preocupante, pois em determinado grau de avanço da *molestia*, a escoliose pode apresentar quadros irreversíveis, "d'ahi a necessidade de ser a molestia reconhecida em seu inicio." (ibidem, p: 110). As vértebras, os ligamentos, os músculos, a caixa torácica, órgãos da cavidade abdominal, os pulmões e o coração sofrem conseqüências

diretas do posicionamento dos educandos o que pronuncia tais deformidades [imagem 04]. As escolioses esquerdas (*sinistro convexa*) se apresentam nas escolas bem mais do que as escolioses direitas (*dextro-convexa*):

E como esta variedade de escoliose corresponde exatamente á attitude familiar ás creanças quando escrevem [imagem 05] ellas constituem uma prova irrefutável da influencia da escola na produção d'aquellas incurvações. As causas determinantes das escolioses são múltiplas, mas todas se acham ligadas a vícios e defeitos de installações escolares. A insuficiencia de luz, obrigando o alumno a approximar os olhos do papel e a curvar o dorso, crea não só a myopia como as incurvações vertebraes. (MELLO, 1917: 114-115).

<sup>18</sup> Segundo Dr. Vieira de Mello, nas estatísticas a maior freqüência de casos de escoliose são nas meninas. Isto "se explica pelo facto de se dedicarem as meninas ao estudo do piano e a trabalhos de agulha, senão pela vida sedentária a que são condemnadas." (MELLO, 1917: 114).



Imagem 04 - Alterações anatomicas nas escolioses



Imagem 05 - Escoliose sinistro-convexa.

É perceptível nas imagens abaixo demonstradas a preocupação do Dr. Vieira de Mello em mostrar as possíveis deformidades causadas pela postura incorreta e não mede esforços em relevar tais deformidades de maneira objetiva. O médico-pedagogo parece não se importar tanto com um possível impacto que as imagens causariam aos seus leitores: o teor pragmático das imagens revela sua intenção em por em evidência as deformidades da coluna em prol da manutenção clara de seu projeto higienistas.

A posição do livro e/ou do papel, as inclinações da letra contribuem, também, para a produção de escolioses, tanto na posição lateral direita do papel, provocando uma curvatura na coluna em forma de C [imagem 06], quanto na esquerda, provocando uma curvatura em forma de D [imagem 07]. "*Dahi a necessidade de se manter o aluno em attitude erecta e conservar o papel direito em posição mediana*" [imagem 08] (MELLO, 1917: 122).



Imagem 06 - Posição lateral direita do papel.



Imagem 07 - Posição lateral esquerda do papel



Imagem 08 - Posição mediana do papel

Nos estudos da saúde infantil do Dr. Vieira de Mello percebemos que ocorrem algumas modificações de sociabilidades e sensibilidades a partir da influência de elementos da chamada *Medicina Social*, voltada para o corpo em três facetas: a medicina do Estado, a medicina urbana e a medicina da força de trabalho<sup>19</sup>, fazendo uma leitura da sociedade como sendo um "macro-corpo"<sup>20</sup>, medicando de forma coletiva diferentemente da forma

individualizante de outrora. O exercício da medicina *vai ser fundamental nesse processo de subjetivação que ocorre na Modernidade, com um incentivo especial à identificação do indivíduo com sua dimensão corporal*<sup>21</sup>.

As prescrições sobre a infância e a escola comungam principalmente de duas das três facetas da *Medicina Social*. O discurso médico do Dr. Vieira de Mello é institucionalizado pelo Estado, dando legitimidade para

<sup>19</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*, 1979, pp: 79 a 111.

<sup>20</sup> Cf. AGRA, 2006: 54.

<sup>21</sup> SILVA, apud OLIVEIRA, Iranílson Buriti. *Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife dos anos 20*. Tese (Doutorado em história do Brasil). Recife, UFPE, 2002.

a sua ação dentro do ambiente escolar; e por sua vez, analisa os "locais perigosos" dentro do meio urbano para se construir uma escola, se preocupando com a vizinhança do edifício escolar e desinfetar "espaços, coisas e corpos"<sup>22</sup>.

A postura, nesse sentido, e ainda dentro de conceitos da Medicina Social, é tida como uma espécie de "corpo doente" a ser monitorado, corrigido e (re)socializado. Da mesma forma que as cidades passaram por reformas urbanísticas com claras intenções de controlar (ou "curar") as endemias causadas pelo "caos" da (des)ordem das antigas metrópoles urbanas como o acúmulo de lixo, a falta de esgotamento sanitário, a falta de políticas de higiene, na escola esse sentido é (re)significado de modo que todos os hábitos dos educandos deveriam passar por um esse tipo de controle. Se a sociedade ocidental da época caminhava pelas trilhas de um higienismo modernizante, as escolas deveriam traçar um percurso paralelo, de modo a justificar os modelos de postura a serem seguidos pelos educandos. A obediência era fruto de uma sociedade de hábitos "discretos" e "normativos" e a escola passa a ser entendida como o melhor lugar para que se fossem perpetuadas as intenções desse tipo de controle e discipulação: calar e sentar eram os verbos imperativos da conduta "correta" nas escolas modernas.

Os tipos de conduta elaborados pelo Dr. Vieira de Mello também estão relacionados com um tipo de infância construído a partir dos conceitos de *darwinismo social* e eugenia em vigência em fins do

século XIX. Outrossim, o modo como tais conceitos são entendidos podem ser configurados em um estudo da elaboração de tipos regionais para a invenção de um modelo infantil. Vejamos como Dr. Vieira de Mello enfatiza, de modo não tão explícito, tais conceitos a partir do exemplo paulista.

No último capítulo, intitulado *Médias do desenvolvimento physico dos escolares da cidade de São Paulo*, há uma visibilidade das preocupações em relação à constituição do denominado "tipo paulista", ou seja, os quadros antropométricos registrados e analisados formulam médias de desenvolvimento dos educandos entre seis e quinze anos de idade na cidade de São Paulo. Suas divisões frisam as diferenciações por sexo, calculadas com base em dados como estatura, peso e perímetro torácico (capacidade respiratória), cuja relação expressava o "coeficiente de robustez física", coletados pelo Dr. Vieira de Mello, no período de 1912 a 1916, o que constrói uma identidade para a criança paulista.

Ao questionarmos acerca do "crescimento físico ou antropométrico", percebemos que as intervenções e estudos propostos pelo Dr. Vieira de Mello tinham como objetivo produzir um tipo físico considerado "normal", em uma relação de alteridade na qual se constituíam também os quadros de "anormalidades". Afirma ele que:

Para se apreciar os desvios da média de desenvolvimento physico de uma criança, compara-se a sua estatura, o seu peso e a sua capacidade respiratória com os de outra criança da mesma idade,

<sup>22</sup> Cf. AGRA, 2006: 55.

afim de verificar si ella é igual, superior ou inferior, isto é, se as médias são eguaes aos da sua idade, superiores ou inferiores. (MELLO, 1917: 165)<sup>23</sup>.

A antropometria, ao mesmo tempo em que constrói uma identidade infantil paulista, arquiteta o que é diferente, "anormal", pois esse método de exame se configura como um dispositivo para a fomentação do público escolar, distinguindo-o daqueles que necessitam de um regime especial por suas deformidades não conformarem às exigências da escolarização. A partir desse esquadramento do corpo da infantil vão sendo produzidos parâmetros de normalidade, com base no que poderia avaliar quanto "vale fisicamente" cada criança, a partir de uma análise comparativa de idades. Médias e desvios vão sendo engendrados para uma construção do "tipo paulista" e, ao mesmo tempo, construindo arquétipos do "subnormal" e do "supernormal"<sup>24</sup>.

Os dois livros produzidos pelo Dr. Vieira de Mello, em diferentes momentos da sua cruzada, em favor da vigilância higiênica escolar e da criança, instituem um conjunto de normas que deveriam orientar as práticas escolares e produzem vários dispositivos de poder e de saber voltados para uma disciplinarização dos corpos, docilização da sociedade, inseridos no contexto das estratégias agenciadas pelos médicos-higienistas ao inventarem futuros cidadãos, desdobrando-os em corpos civilizados. Estratégias essas que não podem ser percebidas sem se ter em conta o amplo projeto de reforma social e moral que tinha como

principal alvo o controle da população.

Os artifícios utilizados para organizar boletins, recheiar fichas sanitárias, historiar resultados e inventar parâmetros de normalidade, cristalizam a imagem de fundamental importância da IME na construção de um conhecimento científico acerca da infância, fazendo parte, de forma imperativa, na elaboração de dispositivos de normalização para constituir um tipo de higiene e eugenia normal. O desvio de preocupação do edifício escolar e do mobiliário para o corpo e para a inteligência da criança ascende aspectos para a compreensão da representação social da escola, tida como um espaço de socialização e disciplinamento da infância. A apreciação dos dois livros produzidos pelo Dr. Vieira de Mello proporciona subsídios para uma reflexão sobre a cultura escolar. Oferece, ainda, elementos constituídos no encontro de uma pluralidade de saberes que impetram na força da ciência a configuração de um novo paradigma de disposição da escola, conformando esta instituição de ensino a padrões de "eficiência" e "racionalidade"<sup>25</sup>.

Contudo, é importante observarmos que dentro da atuação da inspeção Médica Escolar em suas práticas de catalogar, classificar crianças, que levavam em consideração aspectos como: naturalidade, descendência, tipo físico entre outros, estão inseridos pensamentos sobre o desenvolvimento da raça, pois os dados obtidos através de um mapeamento racial, na caracterização dos educandos de um determinado lugar eram

<sup>23</sup> Cf. ROCHA, H. H. P. *Inspecionando a escola e velando pela saúde das crianças*. Educar em revista, Curitiba, n. 25, p: 107, 2005.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p:108.

analogamente referidos aos dados de educandos de outra determinada localidade, como afirmam Heloísa Helena e Vera Regina:

A temática da raça configura-se, nesse sentido, em aspecto central das múltiplas operações que fizeram do escolar peça chave nas estratégias desenhadas pela IME em São Paulo. A interrogação sobre a constituição do povo brasileiro e a possibilidade de regeneração racial, num momento em que a aposta imigratista mostrava a sua incapacidade de dar conta dos sonhos de branqueamento e revigoração da raça, como também dos desafios de formação de trabalhadores úteis, produtivos e disciplinados colocados pela crescente industrialização, parecem responder por todo este afã de medir, pesar, examinar, registrar, comparar e produzir índices de normalidade, com base nos quais poderiam ser identificadas as anormalidades.<sup>26</sup>

A preocupação com a saúde das crianças não se limitava apenas aos especialistas da medicina e da educação, vale lembrar as idéias fundamentadas no arcabouço teórico construído por Charles Darwin, teorias eugênicas<sup>27</sup> que, também, desempenhavam papel importante na construção de uma "typo paulista" de criança<sup>28</sup>. A intenção de produzir um modelo de sujeito, de um tipo de raça que atenta às exigências do mercado de trabalho parecem nortear os questionamentos do Dr. Vieira de Mello no momento de examinar o aluno nas escolas de São Paulo. Perceber as características individuais de cada aluno está para além de simples dados sem importância, configura-se dentro de um contexto de conformação da

raça, numa tentativa de regeneração racial:

Si pretendesse fazer trabalho de robustez physica do "typo paulista", ter-me-ia limitado ás estatísticas de escolas onde predominam creanças pertencentes a famílias abastadas, cujas médias isoladamente fornecem provas de grande robustez, mas que não exprimem a verdade do ponto de vista em que colloquei, que é crear o "typo" decorrente da caldeação de raças que se nota em tão larga escala nesta Capital e da sua distribuição por igual em quase todas as nossas escolas, onde as matriculas accusam um verdadeiro internacionalismo de progenitores dos escolares que as freqüentam e a maior communhão das profissões que elles exercem<sup>29</sup>.

A partir do trecho supracitado, fica claro o intento de se constituir um "typo" paulista eugenicamente normal. Ao que parece, segundo a narrativa do Dr. Vieira de Mello, existe toda uma instrumentalização de visibilidade e dizibilidade dos dispositivos de conformação de corpos e mentes de crianças "aos ideais que representarão a norma da raça"<sup>30</sup>.

A história acerca das crianças normais, anormais e a constituição de um "typo" ideal, instauram um "outro sistema" dentro do qual estão inseridas. A partir de diversos usos, (re)apropriações, a partir de suas condutas, de seus gestos. Construindo territórios de fuga, os quais agenciam linhas de escape, provocando rasuras, conectando suas emoções. Tais crianças poder-se-iam instaurar brechas nesse sistema de disciplina, de controle, de classificação, de comedimento e instauração do normal. Talvez buscassem nas frestas do

<sup>26</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão, ROCHA, H. H. P. *A Produção do aluno Higienizado*. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Percursos e desafios da Pesquisa e do Ensino de História da educação. Uberlândia: EDUFU, 2006, p: 4553.

<sup>27</sup> "A eugenia é, em outros termos, a higiene da raça, ou como diz Forel, a seleção nacional; é a puericultura antes do nascimento (Pinard); é uma aplicação total das ciências biológicas (Houssay). Constitue a verdadeira religião do futuro, a ciência da felicidade, porque se esforça pela elevação moral e física do homem, afim de dota-lo de qualidades ótimas, de fornecer-lhe elementos de paz na família, na sociedade, na humanidade". Cf. Galton *apud* KEHL, R. *Lições de Eugenia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cantón & Reile, 1935, p: 16). Essas idéias e as promessas nelas contidas vão se fortalecendo e transformando-se em movimentos de caráter científico e social cuja abrangência alcançou inúmeros países, os quais, no geral, evidenciavam enorme aceitação. No Brasil, os discursos em nada diferiam. "O Brasil será o Brasil da nossa aspiração, será o grande Brasil de amanhã, quando nele se implantar a consciência sanitária e cívica, quando todos os brasileiros souberem zelar a saúde física e psíquica, quando todos os brasileiros enfim, se tornarem aptos para o trabalho e para a cidadania" (Kehl, 1929, p: 3)

poder/saber, novas maneiras de instrumentalizar suas singularidades, produzindo não uma única história da infância, mas sim histórias das crianças no tocante à sua pluralidade.

Histórias que se traduzem enquanto inspiração para que as luzes do poder possam alcançá-las, costurando fios, engendrando redes em outras narrativas, as trazendo para outros lugares e tempos da escrita. Porquanto, sem nunca serem apreendidas de tal modo que não possam reavê-las, essas histórias singulares de fuga e de burla, "cada individualidade é lugar de onde atua uma pluralidade incoerente de suas determinações relacionais" (CERTEAU, 1994: 38), consistirão apenas no início de muitas narrativas que serão declamadas.

## Considerações finais

Ao lermos os discursos sobre a infância, classificando crianças em "normais", "anormais", "assimétricas", "degeneradas", "fracas", gostaríamos de tecer algumas considerações. Esquadrinhamos o contexto discursivo do Dr. Vieira de Mello e percebemos que o início do século XIX foi o cenário para uma avalanche de falas e escrituras que emergem na pretensão de "exumar" às crianças.

Na busca de cartografar as questões ligadas aos saberes/poderes, que normatizam as diversas categorias sociais a partir da análise livro do médico-pedagogo Dr. Vieira de Mello, podemos mapear alguns intentos para com as crianças que ainda não se adequaram aos mecanismos de controle. A análise do *corpus discursivo* direcionou as

nossas indagações: os conceitos de infância higienizada e de (a)normais, são construídos discursivamente, estratégias desenvolvidas pelos saberes/poderes a partir de um lugar de produção e que foram legitimados dando utilidade ao intento.

O conceito de infância higienizada se (re)afirmou no discurso do Dr. Vieira de Mello, pois o os ideais modernos e republicanos precisavam de uma juventude disciplinada e higienizada para seguir seus preceitos de servir à Pátria. O discurso médico-higienista estava construindo novas sensibilidades e sociabilidades para a família, sobretudo para o *dever ser* da infância. Enquadrar, classificar, disciplinar e normatizar as crianças, foi, portanto, uma estratégia produzida pelos intelectuais que compunham o Estado, que se respaldavam no cientificismo pragmático emergente na época, para a construção de uma identidade nacional através da educação.

Na malha discursiva do Dr. Vieira de Mello é perceptível a busca pelas explicações da ciência para justificar seus pensamentos de disciplina e adestramento da criança. Ao buscar esta justificativa, institui a desqualificação de qualquer forma de educação corporal e mental que não possuísse base no saber científico.

Sua narrativa se aproxima do pensamento positivista emergente na época, pois crer na fase científica como aquela que goza de superioridade sobre as demais, como uma evolução natural das ações do homem sobre a natureza. Para qualquer afirmação, mostrava "provas", demonstrações e exames. Descartava opiniões quando estas

<sup>28</sup> Lembremos que as relações de poder são múltiplas e atravessam a produção do conhecimento, não havendo poder sem a constituição de um campo de saber (FOUCAULT, 1996). Os saberes são compreendidos como dispositivos políticos articulados com as estruturas sociais. Os efeitos de verdade não podem ser concebidos dissociados do poder e dos mecanismos de poder, visto que, como alerta Foucault (2003, PP: 223-240), esses mecanismos tanto tornam possíveis as produções de verdade, quanto essas têm efeitos de poder, entrelaçando-se, assim, verdade/poder, saber/poder. O discurso científico vem produzir subjetividades desqualificadas, colocando os sujeitos em uma posição de tutela em relação ao conhecimento dos especialistas, em especial do campo da Psicologia. As práticas médico/higienistas, ao constituírem uma infância tida como ideal, desejável, normal. Produzem assim uma verdade sobre determinados modos de ser, ver e dizer a infância.

<sup>29</sup> Mello *apud* MARQUES, Vera Regina Beltrão, ROCHA, H. H. P. *A Produção do aluno Higienizado*. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Percursos e desafios da Pesquisa e do Ensino de História da educação. Uberlândia: EDUFU, 2006, p: 4554.

<sup>30</sup> Basile *apud* idem, *ibidem*.

não se curvavam perante à demonstração rigorosa dos fatos. Destacava a importância para a existência de regras e preocupa-se, sobretudo, com a demonstração. Mergulhado nas crenças positivistas, não encontramos pensamentos metafísicos em sua obra, encontramos sim uma tentativa de produzir um discurso sólido, um monumento/documento forte, pois seguindo os ideais da medicina e biologia, só há um método aceito que é o da experimentação. Todos os pensamentos dos "sacerdotes de pseudociências" que não se enquadravam nos cânones positivistas não eram levados em consideração.

Dentre algumas conclusões a que podemos chegar, uma é que recorrer ao passado significa olhar para o inusitado, ter a noção de que as vivências não são naturalizadas, o que significa dizer também, que são passíveis de mudança, de reinvenção de novos olhares e que, portanto, não cessam outras possibilidades de ver, sentir e atuar, no âmbito educacional.

O bem falar, o bem sentar, o bem comportar-se, o bem sentir, a boa higiene, a boa moral, a boa criança, a boa educação são condutas e formas de estar dotadas de narrativas históricas que acompanha a olhos atentos, cada contorno de nosso corpo à procura do desvio, da lacuna, do detalhe, do perigo. Corpos de crianças desfilam pelos corredores da escola, sob o olhar atento e escondido das diversas práticas, sejam elas discursivas ou cotidianas.

Ora, não só a História da Educação, como também parte dos atuais educadores compartilham o

consenso de que a escola moderna é espaço dotado de visibilidade e dizibilidade, voltado para a homogeneização dos corpos para a produção de crianças perfeitas. E por crianças perfeitas entenda-se: de cor branca, heterossexuais e sadios moral e fisicamente.

A educação foi estrategicamente acoplada à medicina, à psicologia, à psiquiatria e à justiça, configurando a cura para a ignorância, algo necessário para o "bem - estar" da nação. As normas desse "bem - estar" tiveram na medicina um dos principais saberes balizadores das práticas sociais necessárias ao projeto de modernidade. Esperava-se que desde criança as pessoas fossem educadas para o cumprimento das normas de higiene, para o cultivo da intimidade e da auto - culpabilização, enfim para a conservação da moralidade "íntegra". Como bem atesta Rocha<sup>31</sup>, as práticas educativas deveriam ser arquitetadas, de forma que as atitudes e os comportamentos fossem conformados à cognição, deixando sua marca no processo de produção de sentimentos.

Educar, então, não foi, no discurso do Dr. Vieira de Mello, sinônimo apenas de instrução. Educar também era cuidar do íntimo do outro, era atentar para os sempre desvios que o corpo da criança e do jovem pode oferecer. Era imprimir, nesse corpo, disciplina, boas maneiras de se comportar, de sentir, de cuidar de si. Este trabalho objetiva aqui mapear como o discurso do médico-pedagogo investe em estereotípias no que se refere às práticas para com as crianças, buscando mostrar como elas são

<sup>31</sup> Cf. ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação Escolar e Higiene da Infância. In.: *Cad. CEDES [online]*, abr 2003, vol 23, nº 59.

classificadas e disciplinarizadas e, ao mesmo tempo, seqüestradas do convívio integral em sociedade, em virtude da necessidade de adestrá-las.

São questões que não se fecham aqui, pelo contrário, lançam provocações, merecem um olhar mais apurado, isto é, ser revistas e, outra vez, reeditas através de um edifício mais alicerçado e amadurecido que o presente trabalho. Refiro-me especialmente, a um exame mais preciso além do que já foi escrito aqui para que tais questões possam ser ampliadas a partir de outras problematizações, inter cruzando outras fontes, além dos livros do Dr. Vieira de Mello,

como os "registros de ocorrências", documentos médico-psiquiátrico dos alunos. Tecendo uma análise a partir da documentação psiquiátrica podemos inferir problematizações a respeito da *loucura* possibilitando ver e dizer como o saber psiquiátrico atribui lugar à infância. Este caminho pode ser investigado e problematizado a partir de das discussões por pensamento do estudioso Michel Foucault como *História da Loucura, Microfísica do poder e Nascimento da Clínica*, entre outros, objetivando entender como o conceito de loucura se aplica á figura da criança e se esse conceito teve sempre o mesmo significado que temos hoje.

## Referências:

- AGRA, Giscard Farias. **A Urbs Doente Medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande 1877-1935. Campina Grande, 2006.
- ARANHA, Gervácio B. "Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880 – 1925)". In: AGRA DO Ó, et al. *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. João Pessoa: Idéia, 2003, PP: 79 –132.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. UFRN, 2001.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Infância e da Família**. Tradução de Dora Flaksmam. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. 6º ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados** – o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer**; Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.



\_\_\_\_\_. "A operação historiográfica". In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p: 81.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. SP: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **A aventura do livro. Do leitor ao navegador**. SP: Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CORAZZA, S. M. História da infância sem fim. *Ijuí*: Unijuí, 2000.

CORRÊA, Luciana Borgerth Vial. Criança, Ciência e Arte. In: NEVES, Margarida S.; LOBO, Yolanda L. e MIGNOT, Ana Chrystina V. Cecília Meireles: *A poética da educação*. Rio de Janeiro: PUC/Loyola, 2001.

DELL PRIORE, Mary. **História da infância no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3 ed. São Paulo, Editora Nacional, 1963.

FARRELL, Jeanette. **A assustadora história das pestes e epidemias**. [trad. Mauro Silva] São Paulo: Ediouro, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 21 ed., Rio: Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O que é um Autor**. Lisboa: Presença, 1994.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1995b.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓES, Maria. C. R. A abordagem microgenética na matriz história-cultural: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. In: SMOLKA, Ana

Luíza Bustamante (Org.) *Relações de Ensino: Análises na perspectiva histórico-cultural*. Campinas: Cedes., 2000, p: 9-23.

KEHL, R. **Lições de Eugenia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Canton & Reile, 1935

LIMA, G. Z. **Saúde Escolar e Educação**. São Paulo: Cortez, 1985.

MARQUES, Vera Regina Beltrão, ROCHA, H. H. P. A Produção do aluno Higienizado. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Percursos e desafios da Pesquisa e do Ensino de História da educação*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p: 4554.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

OLIVEIRA, Iranílson Buriti. **Façamos a família à nossa imagem**: a construção de conceitos de família no Recife dos anos 20. Tese (Doutorado em história do Brasil). Recife, UFPE, 2002.

REVEL, Jacques. "Os usos da civilidade". In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Org.). *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 3, 1991.

RICOEUR, Paul. Do texto á ação. In: *Ensaio de hermenêutica II*. Porto (Portugal): Rés-Editora, s/d.

ROCHA, H. H. P. Inspeccionando a escola e velando pela saúde das crianças. *Educar em revista*, Curitiba, n. 25, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação Escolar e Higienização da Infância. In.: *Cad. CEDES*], abr 2003, vol 23, nº 59, 13p.

SARMENTO, Manuel J. e PINTO, Manuel. A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

SEVCENKO, Nicolau "O prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso" In.: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, A. M. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. *Cadernos CEDES*, Campinas, ano XIX, n, 48, 1999.

SILVA, Kalina Vanderlei et al. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da educação do corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. 3º ed. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

VIGARELLO, Georges. **Lês corps redressé**. Paris, Jean Oierre Delarge, 1978.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. "Da escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível". In: SEVCENKO, N. (org.) *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## DO PASSADO AO MONUMENTO: PROPOSTA DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA DO CEMITÉRIO DOS NAUFRAGOS – SE

Janaina Cardoso de Mello<sup>1</sup>  
Rafael Santa Rosa Cerqueira<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo apresenta uma proposta para se compreender a relação entre passado, memória e esquecimento através de um trabalho de Arqueologia Histórica do Cemitério dos Naufragos em Aracaju, Sergipe. A análise da cultura material oriunda de um momento trágico – os torpedamentos aos navios brasileiros por um submarino alemão na costa sergipana vitimando 551 pessoas em 1942 – baseia-se na observação preconizada por Edward Soja dos três tipos de espaços que promovem o intercâmbio entre homens e meio ambiente: o físico da natureza, o da cognição e das representações e o social.

**Palavras-chave:** cemitério; arqueologia; Sergipe.

### Abstract

The article presents a proposal to understand the relationship between the past, memory and oblivion through a work on historical archaeology of the

Cemetery of Shipwrecked in Aracaju, Sergipe. The analysis of material culture from a tragic moment – the attacks on Brazilian ships by a German submarine in Sergipe one coast in 1942 killing 551 people – based on observation advocated by Edward Soja of three types of spaces that promote the exchange among men and environment: the physical nature, of cognition and the social representations.

**Keywords:** cemetery; Archaeology; Sergipe.

### Introdução

Nas primeiras horas da manhã de 16 de agosto de 1942, a população sergipana fora surpreendida com os primeiros corpos das vítimas e destroços que chegavam ao litoral da capital, muitos se perguntavam o que havia acontecido? Todos se surpreendem com a notícia de que os navios da Marinha Mercante Brasileira: Baependi<sup>3</sup>, Araraquara<sup>4</sup> e Aníbal Benévolo<sup>5</sup> foram covardemente atacados por um submarino alemão.



**Fig. 1.** – Modelo de um navio

Fonte: <http://conhecendocesad.blogspot.com/2011/06/cemiterio-dos-naufragos-manifestacao-e.html> (10/08/2011)

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela UFRJ; Professora Adjunta do Núcleo de Museologia da UFS e do PROARQ – Mestrado em Arqueologia da UFS; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e Patrimônio Sergipano (GEMPS/CNPq); Pesquisadora FAPITEC-SE/CNPq; email: janainamello@uol.com.br

<sup>2</sup> Graduado em História pela UNITI; Professor de História Contemporânea ORES/UVA; Servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, lotado no Memorial do Poder Judiciário. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Memória e Patrimônio Sergipano (GEMPS/CNPq); email: rafaelr18@hotmail.com

<sup>3</sup> Navegava a 20 milhas da costa sergipana, quando as 19:00 horas do dia 15 de agosto de 1942 fora atacado.

<sup>4</sup> As 21:h 15 do dia 15 de agosto de 1942 foi surpreendido por dois torpedos que o levaram para o fundo do mar em pouco minutos.

<sup>5</sup> Na madrugada do dia 16 de agosto, por volta das 4h05, todos os passageiros e tripulantes repousavam em suas acomodações quando foram atacados pelo submarino alemão.

O submarino alemão U-507, comandado pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht em 12 horas marcaria tragicamente a história do Brasil, em especial a história de Sergipe, ao vitimar de forma abrupta

aproximadamente 551 pessoas, entre homens, mulheres, crianças e tripulantes dos navios que navegavam tranquilamente pelas águas que banham as praias sergipanas.

**Fig. 2.** – Vítimas do Bombardeio



**Fonte:** <http://conhecendocesad.blogspot.com/2011/06/cemiterio-dos-naufragos-manifestacao-e.html> (10/08/2011)

Segundo Roberto Sander: “Em Aracaju, o clima era de consternação. Podia-se sentir no ar o peso do drama dos naufragos. As ruas se enchiam de pessoas buscando explicações para o terrível acontecimento.” (SANDER, 2007:198)

Com tamanho susto, o povo aracajuano, prostrado, se tornou

inerte diante da ameaça marítima, populares buscaram, no litoral, sobreviventes, entre os corpos poderia haver conhecidos ou parentes. A locomoção para as praias aonde chegavam corpos, destroços e sobreviventes eram por 8 km de estradas de chão de difícil acesso.

**Fig. 3.** – Vítimas do Bombardeio



**Fonte:**

<http://conhecendocesad.blogspot.com/2011/06/cemiterio-dos-naufragos-manifestacao-e.html>  
(10/08/2011)

O Jornal Folha da Manhã de 19 de agosto de 1942 traz em uma de suas matérias a seguinte informação:

Cadáveres – Pairam sobre as praias de Sergipe vários cadáveres das vítimas inditas dos navios torpedeados. Até agora foram recolhidos 14 cadáveres, sendo 13 de adultos e 1 de uma criança. Estes cadáveres depois de passarem pelo serviço de identificação foram sepultados.

De certo alguns corpos, devidos ao bom estado, conseguiram ser identificados e enterrados em cemitérios como os da Cruz Vermelha, outros que chegavam deteriorados pelo mar, ou mutilados pelas explosões tiveram seus restos destinados ao então supostamente criado Cemitério dos Náufragos, por não haver como reconhecer tais

corpos e pela grande quantidade de sepulturas que precisariam ser abertas em outros cemitérios como Cruz Vermelha e Santa Izabel.

Devido a proximidade com as praias, aonde grande partes dos cadáveres chegavam ocorreu a necessidade de dar um enterro aos corpos que não conseguiam ser identificados, assim criou-se um cemitério, que seria posteriormente chamado de Cemitério dos Náufragos, que no ano de 1973, através do decreto 2.571 de 20 de maio seria considerado como patrimônio histórico de Sergipe. É importante lembrar que tal decreto foi assinado durante as construções da Rodovia dos Náufragos, que ligaria a capital as praias deste litoral, ocorrendo o deslocamento deste para seu atual posicionamento.

**Fig. 1** – Cemitério dos Náufragos



**Fonte:** <http://conhecendocesad.blogspot.com/2011/06/cemiterio-dos-naufragos-manifestacao-e.html> (10/08/2011)

Muitos moradores acreditam que este cemitério existia muito antes dos torpedeamentos ocorridos em 1942. Para Dona Izaulina: “Já tinha há mais de 100 anos. Meus pais sempre moraram aqui e contavam que seus avós foram enterrados no Campinhos”<sup>6</sup>, já o presidente da ADCAR afirma que:

Tudo bem que ele serviu para enterrar os corpos dos náufragos dos navios bombardeados na 2ª guerra mundial, reconhecemos isso, mas o Cemitério dos Manguinhos existe há mais de 200 anos e será

assim que vamos chamá-lo<sup>7</sup>.

Portanto, qual será a verdadeira data deste cemitério? Temos em foco três períodos para serem definidos, 83, 100 ou 200 anos de fundação. Com a construção da rodovia o cemitério foi descaracterizado? Será ele o primeiro Cemitério da capital sergipana? Todos os problemas que poderão ser solucionados com um estudo arqueológico adequado ao local, respeitando as lápides, as normas da EMSURB e a memória dos moradores.

<sup>6</sup> Entrevista cedida ao Jornal da Cidade de 21 de novembro de 2010.

<sup>7</sup> Entrevista de José Dias Firmo dos Santos, presidente da Associação Desportiva Cultural e Ambiental do Robalo (ADCAR) ao Jornal da Cidade de 18 de dezembro de 2010.

**Fig. 2.** Vista aérea da Rodovia dos Náufragos –



**Fonte:** Google Earth. disponível em 10/08/2011.

Em 2006 o Ministério Público Estadual (MPE) obrigou a Prefeitura Municipal de Aracaju a tomar providências em relação aos 20 cemitérios irregulares existentes na capital para que suas ossadas fossem transferidas para cemitérios legalizados. No entanto, Ademir da Silva, ambientalista e presidente da Associação de Moradores do Robalo, mostrou-se a favor de uma adequação física e ambiental do cemitério para que o mesmo continue a ser utilizado pela população, que deseja sepultar seus mortos neste cemitério como deixou claro a dona de casa Lúcia Maria da Silva: "Já pensou um cortejo fúnebre saindo daqui em destino ao cemitério São João Batista?"<sup>8</sup>.

Atualmente o Cemitério dos Náufragos (Manguinhos ou Campinhos) é causador do embate de moradores do Mosqueiro e Robalo contra a Prefeitura de Aracaju, algo mostrado pelo Jornal da Cidade:

Moradores do Povoado Robalo, na zona de expansão de Aracaju, vão reabrir por conta própria o Cemitério dos Manguinhos, mais conhecido como Cemitério dos Náufragos, nesta manhã, 18. O ato em protesto contra o descaso do poder público quanto à construção de um novo cemitério na região, será realizado principalmente no sentido de atender a necessidade da população, que não tem onde enterrar familiares mortos. Foi o que informou o presidente da Associação Desportiva Cultural e Ambiental do Robalo (ADCAR), José Dias Firmo dos Santos. Segundo ele, no último dia 8 foi realizado o primeiro enterro no cemitério, depois de quase quatro anos interditado por uma

determinação judicial, que ainda continua valendo.<sup>9</sup>

Assim, temos o Cemitério dos Náufragos como protagonista de mais um embate entre moradores e prefeitura, os primeiros buscam solução para sepultar os seus mortos, enquanto o segundo cumpre a ordem judicial de interditar os cemitérios tidos como ilegais, porém, como considerar ilegal um cemitério que através de decreto estadual é Tombado como Patrimônio Histórico?

### **Por uma Arqueologia Histórica dos Cemitérios urbanos: Sergipe em foco.**

Durante muito tempo, cemitérios foram tidos como fontes de pesquisa para Arqueologia Pré-histórica, no entanto a Arqueologia Histórica, responsável pelo estudo contemporâneo pouco vêm desenvolvendo pesquisas referentes ao estudo de cemitérios urbanos existentes no século XX, por isso a dificuldade de indicar algumas obras que abordem a temática em questão.

Não obstante, consideramos que diferenciar as duas áreas da Arqueologia torna-se necessário, pois facilitará a delimitação do tema e na concepção de se estudar um passado recente como propôs Orser: "O que diferencia a arqueologia histórica é seu foco de atenção no passado recente ou moderno, um passado que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias".(ORSER, 1992: 28)

Já o arqueólogo Funari pontua: "Tornar-se arqueólogo

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao Jornal da Cidade de 03 de novembro de 2006.

<sup>9</sup> Jornal da Cidade, 18 de dezembro de 2010.



implica em considerar que a patrimonialização dos objetos faz parte integrante do ofício arqueológico". (FUNARI, 2000: 08). Entendemos com isso que não se pode desvincular a importância que o arqueólogo detém na descoberta de artefatos, que após todo trabalho de campo será considerado um patrimônio material, como também na preservação do sítio arqueológico.

O autor do livro *Introdução a Arqueologia Histórica* propõe alguns pontos como: "patrimônio material de comunidades concretas" (ORSER, 1992: 09), "desenvolvimento urbano" (ORSER, 1992: 26), "contexto de um artefato." (ORSER, 1992: 32), "estilo das lápides" (ORSER, 1992: 76), que serão utilizados no trabalho por se encaixarem perfeitamente no eixo temático.

Entende-se que a Arqueologia Histórica necessita de outras fontes para compreensão do sítio em estudo, assim partiremos do pressuposto:

Documentos históricos constituem uma importante fonte de informação que os arqueólogos podem usar para conhecer o passado, em termos de assentamentos e seus habitantes, mas estes documentos também permitem aos arqueólogos, como aos historiadores, propor interpretações interessantes e potencialmente significativas. (ORSER, 1992: 42)

Outrora, Rambelli propõe o cuidado a ser tomado pelo arqueólogo ao trabalhar fontes escritas: "A documentação textual não deve ser aceita como a verdade dos fatos, deve ser criticada e questionada, devido à carga ideológica que representa. É comum

que as fontes textuais e arqueológicas se contradigam". (RAMBELLI, 2008: 58). Logo, as fontes primárias escritas encontradas no levantamento de informações do sítio arqueológico compõem o processo de cruzamento destas com os artefatos encontrados no espaço físico.

Por se tratar de um sítio recente, será sempre necessário o diálogo com a comunidade, ou seja, a utilização de entrevistas com o objetivo arqueológico, assim entendemos que:

A informação oral tornar-se muito útil, em geral, nos casos em que o arqueólogo esta estudando um sítio que foi ocupado em tempos ainda presentes na memória de testemunhas, ou nos casos em que o arqueólogo deseja conhecer a história do sítio após seu uso pelo povo que originalmente o construiu e usou. (ORSER, 1992: 45)

Levando-se em conta a escassez de produções acadêmicas voltadas para o estudo dos cemitérios enquanto objeto de estudo da Arqueologia, conseqüentemente, como patrimônio material, são ressaltados os trabalhos de Solimar G. Messias Bonjardim, Maria Augusta Mudin Vargas (2010) e de Adel Samira Osman, Olívia Cristinha Ferreira Ribeiro (2007), que tratam o universo dos cemitérios no âmbito da arqueologia e da patrimonialização destes.

As primeiras autoras, em *O Visível e o Invisível: A paisagem arqueológica da morte em São Cristovão e Laranjeiras - SE*, trazem para o debate acadêmico que a paisagem da morte está presente em todas as cidades, como signos de um

dado período. Salienta que ao se trabalhar com cemitérios, lidamos com o visível e o invisível<sup>10</sup>.

Em *Arte, História, Turismo e Lazer nos Cemitérios de São Paulo*, as autoras elencam que: "Vencendo temores, tabus e preconceitos, podemos descobrir que além muros dos chamados campos-santos há um mundo de descobertas a serem feitas". (OSMAN; RIBEIRO, 2007: 02) mostrando a importância de se estudar os cemitérios, rompendo com os paradigmas existentes para com a temática. No entanto foca o texto na importância patrimonial que os cemitérios detêm, ou seja, devem ser vistos como atrações turísticas nas cidades, propondo que os mesmo deveriam ser tratados como museus a céu aberto por possuírem em seu interior história, arte e curiosidades. As autoras indicam que: "Ao contrário da tradição européia e de outros países do mundo que consideram a exploração turística de seus cemitérios, no Brasil pouca atenção tem se dado ao tema, embora a riqueza e a história de nossos cemitérios façam jus a um interesse maior". (OSMAN, 2007: 07).

Baseando-se ainda na concepção de Soja (1993) dos três tipos de espaço: o espaço físico da natureza, o espaço da cognição e das representações e o espaço social, relacionando-se assim com as dinâmicas de transformação, apropriação e usos do meio ambiente ao longo do tempo refletindo nas mudanças da paisagem. Espaços onde as sociedades se estabelecem, constroem e incidem sobre a cultura material, ou seja: "*através de sua materialidade comunicam sentidos e*

*transmitem mensagens sobre como são as estruturas da sociedade, que e ações e relações sociais tem sido praticadas"* (ACUTO, 1999).

Nesse sentido, a paisagem alterada seja pela culminância dos bombardeios e pela necessidade de cemitérios ou pela construção da rodovia dos Náufragos corrobora a idéia de que "*as sociedades humanas não são simples objetos das leis da natureza, são sujeitos que a transformam e a incorporam nas suas relações"*. (LEWONTIN Apud HARVEY, 1996: 185).

Aqui, detém-se a noção de que os pressupostos teóricos indicados acima, auxiliam significativamente no direcionamento da pesquisa em questão, ao passo que outros autores farão parte do referido trabalho, ao mesmo tempo em que, alguns serão revistos, outros descartados e alguns aprofundados.

## **Do tabu ao método: a Arqueologia Histórica aplicada aos cemitérios.**

Partindo do pressuposto que nenhuma pesquisa acadêmica poder-se-á se desenvolver sem a interdisciplinaridade, ou mesmo, sem uma ligação entre as diferentes fontes tanto os recursos da história oral, como da memória são instrumentos fundamentais para se trabalhar no decorrer do projeto um projeto de Arqueologia Histórica. Inserindo-se nessa seara estão fontes primárias como decretos governamentais, fotografias, plantas, projetos de urbanização e documentos referentes aos torpedeamentos existentes no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Na tutela do Arquivo do

<sup>10</sup> "A paisagem arqueológica da morte das cidades estudadas existe somente enquanto templos e túmulos. Por mais que muita coisa tenha sido destruída, muito ainda existe e uma pesquisa na história sobre o porquê da paisagem logo revelou o visível. Todavia, o invisível não é tão facilmente desvelado, o que está escondido não é percebido nem pelos observadores, nem pelos moradores." (BONJARDIM; VARGAS, 2010: 212)

Judiciário encontram-se os processos envolvendo ações referentes ao cemitério. Outra fonte primária pertinente são os jornais dos anos de 1942 e 1973 acondicionados no Instituto Histórico e Geográfico Sergipano (IHGSE).

Dentre as fontes secundárias relacionam-se artigos existentes na Revista do IHGSE, monografias referentes à participação de Sergipe na Segunda Guerra Mundial, presentes nas bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe e na Universidade Tiradentes, documentários (Sergipe na Segunda Guerra Mundial, produzido pelo Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, além do U- 507, vencedor de dois prêmios no Curta-Se).

Outrossim, entendemos que a Arqueologia Histórica estuda um passado recente, ou seja, um passado moderno, o qual segundo Orser: *"incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias."* (ORSER, 1992: 28)

No decorrer da pesquisa arqueológica a História Oral, através da realização de entrevistas semi-abertas, propicia o intercâmbio entre as formas de apropriação do espaço e a construção da rede de relações simbólicas que permeiam as lembranças dos torpedeamentos de 1942 em Sergipe, uma vez que a existência de populares que presenciaram os enterramentos dos corpos e no total estão na faixa etária de 80 remontam informações sobre o surgimento do cemitério e sua utilização pela comunidade. Outros habitantes que tiveram entes familiares sepultados neste cemitério,

também compõem o universo de potenciais entrevistados.

Entende-se que a comunidade ao redor do cemitério detém certas memórias sobre fatos e pessoas ligadas ao objeto de estudo. Para Maurice Halbwachs: "nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos." (HALBWACHS, 2006:30) Outrora, não poder-se-á ignorar a memória coletiva que perpassa de gerações para gerações informações e tradições.

No que se refere ao uso das técnicas empregadas pela arqueologia no trabalho de campo, que poderá culminar com artefatos a serem estudados para compreensão do passado, além da conscientização patrimonial, são levados em consideração:

#### **Fotografias aéreas:**

permitindo identificar os contornos geográficos e a localização do terreno (cemitério).

#### **Levantamento**

**Planialtimétrico:** visa obter as coordenadas da superfície do terreno (cemitério), proporcionando todas as dimensões, área, elevações e distanciamento dos pontos de referência (vegetação, lápides entre outros a serem definidos)

**Sondagens:** poderão ser abertas trincheiras entre 1 a 3 metros de profundidade, com espaçamento adequado ao ambiente, onde serão realizadas buscas de artefatos.

**Tratamentos dos artefatos:** todo material extraído na escavação deverá ser protocolado e examinado,

os demais, serão postos novamente na escavação com o auxílio de fotografias.

**Trabalho em laboratório:** todos os artefatos encontrados em campo serão minuciosamente estudados e consultados por uma equipe multidisciplinar na análise e catalogação destes. Após este trabalho serão elaborados relatórios contendo fotografias, diagramação e especificações/classificação de cada peça.

Durante as intervenções no espaço físico serão respeitados os túmulos, lápides e toda pesquisa caminhará em acordo com as normas estipuladas pela EMSURB, órgão responsável pelos cemitérios da capital.

Outrora, os métodos utilizados na pesquisa caminham para conservação, divulgação e reafirmação deste patrimônio histórico sergipano, assim, segundo Funari e Pelegrini:

Somente a investigação minuciosa sobre as origens históricas do patrimônio e suas características estéticas, bem como a observação atenta da densidade populacional e das tipologias urbanas da região estudada, podem oferecer pistas precisas sobre os métodos adequados à sua recuperação. (FUNARI, 2009: 34)

Desta forma, todos os pressupostos metodológicos elencados acima buscarão de forma minuciosa resgatar informações pertinentes sobre o Cemitério dos Náufragos, que poderão posteriormente serem utilizadas em um trabalho de educação patrimonial com a comunidade.

## Considerações Finais

Através do decreto estadual número 2.571, de 20 de maio de 1973 o Cemitério dos Náufragos, localizado na Rodovia dos Náufragos em Aracaju – Sergipe foi tombado como monumento histórico, no entanto, atualmente tal patrimônio encontra-se abandonado pelo governo estadual como aponta reportagem do Jornal da Cidade:

Ele contou que recentemente, ao passar pelo Cemitério dos Náufragos, ficou desolado com a quantidade de lixo e mato que havia no local. Na semana passada, o cenário era menos desolador. Moradores da região que tem familiares sepultados naquele cemitério queimaram o matagal e retiraram parte do lixo para reverenciar os mortos no Dia de Finados. (Jornal da Cidade, 21/11/2010)

O desenvolvimento da conscientização e valorização deste Patrimônio Histórico Estadual, que atualmente encontra-se dilapidado pela ação do tempo e vítima do esquecimento das autoridades e da população, aliado à pesquisa arqueológica proposta servirá como um instrumento para atividades direcionadas para uma educação patrimonial.

O estudo arqueológico do Cemitério dos Náufragos busca através da cultura material coletar informações que possam corroborar ou refutar a data de criação deste, tendo em vista que alguns populares afirmam que o mesmo já existia há mais de dois séculos<sup>11</sup>, ou seja, seria anterior ao período dos torpedamentos de 1942 no litoral sergipano.

<sup>11</sup> Em Entrevista ao Jornal da Cidade em 18 de dezembro de 2010, o Presidente da Associação Desportiva Cultural e Ambiental do Robalo afirmou que: "Tudo bem que ele serviu para enterrar os corpos dos náufragos dos navios bombardeados na 2ª guerra mundial, reconhecemos isso, mas o Cemitério dos Manguinhos existe há mais de 200 anos e será assim que vamos chamá-lo".

Durante o ano de 1942, o Brasil, em especial Sergipe tornaram-se alvos em seu litoral do ataque de submarinos alemães e italianos, os quais provocaram a morte de centenas de inocentes que viajavam em navios da marinha mercante brasileira. Desta forma, todos os corpos que chegavam ao litoral foram enterrados em cemitérios da capital e interior e em Aracaju foi criado o Cemitério dos Náufragos, com o objetivo de sepultar as vítimas da ação nazi-fascista na costa sergipana.

Aracaju vem sofrendo uma expansão urbana, onde cada vez mais áreas que até então eram

desabitadas, passaram por um crescimento populacional gigantesco, algo nitidamente claro em torno deste cemitério, já que o mesmo está inserido em uma das zonas de expansão da capital sergipana. À medida que a cidade cresceu e avenidas foram construídas ocorreu uma considerável mudança geográfica deste cemitério no ano de 1973, com isso a pesquisa torna-se cada vez mais importante no intuito de salvaguardar e estudar este patrimônio, como também, analisar a importância social dele para comunidade em seu entorno e os embates desta com a prefeitura Municipal de Aracaju.

## Referências:

- ACUTO. F. **A Paisajes cambiantes:** la dominación Inka en valle Calchaquí Norte (Argentina). São Paulo: s/e, 1999.
- BARRETO, Luiz Antonio. Guerra e consciência política. *Jornal de Sergipe*, 16 e 17 de agosto de 1992. Caderno 6-B – Especial.
- BELFORT, Niúra. Segunda Guerra Mundial – Sergipanos relembram os 65 anos do torpedeamento de navios brasileiros. *Cinform*, 27/08 a 02 de setembro de 2007 – Ano XXV – Edição 1272, Caderno 1, p. 7.
- BONJARDIM, Solimar G.Messias; VARGAS, Maria Augusta Mundim. O Visível e o Invisível: A paisagem arqueológica da morte em São Cristovão e Laranjeiras – SE. *Ateliê Geográfico Goiânia-GO* v. 4, n. 10 abr/2010 p.190-214.
- CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de Educação patrimonial e de turismo. *MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO* - v.2 n.2 - jul/dez de 2009.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. Os cemitérios e a espacialização da morte. In *Geografia: Leituras Culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista USP*, 44, 74-85, 2000; e Tornar-se arqueólogo no Brasil, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, Portugal, 40, 3-4, 2000, 117-131.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas*. Andrés Zarankin e María Ximena Senatores (orgs), Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 2002, p. 107-116.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Patrimônio e memória: considerações sobre os bens culturais*. Disponível em:

[http://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/pdf/patrimonio\\_ribeirao2009.pdf](http://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/pdf/patrimonio_ribeirao2009.pdf) Acesso em: 09 de janeiro de 2011.

GUERRA, Fernando. A arqueologia histórica: em busca da nossa memória. *Clio Arqueológica*. Vol. 24. Nº 2, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. Justice, Nature and the Geography of Difference. *Malden, Oxford*: Blackwell Publishers, 1996.

JORGE, Vítor Oliveira. *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*. Lisboa, Instituto Piaget, 2007.

Manual de Arqueologia histórica em projetos de restauração. Disponível em: [http://www.monumenta.gov.br/upload/manual\\_de\\_arqueologia\\_1163179654.pdf](http://www.monumenta.gov.br/upload/manual_de_arqueologia_1163179654.pdf).

Acesso em: 09 de janeiro de 2011.

ORSER, C.E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992.

OSMAN, Adel Samira; RIBEIRO, Olívia Cristinha Ferreira. Arte, História, Turismo e Lazer nos Cemitérios de São Paulo. *Licere, Belo Horizonte*, v.10, n.1, abr./2007.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RAMBELLI, Gilson. Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio cultural subaquático no Brasil. *História* [online]. 2008, vol.27, n.2, pp. 49-74. ISSN 1980-4369. doi: 10.1590/S0101-90742008000200004.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SANTOS, Osmário. Rosalvo e seu Amor pela Atalaia. *Jornal da Cidade*, 31 de maio de 2009, Caderno C – Variedades, p. 1.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

## Periódicos:

A Repercussão do bárbaro atentado do "Eixo" contra os navios brasileiros. *Folha da Manhã*, 21 de agosto de 1942. p. 1.

A Vibração Cívica de Sergipe. *Folha da Manhã*, 24 de agosto de 1942. p. 1.

Cemitérios Clandestinos estão na mira do MP. *Correio de Sergipe*, 03 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.correiodesergipe.com/lernoticia.php?noticia=17448>. Acesso em 09 de janeiro de 2011.

Cemitério dos Náufragos será aberto hoje. *Jornal da Cidade*, 18 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=86502>. Acesso em 09 de janeiro de 2011.

Estudante que garantir preservação de patrimônio estadual. *Jornal da Cidade*, 21 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=83899>. Acesso em: 09 de janeiro de 2011.

O Torpedeamento dos cinco navios brasileiros – Baependi, Araraquara, Anibal Benevolo, Itagiba e Arara. *Folha da Manhã*, 19 de agosto de 1942. p. 1, 3.

Vandalismo "Eixista" Covarde Agressão da canalha nazista – torpedeado mais três navios brasileiros. *Folha da Manhã*, 18 de agosto de 1942. p. 1.

## **"AS PERIPÉCIAS DO PAVOROSO DRAMA DO GOLGOTHA": A PROCISSÃO DO ENCONTRO EM ARACAJU**

Magno Francisco de Jesus Santos<sup>1</sup>

### **Resumo**

Esse artigo tem o intuito de compreender a procissão do encontro na cidade de Aracaju nos primeiros decênios do século XX. Trata-se de uma leitura acerca das tradições atinentes ao período da Semana Santa na capital dos sergipanos. Com a mudança da capital de Sergipe de São Cristóvão para Aracaju em 1855 teve início às tentativas de projetar Aracaju como ícone da modernidade, incluindo nas práticas devocionais. Partindo dessa perspectiva, foi analisada a referida procissão inserida no contexto do catolicismo da cidade, conspurcado por proeminentes transformações. A leitura desse catolicismo que se metamorfoseava diante dos olhos de novos atores do clero local teve como fonte programações, anúncios, notas e crônicas publicadas nos principais jornais de Aracaju, no período em foco. São textos que ilustram o cenário vivenciado pela população católica aracajuana em princípios do século XX.

**Palavras-chave:** procissão, religiosidade, Aracaju.

### **Abstract**

This article aims to understand the procession of the meeting in the city of Aracaju in the first decades of the twentieth century. It is a reading about the traditions relating to the period of Holy Week in the capital of Sergipe. With the change of the capital of Sergipe to São Cristóvão to Aracaju in 1855 began the attempts to design Aracaju as icon of modernity, including the devotional

practices. From this perspective, we examined the said procession into the context of Catholicism in the city, defiled by prominent changes. Reading the Catholicism that metamorphosed before the eyes of new actors of the local clergy had the power schedules, announcements, notes and chronicles published in major newspapers in Aracaju, in the period in focus. They are texts illustrate the scenario experienced by Catholic population of Aracaju in the early twentieth century.

**Keywords:** procession, religion, Aracaju.

## **"As celebrações da nova capital sergipana"**

Véspera do Domingo de Ramos. Nas ruas da nova capital sergipana os moradores mais antigos vestiam-se de luto. Na feira, as bancas de peixe encontravam-se repletas de consumidores, tentando suprir as necessidades da longa semana que estava prestes a iniciar. Visitantes chegavam dos municípios do interior do estado, enquanto outros se deslocavam para cidades como Laranjeiras, Maruim e, principalmente, São Cristóvão, no intuito de acompanhar as celebrações do martírio de Cristo. Eram os agitados dias que dariam início as solenidades da Semana Santa em Aracaju.

A população católica de Sergipe nos primeiros anos do século XX ainda era movida pela cultura barroca, pelo catolicismo penitencial maculado pelas expressões públicas de dor e sofrimento. As cidades, vilas e povoações no início do século eram

<sup>1</sup> Doutorando em História – UFF.



marcadas pelos espetáculos de procissões que aglomeravam grande parte dos moradores. No entender de Léa Perez, "dia de procissão e de festa era um dia de entusiasmo na cidade. Multidões de pessoas invadiam as ruas e as praças nas proximidades da igreja. A cidade inteira era agitação e movimento" (PEREZ, 1994: 2). Em Aracaju, a realidade não era destoante.

Entre o final do século XIX e início do XX, a capital sergipana estava abarcada na efetivação de uma vasta gama de festas de santos, com procissões, novenas e missas. Eram inúmeras solenidades em que diferentes épocas do ano movimentavam a cidade. Do primeiro ao último dia do ano havia comemorações de cunho religioso. Entre os principais séquitos destacavam a de Bom Jesus dos Navegantes (1º de janeiro), São Benedito (6 de janeiro), Santo Antônio (13 de junho), Nossa Senhora do Rosário (data móvel), Santa Cecília (data móvel), Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro) e Senhor dos Passos (Domingo de Ramos). Isso significa dizer que o calendário católico dos aracajuanos também era diversificado, com festividades de distintos cunhos.

Um dos principais palcos das festas religiosas da capital era a igreja São Salvador, sita no centro da cidade. Desde o alvorecer do ano a pequena capela vivia a pulular com suas festividades. Os jornais de Aracaju noticiavam as festas: "Festa de S. Benedicto. No próximo dia 6 deste haverá na Igreja de S. Salvador a costumeira festa de que um grupo de moços todos os annos,

eleva a effeito em honra de S. Benedicto" (A CRUZADA, 03-01-1926, p. 4, col. 5). Além das contagiantes festas em louvor ao santo negro, na referida capela também se destacava as atividades religiosas do período quaresmal.

Nas celebrações da Semana Santa na capital sergipana esse colorido não era tão vívido. A alegria não aparentava ser tão contagiante. Predominavam as cores sóbrias, o preto e o roxo. Predominavam o silêncio e os cânticos piedosos. Era tempo de reflexão, contemplação, de exercer a piedade cristã. Mesmo assim, os moradores da nova e ainda inóspita capital<sup>2</sup> tentavam recriar as tradições de seus municípios de origem. Tentavam reconstituir os cenários pomposos do catolicismo barroco das cidades de Laranjeiras e São Cristóvão.

Certamente uma dessas tradições recriadas, reinventadas, era a procissão do Encontro. As celebrações quaresmais em torno da devoção ao Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores estava presente em diferentes cidades do interior, como Laranjeiras, Maruim, Rosário do Catete, Itaporanga d'Ajuda, Estância, Itabaiana, Lagarto e Santo Amaro das Brotas. Todavia, era em São Cristóvão que havia o grande espetáculo com a romaria que todos os anos ocorriam no segundo final de semana da Quaresma. Em Aracaju, os antigos moradores da velha capital, tentaram reconstruir a tradição da cidade deixada para trás<sup>3</sup>.

Aparentemente, isso demonstra que o processo de mudança da capital não ocorreu somente no campo político. Com a

<sup>2</sup> A cidade de Aracaju foi planejada para ser elevada a capital da província de Sergipe em meados do século XIX. Até então a capital sergipana era São Cristóvão, localizada às margens do rio Paramopama. Em 1855, no transcorrer do governo do presidente Joaquim Inácio Barbosa, foi inaugurada a cidade de Aracaju, projetada pelo engenheiro Sebastião José Pirro, localizada no estuário do rio Sergipe. Apesar de ser projetada em meados do século XIX, a cidade no início do século subsequente ainda apresentava sérios problemas estruturais, como salienta Maria Nely Santos (2002).

<sup>3</sup> A documentação que trata sobre o processo de mudança da capital e principalmente, os textos de memorialistas sergipanos da segunda metade do século XX evidenciam que a maior parte dos moradores que foram viver em Aracaju após a mudança da capital era proveniente de São Cristóvão, principalmente funcionários públicos.

saída de funcionários públicos da cidade do Paramopama para as terras do Aracaju, ocorreu um fluxo de anosas tradições. Antigas devoções foram trazidas pelos moradores, entre elas, a devoção ao Cristo com a cruz as costas.

Esse artigo tem o intuito de compreender a procissão do encontro na cidade de Aracaju nos primeiros decênios do século XX. Trata-se de uma leitura acerca das tradições atinentes ao período da Semana Santa na capital dos sergipanos. Partindo dessa perspectiva, foi analisada a referida procissão inserida no contexto do catolicismo da cidade, conspurcado por proeminentes transformações.

A leitura desse catolicismo que se metamorfoseava diante dos olhos de novos atores<sup>4</sup> do clero local teve como fonte programações, anúncios, notas e crônicas publicadas nos principais jornais de Aracaju, no período em foco. São textos que ilustram o cenário vivenciado pela população católica aracajuana em princípios do século XX. A nova centúria iniciara com a renovação da religiosidade, inclusão de devoções e festas no já concorrido calendário. A rotina da população estava atrelada aos espetáculos públicos de novenas, missas e procissões. Era o cenário permeado pelo Apostolado da Oração e Legião de Maria, com a devoção ao Sagrado Coração de Jesus (AZZI, 2001).

A imprensa sergipana registrou momentos importantes do catolicismo de Sergipe no aludido período. As celebrações eram anunciadas como elementos inovadores, da vanguarda de uma cidade que suspirava constituir e

legitimar a imagem de progressiva, moderna e exemplar da vanguarda estadual. Não só isso! Os impressos também anunciavam os produtos a serem vendidos no comércio, ditavam modas, registravam os diferentes modos de ser. A realidade desejada pela sociedade aracajuana está preservada nos registros das folhas amareladas dos jornais sergipanos provenientes da primeira metade do século XX. São testemunhos de seu tempo.

## **"A Divina Victima do Golghota"**

17 de março de 1855. Essa data é um marco da história política de Sergipe, pois remete a mudança da capital de São Cristóvão para a planejada cidade do Aracaju. Todavia, esse marco não deve ser visto apenas no plano político. Juntamente com a comitiva do presidente da província, Joaquim Inácio Barbosa, muitos cristovenses foram obrigados a deixar a velha capital e iniciar uma nova vida nas "praias do Aracaju".

Essa mudança fez com que muitas expressões do aparato cultural de São Cristóvão fossem recriadas na nova cidade. Aracaju nascia sob a égide da modernidade, no projeto de sufragar a idéia da cidade colonial. Todavia, as antigas tradições da cidade de São Cristóvão foram difundidas em Aracaju. Por esse ângulo, percebe-se que as questões atinentes a mudança da capital extrapolam o campo político. Pode-se dizer que enveredam pelo que vem sendo denominado de cultura política. O projeto de modernização implantado na província de Sergipe em meados do século XIX revelava São Cristóvão

<sup>4</sup> No ano de 1911 tomou posse o primeiro Dom José Thomaz, primeiro bispo da recém criada Diocese Nossa Senhora da Conceição de Aracaju. A partir desse momento Sergipe conseguiu sua autonomia eclesiástica frente à Bahia, o que resultou no acompanhamento das solenidades religiosas pelo clero com maior eficácia. Em 1913 o Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus, responsável pela formação do clero local (BARRETO, 2004).

como sinônimo do atraso que emperrava o progresso, uma representação do passado que deveria ser superado, numa clara conotação da cultura política vigente no momento, com uma leitura comum e normativa do passado (BERSTEIN, 1998: 350).

Nesse sentido, se faz mister buscar "*o político mais que político*" (RÉMOND, 1996: 36). É importante observar que a transferência da capital ocorreu na semana mais movimentada da cidade de São Cristóvão, em decorrência da tradicional festa do Senhor dos Passos. Na quarta-feira após a procissão do Encontro, ainda havia alguns romeiros deixando a cidade, quando foi assinada lei que transferiu capital. Naquele dia não apenas os romeiros que se despediam da cidade, mas também alguns moradores que eram funcionários públicos e foram obrigados a seguir para Aracaju.

Nos primeiros anos da capital as solenidades religiosas eram celebradas na ermida São Salvador. Concomitante com a edificação dos prédios públicos foi realizada a ornamentação do templo católico, com a construção dos altares e a compra de imagens sacras. Não foi por acaso que uma das primeiras imagens depositadas na igreja foi a do Senhor dos Passos, em tamanho natural, articulada, com olhos de vidro e peruca. Uma imagem semelhante a de São Cristóvão, que todos os anos reunia milhares de romeiros nas procissões do segundo final de semana da Quaresma. Seria uma mera coincidência? Provavelmente não.

A devoção ao Senhor dos Passos estava presente na sociedade sergipana do oitocentos e certamente era a que mais mobilizava a piedade cristã na província. Praticamente todas as igrejas paroquiais da província possuíam imagens que eram utilizadas nas procissões da Semana Santa. Todavia, o que torna o caso de Aracaju diferente é a qualidade artística da imagem do Senhor dos Passos que foi depositada na capela. Na ótica de Libetato Bittencourt, "*a imagem do Senhor dos Passos, bela representação do Nazareno, sob o peso da cruz, narinas dilatadas pelo cansaço, membros delicados, numa tensão extraordinária de esforço, uma legítima obra de arte enfim, digna de figurar nos mais ricos templos da cristandade*" (BITTENCOURT, 1912: 194).

Uma imagem que impressionava pelo realismo e pela perspectiva de sofrimento engrandecia o pequeno templo da nova capital de Sergipe. As imagens da capela São Salvador mantiveram os mesmos elementos que estavam presentes nas congêneres da Bahia. Segundo Maria Helena Occhi Flexor:

Várias procissões da Bahia impressionavam pela exteriorização religiosa, através de ornamentações, gestos e iconografia, numa réplica local dos modelos espanhóis. Para maior realismo, as imagens traziam de olhos de vidro, lágrimas de cristal ou resina, dentes e unhas de osso ou marfim, cabelos humanos, braços e pernas móveis e cores extremamente naturais (FLEXOR, 2005: 170).

Além disso, a imagem evidenciava uma preocupação dos

parcos moradores da localidade: criar espaços na cidade para as suas devoções. A população aracajuana não criou um novo leque devocional, mas reconstituiu o aparato que era possível encontrar no interior da província. Desse modo, as velhas tradições foram recriadas em Aracaju.

No caso da imagem do Senhor dos Passos, o referencial sergipano estava em São Cristóvão, velha capital e que realizava a maior romaria de Sergipe. Pode-se até mesmo dizer que a imagem da capela de São Salvador teve como inspiração a congênere da velha capital. Essa argumentação é apenas uma plausibilidade, que se torna mais pertinente ao observar que a origem da maior parte da população da nova cidade. Todavia, mesmo sabendo que a população provinha de São Cristóvão e que a devoção ao Senhor dos Passos se propagava por toda a província (SANTOS, 2011), se torna difícil confirmar essa hipótese sem uma discussão sobre a autoria da obra em questão, tendo em vista que a imagem poderia ter sido esculpida em outra província do Brasil ou até mesmo na Europa.

As questões atinentes à autoria no Brasil são complexas. Em muitos casos, as imagens eram frutos de trabalhos coletivos, em que atuavam diferentes especialistas como escultores, douradores, armadores e encarnadores. Nessas situações, as obras geralmente são atribuídas às chamadas escolas artísticas, em que atuavam diferentes pessoas.

Em relação à imagem do Senhor dos Passos, a resposta parecia difícil de ser decifrada. A

documentação do Arquivo da Cúria de Aracaju não apresentava nenhum registro sobre a origem da imagem. A resposta estava em um dicionário de cunho biobibliográfico, produzido no início do século XX. Liberato Bittencourt em 1912 informou que na cidade de São Cristóvão havia um artista de grande valor, apesar de nunca ter estudado em escolas de Belas Artes, nem ter conhecido artistas renomados.

O artista que esculpiu a imagem do Senhor dos Passos foi Manoel Serapião Pereira Leite, conhecido em sua terra natal por "*Neco Pintor e tinha um jeito especial para a escultura*" (BITTENCOURT, 1912: 194). Neco fazia parte de uma família de artistas, pois o seu irmão, José da Anunciação Pereira Leite, popularmente conhecido como José Bochecha era uma dos maiores músicos de Sergipe. Segundo o biógrafo Bittencourt, "*sem a precisa educação técnica, porque em Sergipe não existia escola apropriada, Neco dedicou-se a trabalhos em madeira, no que chegou a ser perfeito*" (BITTENCOURT, 1912: 194).

Certamente a perfeição a que Liberato Bittencourt se referia era com relação a imagem do Senhor dos Passos da capela São Salvador, considerada a obra-prima do escultor. A expressão do Cristo esmagado pelo peso da cruz e com olhar agonizante é marcadamente reveladora dos aspectos devocionais do catolicismo barroco. Todavia, a imagem traz aspectos que denotam elementos da escultura neoclássica, afastando-se da imagem que a inspirou. Um sinal dessa assertiva é que a imagem da capela São

Salvador não possui muitas chagas na face.

O artista foi responsável pela criação de inúmeras imagens que ornaram as igrejas de Aracaju e Laranjeiras. Além do Senhor dos Passos, Manoel Pereira Leite esculpiu as imagens de São Paulo (existente na matriz Sagrado Coração de Jesus de Laranjeiras) e Nossa Senhora da Soledade (matriz Nossa Senhora da Conceição de Aracaju), sendo que esta faz parte do conjunto que representa a procissão do Encontro com os passos do caminho do Calvário.

Sobre a imagem da Soledade Liberato Bittencourt afirma: "uma outra obra sua de valor é a Virgem Mãe, a *Soledade*, como lhe chamam os católicos em Aracaju, formosa mulher de raça hebraica, perfeita nas suas formas e na expressão cativante de sua dor profunda" (BITTENCOURT, 1912: 124). Como se pode perceber, perfeição era uma atribuição recorrente às obras de Neco.

Do mesmo modo, os protagonistas da procissão do Encontro na cidade de Aracaju eram suas criações. Por ironia do destino, a cidade que foi criada para substituir São Cristóvão como capital e implantar a modernidade, buscou constituir sua identidade a partir da recriação de procissões que marcavam a velha cidade. Nesse processo de consolidação da cidade de Aracaju com a difusão de velhas devoções teve destaque um cristovense, pois foi o artista Manoel Serapião Pereira Leite o responsável por criar as imagens que seriam alvo da devoção na nova capital, provavelmente tendo como

inspiração as imagens de sua terra natal.

O que isso significa? Seria apenas uma reprodução das tradições de São Cristóvão na nova cidade? Seria a tentativa de recriar uma cidade de São Cristóvão mais próxima ao mar? Certamente não. A mera implantação em Aracaju de celebrações tradicionais não significa o retorno ao passado, mas sim o uso desse passado no intuito de projetar um novo futuro. As imagens sacras tinham traços semelhantes às existentes na velha cidade, todavia, a forma de culto se daria de forma distinta. Aracaju seria uma capital voltada para a modernidade, ao menos nos discursos.

O fato das imagens terem sido criações de um artista cristovense também foi apagado da memória coletiva. Afinal, as imagens eram dignas de estarem nos grandes templos europeus e não denotavam ser fruto do trabalho de um artista local, "*obra de Neco, de um artista que nunca estudou geometria, que nenhuma idéia havia de anatomia, completamente ignorante de sua grande capacidade artística*" (BITTENCOURT, 1912: 195). Desse modo, enalteciam-se as criaturas, ignorando-se o criador.

## **"A entrada triunfal do Salvador"**

Na capital, as solenidades quaresmais não possuíam a pompa barroca encontrada nas cidades históricas do interior sergipano. Eram comemorações módicas, simples, que tentavam recriar as antigas tradições católicas de Sergipe. Nos dois dias de celebrações, as solenidades eram divididas em três atos distintos, mas

que se complementavam na criação da atmosfera piedosa da Semana Santa. Eram dois dias de procissões pelas ruas do centro da cidade.

No sábado, ocorria a procissão de transladação da imagem do Senhor dos Passos, entre a capela de São Salvador e matriz Nossa Senhora da Conceição. No domingo, logo cedo era realizada a Procissão de Ramos, concentrando-se também na matriz. À tarde sobrevinha o ponto alto das exaltações religiosas, com a procissão do Encontro, com as imagens do Senhor dos Passos e Nossa Senhora da Soledade. Como se pode perceber, a cidade nesses dias passava a ter um leque de celebrações concorrido, rememorando os últimos dias da vida de Cristo pelas ruas da capital.

Tudo iniciava no sábado de Passos, na véspera do Domingo de Ramos. Era o dia do primeiro ato do espetáculo em torno da imagem do Senhor dos Passos, com a procissão de transladação. É importante ressaltar que nem sempre essa procissão era realizada. Tratava-se de um evento que perdurou apenas nos primeiros anos do século XX. Na documentação analisada não foi encontrada nenhuma referência que denotasse os possíveis motivos que levaram ao fenecimento da tradição de realizar os cortejos de transladação na noite de sábado. Provavelmente pode haver alguma relação com os problemas que esse cortejo preliminar provocava, pois no Domingo de Ramos se criava inúmeras dificuldades em realizar a procissão do Encontro com a saída concomitante das duas imagens do mesmo templo. Era algo que não

criava sentido. Constituíam um empecilho ao drama do calvário.

A existência dessa procissão noturna tinha como seu maior trunfo o fato de lembrar a procissão de penitência realizada na vizinha cidade de São Cristóvão, ex-capital sergipana. O comparativo entre as procissões das duas cidades era uma das tônicas dos anúncios na imprensa sergipana da época. Isso não significa dizer que o contingente de devotos era semelhante em ambos os cortejos, mas sim que havia uma preocupação em constituir na nova capital as tradições religiosas do Vale do Paramopama<sup>5</sup>. A transferência do poder político de uma cidade para outra também deveria ser acompanhada pela transposição das manifestações culturais. Observe como o Correio de Aracaju divulgou a procissão noturna em 1908:

Semana Santa. No próximo sabbado, 11 do corrente, às 7 horas da noite, mais ou menos, terá lugar a transladação da imagem do Senhor dos Passos da capelinha de S. Salvador para a matriz desta Capital. Data de tempos immemoriais a realização dessa edificante solennidade, que na vizinha cidade de S. Crhistovam e uma verdadeira procissão de penitência (CORREIO DE ARACAJU, 9-04-1908, p. 1, col. 3).

Como se pode perceber, a procissão era engrandecida com os comparativos com sua congênere da Velha Capital. Aracaju também estava seguindo os passos do catolicismo, criando mecanismos expressivos de religiosidade. Isso poderia ser visto na época como um símbolo que o processo de mudança

<sup>5</sup> Rio que margeia a cidade de São Cristóvão.

da capital havia sido proeminente, bem-sucedido. Todavia, o Correio de Aracaju não deixa de enfatizar os motes diferenciadores. Em São Cristóvão, a procissão noturna de transladação da imagem do Senhor dos Passos, também conhecida como Depósito, era abalizada pelo feitiço penitencial.

Essa informação pode provocar algumas reflexões. Ao comparar os dois eventos fica perceptível a inexistência de práticas penitenciais. Mesmo havendo uma reconstituição do calendário festivo católico em Aracaju, segundo os padrões da antiga capital, percebe-se que as festividades na nova cidade era possuidor de um caráter renovado. Seria um efeito visual do processo de romanização, do ultramontanismo em Sergipe? Provavelmente sim. Estudos sobre o universo religioso sergipano vêm denotando que os métodos renovadores do clero eram desempenhados desde meados do século XIX. Consistiam em ações cumpridas no intuito de banir as práticas pagãs do catolicismo popular. Na perspectiva de Péricles Andrade Júnior:

A "ação civilizadora" implementada por esses agentes centralizou-se na modificação da vida eclesial e do laicato, cujas medidas práticas foram a tentativa de eliminação dos elementos "profanos" do culto religioso, não reconhecendo os hábitos pertinentes ao campo católico popular. As lutas pela hegemonia centralizaram-se na destituição do poder dos leigos; na condenação dos ideais liberais e do desrespeito aos dias santos; na vigilância sobre as condutas do clero e não-romanidade dos fiéis" (ANDRADE JÚNIOR, 2010: 99).

As cenas da Paixão pelas ruas de Aracaju tinham muito a revelar. Era algo que ia além do catolicismo herdado do mundo ibérico. Os conflitos e vicissitudes do interior da Igreja Católica em Sergipe eram desnudados. As procissões consistiam em importante estratégia para atrair fiéis, de exibir a exuberância da religião católica, de promover a comoção pública.

Mesmo se tratando de uma manifestação de fé típica do catolicismo barroco, os modos de promover e expressar eram diferenciados. A tônica penitencial, os pagamentos de promessas e os sacrifícios não faziam parte do cenário. Esse incidia no grande diferencial em relação às procissões realizadas nos municípios do interior. Em Aracaju foram recriadas encanecidas tradições com novas roupagens. Os dramas que caracterizavam os espetáculos de cidades como São Cristóvão não se faziam tão presentes em Aracaju. Isso não significa dizer que não existiam pagadores de promessas na novel capital. Certamente eles também se faziam presente. Eles cumpriam a desobriga. A ausência que se pode referir é em relação a práticas consideradas pelo clero como exacerbadas, supersticiosas, desnecessárias, como corpos rolando pelo chão, joelhos ensaguentados pelas ruas. Observe a descrição que o Correio de Aracaju realizou sobre a procissão do Depósito de 1907.

A Grande Semana. No sabbado precursor dessa data memoranda apinhou-se o povo em roda da poética ermida de S. Salvador para acompanhar a imagem do Senhor

dos Passos, que tinha de ser depositada na Matriz. E assim realizou-se essa imponente cerimônia com desusada concorrência e na melhor ordem possível (CORREIO DE ARACAJU, 28-03-1907: 1).

A imprensa sergipana destacava a grande participação popular e pelo que demonstra o texto, era bem maior do que em anos precedentes. No entanto, o que mais chama a atenção da descrição é o fato de haver um destaque para a ordem que supostamente se fez presente no cortejo religioso. Tudo teria ocorrido na "maior ordem possível". A religiosidade constituída em Aracaju aparentemente estava sob os auspícios dos preceitos de Roma.

O segundo ato da abertura da Semana Santa na capital sergipana era a procissão de Ramos, realizada na manhã de domingo. Era uma celebração simples, com "a solemnidade da bênção e distribuição das palmas e ramos, symbolo da entrada triunphante de Jesus na Grande Capital da Palestina" (CORREIO DE ARACAJU, 28-03-1907: 1). Nessa celebração, o destaque dado foi para os sacerdotes, que teriam conseguindo mais uma vez manter a ordem. Eles eram os protagonistas dos eventos religiosos e não mais os leigos pertencentes às irmandades<sup>6</sup>, que sucumbiam a categoria de meros expectadores. Os clérigos dirigiam as ações, promoviam a emoção com suas palavras eloqüentes. Assim, na festa dos Ramos, "os levitas do Senhor desempenharam as suas funcções com verdadeira correccção, deixando impressas nas almas dos fiéis as

*emoções produzidas pela narração da Paixão de N. S. Jesus Christo"* (CORREIO DE ARACAJU, 28-03-1907: 1).

Correção e ordem eram palavras de acuidade no discurso eclesiástico no início do século XX. A perspicácia da evangelização estava centrada no controle das ações dos religiosos, das procissões, das práticas penitenciais. As celebrações deveriam estar de acordo, em consonância com as determinações do Vaticano. Tudo deveria está sob a batuta do clero. Percebe-se essa concepção ao observar os artigos que descreviam os eventos religiosos, como Correio de Aracaju que em 1908 afirmou que "à hora aprazada, começou o officio de Ramos, tendo sido executadas as cerimônias do Ritual Romano aos sons plangentes de bem afinada orchestra" (CORREIO DE ARACAJU, 16-04-1908, p. 1, col. 2). Sermões e músicas a serviço da Igreja, em conformidade com as novas deliberações.

Por fim, havia o terceiro e último ato das celebrações de abertura da Semana Santa em Aracaju. Era a imponente procissão do Encontro, realizada sempre aos Domingos de Ramos, no período vespertino. Certamente, era a ocasião em que se conglomeravam mais devotos pelas ruas da capital em toda a Semana Santa. Momentos antes da saída dos cortejos, devotos, celebrantes e arrumadores se preparavam e arrumavam as imagens.

Nos camarins, os atores eram preparados para o grande momento. As imagens eram vestidas com roupas novas e luxuosas. As igrejas tinham suas imagens cobertas

<sup>6</sup> Em Aracaju no início do século XX existiam as irmandades de São José dos Artistas, na catedral; Nossa Senhora da Pureza e São Benedito, na igreja de São Salvador.



com panos roxos. Os devotos se cobriam de preto. O luto tomava conta da população. O comércio da cidade aproveitava a oportunidade para aumentar as vendas, anunciando suas mercadorias de acordo com a ocasião. As lojas expunham seus tecidos lóbregos: *"Para a Semana Santa, boas cachimiras pretas a 3700 o metro só na LOJA ALMEIDA – Rua da Aurora"* (CORREIO DE ARACAJU, 15-04-1909, p. 3, col. 2). O tempo era lutuoso. A população católica se vestia de acordo, com vestimentas funéreas. Não só os devotos, mas também os templos. O clero recomendava que assim como os corpos dos fiéis, o corpo da Igreja também fosse vestido de consternação. Assim, a imprensa católica apregoava: *"Semana da Paixão. Desde hontem que a Igreja mandou cobrir de roxo crepe a cruz, as imagens e quadros; os seus ministros – padres católicos só usam ornamentos lúgubres"* (A CRUZADA, 29-03-1925, p. 3, col. 1).

Ao entardecer ocorria o ápice das celebrações. A *"Divina Victima do*

*Golgotha"* (CORREIO DE ARACAJU, 09-04-1909, p. 1, col. 3) encontrava-se pronta para atuar, desfilar solenemente pelas ruas da cidade. A população aguardava ansiosa defronte ao templo da Imaculada Conceição a saída do préstito. O sino batia. Os sacerdotes abriam o cortejo após a cruz. Seguiam as irmandades da matriz e da capela São Salvador. Por fim, despontavam as sagradas imagens, que seguindo percursos diferentes seguiam para o encontro doloroso e inevitável. Na grande praça, transformada em auditório, os aplausos ecoavam. Era o início da procissão do Encontro.

No decorrer da semana que antecedia a procissão a imprensa aracajuana divulgava a programação das celebrações que iriam ocorrer nos principais templos da cidade. Era uma estratégia de convocar a população, de engrandecer os eventos solenes. Observe o Quadro I com a programação da Semana Santa de Aracaju no ano de 1926.

QUADRO I  
PROGRAMAÇÃO DA SEMANA SANTA DE ARACAJU (1926)

DIA	HORA	CELEBRAÇÃO	LOCAL
Domingo de Ramos	9:00	Assistência espiritual	Catedral
Domingo de Ramos	16:00	Procissão do Encontro	Catedral
Quinta feira Santa	9:00	Sagração dos Santos Óleos – Missa Pontifical	Catedral
Quinta feira Santa	16:00	Lava-pés – Sermão	Catedral
Sexta feira Santa	8:00	Missa a Pressantificados – Assistência Pontifical	Catedral
Sexta feira Santa	16:30	Sermão – Procissão do Senhor Morto	Catedral
Sabbado da Aleluia	8:00	Missa com Assistência Pontifical	Catedral
Domingo da Ressurreição	5:00	Missa da ressurreição	Catedral

FONTE: (A CRUZADA, 29-03-1926, p. 3, col. 2)

Segundo consta na programação, as celebrações

iniciavam com as Procissões de Ramos e do Encontro, aludindo dois

momentos relevantes e opostos dos últimos passos da vida do Nazareno: a entrada triunfal em Jerusalém e a caminhada para o calvário com a cruz sobre os ombros. Ambas as celebrações tinham como foco irradiador a Igreja Matriz, que a partir de 1910 foi elevada a Catedral Diocesana.

A procissão do Encontro percorria os principais logradouros de Aracaju, principalmente no trecho entre a catedral e a igreja São Salvador, parando por sete vezes para o canto dos Passos da Paixão:

Uma hora antes do crepúsculo da tarde, desfilava a magestosa procissão do Senhor dos Passos, pelas ruas da cidade, fazendo estações nos pontos convencionados até a encruzilhada da rua de Itabaianinha, onde realizou-se este anno a scena commovente do encontro de Jesus com a Virgem Dolorosa (CORREIO DE ARACAJU, 28-03-1907: 1)

Por alguns instantes a nova capital dos sergipanos era metamorfoseada em cidade santa. As ruas do centro transformavam-se na Via Dolorosa. A Mãe procurava o Filho, para a despedida. A população assistia ao espetáculo em que atuavam atores em tamanho natural, com perucas, olhos de vidro e marejados, bocas entreabertas, vestimentas roxas. As imagens de roca constituíam em elemento essencial na constituição do drama do calvário. A nota a respeito da procissão aponta um indício que provavelmente o encontro não possuía um ponto fixo. A cada ano o cortejo possuía um trajeto diferente. No entanto, a participação popular parecia ser elevada:

À tarde realizou-se com extraordinário acompanhamento a procissão do Senhor dos Passos, que percorreu as principais ruas da cidade, fazendo estações nos pontos convencionados, parando junto a Estação Telegraphica, onde teve logar a cerimônia do Encontro (CORREIO DE ARACAJU, 16-04-1909, p. 1, col. 3).

O encontro consistia no ápice da procissão. Duas imagens lacrimosas se encontravam. As dores da Paixão se faziam presente, diante da grande platéia. Era também a hora oportuna para o clero promover a evangelização, reforçar os princípios da cristandade, do catolicismo romano. No púlpito improvisado na esquina, o vigário convidado proferia seu sermão:

Ao illustrado monsenhor Manoel Raymundo de Mello, coube a melindrosa incumbência de subir ao púlpito para narrar ao povo as peripécias do pavoroso drama do Golgotha. Sabem todos a difficuldade do desempenho de um assumpto já desenvolvido por um sem numero de oradores, desde a fundação do Christianismo até nossos dias. Pois bem: mau grado, essa grande difficuldade, o illustrado orador sacro, com a suavidade de pronuncia de que dispõe, com os gestos adequados aos conceitos emittidos, pôde colher abundantes fructos de sua bem acabada peça oratória. Foi ao por do sol que desapareceram no espaço as últimas notas de seu eloqüente sermão e as irmandades poseram-se em movimento para continuar a visita dos Passos do Salvador, terminado na Matriz seu edificante itinerário (CORREIO DE ARACAJU, 28-03-1907: 1).

A imprensa demonstrava as dificuldades que circundavam a

enunciação das palavras sacras, sobre o tema do encontro. Isso evidencia o quanto essa tradição era repetida nos municípios sergipanos, pois se tornava difícil articular algo novo a respeito. Não é por acaso que os organizadores das procissões se preocupavam em convidar para articulação da homilia, pregadores de reconhecida proeza na oratória sacra. Ser escolhido para pregar o sermão do encontro era sinônimo de status, de reconhecimento da retórica, da eloquência discursiva. Assim, curas renomados proferiam brandos marcantes:

Ahi subiu à tribuna sagrada o illustre Padre Philadelpho, vigário da vizinha cidade de Laranjeiras, que demonstrou cabalmente o império despótico exercido pela dor em todas as circunstâncias da vida humana. Bem disse o grande Lacordaire: "A desgraça é a soberana deste mundo, e não há coração que tarde ou cedo sinta o peso de seu sceptro" (CORREIO DE ARACAJU, 16-04-1908).

Poder exaltar um momento respeitável como o encontro era algo significativo na trajetória de um vigário. Do mesmo modo, para a solenidade poder contar com as alocuções de párocos afamados também era sinônimo de prestígio, de grandiosidade, denotativo que a cidade estava promovendo uma festa solene. As dificuldades e maestria dos oradores estavam sempre presentes nas notícias a respeito da procissão. Em 1919, já com a ausência da procissão noturna, os jornais aracajuanos divulgaram com entusiasmo a procissão do Encontro:

Foi uma população imensa que ante-hontem tomou parte nas duas

procissões dos Passos, saída uma da Cathedral e a outra da igreja S. Salvador. O encontro deu-se na esquina do edifício do telegrapho Nacional, e diante das imagens da Virgem Dolorosa e de Christo a caminho do calvário, pronunciou uma bella allocução o celebrado pregador sacro dr. Antônio Ferreira. A impressão causada pela sua palavra fácil e cadenciada foi optima. O padre Antonio Ferreira, tinha contra si a dificuldade que offerece a pregação ao ar livre; mas a despeito de tudo, agradou a alma sergipana que o escutava pela primeira vez. Afastando-se da rotina costumeira que seguem quase todos os oradores no sermão do Encontro, teve um cunho de originalidade, e atravez dos seus bellos conceitos via-se a solidez da doutrina bem concebida e bem documentada (CORREIO DE ARACAJU, 15-04-1919: 1).

Obter êxito no sermão do encontro era uma oportunidade de sagrar-se como grande orador. A eloquência discursiva deveria ser regulada com palavras que auxiliassem na formação de cristãos mais próximos do seio da igreja, dos preceitos de Roma. Inovar era um dos possíveis caminhos para despertar o sentimento de piedade, do mesmo modo que provocava a fuga da inalterabilidade. Após a homilia, o séquito seguia rumo a Catedral, em seus momentos finais.

## **De volta ao acalanto templo do Salvador**

Terminado o sermão, "as procissões seguiam depois caminho da catedral, onde deixaram as sagradas imagens" (CORREIO DE ARACAJU, 15-04-1919: 1). Por mais um ano as imagens de Nossa senhora das Dores e do Senhor dos Passos passariam distantes, em seus

respectivos templos. Mas as procissões permaneciam recorrentes nas memórias dos moradores da cidade, expressando a devoção de formas diferentes, fosse ao passar rapidamente pela capela de São Salvador e osculando os pés do Cristo, fosse por meio de crônicas. Assim, cantar a cidade de Aracaju também incumbia de lembrar o santo protetor, demonstrando que a cidade é "*Cheirosa a Atlântico. Atalaia sob o céu azul, linda praia de Aracaju. Primeira sessão do Cine Pálace. Missa na Catedral. Procissão de Senhor dos Passos e de N. S. da Conceição. Rua João Pessoa, vitrines. Festa de Natal no Parque*" (SILVA, 2002: 259). Do mesmo, a historiadora Maria Nely dos Santos alega que ao examinar os jornais de Aracaju do início do século XX viajou

pelo tempo, participando da "*procissão do Bom Jesus dos Navegantes saudando a entrada do Ano Novo; das festas de Santos Reis com a procissão de São Benedito, grupos de Taieira e Chegança; do frenesi do carnaval, das solenidades da Semana Santa*" (SANTOS, 2002: 151).

Ainda hoje as devotas imagens permanecem em seus templos, recebendo visitas de seus fiéis, sem a mesma pompa de outrora, mas impregnadas de significados, desejos, sonhos de um povo que as carregou em seus ombros ao longo do século XX. Cercadas de velas e amarradas com fitas devocionais, as imagens refletem um capítulo importante da história da cidade de Aracaju.

## Referências:

- ANDRADE JÚNIOR, Péricles Morais. **Sob o olhar diligente do pastor:** a Igreja Católica em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.
- AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador:** a Igreja Católica na Bahia. 1551-2001. Vol. 2. Petrópolis- RJ: Vozes, 2001.
- BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os Padres de D. José:** o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). São Cristóvão. 2004, 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: ROUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BITTENCOURT, Liberato. **Homens do Brasil, Sergipe.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1912.
- FLEXOR, Maria Helena Occhi. Imagens de roca e de vestir na Bahia. *Revista Ohun*. UFBA, Ano 2, nº 2, p. 165-185.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. 2ª Ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. As Ovelhas da Pastora: as múltiplas facetas de uma peregrinação de Sergipe. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, 2010.

\_\_\_\_\_. Os cravos da morte na cidade Jardim: a procissão dos Passos na cidade de Estância (1850-1920). *Mneme – Revista de Humanidades*. Natal. Vol 29, nº 11, 2011, p. 464-491.

SANTOS, Maria Nely dos. Aracaju na contramão da Belle Époque. In: *Revista de Aracaju*. Aracaju: Funcaju, 2002. p. 143-153.

SILVA, Tânia Maria da Conceição Menezes. Porta-retrato. In: *Revista de Aracaju*. Aracaju: Funcaju, 2002. p. 259.

## Fontes

CORREIO DE ARACAJU. *A Grande Semana*. Aracaju, nº 42, 28-03-1907.

\_\_\_\_\_. *Semana Santa*. Aracaju, nº 147, 09-04-1908.

\_\_\_\_\_. *Semana Santa*. Aracaju, nº149, 16-04-1908.

\_\_\_\_\_. *Loja Almeida*. Aracaju, nº 249, 15-04-1909.

\_\_\_\_\_. *Semana Santa*. Aracaju, nº 247, 04-04-1909.

\_\_\_\_\_. *Festa de Ramos*. Aracaju, nº 2576, 15-04-1919.

A CRUZADA. *Semana da Paixão*. Aracaju, nº 57, 29-03-1925.

\_\_\_\_\_. *Festa de S. Benedicto*. Aracaju, nº 31, 03-01-1926.

\_\_\_\_\_. *Semana Santa*. Aracaju, nº 42, 29-03-1926.

## MILITÂNCIA NEGRA E EXPRESSÃO ESTÉTICA NO RECIFE (1980 - 2003)

Vanessa Marinho<sup>1</sup>

### Resumo

Neste trabalho, objetivo propor um debate sobre a relação entre a estética, enquanto forma de expressão do belo, e a expressão da identidade em militantes negros no Recife, atuantes entre os anos de 1980 e 2003, a fim de demonstrar que a forma de utilização de imagens associadas a uma herança africana se configura como um instrumento de valorização das características do indivíduo afrodescendente - até hoje consideradas depreciativas por alguns. Neste sentido, destaco que a cor da pele, as formas de usar o cabelo e o uso de indumentárias e acessórios associados a uma idéia de beleza negra se configuram como catalisadores deste processo de ressignificação da cultura negra. Para tanto, apresento algumas iniciativas coletivas no âmbito da valorização da estética negra, inspiradas nos movimentos norte americanos e a importância da idéia de arte africana neste processo.

**Palavras-chave:** Beleza negra, Estética, Identidade Negra.

### Abstract

In this paper, we propose a debate on the relationship between aesthetics, while the beautiful form of expression, and expression of identity in black militants in Recife, active between 1980 and 2003 in order to show you how to use images associated with an African heritage is configured as an instrument of exploitation of the individual characteristics of African descent - still considered derogatory by some. In this

regard, I note that the color of skin, ways to use the hair and the use of costumes and accessories associated with the idea of a black beauty stand as catalysts of this process of redefinition of black culture. To this end, I present some collective initiatives within the aesthetic valuation of black Americans inspired movements and the importance of the idea of African art in this process.

**Keywords:** Black Beauty, Aesthetics, Black Identity

John Berger, num dos ensaios do livro *Modos de ver*, explica numa frase concisa e objetiva a relação do ser humano com o olhar. Ele diz: "*Ver precede as palavras. A criança olha e reconhece, antes mesmo de poder falar.*" (BERGER, 1999: 9). Para este autor, o ato de ver estabelece o nosso lugar no mundo circundante, assim como a maneira como vemos as coisas é afetada pelo que sabemos ou pelo que acreditamos. Ele difere o *ver* - uma mera reação a estímulos - do *olhar*, sendo este um ato de escolha. Nós estamos sempre, segundo Berger, olhando para a relação entre as coisas e nós mesmos.

Aquilo que olhamos - a imagem - é também um meio de comunicação - e estabelece essa nossa relação com o entorno - como nos deixa ver a fotografia, a publicidade, o cinema, a televisão e a moda. Utilizando esta última como exemplo, apreende-se que a roupa usada pelas pessoas pode dizer uma série de coisas ao mesmo tempo. Em *A Linguagem das Roupas*, Alison Lurie diz que a roupa funciona como

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [vanessa.marinho.10@gmail.com](mailto:vanessa.marinho.10@gmail.com)

um sistema de signos; ela comunica o sexo, a idade, a classe social e uma série de outras informações antes mesmo de qualquer contato: “quando nos conhecermos”, diz Lurie, “ *já teremos falado um com o outro*” (LURIE, 1991: 19). No estudo de Lurie sobre a moda como meio de comunicação conclui-se que a moda é uma linguagem de símbolos, um sistema não-verbal de comunicação. Sendo assim, uma vez que a maneira de vestir é um idioma, segundo esta autora ela deve ter um vocabulário e uma gramática próprios:

Em cada língua das roupas há vários dialetos e sotaques diferentes, alguns quase ininteligíveis a membros da cultura mais aceita. Além disso, assim como no discurso falado, cada indivíduo tem seu próprio estoque de palavras e emprega variações pessoais de tom e de significado. (LURIE, 1991: 20)

Lurie destaca ainda que além das roupas, o vocabulário da moda inclui estilos de cabelo, acessórios, jóias, maquiagem e decoração do corpo. Sobre esta última forma de linguagem, podemos utilizar como exemplo as tatuagens, num contexto mais atual, que se configura em outra forma de externar uma identificação com a raça negra ou como pertencente a ela. Figuras como adinkras<sup>2</sup>, máscaras e esculturas africanas frequentemente são encontrados nos corpos destas pessoas.

Lurie é muito pragmática e chega a ser um pouco preconceituosa em suas considerações. O que ela deixa entrever é que a pessoa escolhe sua roupa e seus adornos – ou a não utilização deles – com o uma prática meticulosamente

elaborada com o intuito de transmitir informações específicas sobre aquele que os usam, além de dar mais valor a determinados tipos de roupa em detrimento de outras. Para ela o conjunto deve ser harmonicamente montado; a ausência de harmonia demonstra desordem e confusão, o que parece desagradar a autora. É claro que em muitos casos a escolha da roupa não passa por todo esse filtro; o que nos interessa analisar aqui, em contraste com esta neutralidade, são as escolhas que o indivíduo faz para expressar sua negritude através de sua auto-imagem.

Ainda de acordo com Lurie, é possível afirmar que a roupa pode dizer de onde a pessoa é, informando sobre sua origem nacional, étnica ou regional, ou a que grupo quer ser associada. Ela fala que a roupa representa a expressão de um pensamento mágico, que representa uma tentativa de atrair o poder – político, econômico e social – contido no lugar de origem das roupas que escolhem vestir. Em relação às roupas de tecidos ou estampas africanas, aquele que a usa, segundo Lurie, ao invés de querer ser associado a potências políticas e econômicas, pretende demonstrar a beleza a partir da simplicidade e a força através da resistência destes países, exibindo-as como forma de orgulho. (LURIE, 1991: 106)<sup>3</sup>.

No contexto dos Estados Unidos, por volta das décadas de 1960 e 1970, era quase certo que muitos imigrantes – negros e índios – abandonassem o vestuário que os identificava por conta da discriminação sofrida por eles. A partir da década de 1990, a

<sup>2</sup> Adinkras são conjuntos ideográficos que podem ser encontrados em tecidos, esculpido em pesos de ouro ou talhados em madeira, que incorporam, preservam e transmitem aspectos da história, filosofia, valores e normas socioculturais das etnias Akan, de Gana.

<sup>3</sup> Nesta afirmação da autora podemos observar seu caráter um tanto preconceituoso, uma vez que ela atribui às roupas africanas uma pretensa simplicidade, esquecendo, por exemplo, as complexas amarrações dos tecidos e de turbantes, além dos belos trançados que são fruto de longos trabalhos e de uma vasta riqueza de detalhes.

expressão da origem nacional e da identidade étnica por meio da roupa se transforma numa questão de orgulho pessoal e, em muitos contextos, uma forma gráfica de declaração política (LURIE, 1991: 106-107). Sobre este tipo de roupa, que Alisson Lurie chama de *roupa étnica*, ela diz que a sua adoção por pessoas não pertencentes aos grupos nos quais se originou sugere, além de bem-estar social, interesses contra-culturais, e chega a listar alguns possíveis interesses nos quais pessoas que adotam os trajes étnicos despertam.

Apesar de ser generalizante em muitos momentos, as definições de Lurie servem para nos alertar sobre a possibilidade de se utilizar a imagem pessoal como meio de comunicação e como ferramenta de expressão de um lugar na sociedade, assim como expressa também, no caso da população negra, uma tentativa de mudança de paradigma no que se refere à sua estética, no sentido de sensibilizar a sociedade como um todo no sentido de se eliminarem práticas discriminatórias. Alguns movimentos sociais negros no Brasil tiveram como pano de fundo de sua afirmação o apelo estético. É sobre esta relação que falarei a seguir.

Os anos que precedem a criação do movimento negro organizado como conhecemos atualmente foram palco de grandes transformações culturais, políticas e comportamentais. Na Europa e nos Estados Unidos, viu-se a emergência dos movimentos estudantis e feministas bem como a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis; na África, as guerras

pela independência; na América Latina, os movimentos guerrilheiros. No Brasil eram anos de repressão por causa da ditadura civil-militar, repressão que chegou aos negros e seus aliados, e a existência do racismo era rechaçada pelo governo para demonstrar que o Brasil vivia-se uma harmonia racial. A repressão também foi responsável por transformar os grupos políticos em entidades culturais e de lazer, no intuito de viabilizar sua manutenção. Um dos pioneiros destes agrupamentos foi o Centro de Cultura e Arte Negra, criado em 1969 na cidade de São Paulo, que desencadeou a formação de outros grupos voltados para a temática afro-brasileira. Também neste período muitos jovens da periferia dos grandes centros passaram a exibir novas formas de comportamento, de falar, de vestir e de protestar. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006: 282) Alguns autores ressaltam que a música negra norte-americana influenciou de sobremaneira o movimento de estetização negra, especialmente o soul e o funky (GOMES, 2008; HANCHARD, 2001; ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO; 2006), que representaram uma expressão do *"cansaço com os modelos existentes de prática cultural, que tinham sido transformados em mercadoria e, num sentido existencial, arrancados de suas raízes"* (HANCHARD, 2001: 133). Foram os bailes cariocas realizados sob o som destes estilos musicais que deram origem a um movimento de afirmação da negritude chamado Black Rio. Nesta época, a juventude passou a expressar seu protesto num visual



que incluía, além das vestimentas próprias, o cabelo no estilo Black Power, referência ao movimento norte-americano de afirmação e reverência à beleza negra. Esta referência serviu de fundamento para muitas contestações em torno de sua autenticidade. Hanchard (2001) apresenta duas perspectivas opostas sobre este movimento: citando Peter Fry, ele diz que o movimento Black Rio é de fundamental importância para o processo da identidade no Brasil, enquanto que Pierre-Michel Fontaine minimiza a importância deste movimento por ele ter sua gênese nos Estados Unidos e não no Brasil.

Além desta influência norte-americana, a militância negra é influenciada pelas invenções musicais em outras partes do mundo, como o Caribe e a África. Isto se evidenciou com o *reggae* jamaicano e, por consequência, na adoção dos *dreadlocks* como estilo de cabelo. Apesar de uma certa relutância por parte de alguns ativistas negros em atrelar o estético ao político, aos poucos a união entre estas duas categorias passa a ser vista como possibilidade emuladora, incentivadora da formação de uma consciência racial que permitisse olhar a cultura negra de forma positiva, resultando em uma mudança de comportamento diante da questão racial (GOMES, 2008: 198). Segundo Gomes (2008) a adoção dos *dreadlocks* remete ainda a doutrina Rastafari, e esta, por sua vez, sugere uma ligação simbólica com a África por meio da interpretação bíblica que identifica a Etiópia como Zion, ou a Terra Prometida. Este esclarecimento

acerca dos *dreadlocks* chama a atenção para duas realidades distintas no que diz respeito a identidade negra: a primeira que destaca o papel do cabelo nesta relação, e a segunda que atrela a afirmação desta identidade a um contato direto com a África.

Para o povo negro, auto-imagem sempre se configurou como um elemento de diferenciação, de inferiorização e de exclusão. Desde os últimos anos do sistema escravista, as características do corpo negro serviam como um reforço à classificação social, o que nos permite fazer uma ressalva a importância da imagem na identificação desta população. De uma forma especial, o cabelo também é uma marca desse reconhecimento, atuando tanto no sentido de depreciação como no de posituação da autoimagem do negro. Para percebermos esta importância, vale mencionar que, no período da escravidão, uma das formas de violência contra os africanos era a raspagem do cabelo, uma vez que para muitas etnias africanas este servia também como uma marca identitária (GOMES, 2008). Já existem alguns estudos sobre a relação do cabelo do negro com o seu pertencimento identitário (GOMES, 2006; SANTOS, 1999; COUTINHO, s/d), mas eles apontam para o fato de que assumir as características naturais do cabelo representa uma forma de contestação ao padrão hegemônico de beleza e uma ferramenta de expressão e valorização da identidade negra, servindo até para estimular outros indivíduos a assumir

essa postura como forma também de resistência.

Outra forma de posituação e valorização do povo negro por parte dos movimentos sociais é uma espécie de redescoberta da África, a partir de uma perspectiva que não mais a da escravidão e do sofrimento. Esta é uma perspectiva denominada pelo sociólogo moçambicano Elísio Macamo de *atitude soberana* (MACAMO, 2010); segundo este pensador, para um estudo diferenciado sobre a África deve-se esquecer o que houve de mal e observar outras perspectivas, sobretudo a da produção de um conhecimento *sobre* a África bem como *a partir* dela. Neste sentido, se tornará possível inserir a realidade africana fora da idéia de excentricidade. A referência ao continente africano para os movimentos negros contemporâneos é quase que vital; segundo Gomes (2008), ao apelarem para a África como a essência da negritude e da unificação racial, estes movimentos construíram um discurso da naturalidade da estética negra e de todos os atributos físicos que julgavam aproximar o negro da diáspora de seus ancestrais africanos. O apelo à ancestralidade africana representou, portanto uma estratégia política contra o poder cultural e subjetivo branco hegemônico (p. 199) Entretanto, a perspectiva em relação ao continente africano adotada por parte dos grupos políticos e culturais está atrelada ainda a uma noção específica de África, que pode ser denominada como África tradicional. Esta noção de África tradicional está diretamente atrelada ao meio rural,

com suas práticas cotidianas, tais como a agricultura e a expressão de uma religiosidade própria. O que se configura como um problema neste contexto é o que a escritora Chimamanda Adichie denomina como "o perigo de uma única história", ou seja, uma visão restrita acerca de uma determinada realidade. Ela diz que "*a única história cria o estereótipos. O problema dos estereótipos não é que eles sejam mentira, mas sim que eles são incompletos*" (ADICHIE, 2010)

A partir desta ótica – a da expressão da corporeidade negra e da referência às imagens africanas – que o movimento negro no Recife vai ser esteticamente norteado.

Neste momento do texto objetivo reforçar a ideia que tentei apresentar, de que a imagem atua como um instrumento da expressão do orgulho de ser negro, funcionando tanto para a resignificação de valores negativos atribuídos ao negro e as imagens relativas a ele quanto para a sensibilização da sociedade como um todo no sentido de naturalizar as diferenças e desnaturalizar as desigualdades.

É na contramão deste padrão estético europeu e europeizante que a estética negra vai desabrochar no contexto das relações sociais no Brasil. A afirmação de uma identidade negra através das imagens – e sobretudo da auto-imagem – ganha cada vez mais espaço entre os afrodescendentes. Esta mudança é também reflexo de uma revolução no campo das artes – especificamente da pintura – com o Movimento Modernista. É na tentativa de ruptura com o padrão clássico que artistas europeus vão

buscar na arte negro-africana inspirações para sua criação: artistas como Picasso, Gauguin, Vlaminck, Cézanne e Matisse figuram entre os artistas europeus que demonstraram esta influência. Segundo Gombrich (1999), a admiração pela arte negra atingiu seu auge antes da I Guerra Mundial, e foi responsável por reunir jovens artistas de variadas tendências na sua busca pela "essência" do objeto artístico. Ele justifica a atração destes artistas pela arte negro-africana dizendo:

É fácil ver, ao olharmos para uma das obras primas da escultura africana, porque tal imagem atraiu tão fortemente uma geração que procurava saída do impasse da arte ocidental. Nem a "fidelidade à natureza", nem a "beleza ideal", que eram os temas gêmeos da arte europeia, pareciam ter perturbado a mente daqueles artífices, mas suas obras possuíam precisamente o que a arte europeia parecia ter perdido nessa longa busca – expressividade intensa, clareza de estrutura e uma simplicidade linear na técnica. (GOMBRICH, 1999: 563).

Entretanto, vale salientar que esta arte africana era muito menos primitiva do que pensavam os europeus. Enquanto que a produção artística europeia nesse período tem um caráter mais decorativo ou informativo, muitas vezes configurando mais uma expressão do indivíduo diante de um dado contexto social – e que muitas vezes demanda interpretação de seu significado por parte do autor da obra – a produção artística africana se insere num contexto social mais complexo, relacionado principalmente com o coletivo. A apropriação a arte africana por parte dos artistas

europeus indica que estes artistas faziam com o negro um tipo de projeção em que o outro espelha um lado seu valorizado e reprimido: a espontaneidade das emoções e das formas desprovidas de rigidez (GUIMARÃES, 2002). Por outro lado, Munanga (2006) propõe a necessidade de se refletir sobre o modelo estético e artístico africano em paralelo com o modelo ocidental. Ele questiona em que medida os objetos produzidos pelos africanos, uma vez que pertencem a um contexto cultural não ocidental, podem ser objeto de um discurso que segue as regras de uma disciplina ocidental.

É importante lembrar que este tipo de arte africana que estamos tratando é comumente definido como arte tradicional, ou seja, um tipo de arte que foi produzido pelas sociedades definidas como tradicionais do continente africano. Apesar de o conceito de tradição ser bastante fluido e impreciso, encontramos na definição do sociólogo moçambicano Elísio Macamo uma explicação bastante clara – mesmo que parcial – no que diz respeito à tradição no continente africano. Ele alerta que, no campo da sociologia, existe uma vertente que identifica a realidade social africana com o meio rural e esta, por sua vez, é associada à idéia de tradição. Mesmo sem mencionar este dado, Serrano (2008) esclarece de modo mais preciso – ainda que um tanto generalizado – esta relação, da tradição com a arte na África:

A arte africana é um dos diálogos por intermédio dos quais os povos e as culturas do continente procuram afiançar a harmonia considerada

fundamental para a reprodução da comunidade. Desse modo, para o africano, as máscaras e esculturas correspondem a suportes para culto da ancestralidade. Fundamentalmente o intuito é a conversão de elementos específicos da natureza (...) em suporte temporário das forças ancestrais invocadas nos cultos. As esculturas dos ancestrais são consideradas protetoras dos espaços domésticos, aldeias ou mesmo territórios mais vastos. (...) Nas sociedades agrícolas, as máscaras zoomórficas invocam as forças ou espíritos da natureza, tanto para a proteção dos campos cultivados quanto para a evocação da sua fertilidade. (SERRANO; WALDMAN, 2008: 149)

Nesta definição podemos encontrar elementos chave para compreender a noção do tradicional em África: as noções de comunidade, ancestralidade, religiosidade e ruralidade figuram na nossa mente, assim como mencionou Macamo brevemente ao descrever a relação com o tradicional nas sociedades africanas.

Uma vez que os movimentos negros nesse apropriam de uma visão histórico-mítica (MAIA, 2007: 3) – e porque não dizer tradicional? – do continente africano, suas manifestações estéticas não poderiam seguir num caminho diferente. No seu artigo sobre a estética do Bloco Afro Ilê Aiyê, Rita Maia (2007) diz que, para a criação de seus emblemas, os idealizadores

do bloco misturaram diversos aspectos que envolvem a história do continente africano. O grupo foi criado em 1974, mas só em 1978 foi criada a padronagem com as cores definitivas que representam o bloco. Ela diz que estas cores possuem m significado simbólico expresso da seguinte forma: branco = paz, vermelho = sangue do negro derramado na luta pela liberdade, amarelo = riqueza e beleza, negro = cor da pele. A imagem a seguir (**Imagem 1**) representa a marca do bloco, inspirada em uma máscara africana, elaborada pelo artista plástico Jota Cunha. Nesta imagem, além da máscara, outros detalhes fazem referência à inspiração africana do grupo: no topo da cabeça aparecem búzios (que pode representar uma aproximação com o candomblé ou uma referência a algumas sociedades africanas que usavam o búzio como moeda); a própria máscara, marcante nas sociedades tradicionais, onde tinham a função de aproximação com divindades a fim de garantir o bom uso da terra; e o termo azeviche, que da mesma forma que no Brasil os negros assumiram ser chamados de pretos na tentativa de ressignificar o termo, dotando-o de uma conotação positiva, o Ilê adota o “Perfil Azeviche<sup>4</sup>” com esta mesma intenção.

<sup>4</sup> Azeviche é um tipo de carvão, de origem orgânica produzido por plantas ou animais, também conhecido como Âmbar Negro.



Imagem 1

No âmbito do movimento negro no Recife, podemos observar em alguns cartazes<sup>5</sup> uma apropriação semelhante (Imagens 2, 3, 4):

<sup>5</sup> Os cartazes utilizados para análise foram retirados do site do Projeto Negritude, projeto que tem como objetivo focar a história e a memória do movimento negro em Pernambuco. Mais informações em [www.ufpe.br/negritude](http://www.ufpe.br/negritude)



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

Nestas imagens podemos perceber uma tentativa de aproximação com o continente africano a partir da perspectiva que mencionei anteriormente: sob a ótica do tradicional. A Imagem 2 talvez seja mais emblemática neste sentido: o cartaz do grupo Bacnaré – Balé de Cultura Negra do Recife – traz os principais ícones da expressividade estética africana tradicional: a geometria, as cores do panafricanismo (verde, amarelo, vermelho e preto), o corpo negro e o caráter agrícola destas sociedades, expresso indiretamente na figura de uma pessoa com um cesto na cabeça, com um cajado e com uma vestimenta rudimentar. Os outros dois cartazes também sugerem uma aproximação com o tradicional; a geometria aparece mais uma vez e na imagem 4 isso se reforça com a figura de um leão, ou o Leão Conquistador, relacionado à HailéSalassie, o RasTafari, líder de uma religião que acredita que a Etiópia é a terra prometida<sup>6</sup>.

A análise destes cartazes está baseada na noção de ideologia imagética (SILVA, 2001) que diz respeito a um conjunto coerente de

representações valores e crenças onde as pessoas exprimem a maneira como vivem as suas relações com suas condições de existência, através do estilo da imagem.

Outra tentativa de aproximação com o continente africano através da estética é o modo de arrumação dos cabelos. De acordo com Nilma Gomes (2008) o cabelo do negro é dotado de um significado social no contexto das relações raciais no Brasil. Juntamente com seu corpo, ele é tomado como expressão da identidade negra, atuando na maneira como o negro vê e é visto pelo outro. O uso do cabelo sem intervenções – à exceção de tranças e *dreadlocks* – é incentivado pelos ativistas como um caminho para a positivação da imagem do negro, uma vez que esta revalorização extrapola o indivíduo e atinge o grupo, contribuindo pra uma melhoria nas relações raciais. Neste sentido, Gomes destaca ainda que o cabelo e o corpo são pensados pela cultura, ou seja, podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil.

<sup>6</sup> Informação disponível em <http://religiaorasta.tumblr.com/>

Como já foi dito anteriormente, para a população negra no Brasil a auto-imagem sempre se configurou como uma marca da exclusão social. Desde os últimos anos da vigência do sistema escravista, as características do corpo negro já eram uma ressalva a importância da imagem na identificação desta população. Citando Freyre, Coutinho nos traz um exemplo destas marcas: "*Já a mulatinha puxando a sarará, de nome Joana, de 14 anos prováveis, fugida de um engenho do Cabo, seria com suas pernas e mãos muito finas, uma verdadeira 'flor do pecado', cor alvarenta, cabelos carapinho e russo, corpo regular [...]*" (COUTINHO, s/d).

De uma forma especial, o cabelo também é uma marca desse reconhecimento, atuando nos dois sentidos, seja no aspecto negativo quanto no aspecto positivo, de valorização da autoimagem. Ainda no período da escravidão, uma das formas de violência contra os africanos era a raspagem do cabelo, uma vez que, para muitas etnias africanas, este era também uma marca identitária (GOMES, 2008). Gostaria de chamar a atenção para algumas expressões relacionadas ao verbete *cabelo* encontrada no dicionário Houaiss (2008): *cabelo ruim, cabelo pixaim, cabelo de bosta de rolinha, cabelo de carapinha, cabelo de cocô de rola, cabelo de Bombril, cabelo de cupim, cabelo de pimenta-do-reino, cabelo de semente de mamão*.

Estas expressões todas têm como explicação no dicionário "semelhante ao cabelo dos negros", o que nos mostra como as imagens negativas acerca do corpo negro já

estão consolidadas no senso comum. A importância do cabelo no processo de afirmação étnica diz respeito ao fato de que o cabelo sempre foi objeto de depreciação no conjunto do corpo negro. Cassi Ladi Coutinho enumera, a partir do trabalho de Antônio Vianna, apelidos pejorativos para classificar o cabelo dos negros: *cabeça seca, cabeça fria, cabeleira xoxô, cabelo de romper fronha, cabelo de perder missa, cabelo amoroso ao casco, cabeleira de sebo, cabeleira teimosa, pão de leite...* (VIANNA *apud* COUTINHO, s/d;:6) Além do contexto de discriminação, esse olhar que se imprimiu sobre o cabelo do negro serviu para reforçar o desejo de muitas pessoas de camuflar seu pertencimento étnico; se isso não podia ser feito com a pele, pelo menos o cabelo era passível de mudanças. Daí a necessidade de muitas mulheres recorrerem à processos químicos de alisamento, para se afastarem de qualquer semelhança com estas características depreciativas. Disto apreende-se que o cabelo pode ser usado tanto para expressar quanto para camuflar o pertencimento étnico-racial.

O que importa dizer aqui no contexto brasileiro o cabelo e a cor da pele servem como critérios de diferenciação e classificação social, e que assumir uma imagem que vai na contramão de um padrão estético homogeneizante e alheio às diferenças representa uma forma de protesto contra esta imposição que incentiva e naturaliza a discriminação e o preconceito racial.

No âmbito do movimento negro no Recife esta preocupação com a forma de expressar uma

consciência racial através da valorização da textura natural do cabelo também esteve presente. Esta postura foi favorecida com a abertura, no início da década de

1990, do Salão Afro Baloguns. Este evento foi noticiado pelo jornal Djumbay<sup>7</sup>, de abril de 1992 (**Imagem 5**):



**Imagem 5**

Salões como o Baloguns representam lugares onde se pode expressar a dimensão política de uma estética negra. O fato de explicitarem uma preocupação com a valorização desta estética, ao afirmarem a existência de uma beleza negra "acabam por se contrapor à ideologia da cor e do corpo ainda hegemônica em nossa sociedade. Eles se lançam na experiência, algumas vezes de maneira bem-sucedida e outras não, de formular outra ideologia, gestada no interior da comunidade negra" (GOMES, 2008: 145)

Podemos concluir, portanto, que a expressão estética negra é

indissociável do plano político, do econômico, de percepção da diversidade e de afirmação étnica. Neusa Santos Sousa (SOUSA, 1987) nos lembra que ser negro é antes de tudo, *tornar-se negro, ou seja* é um processo que se constrói culturalmente, de acordo com as experiências vivenciadas pelo indivíduo no seio de relações sociais que favoreçam ou não sua assunção. Destaco, neste sentido, que uma das formas deste tornar-se negro está entrelaçada com um tipo específico de imagens – aquelas que se aproximam das práticas e costumes do continente africano – que



caminham para a formação de uma subjetividade onde a estética negra ganha uma conotação positiva e atua

como estratégia de valorização do povo negro na sociedade brasileira.

## Referências:

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma única história**. [Filme-vídeo] Disponível em <http://docverdade.blogspot.com/2010/05/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma.html>. Acesso em 12/07/2011.

APPIAH, Kwame Antony. **Na Casa de meu pai. A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R; FRAGA FILHO, Walter. O movimento negro no Brasil contemporâneo. In: *Uma história do negro no Brasil*.

BERGER, John. **Modos de Ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BERND. Zilá. **Racismo e Anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994. Coleção Polêmica.

BOSI, ALFREDO. Fenomenologia do Olhar. In NOVAES, Adauto (org). *O Olhar*. São Paulo. Companhia das letras, 1988.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

COUTINHO, Cassi Ladi Reis. O padrão estético do negro em Salvador (1980-2005). *Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade*. Disponível em: [http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_III/cassi\\_ladi\\_reis.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/cassi_ladi_reis.pdf) Acesso em 29/06/2011.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins; LIMA, Ivaldo Marciano de França. Maracatus-Nação entre os modernistas e a tradição: discutindo mediações culturais no Recife dos anos 1930 e 1940. In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins; LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Cultura Afro-Descendente no Recife: Maracatus, Valentes e Catimbós*. Recife: Bagaço, 2007.

GOMBRICH, Ernst. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. Coleção Cultura Negra e Identidades.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e Poder**. Movimento Negro no Rio e São Paulo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. 3ª edição.

IMPrensa Negra. **Djumbay** – Informativo da Comunidade Negra Pernambucana; nº 20, Junho de 1995

KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Olhar Europeu. O Negro na Iconografia Brasileira do Século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2002.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Negro, mostra sua cara! Movimento negro em Pernambuco e suas expressões culturais**. Artigo disponível em <http://negritudepernambucana.blogspot.com/2010/04/negro-mostra-sua-cara-movimento-negro.html> Acesso em 08/06/2011

MACAMO, Elísio. **Estética e Cotidiano em África: Sociologia cultural de uma modernidade perversa**. Conferência de abertura do mini-curso Sociologia das Sociedades Africanas promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, entre os dias 24 e 27 de agosto de 2010. [Informação verbal]

MAIA, Rita. O prazer da militância: a ética estética da "negritude ilê". *Diálogos & Ciência. Revista de Ensino FTC*, Ano V, n. 11, setembro de 2007. Disponível em [www.ftc.br/dialogos](http://www.ftc.br/dialogos)

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na História**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOUTINHO, Mário. Sobre o Conceito de Museologia Social. *Cadernos de Museologia* nº1, 1993.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Coleção Cultura Negra e Identidades.

\_\_\_\_\_. **A dimensão estética na arte negro-africana tradicional**. Disponível em <http://www.macvirtual.usp.br/mac/arquivo/noticia/Kabengele/Kabengele.asp>.

Acesso em 06/06/2011

NASCIMENTO, Elisa; GÁ, Luis Carlos. **Adrinka – Sabedoria em símbolos africanos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

SANTOS, José Antônio dos. **Imprensa Negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros**.

<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/josesantos.pdf>. Acessado em 12/07/2011.

SANTOS, Gislene Aparecida. Selvagens, exóticos, demoníacos. Idéias e imagens de uma gente de cor preta. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, nº2, 2002, p 275-289. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-546X2002000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000200003) Acesso em 08/06/2011

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. Memória d'África. A temática africana em sala de aula. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008

SILVA, Claudilene. A construção da identidade étnico/racial de professoras negras e os saberes mobilizados nesse processo. In: SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene (orgs). *Educação, escolarização & identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE-UFPE*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves. **Encontros e desencontros de um movimento negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio. **Consciência negra em cartaz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

PAIVA, Eduardo França. **Historia & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. Coleção História &... Reflexões.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. Contexto: São Paulo, 2008. 2ª edição.

VILARINHO, Sofia. **Kikulachokimomaungonimwako: kanga, da tradição à contemporaneidade**. Artigo disponível em <http://www.buala.org/pt/aler/kikulacho-kimo-maungoni-mwako-kanga-da-tradicao-a-contemporaneidade>

Acesso em 08/06/2011

## O INTEGRALISMO EM LIMOEIRO: MEMÓRIAS DE SONHO E DE FRUSTRAÇÃO<sup>1</sup>

João Rameres Regis<sup>2</sup>

Eis aí o povo que chamava  
a gente de *galinha-verde*,  
quando viram três milícias  
formadas ficaram, assim,  
de queixo caído.

(Cristóvão Maia Pitombeira).

### Resumo

Neste artigo nos propomos a discutir o papel da memória para a construção de representações do passado com base nas lembranças de ex-militantes do núcleo da Ação Integralista Brasileira, de Limoeiro do Norte, Ceará, e nos escritos dos memorialistas locais. Nesse sentido, a noção de cultura histórica nos permite compreender a interface entre o vivido e o lembrado, bem como os elementos que conferem certa representação do passado.

**Palavras-Chave:** História, Memória, Passado

### Abstract

In this article we propose to discuss the role of memory for the construction of representations of the past based on recollections of former militants of the core of the Integralist Brazilian Action of Limoeiro do Norte, Ceará, and the writings of local memoirists. In this sense, the notion of historical culture allows us to understand the interface between the experienced and remembered as well as the elements that give some representation of the past.

**Keywords:** History, Memory, Past

### Introdução

A criação do Núcleo Municipal da Ação Integralista Brasileira – A.I.B., em Limoeiro<sup>3</sup>, ocorreu em 1934, dois anos após o início das atividades integralistas na capital do estado. A bibliografia e a documentação sobre o Integralismo no Ceará não são precisas quanto ao deslocamento das atividades do “sigma” em direção aos municípios interioranos. Dois trabalhos sobre o assunto<sup>4</sup> nos dão as pistas desse deslocamento para os recantos mais longínquos do estado cearense. Montenegro nos fala das primeiras visitas feitas por uma comissão de integralistas ao município de Soure e posteriormente ao de Pacatuba, logo após a sua fundação, ainda no ano de 1932 (MONTENEGRO, 1986: 20). Parente menciona a intervenção “*da dinâmica turma de padres ordenados em 1931, no Seminário da Prainha*” como elemento primordial nesse processo (PARENTE, 1999: 180-181). Os jornais da época noticiavam as visitas da “caravana integralista” a diversos municípios no intuito de difundir sua doutrina e de neles fazerem criar núcleos<sup>5</sup>.

As razões que explicam a expansão para o interior do estado são importantes, no entanto, interessa-nos principalmente compreender como o Integralismo, enraizando-se nesses municípios, provocou alterações e ao mesmo tempo adequou-se à dinâmica política local em curso, em especial, no município de Limoeiro. Assim, interessa-nos compreender como a experiência integralista marcou o imaginário político da população

<sup>1</sup> Esse texto foi publicado anteriormente pelo Grupo de Pesquisa: Memória, Oralidade e Cultura Escrita, do Mestrado Acadêmico em História, da Universidade Estadual do Ceará – UECE. JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota (org.). *Memórias entrecruzadas: experiências de pesquisa*. Fortaleza, EdUECE, 2009, p. 81-90.

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela UFC; doutor em História Social pela UFRJ. FAFIDAM/UECE

<sup>3</sup> O município de Limoeiro do Norte, estado do Ceará, somente passou a adotar esse topônimo após a publicação da Lei Nº 1.114, de 30 de dezembro 1943.

<sup>4</sup> MOTENEGRO, João Alfredo Souza. *O Integralismo no Ceará: variações ideológicas*. Fortaleza: IOCE, 1986. PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – Os Camisas Verdes no Poder*. Fortaleza: EUFC, 1999.

<sup>5</sup> Jornal **A Ordem**, Sobral-Ce, 07/10/1933, noticiou a passagem da caravana integralista por aquele município; Jornal **A Ordem**, Aracati-Ce, 30/11/1934 trouxe notícias de comício integralista naquela cidade em novembro de 1934. Biblioteca Pública Menezes Pimentel, setor de microfilmagem.

limoeirense e, por conseguinte, influenciou para a organização da memória política do município. Interessa-nos, portanto, as memórias integralistas. Como foram produzidas e reproduzidas? Quais os influxos nessa trajetória? Como essas experiências foram narradas por ex-militantes e memorialistas do município? Enfim, interessa-nos as relações entre memória e história.

## **Memória, história, trajetória política**

A análise da experiência integralista em Limoeiro, estado do Ceará, com base nos depoimentos de ex-militantes e de memorialistas revela-nos uma estreita relação entre memória e história (oficial) que por sua vez está em sintonia com os projetos políticos hegemônicos para aquela municipalidade. Da mesma forma, há um lugar reservado na memória política do município aos seus personagens ilustres, um panteão tributado às elites políticas locais, em especial, às famílias e aos grupos detentores do poder político. A trajetória política dessas personagens coincide e se confunde com a própria história política do município.

A atuação de personagens da elite política local no movimento da AIB revela-nos uma certa ambiguidade na organização e na difusão da memória sobre um passado integralista. De um lado ela figura como elemento importante para caracterizar a trajetória dessas personagens ao indicar uma postura de vanguarda, de idealismo, de combatividade política, de defesa de um projeto capaz de solver os problemas imediatos de toda comunidade local e da nação; do

outro, essa memória aparece como um desvio em suas vitoriosas trajetórias no cenário político estadual, principalmente pela associação inevitável do Integralismo com os movimentos nazifascistas. Portanto, lembrar e esquecer se separam por uma linha imprecisa, pois o que deve ser lembrado ou esquecido é definido para dar coerência à organização da trajetória política dessas personagens, é a chamada "ilusão biográfica" (BOURDIEU, 1998: 184-185).

Percebemos a utilização desse recurso quando Franklin Gondim Chaves, ex-Chefe Municipal da A.I.B., em Limoeiro, numa entrevista para o NUDOC/UFC - 1984, admitiu ter tomado parte do movimento da AIB em sua juventude. Pintando com cores suaves esse momento de sua trajetória política atribuiu certa inconseqüência de um iniciante recém-ingresso no mundo das acirradas disputas políticas interioranas, ao passo que esse momento também figura como aquele que sela uma aliança - longa e duradoura - com sua comunidade, colocando-se como porta-voz de suas demandas e de suas reivindicações, fortalecendo os laços identitários com a comuna limoeirense. No entanto, a sua participação na A.I.B. figura apenas como um ponto de partida em sua trajetória, pois na seqüência observamos a necessidade da personagem de se desvincular desse passado. Devemos considerar que no ato da entrevista, em 1984, já havia uma imagem e uma representação negativada da experiência integralista na história política do Brasil<sup>6</sup>.

Observamos na organização das trajetórias políticas "elementos

<sup>6</sup> Após a extinção da AIB em 1937 o Integralismo foi alvo da perseguição da polícia política do Estado Novo e a propaganda tratou de associá-lo ao nazifascismo europeu. Na historiografia houve um longo silêncio no tocante ao movimento da AIB; os primeiros trabalhos acadêmicos só foram produzidos em fins da década de 1970.

contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas” (LEVI, 1998: 171). Esses elementos são articulados para conferir certa coerência narrativa contra uma experiência real marcada por tensões e incoerências. Segundo Bourdieu, o relato da vida “*tende a aproximar-se do modelo oficial da apresentação oficial de si*” (BOURDIEU, 1998: 188). Assim, são fixadas as balizas entre as quais devem está as informações necessárias e “autorizadas” ao ato de lembrar, fazendo coincidir a identidade individual com a memória política de sua coletividade<sup>7</sup>.

[...] o gênero biográfico representa certa armadilha ao apresentar as trajetórias de vida como seqüências lógicas e bem encadeadas, ocultando aspectos da vida do indivíduo que via de regra não se coadunam com a sua apresentação pública, pois as descontinuidades são desdenhadas. Não devemos esquecer que, como em qualquer outra forma de narrativa, a biografia é o resultado do exercício da memória tanto do biografado como do biógrafo e visa não só traçar uma linha prospectiva que se coadune com a identidade que o indivíduo busca fixar em relação ao grupo ao qual pertence, produzindo assim uma auto-representação de si e do grupo; mas também exercer uma função pedagógica, a de ensinar pelo exemplo (REGIS, 2008: 229-230).

A trajetória política de Franklin Chaves que inclui seu ingresso nas hostes do movimento integralista deve ser visto mais do que um simples incidente ou um arroubo de juventude, revela-nos – se não as estratégias políticas do seu grupo – os imperativos de sobrevivência do

mando que sua família há décadas já exercia naquela municipalidade. Da mesma forma, revela-nos a possibilidade de ascensão política num período adverso para o seu grupo, momentaneamente debilitado no pós-Revolução de 1930 (REGIS, 2008: 264-265).

Franklin Chaves, antes de fundar o núcleo da AIB em Limoeiro já havia criado uma seção dos Círculos Operários Católicos nesse município e integrava a União dos Moços Católicos, evidenciando seu ingresso no integralismo como um desdobramento dessas opções políticas relacionadas aos grupos de ideologias consideradas conservadoras. O auge da militância integralista coincide com sua eleição para vereador – 1936 – pela Liga Eleitoral Católica; com sua escolha para presidir aquela Casa e com o seu ingresso na Câmara dos Quatrocentos, uma das “Cortes do Sigma”.

O envolvimento, de Franklin Chaves com a AIB foi bem mais intenso do que fizera parecer em sua entrevista, representou uma postura político-estratégica pessoal e coletiva, pois a Chefia Integralista no município significou a rearticulação das forças políticas aliadas e a expansão da influência e do poder do grupo sobre seus municípios. Significou articulação de um novo pacto do seu grupo com a sociedade local, ora representado não mais pelas antigas lideranças, mas por um jovem idealista sintonizado com as transformações que se operavam na organização política nacional no pós-1930.

O estudo das trajetórias políticas, quer de uma pessoa anônima ou de uma “grande” personagem, nos mostra uma tensão permanente entre o individual e o

<sup>7</sup> Giovanni Levi em seu texto “Usos da Biografia” apresenta-nos várias perspectivas do gênero biográfico. A nossa perspectiva é a que ele definiu como “Biografia e Contexto”.

coletivo. As memórias integralistas em Limoeiro, dos ex-militantes e ou do ex-Chefe Municipal, são materiais importantes a reflexão sobre as fronteiras entre o individual e o coletivo, a relação entre o “contexto” e o próprio evento.

No caso em tela, a trajetória política de Franklin Chaves se confunde com a memória oficial do município. Do mesmo modo, as representações de Franklin Chaves sobre o passado integralista interferem na forma de lembrar dos ex-militantes integralistas e da maioria dos memorialistas locais, visto a proximidade entre eles, pois são integrantes de uma mesma comunidade, partilham dos mesmos códigos, têm e guardam com eles a memória, a “história” do município.

### **Memória, história, fontes orais**

O estudo da memória no contexto das vicissitudes históricas e historiográficas passa invariavelmente pela ampliação da noção de fontes documentais. Assim, a diversificação das fontes pôde restabelecer para a história os relatos orais de indivíduos tradicionalmente negligenciados pela historiografia. Compreendemos que os registros históricos nas suas mais variadas formas são materiais da memória e o que sobrevive “*não é aquilo que existiu no passado, mas uma escolha política dos estudiosos do passado*” (LE GOFF, 2003: 525).

As fontes orais, em síntese, proporcionaram um despertar para as temáticas ainda não trabalhadas pela história geral e com problemáticas voltadas para as experiências de indivíduos e de comunidades de pessoas que viram seus projetos, seus sonhos, serem sufocados em nome de

uma história verdadeira, a “História da Nação”.

Nesse sentido, é que buscamos confrontar os depoimentos de ex-militantes do movimento integralista em Limoeiro com a entrevista de Franklin Gondim Chaves, concedida ao NUDOC/UFC, cotejando a fala dos militantes com a do Chefe Integralista do núcleo local, para podermos compreender tanto o fato, como aquilo que sobreviveu do passado a partir da escolha política dos sujeitos sociais envolvidos.

As reflexões de Alistair Thomson foram particularmente importantes para lidar com as memórias sobre movimento integralista em Limoeiro, principalmente nos aspectos relativos à memória e à identidade construídas a partir do jogo das reminiscências, que dão sentido ao passado e ao presente, e da tensa relação entre a memória das experiências desses indivíduos com a história oficial (THOMSON, 1981:54-55).

No caso das memórias integralistas em Limoeiro, percebemos as nuances, os caminhos, as inflexões advindas do contato das lembranças dos ex-militantes com as representações históricas da Ação Integralista Brasileira. Há uma interpenetração entre ambas, pois muito daquilo que os depoentes relatam coincide com a bibliografia sobre o assunto, possivelmente lida pelos depoentes nesse ínterim, do acontecer do fato, no passado, ao ato de narrar, no presente.

A memória integralista incorporou em seu percurso informações oriundas do discurso historiográfico na proporção dos interesses do presente, do nível de

engajamento no passado, ou por não ser confortável assumir essas vinculações políticas. São variantes que não podemos dar conta na sua totalidade.

É recorrente no debate proposto por Thomson, a idéia de fronteiras muito fluídas entre memória e história principalmente no que concerne a história oficial, celebrativa, em que os relatos dos depoentes muitas vezes se confundem com a própria leitura historiográfica para o fato, ocorrendo aí pontos de inflexões simultâneos. Nesse sentido, observamos na organização da memória integralista em Limoeiro uma forte tendência de acomodação às representações políticas e historiográficas de cunho oficial, pois as interpretações sobre o movimento integralista local foram, em nosso entendimento, orientadas pelos intérpretes ligados à esfera do poder local, por sua vez ligados à extinta Chefia Municipal.

Mesmo partindo dessa constatação, admitimos não haver como precisar essas fronteiras e isto não torna os depoimentos menos ou mais verdadeiros, menos ou mais confiáveis, pois esses significados são frutos de suas variadas formas de contato dos depoentes com o mundo que os cerca. O trabalho com as fontes orais faz emergir esses e tantos outros desafios para os historiadores. O que nos importa é perceber a relação do presente com o passado, como as reminiscências podem ser alteradas, ressignificadas. Sobre essa matéria, Alistair Thomson, designou como um processo de composição:

Compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. Composição é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de construção de reminiscência. De certa forma, nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura (THOMSON, 1981:55).

Thomson, afirma que as experiências novas ampliam com freqüência as imagens antigas e geram novas formas de compreensão do passado. Portanto, o trabalho da memória envolve essa relação passado-presente e, constantemente, as imagens sobre o passado estão sendo reconstruídas, reelaboradas, reinterpretadas, ressignificadas no presente, com os elementos que a cultura oferece.

No trabalho com as memórias integralistas, em Limoeiro, observamos como fatores relacionados ao presente, preferências políticas, condição social, influenciam nos relatos dos depoentes. São atitudes perceptíveis tanto em gestos de forte entusiasmo pelo que representou o projeto integralista, bem como pelos silêncios no tocante às suas relações com o fascismo e pelo sentimento de frustração com a extinção da AIB. O momento presente permite ou não que determinada informação seja revelada. Nesse sentido, percebemos a existência de um percurso da memória integralista, em Limoeiro, o qual foi sendo organizado em constante mediação com a dinâmica política local.

Um tema de difícil trato com os depoentes refere-se à ligação do Integralismo com o nazi-fascismo. Ao serem indagados da relação do



Integralismo com o fascismo, *via de regra*, os depoentes reagiam afirmando ser algo que poderia acontecer em outro lugar, mas não em Limoeiro. Essa tensão entre presente e passado, entre o aqui e em outro lugar, é passível de explicação se forem consideradas as imagens negativas difundidas sobre o Integralismo após a sua extinção, em 1937. Esse fator exerceu um papel preponderante no processo de "composição" da memória integralista local em que prevalece a intenção de omitir publicamente a relação do movimento da AIB com os movimentos fascistas alhures.

Nas imagens construídas pelos depoentes não havia lugar para algo que pudesse macular um projeto que era viável e necessário para redimir o Brasil dos males herdados de experiências históricas anteriores. Esse foi o discurso integralista amplamente divulgado entre os seus militantes espalhados por todo o Brasil, discurso que sobreviveu e se cristalizou na memória de seus ex-militantes. São essas imagens privilegiadas na memória dos depoentes, conferindo assim positivamente a experiência política passada.

A partir da idéia de "composição" da memória percebemos também um forte sentimento anticomunista presente nas falas dos depoentes. Há muito, esse elemento de um "imaginário anticomunista" já se enraizara nas idéias e práticas dos narradores, tanto no passado como ainda se manifestava no presente. Algo que ainda os liga à doutrina integralista. Essa temática nos possibilitou aprofundar nos significados do

Integralismo em uma população rural com uma lógica de vida particular, diferenciada daquela dos grandes centros urbanos. O anticomunismo foi responsável por levar parte da população local às hostes integralistas na mesma proporção que contribuiu para lhe dar longevidade no tocante a um sentimento de pertença, ainda verificável entre os depoentes.

Esse sentimento de pertença, ainda vivo entre os depoentes, nos leva a pensar na manifestação de uma memória erigida coletivamente e que internamente, ao grupo, guarda certa coerência de significados, denotando, assim, um processo de identidade de grupo, com seus códigos de conduta ou a formação de uma comunidade de sentido. Sobre esse processo Ecléa Bosi afirma: "*A identificação nasce de uma comunidade afetiva e ideológica, entre o indivíduo e o grupo local dominante, comunidade que a ação conjunta só poderia reforçar*". (BOSI, 1994: 462).

O sentimento de pertença do indivíduo ao grupo não é unicamente físico é, sobretudo, um pertencimento afetivo. Assim, percebemos que o silêncio em torno do fascismo reflete as atitudes de um grupo, de uma comunidade de sentido. Da mesma forma, as muitas coincidências nas diferentes narrativas no tocante a um sentimento anticomunista, aos sonhos alimentados, à idéia de frustração com o fim das atividades da A.I.B., apontam para a idéia de uma memória coletiva.

Contudo, devemos salientar que a memória integralista, em Limoeiro, deve ser pensada como

tendo, certo percurso, e que no decorrer do mesmo vem sofrendo inflexões constantes da historiografia oficial e da experiência social, o que lhe imprime processos constantes de ressignificação do passado. Alguns fatos alteraram sobremaneira esse processo de "composição" da memória. No nosso entender a extinção da AIB, em 1937, é um tema muito importante para pensar sobre as inflexões da memória nesse processo.

A extinção da AIB é interpretada como a frustração de um sonho, pois na organização das memórias integralistas há um lugar privilegiado para o projeto de redenção oferecido pelo *movimento do sigma* para a sociedade brasileira. São recorrentes nas falas dos depoentes referências às grandes transformações que seriam levadas a cabo se os integralistas tivessem chegado ao poder. As imagens construídas são muito próximas daquelas oferecidas pelo próprio discurso integralista no auge de sua

movimentação política em todo o Brasil. Nesse sentido, são lembradas com freqüência as escolas de alfabetização implantadas pelo movimento, fato que levaria o país a se redimir dessa chaga que tanto envergonhava a nação. Havia uma utopia integralista assentada num projeto de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Na contramão dessas lembranças vem a idéia de que Getúlio Vargas foi o responsável por abortar esse projeto, portanto, o responsável por frustrar o sonho dos integralistas de edificar uma nação unida e coesa, somente possível através da cooperação entre as diversas classes.

Enfim, um sonho se foi, mas permaneceu vivo o sentimento de ter participado desse projeto. Experiência que deve ser lembrada considerando certos limites impostos pela memória política dominante na municipalidade em que vivem os depoentes.

## Referências:

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 3 ed., São Paulo: Companhia da Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica In. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- JUCÀ, Gisafran Nazareno Mota (Org.). **Memórias entrecruzadas: experiências de pesquisa**. Fortaleza, EdUECE, 2009.
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et. Al.), 5a. ed, Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LEVI, Giovanni. In. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O Integralismo no Ceará. Variações Ideológicas**. Fortaleza: IOCE, 1986.

PARENTE, Josênio C. **Anauê: Os camisas verdes no poder**. Fortaleza: Editora UFC, 1999.

REGIS, João Rameres. **Integralismo e Coronelismo: Interfaces da Dinâmica Política no Interior do Ceará (1932-1937)**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social – UFRJ, 2008.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. In. *Projeto História - 15: Ética e História Oral*. São Paulo: Editora da PUC, 1981.

## O USO DO CIBERESPAÇO NA RECONSTRUÇÃO DO QOLLASUYU<sup>1</sup>

Celso Gestermeier do Nascimento<sup>2</sup>

### Resumo

Os aymara bolivianos estão usando o ciberespaço como novo local de lutas na defesa de seu projeto político que visa a recuperação do antigo Qollasuyu, o território que ocuparam no continente sul-americano de antes da conquista espanhola. Tal projeto ganhou alento com a eleição do presidente Evo Morales, de origem aymara e com estreita relação com os movimentos sociais bolivianos: dessa forma, os aymara usam a internet para tentar criar sua "nova" nação no mundo ocidental, exigindo respeito por modos alternativos de vida.

**Palavras-Chaves:** aymara, ciberespaço, índios.

### Abstract

Aymara bolivian is using cyberspace as new place of fights in the defense of its project politician who aims at the recovery of the old Qollasuyu, the territory that had occupied in the South American continent of before the Spanish conquest. Such project was fortified with the election of president Evo Morales, that it had narrow relations with the bolivian social movements: of this form, aymara use the Internet to try to create its "new" nation in the world occidental, demanding respect for alternative ways of life.

**Keywords:** aymara, cyberspace, indians

Chama-nos a atenção na América Latina do século XXI o fortalecimento de movimentos

étnicos indígenas. Nesse processo, o ano de 1992 foi marcante: muitas solenidades preparadas por autoridades americanas para comemorar os 500 anos da descoberta da América foram boicotados e/ou violentamente criticados. Muitos governantes latino-americanos ficaram espantados com o ressurgimento de manifestações indígenas e com suas organizações bem estruturadas demonstrando, inclusive, intenções de atuar mais enfaticamente no jogo político partidário nacional. Ou seja, pessoas que eram muitas vezes descritas como passivas saem de seus povoados para tomar as praças de nações latino-americanas.

Trata-se de uma nova fase de organização dos movimentos indígenas que se gestava já nos anos 80 com a formação da Coordenadora Indígena de La Cuenca Amazônica (COICA) e, posteriormente com a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) que foram fundamentais no processo de manifestações populares no processo que levou a renúncia do presidente equatoriano Jamil Mahuad em 2000, por exemplo.

Outra data importante foi o ano de 1994, com o aparecimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) deflagrando uma revolta em Chiapas, México, para protestar contra a entrada do país no NAFTA, a adoção do neoliberalismo e as condições de vida desumanas impostas ao mayas da região; os neo-zapatistas ganharam manchetes na imprensa mundial e ficaram famosos por seu apelo de solidariedade a todos os povos do

<sup>1</sup> Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutoramento e foi apresentado no VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, realizado em Porto de Galinhas, no ano de 2010.

<sup>2</sup> Professor da Unidade Acadêmica de História da UFCG

mundo, pela prática de elaborar alianças com outros movimentos camponeses – e indígenas<sup>3</sup> – e pelo uso da palavra transmitida através da internet como arma: trata-se de uma “netwar”, uma guerra através da internet.

Aqui é importante ressaltar, de acordo com Rojas (1998), uma nova fase de afirmação dos povos indígenas latino-americanos, na qual são colocados em xeque os próprios limites democráticos em países de histórica tradição autoritária. O modelo de democracia adotado na maioria desses países é criticado como etnocêntrico, na medida em que busca tornar os cidadãos iguais, sob o modelo ocidental, homogeneizando-os.

Dessa forma, tais movimentos levantam a bandeira do direito à diferença, de ser diferente do modelo ocidental que o neoliberalismo propõe e, mesmo assim, não serem vistos como cidadãos de segunda categoria por fugir desse modelo. E mais: também exigem o respeito a uma dupla cidadania, que conjuga a do Estado-Nação e a de nações originárias, corporificando-se na luta pela educação bi-lingüe, reivindicação comum a quase todas as organizações indígenas. Nessa campanha contra o que Rojas (1998) chama de “fundamentalismo democrático”<sup>4</sup>, é que também defendem o direito coletivo, que se diferencia dos “direitos do homem e do cidadão”, típico da democracia liberal, defendendo a coletividade em contraposição ao individualismo do capitalismo neoliberal.

Tais movimentos começam a exigir o reconhecimento de sua

nacionalidade em pé de igualdade com outras, ocidentais e, mais do que isso: apresentam e valorizam seus próprios sábios e seus intelectuais. Embora não tendo freqüentado as escolas dos brancos, a sabedoria ancestral é retomada na figura das autoridades tradicionais – “mallkus”, no caso andino - não identificados por títulos acadêmicos, valorizados num modelo de educação estrangeira, mas por uma longa época de aprendizado com as tradições, com a memória, o que lhe possibilita aconselhar, ensinar, curar etc, contrapondo-se à imagem do sábio ocidental, que acumula títulos.

O processo recente de retomada, valorização e construção da identidade indígena é comum a quase todos os países americanos. No entanto, os conflitos ocorridos em outubro de 2003 na Bolívia se destacaram e chamaram nossa atenção por três motivos principais: em primeiro lugar pela violência da repressão policial, que levou à morte quase uma centena de pessoas, demonstrando que apesar de estarmos no século XXI, a questão social continua sendo tratada como caso de polícia; em segundo lugar por seu radicalismo: os manifestantes não arrefeceram os ânimos apesar da repressão e, através de mutirões bem organizados bloquearam as entradas para a cidade de La Paz, organizaram passeatas e pressionaram de tal forma que o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada foi obrigado a renunciar e, finalmente, pela imensa participação indígena na defesa do gás boliviano e dos recursos naturais, compreendidos como um patrimônio

<sup>3</sup> No nosso caso, entendemos que a identidade indígena e a camponesa são mobilizadoras, ou seja, seu uso depende do contexto político em que são operadas. Assim, no momento presente e nos países onde a presença indígena é marcante essas categorias se sobrepõem, razão pela qual aparecerão em nosso trabalho, muitas vezes alternando-se, pois os próprios autores assim as utilizam.

<sup>4</sup> Ou seja, a homogeneização dos cidadãos sob idioma e cultura ocidentais.

coletivo e não como mercadoria a ser comercializada.

Por si só, os eventos de 2003 na Bolívia já mereciam ser estudados, mas eles não param por aí, são parte de um processo que acabou levando à presidência o líder cocalero aymara Evo Morales, em 2006, cuja eleição deve ser entendida dentro de um contexto mais amplo de manifestações populares que, embora específicos de um momento da história boliviana, podem repercutir em outros países onde organizações indígenas ou populares se mobilizam contra o neoliberalismo. Não podemos esquecer que em 2000 foram as manifestações populares que barraram o processo de privatização do fornecimento de água em Cochabamba, e que a presença de deputados indígenas no Parlamento Boliviano não é mais nenhuma novidade e que nas eleições presidenciais de 2002 e 2005 observamos dois candidatos aymara: Evo Morales, do Movimiento Al Socialismo (MAS) e Felipe Quispe, do Movimiento Indígena Pachacuti (MIP) que, além de se assumirem como aymara<sup>5</sup>, falam em nome de seu povo, são reconhecidos enquanto lideranças políticas e usam sua simbologia.

### **Os aymara no ciberespaço: o saudoso Qollasuyu**

A internet conquistou um lugar importante em qualquer tipo de pesquisa, é comum recorrermos a ela imediatamente após sentirmos necessidade de aprofundar algum conhecimento, embora haja uma tendência a que a "autoridade" da internet venha a substituir o

conhecimento erudito, expresso por autores, livros, tese e revistas especializadas, devido à pressa com que normalmente a informação é normalmente procurada por internautas. Isso será, sem sombra de dúvidas, um grave problema no nosso novo século, ou seja, a necessidade de uma triagem sobre a imensa quantidade de material disponível e seu uso um tanto indiscriminado. Ao mesmo tempo, a própria internet ainda tem sido pouco alvo de reflexões até mesmo por aqueles que frequentemente a utilizam.

Em nosso caso, o elemento central de reflexões é o projeto de Revolução Índia, pois acreditamos que da mesma forma como pesquisadores podem valer-se de documentos escritos, história oral, panfletos, jornais, entrevistas, questionários, observação participante etc, os sites disponibilizados no ciberespaço começam a ser vistos como passíveis de reflexão.

Acreditamos que o fenômeno da net não deve ser apenas analisado pelo aspecto tecnológico. Ou melhor, a internet não apenas possibilita o acesso a informações cada vez mais rapidamente, não se trata apenas de um instrumento da tecnologia, mas ajuda a desenvolver e alterar as próprias redes sociais. No dizer de Monasterios (2003), é como se ao mesmo tempo em que a sociedade cria a tecnologia, ela também fosse recriada por ela.

O presente trabalho tem se preocupado com a imagem que o movimento aymara pretende transmitir pela internet quando faz uso de uma tecnologia moderna que

<sup>5</sup> Usaremos aymara no singular, conforme antropólogos sugerem.

parece quebrar com as tradicionais concepções de espaço e tempo. Lembramos de Pierre Lévy, quando diz que a internet reúne o passado, o presente e futuro, promovendo abstração do tempo que é, a nosso ver, algo que os aymara fazem, integrando essas três dimensões do tempo num projeto futuro de Revolução Índia, como pretendemos discutir adiante. Como diz um militante aymara:

Hoy puedo convertir lo que es inhumanamente es considerado abstracto como es la computación en un oficio comprensivo que puede ser aprendido y usado con identidad, por eso es el momento para poder hablar de tecnología, pero de esa tecnología que no hace ver que todo es posible con AYNI, y que solo hace falta no perder el miedo al estar al frente de un PC (computador personal). Pues llega hoy el momento en que hay que empezar a construir herramientas y empezar a formar los nuevos educadores y creadores de cultura andina para no solo nuestra gente aymara, sino para esparcir sentimiento y conocimiento propio al mundo, como alternativa de vida en constante búsqueda de armonía. (CARVAJAL, Luis Bernardo. In <http://www.luiscarvajal.cl/> )

As organizações indígenas cada vez mais têm percebido as imensas oportunidades que o uso da internet abrem para ampliar sua mensagem ao mundo todo<sup>6</sup>. Encontramos até mesmo um site boliviano especializado em ajudar pessoas a lidar com a internet:

Voces bolivianas es una organización sin fines de lucro que pretende enseñar el uso de herramientas de Internet de web 2.0 (blogs, fotos digitales, video y audio) a Bolivianos y Bolivianas de

grupos menos representados en línea. El primero proyecto empezó en El Alto en septiembre 2007 donde 23 participantes abrieron sus blogs y pudieron aprender sobre el uso de otras herramientas que les permitieron poder contar sus experiencias, historia y compartir sobre sus comunidades (...) Voces Bolivianas es parte de una red de proyectos en el mundo que pretende llegar a estos grupos que están menos representados en el Internet, y especialmente en los blogs. (in <http://www.aymara.vocesbolivianas.org>. Acceso 23 out 2008)

Dentro dessa perspectiva da importância cada vez maior dos sites nas vidas das pessoas e também na vida acadêmica, acreditamos que também a análise dos sites deva começar a ser um trabalho constante para pesquisadores de humanidades. A opção pelos aymara bolivianos deveu-se a importância dos protestos públicos de 2000 e 2003 quando nos demos conta que a Bolívia estava num patamar mais elevado em termos de um processo de crescimento de organizações indígenas e na possibilidade real de eleger um aymara à presidência do país. A novidade de Evo Morales não é apenas a de um indígena chegar ao poder político<sup>7</sup>, é mais do que isso: Evo se assume enquanto aymara, fala abertamente em mudar o país e usa a simbologia nativa (roupas, cerimônias, alimentos etc).

A mensagem aymara através dos sites analisados divide-se em muitas abordagens, já que é imensa a gama de temáticas discutidas, tendo como objeto oferecer ao internauta uma visão do seu mundo pareceu-nos mais coerente quando começamos a organizá-la em função do tempo. A partir de um elemento

<sup>6</sup> Talvez a academia é que ainda não tenha prestado a devida atenção a esse instrumento de pesquisa.

<sup>7</sup> Embora tal fato só tenha ocorrido anteriormente com Benito Juárez, no México.

comum, de uma forma coerente e totalizante de encarar e criticar o mundo atual, os aymara reorganizam e recuperam o passado pré-colonial, trazendo coerência para suas ações e preocupações presentes e, dessa forma, preparam a militância em prol de uma Revolução Índia – como eles próprios chamam – que deverá nortear o futuro de suas comunidades.

Falemos um pouco sobre a origem dessa revolução: seu projeto aparece em 1969, com a fundação do Partido Índio de Bolívia:

He Aquí el primer documento de guerra que la América India en boca rebelde de Bolivia lanza al mundo. El largo y ominoso silencio que impuso la dominación extranjera muere en las vibrantes palabras de este Manifiesto. Es cierto que la raza de Manco Cápac, la del Tawantinsuyu estuvo callada por el peso del oprobio y la indignidad. (Disponível em <http://www.faustoreinaga.org/home/?cat=14>. Acesso em 24 dez 2008)

O documento é claro por sua postura agressiva:

A nombre de la raza india de América entera es que el Partido Índio de Bolivia decreta abiertamente la guerra total contra la raza blanca, porque ella no es solo el insultante color de piel blanca, sino un agravante y cobarde estilo de vida donde el robo es virtud que se premia y el crimen negocio que se condecora. La raza blanca no es simplemente una raza como las demás, sino que es una distinta, no humana, creadora de la guerra y de la propiedad privada. Inventora de la jerarquización social, de las crisis, del ataque a sangre y fuego, raza fetichista, hipócrita, hecha mentira desde su nacimiento, caminando entre mentiras y falsedades durante su

torva existencia. Hay, pues, que matarla y destruirla para que nunca más asome la mentira hecha raza! (Disponível em <http://www.faustoreinaga.org/home/?cat=14>. Acesso em 24 dez 2008)

Esse documento foi escrito por Fausto Reinaga, ideólogo do movimento katarista, e o termo “Revolução Índia” seria afirmado por ocasião do livro que publicou após esse congresso, que ainda hoje influencia muito o movimento aymará, dando-lhe um sentido de totalidade.

O presente da militância aymara está sempre sendo colocado em contato com o passado, formando-se um forte elo com o mundo de antes da chegada dos espanhóis. Nesse sentido, em torno de um projeto ideológico que une aymara, quéchua e guarani – além de outras minoritárias – os sites não chamam atenção para a expansão inca e o confronto violento que ela abateu sobre os aymara, ou seja, as rivalidades entre quéchua – etnia do império inca – e aymara é omitida, em nome de um inimigo comum, o europeu que fundou a sociedade crioula que ainda sobrevive. Existem mesmo sites que se auto-definem como quechuaymara, esquecendo o passado de confrontos.

Tal questão pode ser observada em todo continente americano<sup>8</sup>, pois as organizações indígenas, embora até apontem para a valorização de suas nações e critiquem o uso da categoria de “índio” ou “indígena”<sup>9</sup>, muitas vezes recorrem a elas estrategicamente, quando têm um objetivo a perseguir. Ou seja, não é nenhum segredo que determinadas identidades possam ser

<sup>8</sup> Embora, é claro, aqui não seja o espaço para tal discussão.

<sup>9</sup> Um erro histórico de Colombo.



manipuladas exaustivamente com interesses diversos.

## **A Base da Revolução Índia: a educação**

Aqui podemos discutir um pouco o projeto aymara centrado na educação, que visa formar novos militantes. Tal projeto de futura sociedade passa necessariamente pelo que Felipe Quispe chama de "re-indianização", ou seja, combater os vícios adotados por indígenas da sociedade branca e re-introduzir a cultura original. Para isso, é claro que o processo educacional torna-se fundamental, vejamos a Home Page de um dos sites:

### Objetivos Generales:

Rescatar las Ciencias y la Sabiduría de la Cultura Qulla mediante la creación de un Centro de Formación Integral para impartir la lógica, lingüística y sabiduría científica cósmica, filosófica y mística Qulla. Otro de los objetivo es, la "Reconstitucion de la Realidad Qulla", a través de la facultades YATI (Saber Científico), LURA (Saber Filosófico), QAMA (Saber Cósmico), AJAYU (Saber Místico). Tambien está en su busqueda de logros a nivel Socio-economico saludable y sostenible de sus sistemas de produccion de la comunidades originarias. (Disponível em <http://geocities.com/consejoqulla/castellano/castellano.htm>. Acesso em 30 jun 2008)

Os aymara não estão interessados na revolução socialista<sup>10</sup>, mas tecem críticas semelhantes ao sistema educacional. Ou seja, se não concordam com a solução para o problema, estão em acordo quanto ao diagnóstico, de que

é uma educação voltada para os interesses de uma sociedade branca. Questões como essa aparecem constantemente: a preocupação com uma educação voltada para a língua nativa, com história e cosmologias também nativas é recorrente entre os aymara, os sites muito se orgulham de apresentar a experiência da Escola Ayllu Warisata no início do século passado e a proposta atual da Universidad Intígena Tupaj Katari. Discutamos um pouco isso, conforme pode ser visto no ciberespaço.

### **Warisata: Escola-Ayllu**

Em 1931, Elizardo Pérez, funcionário do Ministério da Educação da Bolívia, chega à região de Warisata, no altiplano andino, com uma proposta de construir uma escola indígena. Após um difícil começo, a escola indígena Warisata passou a ser modelo para dezenas de outras, implantadas pelo país e Elizardo Pérez tornou-se Diretor do Conselho Nacional de Educação Indígenal.

Para sua implantação, a escola contou com recursos federais vindos de decretos presidenciais, coletas públicas organizadas pelo Ministério da Educação, da sociedade civil, além dos próprios comunários que forneceram materiais e trabalho coletivo (ayni). A escola deveria funcionar como um ayllu, educando índios em seu local de origem, longe dos latifundiários e visando suprir as suas próprias necessidades. Desde o início, a escola contou com a estreita colaboração das autoridades locais, como o amauta – sábio aymara – Avelino Siñani, formando-se o Parlamento Amauta para dirigi-la

<sup>10</sup> Lembrando, por exemplo, os trabalhos do peruano Jose Carlos Mariátegui.



Com exceção das duas últimas seções, com a duração de dois anos, as demais todas eram cumpridas em três anos. Desde os quatro anos de idade o aluno tomava contato com o conhecimento de flora, fauna, tipos de cultivo, criação de animais, estudos de idiomas nativos e do espanhol, além de tarefas de oficinas, como carpintaria, mecânica, tecelagem, sapataria, pintura etc, além de outras atividades específicas de cada região como refino de açúcar, produção de cacau etc. Apesar da variedade de atividades Warisata se tornou modelo de produtividade e, talvez um importante elemento formador das idéias revolucionárias de 1952. Pautava-se pela não dissociação entre trabalho intelectual e trabalho manual, cuja base era a relação entre quatro pólos: o primeiro era a aula, o momento em que se realizava o ensino teórico, depois viria a Oficina, quando se ensinavam tarefas práticas aos alunos, tais como as de ferreiro, carpinteiro etc, além de produções artísticas – estátuas, quadros, portas, janelas, roupas etc -. O terceiro e quarto pólos seriam tarefas integradas: cuidados com as terras de cultivo – “sembrió” – estudo e prática de técnicas de agricultura deixadas pelos antepassados, o experimento com novas culturas – trigo siberiano, por exemplo – e o sistema de trabalho coletivo – “ayni” – eram colocados em prática:

Los aspectos innovadores son en realidad los principios fundamentales que fueron la razón de ser de la Escuela Ayllu de Warisata, estos son: La liberación, la organización comunal, la

producción comunal, la solidaridad recíproca, la revalorización de la identidad comunal y la Comunidad como sustrato. (VERA, p.67)

Parte-se do pressuposto que a educação necessita estar voltada para o interesse da comunidade em que vive o aluno, e que ela deva ser radicalmente diferente à dos brancos, para ajudar a promover a libertação índia:

El maestro rural en su cuero indio tiene una mente blanca, que enseña la cultura del conquistador asesino del Inka Atawallpa. El sacro deber del maestro rural debe ser arrancar de su cabeza a esa "mala hierba" de peregrinas culturas espurias, y volver al indio, que es una maravillosa cultura comunitaria socialista milenaria.

La escuela rural en vez de practicar la "Pedagogía del Oprimido" de Paulo Freire, hace uso de la pedagogía del opresor. En vez de ser la pedagogía una "práctica de la libertad", al indio se le suministra una "educación" para la práctica de la esclavitud. La escuela rural le inculca al indio los "mitos de los blancos"; y en vez de hacer del indio el sujeto de su historia, le hace el objeto de la historia de los expósitos europeos. (Disponível em <http://www.willka.net/Universidad%20Tupac%20Katari.htm>. Acesso 14 jun 2007)

A escola funcionava na forma de internato para alunos de locais distantes – e inclusive estrangeiros – e elencava também tarefas de externatos, além dos Seminários Integrais de Cultura, com exibição de programas de rádio, filmes, danças nativas, leituras coletivas etc. Também previa-se para os domingos – já que as aulas iam de segunda-feira a sábado, atividades de lazer e sociabilidade com as comunidades

vizinhas: "Se instituye los "Domingos del Campesino", com el objetivo de atraer a la población agrária hacia la Escuela para invitarlo a la superación de su cultura. Los Domingos comprenden todo el dia con programa diverso" (VERA, p.23)

Dessa forma pode-se verificar que a idéia era de uma educação integral, buscando-se obter formação formal e prática ao mesmo tempo, voltada ao cotidiano e necessidades das comunidades, exercitando nos alunos uma prática comunitária em torno de serviços coletivos, por isso funcionando como um ayllu. Ela era vista não como parte de uma reforma educacional, mas como uma verdadeira "Revolução Cultural Intígena":

Los aspectos innovadores son en realidad los principios fundamentales que fueron la razón de ser de la Escuela Ayllu de Warisata, estos son: La liberación, la organización comunal, la producción comunal, la solidaridad recíproca, la revalorización de la identidad comunal y la Comunidad como sustrato. (VERA, p.67)

A educação aymara está voltada para a comunidade porque tudo gira em torno dela, eles fazem questão de ressaltar essa visão integral do mundo, que não é incoerente: não há apenas o econômico como mais importante, como lhes parece ocorrer na sociedade ocidental:



Disponível em:  
<http://www.willka.net/Universidad%20Tupac%20Katari.htm>.  
Acesso 13 jun 2007

A Escola-Ayllu Warisata foi fechada em 1940 devido a pressões de fazendeiros e ao abandono pelo governo, mas ao mesmo tempo sua

importância foi notória no I Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940, conforme o testemunho de

Adolfo Velasco, professor mexicano que a visitou em 1939:

A fines del corriente año se verán los primeros frutos efectivos de la escuela a que se contrae la presente monografía. Diecisiete jóvenes indígenas adquirirán el grado de maestros indígenas [...] Hasta la fecha, la escuela ya ha producido un buen número de alumnos especializados en carpintería, herrería rural, tejeduría y alfombraría, los cuales ya capacitados para el desempeño de estas artes se han derramado en sus propias comunidades y algunos han ido a escuelas centrales de núcleos indígenas. (VELASCO, p.70)

A escola não visava apenas a formação de alunos, mas também a produção de futuros professores indígenas que continuariam o processo, abrindo outras escolas-ayllus e isso foi se tornando perigoso numa sociedade racista como a boliviana. Portanto, verificamos que a atuação educacional que hoje é uma bandeira de luta de grupos indígenas não é, de fato, novidade na história aymara. O exemplo da Escola-Ayllu Warisata é retomado agora no projeto de Revolução Índia na construção das Universidades Intígenas, já aprovadas pelo governo Evo Morales.

### **Uma nova realidade ou apenas virtualidade?**

Há séculos os grupos indígenas têm tido seus projetos de sociedade descaracterizados e desprezados, apontados ainda hoje como "utópicos". Após séculos de colonização e de Estados Nacionais

independentes em que as elites "criollas" muito fizeram para colocar o indígena no "museu da história", como diz o subcomandante Marcos, líder do neozapatistas, eles ganham um novo local para suas batalhas: o ciberespaço.

Num contexto em que os projetos de globalização econômica apoiados na "esperança neoliberal" de homogeneizar o planeta sob suas diretrizes, o feitiço volta-se contra o feiticeiro e um instrumento tecnológico criado com fins militares nos Estados Unidos, tornou-se perfeito para romper fronteiras locais, regionais e internacionais, mostrando que muitos problemas que sufocam grupos minoritários e marginalizados podem ser combatidos com base numa união contra o neoliberalismo e a globalização econômica, mostrando que "outro mundo é possível" ou mesmo que "nós podemos"<sup>11</sup>.

O ciberespaço muito contribui para esse "renascer da esperança", levando os aymara a usá-lo como ponta de lança da reconstrução de seu Qollasuyu. Assim, para encerrar, gostaríamos de apresentar ao leitor uma tabela encontrada em um site aymara e construída no "Segundo Encuentro Continental de Pueblos y Nacionalidades Indigenas del Abya Yala", realizado na Guatemala, em 2007, onde se pode ver um cronograma de atividades para a realização de sua Revolução Índia:

<sup>11</sup> Parodiando os temas do Fórum Social Mundial e o tema da campanha presidencial de Barack Obama.

<b>ANEXO TABLA CRONOLOGÍA EXPLORADO A LOS AÑOS- 2032 ? 2042 -2992.</b>
AÑO 1992 AL 2002- Inicios del Pachakuti - Reflexión sobre la situación cultural, social y política, después de los 500 años de colonialismo. Reemergencia de Los Pueblos Naciones y Culturas Originarias, y Movimientos Sociales afectados por el sistema.
AÑO 2003 AL 2007- Reencuentro de los pueblos y culturas originarias, hacia una nueva dimensión histórica. Creando espacios de articulación colectiva, para reconducir el presente.
AÑO 2008 AL 2012- Tiempo propicio, para la construcción de una propuesta de transición histórica, y la re-creación de una sociedad intercultural, como alternativa Incluyente
AÑO 2013 AL 2017-Inicio; Ejecución de proyectos integrados, de transformación estructural. En los ámbitos cultural, político y social. Insubordinación contra el sistema capitalista. Aplicación de alternativas políticas, a la realidad Andina y Continental.
AÑO 2018 AL 2022- Periodo de transición política, a modelos de regimenes pluralistas. Colapso del sistema colonial republicano. Debilitamiento irreversible del sistema político norteamericano, y sus organismos de alcance continental.
AÑO 2023 AL 2027- Nacimiento y emergencia progresiva de Estados Andinos. Paralelo al surgimiento y rearticulación de sociedades interculturales en el resto del continente.
AÑO 2028 AL 2032- Transición a un nuevo orden político y territorial. Eliminación sistemática de prácticas políticas residuales de la colonia.
AÑO 2033 AL 2042- Creación política de los nuevos estados del continente TAWA INTI SUYU. Surgimiento de otros procesos similares a escala mundial.
AÑO 2043 AL 2092- Decadencia, desintegración y colapso del proyecto. Migración y crisis de las formas Mono-culturales, sujetas al modelo económico de mercado, para entonces obsoleto. Celebración de los cien años de progreso comunal.
AÑO 2093 AL 2142- Fin de la era cristiana, y proceso de re configuración cultural, en distintos hemisferios del planeta. Eclósion masiva de sociedades post humanistas.
AÑO 2143 AL 2192- Proceso de conversión tecnológica. Reversión progresiva de los niveles de contaminación ambiental, Celebración de los 200 años de transitar el tiempo favorable del Pacha Kuti
AÑO 2193 AL 2492- Auge de tecnologías sanas y equilibrio ambiental, justicia social, armonía espiritual
AÑO 2493 . Evitar el surgimiento de nuevas tecnologías, que provocarían un riesgo de extinción de muchas formas de vida y formas de poder que nos conduzcan al desequilibrio social.

Disponível em: <http://www.qollasuyu.indymedia.org/es/2006/10/2965.shtml>.  
Acesso em 15 Jul 2010

Tal planejamento nos dá uma idéia bastante precisa de como um grupo indígena – ou melhor, a aymara - que nunca aceitou a invasão européia em seu território ainda possui suficiente clareza para elaborar táticas de resistência que se

adaptam ao uso de modernas tecnologias. A lógica dessa resistência permite com que eles adaptem a tecnologia à sua visão de mundo e não se tornem escravos de uma sociedade consumista, algo muito fácil de ocorrer no mundo

ocidental dominado pelas mercadorias.

Assim, nos sites aymara a tecnologia é usada como aquilo que ela realmente é: um instrumento a mais para ser usado com finalidades de melhorar a vida da comunidade. O computador, dessa forma, jamais oferecerá um risco de tornar-se autônomo, - algo que ocorre muito intensamente em nossos filmes de ficção científica - pois entre eles o que importa é o ser humano, aglutinado pela lógica comunitária da reciprocidade. O social vem antes do individual - consumista - e a

máquina não tem como superar o humano.

A partir de um projeto válido até o século XXV, podemos novamente lembrar as palavras do neozapatista Marcos, ao comentar que o governo mexicano esperava que eles de se cansassem e desistissem de suas reivindicações, afirmando que, só por serem índios eram por natureza pacientes e não desistiriam nunca. Hoje, Marcos, assim como os aymara, está no ciberespaço, de um "não-lugar", desconhecido e distante - Chiapas - ganhou o mundo real a partir de um mundo virtual que o inspira.

## Referências:

ALBÓ, Xavier. **Raíces de América**: El mundo Aymara. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação**: economia, sociedade e cultura. (Vol.1: A Sociedade em Rede). São Paulo: Paz e Terra, 1999a

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação**: economia, sociedade e cultura. (Vol.2: O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação**: economia, sociedade e cultura. (Vol.3: Fim de Milênio). São Paulo: Paz e Terra, 1999c.

LÉVY, Pierre. **A Educação na Era do Conhecimento**. Mesa Redonda do PROJETO INFOTECHNE. UNISINOS. Vale do Rio dos Sinos, Junho 2000. Disponível em <http://caosmose.net/pierrelevy/conferencias/>. Acesso em 02 set 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **O Universal sem Totalidade, Essência da Cibercultura** Disponível em <http://www.compsociedade.hpg.ig.com.br/pierre/univ1.htm>. Acesso em 02 set 2008

LÉVY, Pierre. **A Emergência do Cyberspace e as Mutações Culturais** Disponível em <http://www.compsociedade.hpg.ig.com.br/pierre/emerg1.htm>. Acesso em 02 set 2008

MACAS, Luis A. & YATIIYAWI, Akhulli) **Diversidad y Plurinacionalidad.** Publicado em 4 jun 2007. Disponível em <http://www.katari.org/archives/diversidad-y-plurinacionalidad>. Acesso 24 dez 2008)

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo: Alfa-ômega, 2004.

MORALES, Evo. **Discurso de posesion Del presidente consitucional de La Republica, Evo Morales Aima.** La Paz, 22 de enero de 2006. Disponível em [http://www.presidencia.gob.bo/prensa/noticias\\_prd.asp?id=200601227&p=4](http://www.presidencia.gob.bo/prensa/noticias_prd.asp?id=200601227&p=4). Acesso 02 dez 2008.

NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. Guerreiros Zapatistas: Velho Antonio e Don durito. **Revista Eletrônica da Associação Nacional de Pesquisadores latino-americana e caribenha:** ANPHLAC, Nº 3, 2003. Disponível em <http://anphlac.cjb.net>. Acesso em: 26 jul.2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e Política no Mundo Contemporâneo:** paisagens e passagens. Brasília: Editora da UNB, 2000. (Coleção Antropologia).

ROJAS, Rodrigo Montoya. Movimentos Indígenas na América do Sul. In BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, L.B. (org.) **América Latina:** história, idéias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998. P. 183-204

SCOTT, James C.. **Los dominados y el arte de la resistência.** México: Ediciones Era, 2000.

SILVA, Marco. Interatividade: uma mudança fundamental do esquema clássico da comunicação. In **BOLETIM TÉCNICO DO SENAC,** Volume 26 - Número 3 - Setembro/Dezembro 2000. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/263/boltec263c.htm>. Acesso em 2 set 2008.

SILVA, Marco. **Sala de Aula Interativa.** Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

VELASCO, Adolfo. **La escuela indigenal de Warisata, Bolívia, vista por maestros Mexicanos** (1940). Disponível em [http://www.crefal.edu.mx/bibliotecadigital/CEDEAL/acervo\\_digital/coleccion\\_crefal/rieda/a1993\\_1/adolfo\\_velasco.pdf](http://www.crefal.edu.mx/bibliotecadigital/CEDEAL/acervo_digital/coleccion_crefal/rieda/a1993_1/adolfo_velasco.pdf). Acesso 13 mar 2009.

VERA, Yvette Mejía. **Warisata:** el modelo de ayllu. Disponível em [http://www.willka.net/libros\\_archivos/Modelo%20de%20AYLLU.pdf](http://www.willka.net/libros_archivos/Modelo%20de%20AYLLU.pdf) . Acesso 14 mar 2009.



## REQUERIMENTOS INDÍGENAS: CEARÁ (1812 A 1820)

João Paulo Peixoto Costa<sup>1</sup>  
Juliana Lopes Elias<sup>2</sup>

### Resumo

Tentaremos mostrar neste que os índios no Ceará colonial não foram simplesmente "arrastados pela história", mas também tiveram e foram artífices de sua própria. Acompanhando esse pensamento, nosso objetivo aqui é perceber, através de requerimentos registrados na documentação do governo de Manuel Ignácio de Sampaio, de que maneira os indígenas, conscientes de suas posições sociais, usavam, de maneiras diversas, regras do mundo branco para poder sobreviver e construir espaços de liberdade. Para além de identificar apenas registros de choques e negações indígenas diante da colonização, nossa análise se debruça em casos onde os índios se apropriaram, por meio das vias legais, desse mesmo sistema colonizador para realizarem seus objetivos.

**Palavras chave:** Índios, requerimentos, Ceará.

### Abstract

We will try to show that the Indians in the colonial Ceará were not simply "swept away by history", but also had and were architects of their own. Following this thought, our goal here is to realize, through the registers in the documentation requirements of the government of Manuel Ignacio de Sampaio, how the Indians, aware of their social positions, used in different ways, rules of the white world in order to survive and creating spaces of freedom. In addition to identifying only records of shock and denial of indigenous before colonization, our analysis focuses on cases where the Indians have appropriated through legal

channels, this same system to do their colonial objectives.

**Keywords:** Indians, requirements, Ceará.

...que os senhores brancos, e outras qualidade de pessoas que residem nas terras dos Indios cada hum procure as suas Patrias... (Índios da Vila Viçosa Real, 1814)

...os Indios por serem Indios não deixão de ser Vassallos de S. Magestade... (Manuel Ignácio de Sampaio, 1819)

Era frequente na historiografia tradicional uma abordagem superficial acerca da participação indígena nos variados momentos da história do Ceará. Quando muito, os índios eram tratados enquanto um dos setores mais atrasados da população, arrastados pelo processo civilizador e apenas relevantes enquanto partícipes dos eventos protagonizados essencialmente pelos brancos. A população indígena era estudada *"sempre na perspectiva de ser percebida como primitiva e inferior, quando comparada à sociedade européia, avançada e civilizada"* (ALBUQUERQUE, 2002: 20). Seriam fatalmente – como diriam os românticos – engolidos pela sociedade, e enfim, misturados na massa geral do povo (como ficou registrado no relatório do presidente daquela província, em 1863). Uma *"orquestração de discursos dava ênfase à idéia da não mais existência de índios no Ceará"*, onde o *"romance literário, a produção historiográfica e os pronunciamentos de autoridades governamentais*

<sup>1</sup> Mestrando em História do Brasil / UFPI. Bolsista do programa REUNI de assistência ao ensino

<sup>2</sup> Email: qdedo@hotmail.com

*decretavam a morte*" desses povos nativos (Idem: 19).

Porém, uma recente historiografia vem combatendo este tipo de visão, impulsionados pelo contexto atual, onde diversas comunidades espalhadas pelo território cearense declaram suas identidades indígenas, negando a concepção de extinção dos índios no Ceará. Rechaçam também a tese que prega uma suposta inércia e passividade dos nativos diante dos variados momentos da história. De acordo com John Monteiro, é missão atual dos historiadores *"recuperar o papel histórico dos atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente"* americano, revertendo uma bibliografia marcada, se não pela omissão, *"por uma visão simpática aos índios mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade"* (MONTEIRO, 2004: 227).

Inseridos nesta nova historiografia, tentaremos mostrar que os índios no Ceará colonial não foram simplesmente "arrastados pela história", mas também tiveram e foram artífices de sua própria. Para Boccara, longe de serem meros espectadores da história, o dinamismo e a abertura cultural dos índios lhes permitiam tirar proveito do próprio sistema colonial, possibilitando manejar a seu favor os elementos do dominador (BOCCARA, 2005: 06). Acompanhando esse pensamento, nosso objetivo aqui é perceber, através de requerimentos registrados na documentação do governo de Manuel Ignácio de Sampaio, de que maneira os indígenas, conscientes de suas posições sociais, usavam, de

maneiras diversas, *"regras [...] do mundo branco para poder sobreviver e construir espaços de liberdade"* (CARVALHO JUNIOR, 2005: 323).

Outra corrente de pensamento, que também pretendemos ir de encontro, é aquela que imagina as atitudes dos nativos, frente à colonização, apenas no sentido de reações abertas, como fugas ou guerras. Para além deste simplismo, observamos que os índios, por questões de necessidade, aprenderam a se inserir naquele universo que os dominou, e souberam ocupar determinados lugares, apropriaram-se de diversos elementos, caminhos e táticas para conseguirem alcançar seus interesses. Se alguns traçaram como caminho a resistência armada, outros fizeram nascer novas formações sociais, ou ainda passaram a ser intermediadores imprescindíveis ao sistema colonial, ou mesmo se valeram das vias legais em busca de seus direitos (BOCCARA, 2005: 06). Para além de identificar apenas registros de choques e negações indígenas diante da colonização, nossa análise se debruça em casos onde os índios se apropriaram, por meio das vias legais, desse mesmo sistema colonizador para realizarem seus objetivos.

Os nativos não foram constantemente *"obstinados e redutíveis opositores do projeto colonial"*, já que *"ao utilizarem mecanismos próprios da cultura"* europeia estavam *"defendendo perspectivas de ação e reação ou (re)criação de seu próprio mundo"* (ALBUQUERQUE, 2002: 51). De pedidos individuais até requerimentos comunitários relativos

a tributos e legislações, os indígenas não se encontravam alheios àquela realidade, mas antes, conscientes dos poucos espaços que dispunham, e da habilidade que precisavam ter para manipulá-los de acordo com seus objetivos.

## Requerimentos indígenas

A procura de pistas nos arquivos do governo Sampaio que nos remetesse a esse tipo de realidade foi farta, e nos fez perceber o quanto os índios não se colocaram apenas enquanto vítimas desafortunadas diante de uma política que, como nunca fora feita antes, buscava discipliná-los e impulsioná-los a uma vida produtiva e "civilizada". Mesmo cercados em meio a essas práticas normativas, foi possível aos indígenas conseguirem encontrar meios onde pudessem construir espaços próprios, mesmo que para isso tivessem que partilhar, de certa forma, dos planos do governo. Se já não era mais possível, desde a instituição do Diretório Pombalino, levar uma vida mais autônoma e com menos rigor, muitas vezes o melhor caminho era inserir-se naquela sociedade, e a partir daí, manipular quando necessário os benefícios que lhes eram oferecidos. Ao se tornarem súditos, além das obrigações, os nativos passavam a ter também uma série de direitos, "*dentre os quais os de pedir e obter mercês e justiça do seu Rei*" (ALMEIDA, 2003: 92), ou mesmo o de produzir um simples requerimento acerca de uma necessidade cotidiana.

É possível caracterizar melhor esta realidade quando analisamos as ações de índios que, diante do olhar do governo, mantinham um estilo de

vida condizente com o que exigia a lei: trabalhando em sua terra de forma disciplinar e produtiva. Estes indígenas, aparentemente "afastados" de antigos costumes tradicionais e condenáveis pelos padrões de civilidade, apoiavam-se justamente nas intenções do poder real e, a partir delas, produziam requerimentos (como os que discutimos no item anterior), na maioria das vezes ao próprio governador Sampaio, com conteúdos diversos. Tampouco tinham a mesma origem, e dependendo da situação, ou do lugar social do(s) requerente(s), poderiam ser de cunho comunitário ou partir de um interesse individual.

Logo no primeiro ano de Sampaio no Ceará, encontramos dois pedidos desse último tipo: o primeiro, de maio de 1812, está registrado em ofício do secretário do governo que, por ordem do governador, escreveu ao juiz ordinário da vila de Mecejana, sobre o "*Requerim<sup>to</sup> incluzo de João Correia Indio dos da direção dessa Villa*". Manda-o ainda que compareça à sala do governo, "*em execução do Despacho nelle proferido*", para que dê explicações pelo não cumprimento da "*Carta precatoria do Dezembargador Juiz de Fora desta Villa da Fortaleza*"<sup>3</sup>, revelando o nível de envolvimento que poderia ter um índio em questões jurídicas ou de natureza semelhante.

O segundo requerimento, expedido no mês seguinte, foi produzido pelo índio Egidio Dias de Moraes da vila de Arronches, e registrado em ofício do mesmo secretário dirigido à câmara desta

<sup>3</sup> Maio 23. Registo de hum Officio dirigido ao Juiz Ordinario da Villa de Mecejana. In: *Livro 95*, p. 35.

vila, onde reclama dos danos causados em sua propriedade:

O Ill<sup>mo</sup> S<sup>r</sup> Gov<sup>or</sup> manda remeter a esse Senado o Requerim<sup>to</sup> incluzo de Egidio Dias de Moraes Indio da Direcção dessa Villa [Arronches] que se queixa do dano que lhe Causão na sua lavoura os Bois de M<sup>el</sup> [Manuel] Caetano de Azevedo e de outros cujo nome ignoro e he servido na Conformidade do seu Despacho de 27 de Maio proferido no mesmo Requerimento q' esse Senado de as Providencias na forma da Ley<sup>4</sup>.

Notemos que aquilo que o índio requerente queria defender era algo importantíssimo para o governador: a sua lavoura, que não só era prova de seu trabalho como também algo de extremo valor aos planos do poder real de desenvolvimento econômico e civilização da população. A plantação de Egídio, provável fonte de seu sustento, passava a ser garantia de que fosse pelo menos despertado no governo algum interesse em atender o seu pedido. Percebemos que ser um índio nessa sociedade não significava que ele estivesse fadado a ocupar um lugar completamente marginal, desprezível e sem representatividade. Por mais que pertencesse a uma "casta" que, em âmbitos sociais e políticos, era inferior aos brancos, a ponto de "demandar" cuidados especiais das autoridades, Egídio soube somar os seus interesses com os do governo – que era o de manter-se em uma terra produtiva de forma adequada – e, assim, ocupar uma condição social que lhe possibilitava lutar por seus interesses.

Mesmo em posições desfavoráveis, os índios souberam muitas vezes movimentar-se nessa sociedade de forma surpreendente, a ponto de terem conseguido realizar certas ações que desconcertariam os mais conservadores. Exemplo disso está em ofício do governador encaminhado ao comandante das ordenanças de Aquiraz, de dezembro de 1812, acerca das reclamações do índio Vicente Ferreira Ramos sobre um gado do visinho Jose Vitorino Dantas Correia, que estaria causando estragos nos "*Rossados do d<sup>o</sup> Indio e a outros moradores*". Em resposta, Sampaio ordenou que o proprietário do animal fosse intimado a "*vender ou mattar a res damninha*"<sup>5</sup>. O que impressiona nesta atitude do governo foi o fato de ter se dado numa região onde a pecuária tinha enorme valor econômico e histórico, e a perda de um animal de criação era considerada, conseqüentemente, um dano altíssimo. Mesmo assim, o índio Vicente levou vantagem nesse evento por ter posto em questão o bom funcionamento de sua produção agrícola e dos demais moradores da região.

Outro registro que comprova a força que poderiam ter as ações movidas por indígenas aconteceu em março de 1813, quando o governador ordenou ao sargento mor de Vila Viçosa Real que prendesse Gregorio Ferreira de Castro, "*contra quem em 28 de Janeiro deste anno me requereo o Indio Joze da Costa Passos*", e que fosse remetido à "*Cadeia da V<sup>a</sup> do Sobral á minha Ordem*"<sup>6</sup>. Mesmo não revelando o motivo da prisão, o documento nos permite perceber, mais uma vez, que estes requerimentos não eram

<sup>4</sup> 3 de Junho. Registo de hum Off<sup>o</sup> dirigido a Camara da V<sup>a</sup> de Arronches. In: Idem, p. 40.

<sup>5</sup> Dezembro 4. Registo de hum Officio dirigido ao d<sup>o</sup> Comd<sup>e</sup> das Ord<sup>as</sup> de Aquiraz p<sup>a</sup> fazer q' sugeito mate huma Vaca q' destroe os rossados visinhos. In: Livro 16, p. 56.

<sup>6</sup> Março 1. Registo de hum Officio dirigido ao Sarg<sup>mor</sup> das Ord<sup>as</sup> de V<sup>a</sup> Viçosa Real Ordenando huma prisão. In: Idem, p. 160.

somente recursos alegóricos daquele aparelho jurídico do mundo colonial, mas possibilidades reais que os nativos tinham de realizarem seus objetivos, como foi o caso da prisão do desafeto do índio Joze.

Além desses pedidos que, como dissemos, eram originados de pessoas que aparentemente mantinham um estilo de vida similar ao que era desejado pelo governador, alguns requerimentos indígenas desagradavam os planos de Sampaio, tendo inclusive certo tom de "atrevimento". No dia 8 de março de 1817, os índios Antônio da Costa e Antônio Francisco Ferreira, da vila de Mecejana, mandaram um requerimento ao governador da capitania, que os respondeu negativamente no dia seguinte, "*ficando os suplentes presos á Ordem do Juiz Ord<sup>o</sup> de Mecejana*"<sup>7</sup>. Apesar do documento, que está registrado no livro de ofícios do secretário do governo, não deixar claro o conteúdo do requerimento e nem o motivo da prisão, supomos que, pela resposta de Sampaio, os índios suplentes estariam reclamando sua liberdade.

Em outra ocasião, no mês de outubro de 1814, o governador do Ceará também negou o pedido dos oficiais de ordenanças índios de Arronches, que pretendiam ser "isentos de todo Serviço das suas Companhias em quanto occupão algum lugar na Camara dessa Villa". Em resposta, Sampaio disse que

...Semilhante pertença não tem fundamento algum nem entre os Índios, nem mesmo entre os brancos, por quanto nenhum Capitão de Ordenanças branco deixa de Commandar a sua Companhia nem de executar todas as Ordens relativas ao Serviço das Ordenanças

em Quanto Ocupa algum lugar de Vereador, O que VM<sup>ce</sup> da minha parte lhes fará constar afim de que assim o fiquem entendendo...<sup>8</sup>

Por esses dois exemplos, percebemos que os requerimentos dos índios iam muito além do que uma busca em agradar ao governador ou uma tentativa de provar que estavam agindo da forma desejada pelo poder político, partindo inclusive de pessoas que estavam presas. E nesse caso de 1814, Sampaio registrou mais uma vez o que já dissemos anteriormente: os indígenas não estavam em pé de igualdade com os brancos, como é deixado bem claro no documento. Mesmo assim, essa situação não era inibidora da ação e articulação dos nativos em prol de seus objetivos, estando eles ou não de acordo com o governo. Observamos também a considerável variedade de intenções associadas a essas petições, sugerindo a múltipla situação social dos índios. Mais do que um grupo coeso e uniforme, a população indígena no Ceará era heterogênea, composta de individualidades e setores diferentes, com histórias, conjunturas e possibilidades particulares. A própria existência de requerimentos tão diversos – indo do pedido de soltura até a isenção de funções da elite indígena local – é uma prova nesse sentido. Porém, mesmo com toda essa diversidade, pudemos observar que essa condição não barrou a organização de certos grupos – como foi o caso dos oficiais índios de Arronches – que, a partir das demandas de determinados momentos, se uniram e agiram, de acordo com o que lhes era possível,

<sup>7</sup> Março 10. Officio ao Juiz Ordin<sup>o</sup> de Mecejana. In: *Livro 95*.

<sup>8</sup> Outubro 26. Reg<sup>o</sup> de hum Officio ao Dir<sup>or</sup> d'Arronches sobre varios objectos. In: *Livro 19*, p. 108.

para conseguirem aquilo que queriam.

## **Pedidos comunitários e o “prêmio da revolução de 17”**

Além dos requerimentos individuais, também nos deparamos na documentação com algumas representações de natureza comunitária por parte dos indígenas, onde agiam juntos pelo bem do interesse comum. Em abril de 1812, Sampaio expediu ofício ao diretor de Mecejana sobre uma solicitação feita pelos índios desta vila para que protegessem as suas lavouras contra o avanço de algumas rezes:

Os Indios da sua Direcção me representarão que elles virão constantemente os seus roçados, e plantações destituídas pelos Gados de Alguns Vizinhos que abusando da licença que lhes Concedia para fazerem algumas plantações passarão a criar gado com manifesto prejuizo dos Indios dessa Direcção. Vm<sup>ce</sup> me Informara sobre o contheudo nesta Representação<sup>9</sup>.

Assim como aconteceu com o índio Egídio, de quem falamos anteriormente, em Mecejana o problema apareceu de maneira semelhante: as lavouras dos indígenas foram danificadas pela negligência dos não-índios. E como já dissemos antes, situações desse tipo não eram ignoradas pelo governador, pois era de extrema importância que todos os setores da população mantivessem suas próprias terras de forma ordenada e produtiva. Mas aqui há o diferencial de que, indo além de algum interesse particular, a comunidade desta vila se organizou para conseguir proteger os seus

bens. Indo de encontro à ameaça externa, os índios de Mecejana se uniram e buscaram apoio na política e na legislação que lhes garantissem proteção, fortalecendo-se enquanto um grupo que, por não estar em situação de igualdade com os demais, possuía direitos especiais e possibilidade de lutar por eles. Ou seja, mesmo sendo dominados pelo rei de Portugal, era justamente na inserção dessa sociedade e nos seus elementos jurídicos que conseguiram o apoio em suas ações contra aqueles que os agrediam.

Como podemos perceber, os índios não estavam alheios a esta sociedade que os cercava, e nela conseguiram sobreviver pelo domínio em várias questões específicas lhes atingiam diretamente, tanto em termos jurídicos, políticos e legislativos. Conhecendo as leis a que estavam submetidos, era possível inclusive tentar alterá-la, com objetivos diversos e de acordo com a situação. No Ceará desse período não aconteceu diferente: já que aí ainda era aplicado o Diretório Pombalino (mesmo depois de sua extinção), pudemos coletar registros de tentativas por parte de lideranças indígenas que, agindo em grupo, buscaram anular este conjunto de leis.

Durante o mandato de Sampaio, a questão legislativa sobre os índios esteve algumas vezes em evidência por tentativas destes mesmos em abolir esta lei que, desde o século anterior, fazia diminuir sua representatividade e seu direito a terra, aumentava o poder leigo sobre eles e, conseqüentemente, recrudescia a violência a que estavam submetidos. As ações dos

<sup>9</sup> 14 de Abril. Registo de hum Officio dirigido ao Director dos Indios da Villa de Mecejana. In: *Livro 15*, p. 04V.

Índios neste governo tiveram início em 1814, quando os nativos de Vila Viçosa Real elaboraram um enorme requerimento dirigido à Dona Maria I pedindo a abolição da legislação pombalina, "*justamente para quem outrora havia declarado extinto o Diretório*" em 1798 (XAVIER, 2010: 81). Trabalhado por Maico Xavier, o autor desenvolveu uma análise detalhada e profunda sobre este requerimento, reservando-o um capítulo inteiro de sua dissertação. Neste documento, os indígenas "*narraram sobre a dinâmica entre eles e diretores evocando acontecimentos que se deram desde a elevação da Aldeia da Ibiapaba*" à categoria de vila, "*citando o nome de cada um e descrevendo, segundo eles, os males que aqueles haviam praticado*" (Idem: 84).

Apresentando detalhes de seus cotidianos, bem como dos sofrimentos e injúrias que padeciam diante de cada diretor, os nativos se colocaram diante das autoridades na busca de alterar o plano legislativo sob o qual viviam. Pediam, ao final das trágicas descrições, que "*Vossa Magestade Fidelicima mande recolher o Directorio por hum Decreto para que os senhores brancos, e outras qualidade de pessoas que residem nas terras dos Indios cada hum procure as suas Patrias*"<sup>10</sup>. Vemos que, além da extinção da lei, a vontade dos nativos foi além, propondo inclusive o fim do poder dos diretores, a saída dos "extra-naturais" e, enfim, o estabelecimento definitivo de sua própria autonomia em suas terras. Ao ratificar uma "*ancestralidade, citando nomes de Principais e destacando a participação nas*

*guerras e serviços dos brancos*" (XAVIER, 2010: 108), vemos pela dimensão dessa ação a enorme capacidade dos índios de transitar entre os elementos do império a quem estavam submetidos. Percebemos também que essa vontade de que os brancos saíssem da vila se assemelha ao que encontramos na maioria dos requerimentos aqui analisados, no sentido de que boa parte das reclamações dos nativos tinha como motivo os danos causados pelos vizinhos brancos que habitavam em suas terras.

Todavia, a resposta do governo imperial foi negativa. Em ofício de outubro deste ano dirigido a Sampaio, o ministro do reino Marques de Aguiar colocou que o "*Príncipe Regente Meu Senhor*" mandou informar que "*sobre as pertencções dos supplicantes [...] o Mesmo Senhor as não Resolve*"<sup>11</sup>. Mas mesmo expressando o "*não comprometimento do Estado com os interesses indígenas naquele ensejo*" (XAVIER, 2010: 109), tal tentativa dos índios de Viçosa Real mostrou que estes "não ficaram inertes ante a nova situação que se configurava", sendo fruto da "compreensão indígena em relação às mudanças ocorridas ao longo dos anos e sobre a realidade na qual se inseriam naquele momento" (Idem, 108).

Apesar do pedido dos índios de Viçosa não ter sido atendido por Dom João IV, as questões acerca das tentativas de mudanças na legislação continuaram a aparecer na documentação de datas posteriores. No mês de maio de 1815, Sampaio enviou ofício ao diretor e ao sargento mor da vila Viçosa Real pedindo suas

<sup>10</sup> Requerimento anexo ao ofício de 20/10/1814. In: Livro 93, sem página.

<sup>11</sup> Ofício de 20/10/1814. In: Livro 93, sem página.

opiniões em relação ao pedido feito pelas autoridades índias da capitania. De acordo com o governador, um requerimento produzido pelos "principaes Índios das Villas de Arronches, Soure, Mecejana, e Villa Viçosa" foi levado por eles "no anno de 1790 aos pes do Throno dos nossos Augustos Soberanos pedindo que se alterem alguns dos artigos do Directorio por que se governão"<sup>12</sup>. Apesar do pedido ter sido feito 25 anos antes deste ofício, o reaparecimento do assunto se somou a ação movida pelos nativos da Ibiapaba no ano anterior, sugerindo que ele não havia sido esquecido pelos indígenas requerentes, mesmo depois da negativa da corte. Tal situação levou inclusive o governador a consultar o pensamento dessas autoridades em Viçosa: justamente àqueles que faziam parte do grupo social denunciado pelos requerentes.

Já em agosto de 1816 o tema voltou a aparecer na documentação oficial, desta vez em um ofício dirigido ao governador do Maranhão, onde foram tratados assuntos diversos. Em certa parte do documento, Sampaio pediu ao líder do governo maranhense uma cópia do Regimento das Missões contido no "Directorio dos Índios de 1757 de que prezentemente muito necessito" para que, com isso, pudesse dar seu parecer à Mesa de Desembargo do Paço "sobre hum requerimento dos Índios desta Capitania em que pedem que se revogue ou annulle o dito directorio"<sup>13</sup>, em referência ao documento de 1814 por nós analisado acima. Este trecho novamente nos sugere o que já dissemos: passados quase dois anos, esta polêmica questão continuou a

não ter sido resolvida, já que Sampaio ainda haveria de dar o seu parecer sobre ela. Além disso, os índios não deixaram de lado o desejo de alterar as leis que os comandava, mostrando que não eram passivos neste universo em que viviam. Mesmo inseridos num ambiente que não era mais aquele em que tinham alguma liberdade de manifestar seus costumes e cotidianos próprios, isso não os impediram de agir. Foi justamente neste "novo" mundo e com a apropriação de seus elementos – inclusive das leis e dos recursos jurídicos – que tentaram realizar os seus objetivos.

Este não foi o único evento onde os nativos procuraram alterar a legislação que lhes regia na busca de concretizar seus interesses. Num momento de importante contribuição a serviço da coroa, os índios foram premiados em 1819 pelo rei Dom João VI por conta de sua participação na Revolução Pernambucana de 1817. Como dissemos anteriormente, a inserção destes nativos na guerra, demonstrando lealdade ao monarca, lhes possibilitou "conseguir diversas vantagens individuais", além de "melhorias para suas comunidades, como aconteceu no caso da isenção dos impostos" (COSTA, 2010: 12). No mês de fevereiro de 1819, o soberano do império português expediu um decreto "isentando os índios do Ceará, Pernambuco e Parahyba de pagarem o subsidio militar, e porcentagens aos Directores das aldeias". De acordo com o texto do Instituto do Ceará sobre a administração de Manuel Ignácio de Sampaio, os nativos que lutaram nos conflitos foram premiados...

<sup>12</sup> Maio 12. Off<sup>o</sup> ao Sarg<sup>mor</sup> e Dir<sup>or</sup> de [?] Villa Vis<sup>a</sup> n<sup>a</sup> dar a sua

<sup>13</sup> Agosto 31. Registo de hum officio dirigido ao Ex<sup>mo</sup> Governador do Maranhão [...] sobre a copia do Regim<sup>to</sup> das Antigas Missoens dos Índios. In: Livro 23, p. 111V.



...por sua fidelidade á Coroa com isental-os do pagamento do Subsidio militar... O dito Dec. estatuiu mais que as patentes dos mesmos Indios sejam isentas do direito de sello [...] e que elles não sejam mais obrigados a pagar quotas partes aos ditos directores aos quaes dora em diante se estabelecerá o que for devido<sup>14</sup>.

Por obediência a essa ordem régia, Sampaio expediu em setembro deste ano uma circular a todos os diretores de vilas de índios no Ceará, onde os ordenou que...

...de ora em diante não deve Vm<sup>ce</sup> mais receber dos Indios dessa Direcção os 6 por cento que ategora lhe tocavão do producto das culturas dos mesmo Indios mas tambem que no fim de cada quartel mandará receber na Thesouraria Geral do Real Erario desta Capitania o ordenado que a Junta da Real Fazenda lhe arbitrou na forma das Ordens de S. Magestade<sup>15</sup>.

Constatamos que a participação dos índios não se deu de maneira inocente. Além de terem sido obrigados a lutar nos conflitos, os nativos recrutados agiram também de forma pensada, e o seu suposto entusiasmos, registrado na documentação, pode ser interpretado como sinal de discernimento frente à situação que estavam envolvidos, bem como da busca intencional de benefícios (COSTA, 2010). Dessa forma, todos esses "prêmios" ligados aos impostos que recebiam não se trataram de pura "bondade" dos governantes, mas principalmente de conquistas de indígenas que conheciam bem a realidade em que viviam.

Porém, as ações dos índios em busca de mais vantagens para si e suas comunidades não pararam por aí. Agindo em conjunto, os nativos não só mostraram fidelidade ao rei, como também buscaram conseguir benefícios além daqueles que já tinham adquirido. Pelo que observamos na documentação, os indígenas da vila de Monte mor Novo (atual Baturité) tentaram, através de requerimento dirigido ao governador da capitania do Ceará, em dezembro de 1819 – três meses depois da circular encaminhada aos diretores de índios – conseguir o abatimento de outro imposto, desta vez daquele relativo à manutenção dos prédios públicos. Por conta deste pedido, Sampaio enviou ofício ao capitão mor desta vila tratando de diversos assuntos, e entre eles, disse-lhe que ficasse...

...na inteligencia de que *os Indios por serem Indios não deixão de ser Vassallos de S. Magestade*, e como taes sujeitos a todos os tributos da mesma forma que os outros Vassallos excepto áquelles tributos de q' S. Magestade os tem expressamente aliviado, em cujo caso não está á Decima dos Predios Urbanos. Mas sobre tal objecto podem os mesmo Indios requer á Junta da Real Fazenda desta Capitania a quem exclusivamente toca a decisão de semelhantes requerimentos<sup>16</sup>.

Ao negar o pedido dos nativos, Sampaio ordenou ao capitão mor que fosse deixado bem claro aos índios que, apesar de terem uma condição social específica naquele universo – como vimos em outros momentos do texto – não seria por isso que deixariam de ter as mesmas obrigações dos outros súditos do

<sup>14</sup> Administração Manuel Ignácio de Sampaio (1º visconde de Lançada), *Revista do Instituto do Ceará*, ano 30, Fortaleza, 1916, p. 240.

<sup>15</sup> Setembro 16. Circular dirigido aos Directores de Indios desta Capitania para não perceberem mais os 6% que ategora cobravam das culturas dos d<sup>os</sup> Indios. In: *Livro 22*, p. 86.

<sup>16</sup> Dezembro 16. Officio dirigido ao Cap<sup>mor</sup> de Monte Mor o Novo em resposta á Officios do dito Capitão Mor. In: *Livro 22*, p. 126V. Grifo nosso.

império português, inclusive tributárias. Na verdade, era justamente essa a intenção da política indigenista de Portugal em todo Brasil: a transformação daqueles antigos "bárbaros" silvícolas em "vassallos" fiéis, cristãos e civilizados. A própria cobrança de impostos e o seu recrutamento em conflitos que ameaçavam a autoridade do poder real podem ser compreendidos enquanto estratégias de controle, disciplinamento e inserção dos indígenas na sociedade colonial. Até a premiação dada a esses índios foi uma ação governamental que agiu com o objetivo de incentivar o amor desses povos à coroa lusitana.

## Conclusão

Como foi possível constatar, os nativos não se comportaram de maneira inerte frente às práticas governamentais, como se tais acontecimentos os arrastassem de forma irresistível e sem deixar-lhes espaços para movimentação, resistências ou negociações. Mesmo sem poder negar o recrutamento, o evento de 1817 serviu como oportunidade para os indígenas de obter ganhos, dos quais possuíam suficiente conhecimento. Inclusive, a consciência que tinham da realidade em que viviam foi tal que lhes permitiu requerer o abatimento de mais impostos, contrariando por isso o governador da capitania e fazendo-os lembrar de suas condições, mas mesmo assim, não descartando a possibilidade que tinham de recorrer à Junta da Real Fazenda. Percebemos que não só os índios conheciam os aspectos legais e tributários daquele mundo – como os tipos de impostos

que lhes eram cobrados – como também as formas de agir para conseguirem isenções. A produção de um requerimento que pedia a ampliação dos benefícios adquiridos foi mais um exemplo das constantes táticas de índios que, ao contrário do que sugeriu o silêncio da historiografia tradicional, buscaram frequentemente manipular os elementos desse universo onde eram obrigados a viver.

A documentação colonial, referente a requerimentos de índios, nos possibilitou, através de uma análise acerca da realidade daquele período, rediscutir certas "verdades" construídas ao longo do tempo sobre essas populações. Ou seja, o silêncio que havia sobre o passado dessas pessoas não se explica a partir da carência de vestígios ou de uma suposta "inércia histórica" que os revestiria, mas sim de escolhas e interesses bem precisos. Se ainda hoje alguns setores da academia encaram os indígenas enquanto uma massa amorfa e inerte, acometida passivamente pela dominação colonial, trabalhos recentes trazem à tona as criativas e inovadoras capacidades de resistência nativa ao longo da história (BOCCARA, 2005: 07). O que a historiografia atual revela é que o interesse faz parte da condição humana, e como tal, ainda que os nativos não fossem reconhecidos dessa forma, eles possuíam desejos, que dialogaram, e muitas vezes digladiaram com os governantes para assim construir a história do Ceará.

Isso não quer dizer que as populações nativas dominavam a situação, ou que a colonização não teria sido tão agressiva para eles.

Muito pelo contrário, percebemos que, com o passar do tempo, a vida desses povos tendia a ficar cada vez mais difícil, e sua liberdade, ainda mais cerceada. Não é possível que haja dúvida: no mundo colonial, os índios eram os dominados, e todo o projeto colonizador dirigido para eles tinha como propósito a destruição de suas práticas culturais e sua conseqüente inserção no mundo civilizado. Nesse sistema, o fato de “*ser um súdito cristão [como eram os índios das vilas pombalinas] não implicava absolutamente numa condição de igualdade*” (ALMEIDA, 2003: 92).

Porém, uma vez dentro desse universo, as populações indígenas nunca se colocaram de forma passiva diante dos acontecimentos, e ao contrário, lutaram com os recursos que lhes eram disponíveis em prol de seus objetivos. Até mesmo a “*assimilação*” do modo de vida ocidental, longe de ser resultado de uma suposta fraqueza diante de uma cultura mais forte, se configurava

enquanto uma ação diante de uma conjuntura de onde não era possível fugir. A partir daí, percebemos que assimilar algo passa a significar apropriar-se de determinado elemento com um fim específico. As “*políticas indigenistas desenvolvidas por membros do Império português*”, seja em termos mais amplos, como foi o caso do Diretório, ou em âmbito mais local, como o que acontecia na capitania cearense, “*adquiriram uma dimensão fundamental, pois era em relação às mesmas que os índios autodefiniam-se, individual e coletivamente, e projetavam as suas ações*” (GARCIA, 2009: 304 e 305). Se os índios do Ceará colonial pediram, lutaram e agiram – nos campos políticos, jurídicos e legislativos – em prol de seus interesses, como os requerentes que apresentamos, isso significou que a *sua* história, longe de materializar a lenda do “*papel em branco*”, foi feita também, e *efetivamente*, por eles.

## **Fontes: Arquivo Público do Estado do Ceará / fundo “Governo da Capitania”**

Série “Registro de ofícios aos capitães mores, comandantes de distrito e diretores de índios”. Livros: 15 (1812), 16 (1812 – 1813), 19 (1814 – 1815), 20 (1815 – 1816) e 22 (1819 – 1820).

Série “Registro de ofícios às autoridades fora da capitania”. Livro: 23 (1812 – 1817).

Correspondência do secretário do governo: Livro 95 (1812-1822).

## **Referências:**

Administração Manuel Ignácio de Sampaio (1º visconde de Lançada), *Revista do Instituto do Ceará*, ano 30, Fortaleza, 1916.

- ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. *Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2002.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português*. Tese de doutorado, UNICAMP, 2003.
- BOCCARA, Guillaume. Antropologia diacrônica. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org>>.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653 – 1769)*. Tese de doutorado, UNICAMP, 2005.
- COSTA, João Paulo Peixoto. O "entusiasmo" dos índios: discutindo a participação dos indígenas do Ceará na Revolução Pernambucana de 1817. In: *Embornal, revista eletrônica da Anpuh-CE*, Ano I, 2010.
- GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indigenistas e políticas indígenas no extremo sul da América portuguesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Global, 2004.
- XAVIER, Maico Oliveira. "*Cabôcullos são os brancos*": dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – século XIX. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2010.

## VIDA URBANA E MARGINALIA NA ESCRITA DE LIMA BARRETO

José Benjamim Montenegro<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo aborda as reformas urbanas ocorridas, no Rio de Janeiro (Belle Époque), sobretudo no período (1902 – 1906), sob o olhar e a escrita de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922), autor que demonstrou na sua obra e principalmente nas suas crônicas objeto desse estudo uma postura crítica em relação as ditas reformas, não se deslumbrando com o “canto das sereias” das “picaretas regeneradoras”, tal qual ocorreu com muitos intelectuais do mundo das letras, contemporâneos seus. É sobre essa visão dissonante a respeito dos “intentos civilizadores” dessa hoje tão propalada reforma que trata o presente texto.

**Palavras-chave:** Lima Barreto, reformas urbanas, modernidade

### Abstract

This article tells about urban reforms at Rio de Janeiro (Belle époque), about all period (1902 – 1906) into the point of view of Afonso Henrique de Lima Barreto (1881 – 1922) author who demonstrated in his work and afterwards on the chronics of him a critical posture between “canto das sereias” or “picaretas regeneradoras” as some authors discussed of at contemporary time it’s onto that view the text will be discuss as well.

**Keywords:** Lima Barreto, urban reforms, modernity.

### Introdução

Nesta breve introdução tencionamos apresentar o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), como crítico contundente das reformas urbanas

da cidade do Rio de Janeiro, levadas a efeito nas duas primeiras décadas do século xx, na então capital da republica, a intenção é mostrar o quanto o referido escritor, mormente no gênero literário conhecido por crônica exercitou um combate cerrado e aguerrido contra aqueles que protagonizaram essas reformas, confinando as populações pobres nos espaços e áreas mais insalubres e longínquas da cidade.

Enfim pretendemos mostrar seguindo as pegadas desse “Flaner Tropical”, que as ditas reformas foram de natureza excludente não contemplando os subúrbios e seus arredores, e que em vez de se perfilar ao lado dos intelectuais embevecidos com a grande intervenção urbanística que a cidade viveu, Lima Barreto, fiel a sua concepção de literatura militante, postou-se entre as fileiras dos que foram atingidos pelas imponentes reformas dessa “modernidade periférica” Olhando a cidade talvez como um pingente de “trem de subúrbio”.

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. [...] No abrir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso e do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar naqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria contavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da UFCG. E-mail: jbenjamimmontenegro@hotmail.com

dos que ali compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte. (Olavo Bilac, 1904)

Quando Bilac escreveu esse poético e emblemático artigo, ele já era um escritor consagrado no campo intelectual, logo o texto foi alçado a condição de bandeira de todos aqueles que aderiram as reformas urbanas perpetradas por, administradores, médicos, higienistas e demais arautos do processo civilizatório do Rio de Janeiro. Como se não bastasse o currículo do autor do texto- manifesto, a revista na qual a matéria foi divulgada, tinha um prestígio inestimável, uma vez, que a Kosmos enfocava temas diversos tais como: ciência, história, arte, literatura e arquitetura, tendo ampla penetração nos meios intelectuais do país.

No mesmo rumo e diapasão vinha corroborar com o entusiasmo do poeta Bilac, a famosa frase atribuída ao colunista Figueiredo Pimentel, pronunciada no auge das reformas promovidas na administração de Francisco pereira Passos (1902-1906), e seu *staff* administrativo. Esses discursos diziam bem do clima de euforia que contagiava as elites brasileiras (cariocas) naquele momento da República.

Na mesma crônica supracitada o poeta parnasiano futuro patrono do serviço militar obrigatório, arremata a esfuziante crença no "progresso".

O Brasil entrou - e já era tempo- em fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o "conforto" já encontraram quem lhes abrisse as portas desta terra,

de onde andavam banidos por um decreto da indiferença e da ignomínia coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar e já está passando por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados. (SEVCENKO, 2003, p. 42)

É neste contexto de radiante contentamento por parte de autoridades, intelectuais e engenheiros administradores, que uma voz se levanta, desafinando o coro dos contentes, essa voz é a de Afonso Henriques de Lima Barreto (Bz, 1956, p.106.) que nos diz: "De uma hora para outra, a antiga cidade (do Rio de Janeiro) desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia."

É sobre essa voz dissonante, ou melhor, sobre essa escrita a contrapelo de Lima Barreto que trataremos nesse artigo, mostrando que nem todos se deixaram embalar pelo canto sedutor da "sereia da modernização".

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim senão julgasse, e razões não tivessem para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. (RIO, 2004, p.3)

Lima Barreto certamente subscreveria o que João do Rio escreveu, pois passava muitas horas caminhando pelas ruas do seu

querido Rio de Janeiro, nas ruas do centro, becos, vielas, botecos e freges, confeitarias, mas também vivia o cotidiano dos subúrbios, de onde aliás era um morador. Os franceses diriam que o mesmo era um típico flâneur, embora ele preferisse ser chamado de andarilho. Talvez por isso seus críticos e biógrafo tenham alcunhado-o de forma muito apropriada de "romancista dos subúrbios" epíteto que ele não só aceitou como inclusive adotou para si.

Veremos em seguida como Lima Barreto se posicionou enquanto intelectual em relação as reformas pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou no período que se convencionou chamar de belle époque tropical, para isso lançaremos mão de algumas crônicas e artigos de sua autoria.

Começaremos por uma crônica que está no volume do livro *Bagatelas*, cujo título é *O Convento*, publicado em julho de 1911. Nessa crônica, Lima se levanta contra a demolição do Convento da Ajuda em cujo lugar se construiria um hotel moderno. Passemos a palavra ao próprio autor.

Noticiam os jornais, com pompa de photogravuras e alarde de sabenças históricas que o convento da ajuda, aquella ali da avenida, fora vendido a alguns inglezes e americanos pela bella quantia de mil oitocentos e cincoenta contos. Houve grande contentamento nos arraiaes dos esthetas urbanos por tal fato, vae-se o monstrengo, diziam elles; e ali, naquelle canto cheio de bonitos prédios, vão erguer um grande edificio moderno, para hotel com dez andares. (LIMA BARRETO, BG, 1956, p.142)

Lima Barreto age como *avant la lettre* em relação a conservação do patrimônio histórico se colocando na contra mão do discurso oficial sob a égide da sanha demolidora das autoridades republicanas, Lima como arguto observador se coloca criticamente da sua trincheira, qual seja de escritor que compreende a escrita como compromisso social.

Em outro trecho nos diz:

O bonito envelhece, e bem depressa; e eu creio que, daqui a cem anos, os esthetas urbanos reclamarão a demolição do Theatro municipal, com o mesmo afan com que os meus contemporâneos reclamam do convento. É que elles estavam convencidos da sua fealdade, da necessidade do seu desaparecimento, para que o Rio se aproximasse de Buenos Aires. A capital da Argentina não deixa dormir. Há conventos de fachada lisa nas suas Avenidas? Não, então esse casarão deve ir abaixo. (LIMA BARRETO, BG 1956, p.142)

## **O Passos quis; o Frontin também...**

Lima Barreto com a sensibilidade que lhe é peculiar em toda sua trajetória de escritor mosqueteiro, ataca a mania europeizante de nossas elites no tocante a imitação e chama a atenção para o nosso complexo de inferioridade em relação aos "hermanos argentinos" o mais "europeu" dos povos latinos postura que vai se revelar em vários momentos de sua historia contra o Brasil sobretudo no tocante a composição étnica do seu povo. Lima não perdoa essa subserviência dos dirigentes Republicanos no Brasil, aliás, diga-se de passagem, emblematizada na bela expressão da

escritora argentina Beatriz Sarlo, cunhando o termo “modernidades periféricas” para retratar as mudanças ocorridas na capital argentina.

Mas, prossigamos com a crônica em tela:

Não é que eu tenha grande admiração pelo velho casarão; mas, é que também não tenho grande admiração nem pelo estylo, nem pela gente, nem pelos preceitos americanos dos Estados Unidos.

O convento não tinha beleza alguma, mas era honesto; o tal hotel não terá também beleza alguma e será desonesto, no seu intuito de surrupiar a falta de beleza com suas proporções mastodônticas.

(...) Repito: não gosto do passado. Não é pelo passado em si; é pelo veneno que elle deposita em forma de preconceitos, de regras, de prejulgamentos nos nossos sentimentos. (LIMA BARRETO, BG, 1956, p.143)

Embora o gênero crônica permita incursão pelas sendas da ficcionalidade no caso em discussão, Lima Barreto está usando-o no âmbito da pura intervenção política, visto que os “fatos” nela abordados nada tem de ficcional.

Uma das figuras alfinetadas na crônica era nada mais nada menos que André Gustavo Paulo de Frontin, engenheiro que teve destacada participação no governo municipal de Pereira Passos, outra personalidade criticada na mencionada crônica, Frontin foi personagem de proa na política do “bota abaixo” que transformou a paisagem carioca, capitaneando a construção da Avenida Central, o que lhe renderá posteriormente o título de patrono da engenharia nacional.

Outrossim, Lima Barreto polemiza com seus ilustres interlocutores, homens afinados com o modelo de civilização nos moles europeus, tendo a frente o prefeito e também engenheiro Francisco Pereira Passos, que estudou na Franca de 1857 a 1860 aproximadamente segundo seus biógrafos, onde assistiu a reforma urbana de Paris promovida pelo barão de Haussmann. A sua permanência em Paris exerceu profunda influencia em Passos, que iria mais tarde atuar na área da engenharia ferroviária e urbanismo, tão forte foi a influencia de sua passagem pela “cidade luz”, que uma vez investido da condição de prefeito nomeado pelo então presidente da Republica Rodrigues Alves, no distrito federal ( Rio de Janeiro) tratou de aplicar o que aprendera nas lides francesas sobre urbanização. Ficando conhecido popularmente pelo apelido de o “Hausmann Brasileiro”.

Lima viveu em meio a tantas ameaças á preservação do patrimônio histórico; ameaças muitas vezes concretizadas, mas não se intimidou nem se omitiu, nem admitiu, conforme percebemos na crônica ora analisada, que “beleza e fealdade” servissem de critérios para justificar a demolição de prédios históricos de valor afetivo como foi o caso do Convento da Ajuda, e coerente com sua concepção de literatura militante, denunciou o caráter anti-popular e excludente desse furor destrutivo por parte das elites políticas.

As reformas urbanas na parte central da cidade do Rio de Janeiro no inicio do século xx com sua pretensão civilizadora trazia no seu



bojo a negação de manifestações culturais, hábitos e costumes populares tidas como “bárbaras e atrasadas, envergonhando uma nação que se pretendia rumo à civilização conforme pensavam suas elites. É recomendável a leitura na integra da crônica proposta. Entretanto para os fins de ensaio entendemos que os fragmentos analisados são suficientes para os propósitos por nós almejados.

Trilharemos doravante por uma seleta de textos de Lima Barreto sobre tudo publicadas na revista Careta seguindo sempre esse tom de intervenção do autor no tocante a “cirurgia urbanística” a qual foi submetido o Rio de Janeiro do seu tempo.

A Revista Careta circulou de 1908 a 1960, portanto, teve vida longa, tinha como característica principal o traço humorístico, de excelente padrão gráfico, teve em Lima Barreto um de seus principais colaboradores, foi fundada por Jorge Schmidt e os famosos chargistas Raul e J. Carlos, com os quais L. Barreto trabalhou na condição de articulista do referido periódico.

A crônica megalomania publicada inicialmente na Revista Careta em 28 de agosto de 1920, faz parte de uma seleta de Lima Barreto que visa diretamente assestar contra os poderes republicanos instituídos e sua política de reforma urbana, como se trata de uma crônica minimalista, pretendemos apresentá-la ao leitor de forma integral, intercalando comentários que julgamos pertinentes. A mesma também consta do volume *Coisas do Reino de Jambon*.

Mas vamos à crônica: “*Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, atualmente que não topemos logo com propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras.*”

Esse intróito indica que o Rio de Janeiro continuava um canteiro de obras, e Lima, leitor assíduo de jornais, acompanhava com especial interesse essas reformas quer fossem estruturais ou pontuais, pois, embora o auge das reformas tenha acontecido entre 1903 e 1906, seus efeitos ainda reverberavam nas décadas seguintes.

São reformas suntuárias na cidade; coisas fantásticas e babilônicas, jardins de Semíramis, palácios de Mil e Uma Noites e outras cousas semelhantes que eles propõem sejam, no mais breve espaço de tempo possível. Houve um até que aventou a idéia do ministério da Agricultura e a prefeitura Municipal construir um prado de corridas no Leblon, visto, diz a tal publicação textualmente, gastar-se tanto dinheiro em coisas inúteis. (LIMA BARRETO, 1956, p.124)

À medida que o narrador da crônica vai nos colocando a par dos acontecimentos, vai também assumindo uma postura crítica em relação as políticas publicas municipais.

E claro que o autor da idéia acha coisa de suma utilidade um prado de corridas e as razões que apresenta, são de tal ordem que se o artigo fosse assinado, o seu autor merecia ser lapidado pelos miseráveis e pobres que não tem um hospital para se tratar, pelos mendigos e estropiados que não possuem asilo onde se abrigar. (LIMA BARRETO, 1956 p.124)

Usando a técnica de embutir uma crônica dentro da outra, o autor da megalomania, dialoga criticamente com os autores anônimos dos artigos de jornais, visto que nesses a uma posição adesista as políticas públicas ao passo que o narrador faz um trabalho de desconstrução.

Mas, prossigamos:

A função primordial dos poderes públicos, sobretudo o municipal, para o incubador de semelhante idéia, é fornecer passatempos a quem os já tem de sobra. Para ele, um prado é coisa de utilidade social, porque lá podem ser exibidas vistosas toilettes. Nesse caminho, a prefeitura deve desapropriar as "montras" da Rua do Ouvidor e da avenida, para ampliá-las, embelezá-las, de forma a poder aumentar o número de bonecas de cera vestidas a capricho. (LIMA BARRETO, 1956, p.124)

O narrador parece querer nos chamar a atenção para a conduta megalomaniaca das autoridades municipais muito mais preocupadas em parecer *chics*, cosmopolitas, enfim em sintonia com o espelho parisiense que passa a ser o espelho seu. "*Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas.*" (LIMA BARRETO, 1956 p.124).

Imaginamos alguém lendo esta crônica enquanto viaja no bonde de segunda classe ou mesmo num "trem de subúrbio" como era costume de muitos por ocasião de sua escrita, gênero que tangencia

entre o jornalismo e a literatura bastante em voga no período que estamos abordando, a crônica como disse um consagrado autor, deseja flagrar a vida a réis do chão. "*Não há casas, entretanto queremos arrasar o morro do castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas. Como lógica administrativa, não há cousa mais perfeita!*" (LIMA BARRETO, 1956, p.124)

E arremata a crônica de forma lapidar dirigindo suas baterias para as autoridades responsáveis.

O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral.

Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não ele. É o caso de apelar para os ditados. Vão dous: cada louco com a sua mania; sua alma, sua palma. (LIMA BARRETO, CRJ, 1956, p.124)

Entraremos mais um pouco na seleta de Lima Barreto, desta feita analisando uma crônica de 15 de janeiro de 1921 na mesma revista careta, intitulada: o Prefeito e o Povo. Crônica essa posteriormente coligida no volume de seu livro *Marginália*.

Carlos Cesar de Oliveira Sampaio, engenheiro foi Prefeito do Rio de Janeiro de 1920 a 1922, tendo como principais feitos em seu currículo; a construção da avenida maracanã, a reconstrução da avenida atlântica destruída pela ressaca em 1921 e o arrasamento do morro do castelo.

Em seu livro: *Memória Histórica: Obras da Prefeitura do Rio de*

*Janeiro*, Carlos Sampaio (1924), além de condenar o Castelo, visto como o morro mais nocivo à saúde do Rio de Janeiro, elaborou os pareceres técnico e financeiro que justificavam a importância daquela obra. Algumas questões foram consideradas por ele como os "Problemas do Castelo", a saber: o desmonte; o destino a ser dado às terras e ao novo local; o sistema de transporte a ser utilizado para o desmonte e a proteção do aterro contra as águas do mar. Veja que em nenhum momento do seu livro, o prefeito se preocupou em resolver a questão demográfica do morro. Afinal, para onde iria aquela população que residia no Castelo? Segundo Sampaio, no seu livro, foram demolidos quatrocentos e sessenta prédios, cuja desapropriação ocorreu sem nenhuma reclamação. (BARROS, 2002, p.12)

Veremos que embora o Prefeito em suas memórias passe a idéia de que não houve protestos, quando do arrasamento do Morro, a crônica de Lima Barreto diz exatamente o contrário, nem poderia ser diferente, pois o morro situado na parte central da cidade servia de moradia para centenas de populares que viviam e trabalhavam nas proximidades.

Mas vamos à crônica:

O senhor doutor Carlos Sampaio é um excelente prefeito, melhor do que ele só o senhor de Frontin. Eu sou habitante da cidade do Rio de Janeiro, e, até, nela nasci; mas, apesar disso não sinto quase a ação administrativa de sua Excelência. Para mim, Sua Excelência é um grande prefeito, não há dúvida alguma; mas de uma cidade da Zambézia ou da Cochinchina. Vê-se bem que a principal preocupação do atual governo do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena. É

isto que se faz ou se fez na Índia, na China, em Java, etc; e em geral, nos países conquistados e habitados por gente mais ou menos amarela ou negra. Senão vejamos. (LIMA BARRETO, 1956, p.117)

Lima Barreto não aceitava essa cidade dividida em duas, o que de fato ocorrerá, posto que a população mais pobre será escorraçada das imediações do centro e passará a ocupar as encostas dos morros e favelas mais distantes do entorno da área central da cidade. Lima Barreto levou tão a sério esse problema que chegou a escrever um livro inteiro somente sobre o arrasamento do Morro do Castelo.

Enveredemos um pouco mais pela crônica.

Todo dia, pela manhã, quando vou dar o meu passeio filosófico e higiênico, pelos arredores da minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residência, rua essa que foi calcada há bem cinquenta anos, a pedregulhos respeitáveis. Lembro-me dos silhares dos caminhos romanos e do asfalto com que a Prefeitura Municipal está cobrindo os areais de Copacabana.

(...) Porque será que ela não reserva um pouquinho dos seus cuidados para cada a essa útil rua das minhas vizinhanças, que até é caminho de defuntos para o cemitério de Inhaúma? Justos céus! Tem acontecido com estes cada coisa macabra! Nem vale a pena contar. (LIMA BARRETO, 1956, p.117)

O articulista chama a atenção de como os poderes públicos municipais fazem uma reforma duplamente excludente, quando expulsa os segmentos mais pobres,

operários, comerciantes ambulantes, pequenos funcionários públicos etc, desalojados e lançados para as favelas e subúrbios do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que denuncia o descaso desses poderes quando se trata de beneficiar os subúrbios de infraestrutura. Lima assume explicitamente a condição de porta voz das “queixas do povo, travando um combate aberto contra os poderes instituídos. A crônica em apreciação soa quase como uma “carta aberta”.

Pode-se, entretanto, admitir, a fim de justificar o amor do prefeito aos hotéis de luxo, que quer construir a custa dos nossos magros cobres; pode-se admitir que, com isso, sua Excelência pretenda influir indiretamente no saneamento do morro da favela. Municipalidades de todo o mundo constroem casas populares; a nossa, construindo hotéis *chics*, espera que, a vista do exemplo da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. Pode ser... O senhor Sampaio também tem se preocupado muito com o plano geral da cidade. Quem quiser, pode ir comodamente da avenida a Angra dos reis, passando por botafogo e Copacabana; mas, ninguém será capaz de ir a cavalo do jacaré a Irajá. (LIMA BARRETO, 1956, p.118)

Nesse trecho, quanta ironia do autor, mostrando o tratamento diferenciado, que os poderes públicos dão as favelas, bairros periféricos e a parte central e sul da cidade “menina dos olhos” da municipalidade. E fecha a crônica golpeando a mania de grandeza do prefeito:

Todos os seus esforços tendem para a educação do povo nas coisas de luxo e gozo. A cidade e os seus habitantes, ele quer catitas. É bom;

mas a polícia é que vai ter mais trabalho. Não havendo dinheiro em todas as algibeiras, os furtos, os roubos, as fraudes de toda a natureza hão de se multiplicar; e, só assim, uma grande parte dos cariocas terá “gimbo” para custear os smartimos sampainos. (LIMA BARRETO, MG, 1956, p.119)

Lima Barreto era uma voz isolada em meio aos entusiastas da modernização ancorados sobretudo no discurso médico – higienista somado a autoridade e a força do discurso dos engenheiros, muitos deles não só entusiastas, como verdadeiros artífices do projeto de “saneamento” em curso. Era portanto uma verdadeira luta de Davi contra Golias.

Em que pese as dificuldades Lima Barreto, não esmoreceu e de sua trincheira de escritor-cidadão fustigou ainda mais os “discursos competentes” das autoridades republicanas.

A “modernização destruidora” do Estado visava eliminar não só a cidade colonial marcada por ruas estreitas e sinuosas, como também objetivava romper com os valores culturais relacionados ao período imperial, valorizando a inserção cultural e econômica européias, principalmente pela absorção da visão do mundo francês. Construir assim um novo centro mais moderno, significaria a construção simbólica de um novo país, instaurado pela ordem Republicana. Entretanto, as ações da República orientadas pelo ideário progressista não atenderam ao bem estar geral da sociedade. Assim, as classes populares foram as mais afetadas com as renovações urbanas do início do século XX. Com o arrasamento do Castelo e do bairro da Misericórdia, localizado no sopé do morro, desapareceram da área central da cidade mais duas áreas

residenciais pobres que haviam resistido à reforma Passos. Somente no Castelo, residiam aproximadamente cinco mil pessoas e, especialmente para elas, o desmonte do morro produziu um impacto extraordinário, forçando a mudança de residência. (BARROS, 2002, pag. 14)

Postando-se ao lado dessas "classes populares", Lima continuou suas investidas. Nesse sentido, traremos à baila, a crônica *Mas... Esses Americanos...*, publicada na revista *Careta*, três meses após a anterior. Nesta crônica, Lima mostra como os propósitos regeneradores extrapolam o perímetro da cidade dório de Janeiro chegando até o município de Niterói.

A crônica começa assim:

Lembram-se os senhores de uns americanos que, muito generosamente, se ofereceram para transformar Niterói, a pacata Praia Grande, numa cousa maravilhosa? Lembram-se? Eram obras portentosas de avenidas, jardins, palácios, saneamento, etc, etc.

Os niteroienses, inclusive o nosso Manuel Benicio, entusiasmaram-se tanto com tais projetos mirabolantes, que fizeram tal pressão na respectiva edilidade, a ponto de de obrigarem a passar a mecânica autorização municipal, com uma pressa de medida de salvação pública.

O Rio de Janeiro estremeceu. Carlos Sampaio, o genial edil do "arrasamento" e da "Gruta da Imprensa", ia ficar enfoncé. Passos, então este!

A cousa era deveras portentosa: arrasavam-se morros (vide Sampaio da máquina de lama) e surgiam em seus lugares vários Bois de Boulogne; aterrava-se Niterói, desde gragoatáaté a armação, e erguiam-se modernos armazéns para receber cargas do Porto do Rosa e de Majé; bairros sem conta

iam surgir --- bairros ricos, remediados e pobres, brancos, mulatos e pretos; as barcas com que eles iam dotar o serviço de ligação da "Invicta" com o largo do Paço, haviam de ser de tanto luxo que os pobres e modestos haviam de ter medo de embarcarem nelas; enfim, aquilo havia de ficar um encanto de espantar. (LIMA BARRETO, VU, 1956, p.247 )

Entre outras coisas a crônica revela que a partir do modelo do rio de janeiro, varias cidades brasileiras, fazem intervenções no seu tecido espacial, tendo como parâmetro, a então capital federal da republica, nessa febre urbanística surgirão os Haussmanns locais, todos contagiados pelo "vírus urbanus" que soprava das bandas do Rio de janeiro, sempre sob a égide de questões, estéticas, sanitárias como leitmotiv. No disciplinamento do modo de vida da população, na organização do espaço urbano e na normatização das edificações, contra essas imposições regia Lima Barreto, pois entendia que a cidade era multifacetada, não pertencia aos caprichos de uma elite, mas a todos os seus moradores.

A vista das plantas, dos desenhos, dos projetos e dos relatórios, todos diziam: não há como os americanos; eles é que sabem fazer as cousas. Nós somos uns pungas! Eu também, que sou leitor assíduo do *O Estado* de meu amigo Mario Alves, fiquei arrebatado de entusiasmo, a vista de tanta cousa fantástica que o Niterói, onde estudei os meus primeiros preparatórios, ia ter.

Passam-se os dias, vem os meses e - oh! decepção - abro a Noite de um dia deste e descubro que o que os americanos querem ou vão por em Niterói ,é uma colossal batota. (LIMA BARRETO, VU, 1956, p.247)

Lima Barreto não aceitava sob nenhuma hipótese a inexorabilidade dos discursos ditos científicos fosse de qualquer coloração, francesa, inglesa ou americana, é por demais conhecido o antiamericanismo de Lima Barreto, mas no caso específico não levantá-lo como argumento, a questão é de natureza mais profunda, trata-se de combater projetos excludentes em nome de uma capa de civilidade.

Concluindo a crônica o autor diz: *"Desgostou-me e penso cá com os meus botões: para isso nos não precisávamos de americanos; aqui mesmo, desde a Rua da Conceição até o Catete, passando pela lapa, temos gente com esse talento criador. Mas... esse americanos..."* (LIMA BARRETO, VU, 1956, p.247).

O tom desse ensaio é francamente monocórdico, mas confidenciamos ao nosso leitor, é deliberado, é recorrente no noticiário jornalístico matérias sobre a visita do rei Alberto e sua comitiva ao Brasil, e também dos preparativos de cem de independência do Brasil.

Era, portanto, fundamental as reformas iniciadas ainda nos idos de 1903 estivesse em vias de conclusão para causar impressão aos visitantes estrangeiros e em particular ao casal real em visita oficial ao Brasil dentre a pauta de recepção estava lógico a imagem de um país em franco processo de civilização, certamente um dos itens a considerar seria sua fachada urbanística.

Mas como em tudo o mais não houve consenso, em relação a esse desejo de nossas elites em causar boa impressão. Senão, vejamos:

Quem pode prever os caprichos de um rei? Quando o monarca belga veio ao Brasil, em 1920, o Rio de Janeiro se enfeitou. As ruas por onde passaria a comitiva foram embelezadas. Os prédios que visitaria ganharam manutenção. Os pontos turísticos foram preparados para maravilhar o ilustre convidado. O povo, quando pôde participar, aderiu à festa. Mas, para surpresa de todos, o rei se encantou por um programa para o qual a maior parte da cidade ainda não havia despertado: os banhos de mar em Copacabana.

A vinda de Alberto I (1875-1934) e sua esposa, a rainha Elizabeth (1876-1965), tinha um significado especial para o Brasil. Seria uma oportunidade sem igual para divulgar o país na Europa: um perfeito representante da civilização poderia testemunhar o progresso nacional e justificar a inclusão do Brasil entre as grandes nações do mundo.

Na Europa, Alberto era conhecido como o Rei-Herói, ou Rei-Soldado, fama conquistada durante a Primeira Guerra Mundial. Quando a Bélgica foi invadida pela Alemanha, em 1914, o monarca se colocou à frente das tropas e, mesmo diante de um inimigo mais forte, participou da ofensiva que levou à vitória dos aliados. Terminada a guerra, a Conferência de Versalhes permitiu uma aproximação entre Epitácio Pessoa (1865-1942), chefe da delegação brasileira e recém-eleito presidente da República, e o líder belga. No evento, o rei Alberto foi convidado a conhecer o Brasil. Não passou despercebida a alguns contemporâneos a contradição de uma jovem República precisar recorrer a uma monarquia para atestar seu êxito. Lima Barreto (1881-1922) alfinetou a "nossa república da igualdade, liberdade e paternidade", denunciando a vocação aristocrática dos republicanos que se prontificavam a mimar o rei. Por sua vez, Humberto de Campos (1886-1934) lembrava que, na imaginação popular, antes do rei havia o herói: o que se queria

festejar no visitante não era "o seu cetro, o seu trono, a sua coroa, mas um homem bravo, leal, generoso, inteligente".

Aceito o convite, o Brasil tratou de se preparar para a visita. O Itamaraty organizou a festa de modo que os convidados estivessem cercados do conforto que exigia sua condição real. O prefeito da capital, engenheiro Carlos Sampaio (1861-1930), correu para cuidar da aparência da cidade, retocando os lugares por onde passaria o cortejo, como a Praça Mauá, a Avenida Rio Branco, as ruas da Zona Sul e as estradas do Alto da Tijuca. Faria-se de tudo para retirar da paisagem admirada pelos convidados o Rio de Janeiro das favelas, dos mendigos, das prostitutas e das crianças descalças. (DONADIO, 2008)

Lima Barreto morreu em 2 de novembro de 1922. Mas durante toda sua vida de escritor não deu tréguas aos demolidores de plantão com perdão do trocadilho, encastelados no poder.

Lima não aceitou e rebelou-se durante sua curta mais fecunda e angustiada existência, contra esse "faria-se de tudo para retirar da paisagem admirada pelos convidados o Rio de Janeiro das favelas, dos mendigos, das prostitutas e das crianças descalças". Afinal o Rio de Janeiro era também das crianças descalças e suburbanas e das "mulheres públicas em pegnoir, que pendiam como descoradas orquídeas", nos velhos casarões do centro que a reforma urbana engoliu vorazmente e que as picaretas regeneradoras não alcançaram.

Chego ao fim desse ensaio com a nítida sensação de quem parafraseando um provérbio português arromba uma porta aberta, mas não faz mal, pois como

nos ensina o renomado historiador Michel de Certeau, quando escrevemos principalmente para nos submeter ao crivo de nossos pares, é verdade, mas, igualmente é verdade o que nos ensinou a escritora Virginia Woolf, quando nos diz: "*Aquele que lê pelo prazer de ler, livre se possível de tudo, pois a liberdade é a primeira, a mais importante condição para o exercício da leitura*"

É, sobretudo, a esses leitores que dedico esse ensaio, sem me eximir é obvio as criticas dos especializados. Finalizo dizendo que Lima ao longo de sua obra confessional e ficcional esteve sempre apostos na rejeição a esse modelo excludente de sociedade.

Encerramos devolvendo a fala a um dos muitos personagens da sua imensa galeria literária, trata-se de Lucrécio Barba de Bode. Assim nos conta o narrador.

Lucrécio morava na Cidade Nova, naquela triste parte da cidade, de longas ruas quase retas, com uma edificação muito igual de velhas casas de rotula, porta e janela, antigo charco, aterrado com detritos e sedimentos dos morros que a comprimem, bairro quase no coração da cidade [...] A Cidade Nova não teve tempo de acabar de levantar-se do charco que era; não lhe deram tempo para que as águas trouxessem das alturas a quantidade necessária de sedimento; mas ficou sendo o depósito dos detritos da cidade nascente". (LIMA BARRETO, NN, 1956, p.60-61)

Assim o Rio Civilizava-se!

## Considerações Finais

Lima questiona nesses textos estudados, o que as autoridades republicanas apresentam como "

melhoramentos " palavra anódina de cunho técnico e homogeneizadora, revelando-nos uma cidade dividida e segregada, não aceitando que apenas a medicina e a engenharia possam dizer a cidade. Polemizou contra a uniformidade desse discurso, visto que a cidade não é única nem mesmo dual, mas deve ser percebida em sua diversidade. Lima em suas crônicas aqui abordadas mostra que o espaço não pode ser reduzido apenas a localização física, mas que

é também território de sociabilidades e coexistência de costumes arraigados que as reformas da forma que foram implementadas solaparam dos segmentos mais pobres da população.

Por fim é preciso dizer que não mudou-se simplesmente o design espacial da cidade, mas sobretudo hábitos de convivência a muito estabelecidos. Lima Barreto não usou de rodeios e evasivas na denúncia dessas questões.

## Referências:

- BARROS, Paulo Cezar. Revista Geo-paisagem. Vol. 1, n. 2, jul-dez, 2002.
- DONADIO, Paulo. Tem rei no mar. In: Revista de História. 07/07/2008, Consulta realizada em 30/01/2012 às 16h, ao site <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/tem-rei-no-mar>.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Coisas do Reino de Jambon**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Feiras e Mafuás**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Marginália**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Vidas urbanas**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Numa e a Ninfa**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Epoque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.
- OLAVO BILAC, in: revista KOSMOS, ano 1, nº 3, mar. 1904.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo, Martin Claret, 2004.
- SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica: Buenos Aires, 1920-1930**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SILVA, Lúcia. **História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 a ditadura Vargas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2000.



## Resenha

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**: Propaganda política no Varguismo e no Peronismo. 2º Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 341p.

Joabe Barbosa Aguiar<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Referenciamos esta obra da historiadora Maria Helena R. Capelato por sua relevância acadêmica ao produzir um estudo comparado entre as duas maiores representações do populismo na América latina: o Varguismo (1937 - 1940) e o Peronismo na Argentina (1945 - 1955). Este livro assinala a culminância de uma série de pesquisas e estudos sobre os regimes políticos autoritários na América Latina, que resultaram a priori na sua defesa de livre-docência na Universidade de São Paulo, no ano de 1997, sendo publicado um ano depois com o título *Multidões em Cena: propaganda política no Varguismo e no peronismo*, sendo reeditado em 2009. Um trabalho instigante, disposto em sete capítulos que nos permite debruçar diante do tema das representações políticas.

Dentro da análise histórica sobre o Varguismo e o Peronismo a autora nos leva a revisitarmos uma teia de significados e conceitos que compõe o universo representativo destes fenômenos. A montagem deste estudo assinala num primeiro momento quais os objetivos que nortearam a construção da propaganda nestes respectivos regimes e, quais os mecanismos postos em prática pra atingir os respectivos fins? Partindo desta

problemática podemos assinalar alguns traços significantes destes governos, atenuando para a importância atribuída ao convencimento, a mobilização das massas em torno de um projeto de governo e de nação; num segundo momento nos direcionamos a compreender os diversos mecanismos propagandísticos utilizados por estes regimes: fotos, cinejornais, filmes, documentários, cartazes, pinturas, esculturas, obras arquitetônicas, moedas... A referência básica deste governo é a sedução, elemento emocional de grande eficácia na atração das massas, mas que agora serviram como pistas, indícios, fontes com as quais a historiadora irá investigar e ressignificar as representações políticas no Varguismo e no Peronismo.

No primeiro capítulo **(Imagens e espetáculo do poder)** Capelato dirige seu olhar sobre a acepção das imagens estatais como veículo de construção de uma "nova" identidade nacional. A autora delinea sua pesquisa tanto na análise dos símbolos como broches, bandeiras, pintura como também nos remete a pensar a importância dos signos no imaginário político, como por exemplo, o forte apelo anticomunista, que serviram como

principal justificativa para a deflagração e manutenção do Estado Novo no Brasil.

Num segundo momento inserimos nosso olhar sobre o espetáculo do poder, nele a autora demonstra que as festas cívicas, ritos e cerimoniais do poder, tinham como objetivo criar a imagem de uma sociedade unida, harmônica, alegre e feliz, ocultando as práticas repressivas para manter o controle social.

No segundo capítulo (**Propaganda política e controle dos meios de comunicação**) a historiadora trabalha com a perspectiva de monopólio dos meios de comunicação como objetivo para alcançar a legitimidade do poder e, ganhar a adesão de uma nação ao ideal Varguista e Peronista. Salientando que os “móveis das paixões” variam conforme o momento histórico (honra, riqueza, igualdade, liberdade, pátria, nação etc) e, no caso das experiências autoritárias, alguns móveis são recorrentes, segundo a autora (por exemplo, o amor ao chefe, à pátria/nação). A imprensa e o rádio foram os principais veículos de disseminação da propaganda destes dois regimes.

A cultura e sua releitura pelo Varguismo e pelo Peronismo compõe o eixo norteador do terceiro capítulo (**Cultura e política no Varguismo e no Peronismo**). Neste ensaio, oferece-se ao leitor uma ressignificação da produção cultural (cinema, teatro, música, artes plásticas e arquitetura) sendo esta vinculada num projeto, ou seja, além dos aspectos relativos à censura e ao controle dos meios do que era

produzido em termos culturais, o Estado faz – se presente na cultura. Segundo a ótica dos regimes a arte deveria ultrapassar a mera veiculação da beleza, e cumprir sua “missão” de testemunho social, representando em suas diversas facetas a unidade nacional e a harmonia social. Um dos atores de grande relevância no cenário político será os intelectuais, que ao longo desta ação foram seduzidos e deixando serem seduzidos. Esta negociação imbricou a elite intelectual destes países ao plano político Varguista e Peronista.

No entanto, nesta investigação, deparamos com uma questão nova que foi colocada com as leituras que a nova história política fez de Certeau e Chartier, que introduzem novos ângulos de abordagem no que se refere ao fenômeno da manipulação: os autores esclarecem que a incorporação da propaganda não exclui a possibilidade de desvios, tomando este aporte em sua análise a autora vem trazer a luz da história as resistências universitárias ao Varguismo e ao Peronismo, elevando a multidão ao papel de atores neste cenário político.

No quarto capítulo desta obra (**Política de massas: uma nova cultura política**) nos debruçamos sobre a natureza da política de massas nos dois países, tomando o Estado como intervencionista, tendo a frente um líder carismático que dirigiu às massas e, introduziu uma política social que visava o consentimento e a adesão popular ao(s) novo(s) regime(s). Apontamos para a emergência de um discurso moderno proveniente do Estado,

onde os artífices do “novo” colheram certos elementos para compor a nova ordem, remodelando-os aos interesses do governo, como por exemplo, os conceitos de revolução, de democracia, de justiça, enfim, aspectos que moldassem no imaginário social a construção de uma nova era.

“A menina dos olhos” do Varguismo e do Peronismo era a classe trabalhadora, neste sentido, os dois regimes empreenderam toda uma natureza teórica e ideológica na construção de imagens, introduzindo na cultura política brasileira e argentina um padrão diferente de cidadania, que tendia a moldar a figura do trabalhador ao bom cidadão. Algo exemplificado pela censura e “recomposição” da música “Bonde são Januário” de Ataulfo Alves; na Argentina durante o governo de Peron, constantemente o operariado era comparado as abelhas, unidas no processo de (re) construção nacional. Esta é a temática central analisada pela autora no quinto capítulo (**A cidadania no Varguismo e no Peronismo**).

No sexto capítulo (**Educação e identidade nacional coletiva**) centramos nossa atenção para a utilização da educação na fomentação da “nova” identidade nacional. A imposição de novas formas de identidade constitui um dos elementos-chave na construção dos imaginários políticos. A educação era vista como um veículo privilegiado ao que se refere à introdução de novos valores.

A composição dos novos currículos escolares, assim como dos livros didáticos passaram a serem

orientadas pelos objetivos estabelecidos pelos novos regimes. Na Argentina destaca-se a participação simbólica da imagem da mulher nos livros didáticos do primeiro grau, sendo Eva Peron, mulher do então presidente o exemplo maior de mulher, de primeira-dama, tida como a mãe dos pobres; já no caso brasileiro a intervenção nos livros didáticos se deu no currículo de historia do Brasil, onde o novo regime era diagnosticado como uma salvação para a então doente pátria brasileira, como também, a figura de Vargas era constantemente exaltada como “pai dos pobres”.

No último capítulo (**Identidade nacional e produção de sentimentos**) deste trabalho destacam-se o confronto entre o “eu individual” e o “eu coletivo”. Com a introdução da política de massa, a propaganda política buscava a vitória do nós sobre o eu. As mensagens possuíam forte apelo emotivo, a fim de aquecer as sensibilidades e exacerbar as paixões. Diante desse imaginário político destaca-se o protagonismo do mito do salvador e do redentor, imagem constantemente atrelada ao líder carismático, que tinha como tarefa proteger as massas, e guiar a nação ao progresso.

Ao concluir este instigante trabalho Maria Helena R. Capelato insere um objeto em questão numa linha de história das representações políticas, assumindo como perspectiva metodológica o estudo comparado entre o Varguismo e o Peronismo. A autora analisa o poder como um jogo dramático que persiste ao longo dos tempos e decorrente

em todas as sociedades, mas a produção de imagens, a manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial efetuam-se se modos variados. Neste cenário, o Varguismo e o Peronismo atuaram na

construção de um imaginário político baseado no mito da unidade, na imagem do líder atrelado as massas, na fomentação da propaganda política como espectro das representações oriundas do poder.

## Entrevista

Marta Maria de Araújo é Docente e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professora da disciplina Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação Brasileira | Curso de Pedagogia e de Educação Brasileira | Programa de Pós-Graduação em Educação. Editora Responsável pela Revista Educação em Questão | Centro de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação.

**MNEMOSINE** – Dr<sup>a</sup> Marta Araújo, pode informar ao leitor o que a influenciou na escolha pelas temáticas vinculadas à História da Educação na Primeira República?

**Dr<sup>a</sup>. MARTA** - Meu interesse pela História da Educação no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Norte, na Primeira República, está academicamente relacionado com a minha tese de doutorado intitulado - *José Augusto Bezerra de Medeiros. Político e educador militante*. O norte-rio-grandense, José Augusto (1884-1971), formado pela Faculdade de Direito do Recife (1901-1905), foi professor de História Geral e Geografia do Atheneu Norte-Rio-Grandense (1906-1908), Diretor-Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Norte (1909), signatário da fundação da Escola Doméstica de Natal (1914), membro e presidente da Comissão de Instrução Pública da Câmara Federal (1915-1923), vice-presidente da Conferência Interestadual de Ensino Primário (1921) e governador do Rio Grande do Norte (1923-1927). Entusiasta da Pedagogia da Escola Nova de matriz deweyana, desde os tempos de acadêmico no Recife, José Augusto ao lado de outros

educadores escolanovistas – Afrânio Peixoto, Antônio Carneiro Leão, Antônio Caetano de Campos, Antônio de Sampaio Dória, Heitor Lyra da Silva, Mario de Brito, Mário Pinto Serva, Manoel Bonfim, Teixeira Brandão, Vicente Licínio Cardoso – tornaram-se os líderes infatigáveis e precursores do Movimento Renovador Educacional, como assim qualificou. Um dos quadros políticos e intelectuais da Associação Brasileira de Educação (ABE, criada em 1924), nela militou enquanto viveu. Os compromissos com a missão dessa Associação de Educadores levaram-no a assumir a presidência nos anos de 1942-1943-1944; 1949-1950; 1959-1960-1961.

No meu trabalho de doutorado intrincando pela/na história da militância política de José Augusto e pela/na história da educação escolar pública no Brasil e no Rio Grande do Norte, a análise teórico-empírica permitiu um melhor entendimento das lógicas históricas e pedagógicas da escolarização obrigatória da criança e do jovem, normatizada conforme os preceitos de ordem e tempo escolar, escolas graduadas, ensino metódico, classes seriadas, aproveitamento máximo dos estudos para a vida adulta. Na ótica do

educador escolanovista, a educação escolar renovada da criança e do jovem seria, inexoravelmente, um investimento social e econômico no principal dos capitais – o capital humano.

Assim, o meu trabalho de doutorado intricando pela/na história da militância política de José Augusto e pela/na história da educação escolar pública no Brasil e no Rio Grande do Norte desdobrar-se-ia em inúmeros objetos de estudos históricos de difíceis fechamentos. Portanto, novos ângulos educacionais, educativos e intelectuais no contexto da Primeira República e dos anos de 1930 a 1950, reluzem, quase inesperadamente.

**MNEMOSINE** – Como você, pesquisadora renomada tanto no Brasil quanto no exterior, analisa a produção historiográfica sobre História da Educação referente à Primeira República brasileira?

**Dr<sup>a</sup>. MARTA** – Há pouco, reunindo alguns livros organizados por professores pesquisadores que integram a Sociedade Brasileira de História da Educação (criada em 1999), pude constatar a vigorosa produção histórica da educação, situada na chamada Primeira República brasileira, estendendo-se, muitas vezes, para alguns anos a mais. É inconcebível não destacar alguns livros com essa disposição editorial dos textos e autores. Reporto-me, em especial, as obras – *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, organizada por Diana Gonçalves Vidal e *Reformas educacionais: as manifestações da*

*Escola Nova no Brasil (1920-1946)*, organizado por Maria Elizabeth Blanck Miguel, Diana Gonçalves Vidal e José Carlos Souza Araujo).

Há, ainda, aqueles que alternam textos com épocas pouco antes, durante e depois da Primeira República brasileira. Como amostra, destaco as obras, *Revisitando a história do Rio Grande do Norte* (organizada por Almir de Carvalho Bueno) e *História das culturas escolares no Brasil* (organizada por Diana Gonçalves Vidal e Clonara Maria Schwartz), os quais publicaram os artigos da minha autoria – *A educação escolar da criança à época do governo Pedro Velho (Rio Grande do Norte, 1892-1896)* e *Materiais pedagógicos à escolarização do educando (Rio Grande do Norte, 1907-1920)*.

**MNEMOSINE** – Por que você afirma, em uma de suas publicações, que “A educação escolar da criança que se fez indispensável” no Nordeste no início do século XX?

**Dr<sup>a</sup>. MARTA** – Nas campanhas de alfabetização que José Augusto Bezerra de Medeiros compartilhou no Brasil e no Rio Grande do Norte, ele cunhou o seguinte *slogan* - *Combater o analfabetismo é dever e honra de todo brasileiro*. A disseminação da educação escolar para todas as crianças, contraponto, do estado de analfabetismo vigente, corresponderia potencializar a equalização das oportunidades sociais e, por outro lado, efetivar verdadeiramente o regime democrático e republicano.

No período da Primeira República, Estados do Nordeste do Brasil -

especialmente Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí e Bahia (Estados investigados pelo Projeto de Pesquisa "Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950)", aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Edital Universal nº 15/2007) - reformaram com certa insistência (uns mais e outros menos), a educação escolar aspirando ao aperfeiçoamento intelectual, moral, social, político e econômico de meninos e meninas - futuros homens e mulheres dos dias vindouros - orientada pela Pedagogia Nova e o seu Método Intuitivo.

**MNEMOSINE** – Qual a singularidade da educação da criança no Nordeste nas primeiras décadas da República?

**Dr<sup>a</sup>. MARTA** – Educar a criança mediante uma escolarização primária orientada pela Pedagogia Nova e o seu método intuitivo era conferir exequibilidade a um projeto de formação humana, muito caro às gerações adultas que lhes propuseram. No Rio Grande do Norte, por exemplo, as reformas da educação escolar primária como "razão de Estado" era pertinente com a ideia de evolução cultural, cívica, moral e social da criança-aluna de todas as classes sociais.

**MNEMOSINE** – Para os jovens pesquisadores da História da Educação, que orientações de pesquisa, arquivo e fontes você deixa?

**Dr<sup>a</sup>. MARTA** – Consciente do princípio da indissociabilidade entre

ensino e pesquisa inerente à ideia de Universidade, exercito, na minha docência de professora de "Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação Brasileira", esse princípio em concordância com o que é reconhecido como problema de estudo para os historiadores de educação: ensinar a disciplina "História da Educação Brasileira" ou mesmo a disciplina "Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação Brasileira" aliada à iniciação na pesquisa histórica.

Os futuros professores e professoras que possuem algum domínio teórico, metodológico e empírico de pesquisa em educação elevam-se para exercitarem com eficiência pedagógica e intelectual a profissão docente. O aprendizado introdutório da iniciação à pesquisa em educação é uma atitude criadora de novas posturas acadêmicas e profissionais do pedagogo e demais especialistas.

Para promover a integração do ensino com a iniciação na investigação histórica da educação brasileira e seus fins humanos e sociais, metodicamente, oriento e conduzo meus alunos do curso de Pedagogia aos arquivos de instituições de ensino e acervos públicos, para pesquisarem fontes documentais que lhes permitam escrever um breve texto sobre a educação escolar no Rio Grande do Norte, no período correspondente às primeiras décadas do século XX. Quiçá que todos os nossos alunos dos cursos de graduação fossem iniciados nos domínios teórico, metodológico e empírico de pesquisa em educação de coração profundamente aberto à iniciação científica.